UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUCIANA SILVESTRE GIRELLI

ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA NO BRASIL POPULAR: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA DE ESTUDANTES DO PROEJA/IFES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018 E 2022

Vitória

2024

LUCIANA SILVESTRE GIRELLI

ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA NO BRASIL POPULAR:
UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA DE ESTUDANTES DO PROEJA/IFES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018 E 2022

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, na linha de pesquisa Estudos em Teorias Sociais Contemporâneas.
Orientador: Prof. Dr. Igor Suzano Machado.

Vitória

2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Girelli, Luciana Silvestre, 1985-
G515e Entre a direita e a esquerda no Brasil popular : um estudo sobre a formação da identificação política de estudantes do Proeja/Ifes nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022 / Luciana Silvestre Girelli. - 2024.
289 p. : il.

Orientador: Igor Suzano Machado.
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Sociologia política. 2. Estudantes de educação de jovens e adultos. 3. Presidentes - Brasil - Eleições, 2018. 4. Ambiente escolar. 5. Direita e esquerda (Ciência política). 6. Extremistas de direita. I. Machado, Igor Suzano. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Luciana Silvestre Girelli

"ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA NO BRASIL POPULAR: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA DE ESTUDANTES DO PROEJA/IFES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018 E 2022

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em 06 de dezembro de 2024.

Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br
IGOR SUZANO MACHADO
Data: 06/12/2024 17:30:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Igor Suzano Machado (UFES)
Orientador e Presidente da Sessão

Documento assinado digitalmente
gov.br
PATRICIA PEREIRA PAVEIS
Data: 09/12/2024 11:26:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª Drª Patrícia Pereira Pavesi (UFES)
Examinadora Titular Interna

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIEL DE MENDONCA
Data: 06/12/2024 17:49:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Daniel de Mendonça (UFPel)
Examinador Titular Externo

Documento assinado digitalmente
gov.br
JONAS MARCONDES SARUBI DE MEDEIROS
Data: 08/12/2024 17:32:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Jonas Marcondes Sarubi de Medeiros (Cebrap)
Examinador Titular Externo

Documento assinado digitalmente
gov.br
DAVIS MOREIRA ALVIM
Data: 09/12/2024 21:41:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Davis Moreira Alvim (IFES)
Examinador Titular Externo

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado é mais do que um esforço de quatro anos. É um projeto de vida, resultado de caminhos percorridos e de escolhas feitas e desfeitas. Para mim, representou amadurecimento, retomada de autoconfiança, resiliência, exercício de escuta, ponderação, persistência e reflexão. Uma jornada enriquecedora, na qual imergi intensamente, aproveitando cada momento de vitória e de adrenalina intelectual, mas também de dilemas e de fadiga mental.

Muitos estiveram comigo ao longo desse projeto, contribuindo das mais diversas formas. Irei nominá-los nessas breves linhas, mesmo sob o risco de incorrer em algum esquecimento. Agradeço, primeiramente, à minha ancestralidade feminina, de quem adquiri resiliência e capacidade de superação: às minhas avós (*in memoriam*) Maria, Hilda e Rita, cujo trabalho doméstico e de cuidados foi responsável pela criação de uma numerosa prole, na qual me incluo; e, em especial, à minha mãe, Rogéria, que não mediu esforços para "estudar a filha", a qual se torna, com esta tese, a primeira mulher doutora da família.

Agradeço imensamente ao meu marido e companheiro, Leonardo, pelo apoio constante e paciência suprema ao longo desta jornada, e à nossa filha Iara, por me manter sempre "atenta e forte" em um contexto que, por vezes, parece nos desprender da concretude da vida cotidiana. Não posso deixar de citar a Magali, nossa *Golden Retriever*, que com sua presença e fidelidade acabou por se tornar um cão de suporte emocional sem que eu percebesse.

Também registro minha gratidão às mulheres que me auxiliaram com o trabalho doméstico e de cuidados e que possibilitaram que eu me dedicasse com afinco a esta tese: as profissionais Marcela e Maria do Carmo; minha sogra Maira, e minha mãe. É muito difícil e desafiador conciliar maternidade, trabalho, estudos e pesquisa científica. Por isso, não tenho dúvidas de que esse voo no mundo acadêmico só foi possível devido a uma retaguarda extremamente comprometida.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Ufes, em especial aos professores e colegas, que me proporcionaram ricos momentos de troca de conhecimentos e afetos, principalmente durante a pandemia da Covid-19. Se por um lado não pude participar de aulas presenciais durante o curso, por outro, mantive vínculos e amizades que me fortaleceram ao longo dessa jornada, como as de Thiago, Liliane e Silvanir.

Meus sinceros agradecimentos são estendidos ao Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que, por meio da Política de Capacitação de Servidores, possibilitou que eu me afastasse das atividades docentes, de forma integralmente remunerada, realizando meu curso de doutorado sem preocupações de natureza financeira e profissional. Não tenho dúvidas de que o êxito deste projeto passa fundamentalmente por essa oportunidade.

Ainda no âmbito institucional, agradeço a todos os colegas do Ifes – *campus* Vitória, em especial aos da Coordenadoria do Proeja, que não mediram esforços para me apoiar no desenvolvimento deste estudo, contribuindo com informações, indicações, bibliografias, ponderações, diálogos, apoio logístico e suporte emocional, elementos sem os quais esta pesquisa não teria sido viabilizada.

Agradeço especialmente ao colega Davis Alvim, por ser um interlocutor crítico e constante desta pesquisa, e com quem pude desenvolver reflexões importantes e fundamentais junto ao grupo de estudos “Práticas educativas e polarização política”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH) de nossa instituição.

Ao meu orientador, Igor, agradeço pela condução respeitosa de todo o processo de orientação, desde quando esta tese não passava de um embrião. Obrigada por incentivar minha autonomia de pesquisa; por considerar, irrestritamente, minhas escolhas políticas, teóricas e metodológicas; pelas ponderações sempre muito precisas e assertivas; e por acreditar que um “incômodo militante” pudesse se transformar em uma efetiva pesquisa acadêmica.

Por fim, agradeço especialmente aos estudantes do Proeja participantes deste estudo, que me permitiram adentrar em seus universos particulares e acessar suas dores, seus medos, suas esperanças, suas lutas, suas crenças, enfim, suas vidas. Devido a essa interlocução, hoje me sinto mais tolerante, mais compreensiva e mais humana. Às “flores noturnas” da escola, minha sincera gratidão!

RESUMO

Esta tese buscou compreender como ocorreu a formação da identificação política ou não dos estudantes do Proeja-Ifes – *campus* Vitória, em relação ao candidato Jair Bolsonaro, durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018 e de 2022, com ênfase na contribuição da escola para a formação de suas posições políticas. O estudo contou com a participação de 20 estudantes, divididos entre eleitores e não eleitores do candidato, e adotou metodologias qualitativas para a coleta de dados, como entrevistas em profundidade, grupos focais e observação. A Análise do Discurso da Escola de Essex, cujos principais expoentes são Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, foi utilizada como referencial teórico-metodológico e, como conceitos estruturantes, as noções de identificação política, antagonismo e hegemonia. Por meio da análise das trajetórias de vida dos estudantes, identificou-se uma tendência de eles assumirem as posições políticas hegemônicas nos espaços em que se sentiram mais amparados em momentos de vulnerabilidade. No caso dos eleitores de Bolsonaro, preponderaram a internet, a religião e, em menor grau, as organizações sociais e a escola. Entre os não eleitores, destacaram-se a escola e as organizações sociais e, em menor proporção, espaços culturais e virtuais. Para compreender como os discentes responderam ao processo que levou à hegemonia do bolsonarismo, suas narrativas foram analisadas nas dimensões sociais, políticas e fantasmáticas, pelas Lógicas da Explicação Crítica, conforme os autores Jason Glynos e David Howarth. Demonstrou-se que os eleitores de Bolsonaro foram mobilizados prioritariamente por pautas morais, sobretudo as relacionadas à defesa da família, e os não eleitores, por demandas relativas à mitigação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual. Verificou-se que o antagonismo marcou a identificação política dos participantes, seja pelo antipetismo, seja pela rejeição a Jair Bolsonaro, e manifestou-se no ambiente escolar por conflitos políticos, vivenciados negativamente. Apesar disso, os estudantes afirmaram a pertinência do debate político no ambiente escolar, desde que nos moldes agonísticos, em que o oponente não seja visto como inimigo. Concluiu-se que a escola teve importância relativa na formação da identificação política dos estudantes, sendo mais influente entre os não eleitores do candidato. No mais, contribuiu para fomentar reflexões e promover o contato com a alteridade, demonstrando ser um espaço potencialmente amplificador da democracia.

Palavras-chave: Identificação política; Antagonismo; Jair Bolsonaro; Proeja; Escola.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand how the formation of political identification or not among students at Proeja-Ifes – Vitória campus occurred, in relation to candidate Jair Bolsonaro, during the 2018 and 2022 Brazilian presidential elections, with an emphasis on the school's contribution to the formation of their political positions. The study involved the participation of 20 students, divided between voters and non-voters of the candidate, and adopted qualitative methodologies for data collection, such as in-depth interviews, focus groups and observation. The Discourse Analysis of the Essex School, whose main exponents are Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, was used as a theoretical-methodological reference and, as structuring concepts, the notions of political identification, antagonism and hegemony. Through the analysis of the life trajectories of students, a tendency was identified for them to assume hegemonic political positions in the spaces where they felt most supported in moments of vulnerability. In the case of Bolsonaro's voters, the internet, religion and, to a lesser extent, social organizations and schools predominated. Among non-voters, schools and social organizations stood out and, to a lesser extent, cultural and virtual spaces. To understand how students responded to the process that led to the hegemony of Bolsonarism, their narratives were analyzed in the social, political and phantasmatic dimensions, through the Logics of Critical Explanation, according to authors Jason Glynos and David Howarth. It was demonstrated that Bolsonaro's voters were mobilized primarily by moral agendas, especially those related to the defense of the family, and non-voters, by demands related to the mitigation of social, ethnic-racial, gender and sexual orientation. It was found that antagonism marked the political identification of the participants, whether through anti-petism or rejection of Jair Bolsonaro, and manifested itself in the school environment through political conflicts, experienced negatively. Despite this, the students affirmed the relevance of political debate in the school environment, as long as it is in an agonistic format, in which the opponent is not seen as an enemy. It was concluded that the school had relative importance in the formation of students' political identification, being more influential among the candidate's non-voters. Furthermore, it contributed to fostering reflections and promoting contact with otherness, demonstrating that it is a potentially amplifying space for democracy.

Keywords: Political identification; Antagonism; Jair Bolsonaro; Proeja; School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Símbolos que representam a identidade dos eleitores de Jair Bolsonaro 127
Figura 2 – Símbolos que representam a identidade dos não eleitores de Jair Bolsonaro 131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização pessoal e perfil socioeconômico dos participantes.....45
Quadro 2 – Pautas que aproximam os estudantes do candidato Jair Bolsonaro 79
Quadro 3 – Síntese das respostas sobre a pergunta: “Você se considera bolsonarista?” 80
Quadro 4 – Perfil político-ideológico declarado pelos eleitores de Jair Bolsonaro 92
Quadro 5 – Perfil político-ideológico declarado pelos não eleitores de Jair Bolsonaro 106
Quadro 6 – Espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política dos eleitores de Jair Bolsonaro 126
Quadro 7 – Espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política dos não eleitores de Jair Bolsonaro 130
Quadro 8 – Religião dos participantes da pesquisa 132

LISTA DE SIGLAS

ADUFES – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

COMEV – Conselho Municipal de Educação de Vitória

CRJ – Centro de Referência da Juventude

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FEJUNES – Fórum Estadual da Juventude Negra

FIC – Formação Inicial e Continuada

GDM – Grupo Domingos Martins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

ILES – Instituto Liberal do Espírito Santo

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais e outras

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PL – Partido Liberal

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SINDIBANCÁRIOS-ES – Sindicato dos Bancários do Espírito Santo

SINDILIMPE-ES – Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em empresas prestadoras de serviços de asseio, conservação, limpeza pública urbana e privada, conservação de áreas verdes, aterros sanitários e transbordo e de prestação de serviços em portarias e recepções no Estado do Espírito Santo

SINDIPÚBLICOS-ES – Sindicato dos Servidores Públicos do Espírito Santo

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UJS – União da Juventude Socialista

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UMES – União Municipal dos Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1. ESTRATÉGIAS E RECURSOS METODOLÓGICOS 28

1.1 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS 30

1.2. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA 35

1.3. OS PARTICIPANTES 42

1.4. A PESQUISADORA E O CAMPO 46

2. IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA, SIGNIFICANTES VAZIOS E HEGEMONIA: BASES TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO DO PROBLEMA 52

2.1. A CENTRALIDADE DO POLÍTICO E A NÃO FIXIDEZ DAS IDENTIDADES SOCIAIS 55

2.2. SUJEITO DA FALTA, IDENTIFICAÇÃO E FANTASIA 63

2.3. IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA COLETIVA: SIGNIFICANTES VAZIOS, HEGEMONIA E ANTAGONISMOS 69

3. TRAJETÓRIAS DE VIDA E IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA 84

3.1. ESPECIFICIDADES DOS SUJEITOS DA EJA: AS “FLORES NOTURNAS” 84

3.2. PERCURSOS INDIVIDUAIS: NARRATIVAS DE VIDA E ITINERÁRIOS NA POLÍTICA 91

3.2.1. Eleitores de Jair Bolsonaro 92

3.2.2. Não eleitores de Jair Bolsonaro 106

3.3. CRUZANDO OS CAMINHOS: IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA E ESPAÇOS DE AMPARO 122

4. A IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 e 2022 NO BRASIL 135

4.1. O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO DA EMERGÊNCIA DO BOLSONARISMO: A LÓGICA SOCIAL 137

4.2. A HEGEMONIA DO “MITO”: A LÓGICA POLÍTICA 147

4.3. BATALHAS IDEOLÓGICAS E AFETIVAS: A LÓGICA FANTASMÁTICA 164

4.4. BOLSONARO COMO ANTAGONISTA: A CRÍTICA AO “MITO” 179

4.5. ENTRE A LUTA DE CLASSES E A BATALHA MORAL: DISSONÂNCIAS E ANTAGONISMOS NA IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES 204

5. ESCOLA, IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA 212

5.1. CONFLITOS POLÍTICOS NO AMBIENTE ESCOLAR NAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022 213

5.2. O LUGAR DA POLÍTICA NA ESCOLA: POR UMA PERSPECTIVA AGONÍSTICA 232

5.3. A ESCOLA COMO LÓCUS DEMOCRÁTICO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS 246
CONSIDERAÇÕES FINAIS 255
REFERÊNCIAS 263
APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS 277
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA CONDUÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS 281
APÊNDICE C – FORMULÁRIO PARA INDICAÇÃO DE ESTUDANTES PARA A PESQUISA 283
APÊNDICE D – FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS ESTUDANTES 285
APÊNDICE E – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS 287
ANEXO A – ROTEIRO PARA SISTEMATIZAÇÃO DE ENTREVISTAS 288

INTRODUÇÃO

As profundas transformações ocorridas na última década no cenário político brasileiro revelaram a emergência de um país cindido, o qual se torna cada vez mais distante da propalada visão mítica de um povo harmonioso nas suas relações sociais a despeito de suas desigualdades econômicas, étnico-raciais e socioculturais fundantes[1]. Das jornadas de junho de 2013, consideradas um dos maiores ciclos de protestos da história recente do país (Pinheiro-Machado, 2019), ao "Capitólio Brasileiro"[2], denominação dada à depredação da Sede dos Três Poderes, em Brasília, em janeiro de 2023, pelos intitulados patriotas que contestavam o resultado da eleição presidencial realizada no ano anterior[3], sucederam-se complexos processos que levantaram desde questionamentos acerca do *modus operandi* do sistema político brasileiro até a defesa da ruptura com a própria democracia e suas instituições, capitaneada por organizações e lideranças da extrema direita. A expressão aberta dos conflitos sociais, ou ainda, nas palavras de Avelar (2021, p. 22), "a insurgência de antagonismos represados", passou a dar a tônica da vida política no país.

Análises, pesquisas e discussões acerca da crise da democracia brasileira (Miguel, 2019; Nobre, 2022; Gallego, 2018c), observada de modo não isolado, mas em consonância com o crescimento da extrema direita em âmbito internacional (Brown, 2019; Mounk, 2019), têm movimentado espaços acadêmicos e de discussão pública com o intuito de compreender as intensas mudanças em curso. Seja pelas denominações de *"*onda neoconservadora, *alt-right*, 'nova direita', crescimento da extrema direita, trumpização da política, populismos de direita, crise das esquerdas" (Gallego, 2018c, p.3) ou outras conceituações, novos olhares de investigação foram

[1] Conforme Chauí (2019), entre as crenças generalizadas acerca do Brasil estão as de que o país tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, apesar dos sofrimentos; que não possui preconceitos de raça e credo; é acolhedor para os que nele desejam trabalhar e seus contrastes regionais implicam apenas em pluralidade econômica e cultural. Segundo a autora, essa imagem positiva de uma unidade nacional fraterna que oculta sua violência social constitutiva faz parte do mito fundador do Brasil, uma narrativa que se constitui como "solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade" (Chauí, 2019, p. 151).

[2] Para uma análise acerca do sentido da ação dos patriotas no episódio do "Capitólio Brasileiro", ver Medeiros (2023) e Medeiros; Tavolari (2023).

[3] De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT) obteve 50,90% dos votos válidos no 2º turno das eleições presidenciais de 2022, ao passo que o candidato Jair Messias Bolsonaro (PL) obteve 49,10%. A diferença foi de, aproximadamente, 2 milhões e 100 mil votos entre os candidatos. O TSE registrou, no 2º turno dessas eleições, o maior número de votos em candidatos da história brasileira, tanto percentualmente quanto em termos absolutos (TSE, 2022). Também foi o pleito com a menor diferença percentual de votos entre candidatos em eleições presidenciais após o período de redemocratização do país (CNN Brasil, 2022).

lançados para entender essa reorganização de grupos conservadores e de direita radical em todo o mundo.

No Brasil, conforme Gallego (2018b), os contornos de uma cisão política entre a população brasileira apareceram, de maneira mais explícita, após as jornadas de junho de 2013, quando a insatisfação generalizada contra o sistema político do país, expressa por uma multiplicidade de bandeiras, desde a exigência por qualidade nos serviços públicos à defesa de uma moralização da política por meio do combate à corrupção, não encontrou respostas adequadas por parte da esquerda brasileira e da presidência da República, ocupada, à época, por Dilma Rousseff (PT). A frustração e o descontentamento com o sistema político foram canalizados por grupos da direita liberal, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua, sob um forte sentimento antipetista. Gallego (2018b, p. 49) afirma que "começava, desta forma, uma dinâmica de polarização[4] nas redes e nas ruas, cujo centro simbólico era o Partido dos Trabalhadores (PT)".

Dessa maneira, entre junho de 2013 e meados de 2016, parte da sociedade brasileira mobilizou-se pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e outra parte pela manutenção da normalidade institucional, sob o entendimento de que a destituição da chefe de Estado constituir-se-ia como um golpe (Jinkings, 2016). Impulsionada pela pauta anticorrupção, que foi alimentada pela Operação Lava-Jato[5], grande parte dos que defendiam o *impeachment* também foram às ruas com o objetivo de lutar para "limpar o Brasil da corrupção", extremamente associada a governos petistas. Sendo assim, a defesa da destituição de Dilma Rousseff esteve muito ligada àqueles que nutriam um sentimento antipetista e de contestação à política tradicional ("antipolítica").

Após o *impeachment* da presidenta, em 2016, até as eleições presidenciais de 2018, intensificou-se a polarização na sociedade brasileira, que se expressou por novas oposições e também a partir de novos sujeitos. Os posicionamentos sobre

[4] Embora a questão da polarização política no Brasil perpasse a temática desta pesquisa, sendo mencionada por autores de referência e por participantes ao longo do estudo, ela não será utilizada como conceito estruturante. Para compreender o campo de disputas políticas no país, optei pela perspectiva teórica que versa sobre antagonismos e hegemonia, do ponto de vista laclauniano. Uma análise mais detida acerca da existência de uma polarização política nacional pode ser vista em Ortellado, Ribeiro e Zeine (2021), ao passo que uma discussão sobre polarização assimétrica, marcada pela radicalização ideológica da direita apenas no plano simbólico, é realizada por Fuks e Marques (2022).

[5] Operação realizada pela Polícia Federal, a partir de 2014, com o intuito de investigar e punir casos de corrupção e os agentes envolvidos, incluindo servidores públicos, doleiros, parlamentares e empresários, inicialmente em contratos envolvendo a Petrobrás.

questões morais, como relacionamentos homoafetivos e endurecimento de sanções penais, passaram a redefinir as regras do debate político. Conforme a leitura de Gallego, Ortellado e Moretto (2017, p. 36-37),

> A antiga polarização entre uma direita liberal que defendia a meritocracia baseada na livre iniciativa e uma esquerda que defendia intervenções políticas para promover a justiça social passa a ser não substituída, mas crescentemente subordinada a um novo antagonismo entre, de um lado, um conservadorismo punitivo e, de outro, um progressismo compreensivo.

Uma nova clivagem baseada em posicionamentos sobre questões morais passa a mobilizar a política brasileira. Melo e Vaz (2021) sintetizam e exemplificam as principais pautas em torno das quais aconteceram esses conflitos: legalização do aborto, papel da mulher e da família na sociedade, sexualidade, direitos da população LGBTQIA+, relação entre Estado e Igreja, financiamento público de projetos culturais, cotas nas universidades, currículo das escolas de educação básica, leitura de autores clássicos no meio universitário, entre outras questões. A esse fenômeno de oposição sobre temas morais entre conservadores e progressistas, dá-se o nome de guerras culturais[6].

A crise política brasileira, alimentada pelo sentimento de antipetismo e de antipolítica que mobilizaram o *impeachment* de Rousseff, e pelas guerras culturais fomentadas em diversos espaços, em especial, nas redes sociais da internet, desaguou nas eleições presidenciais de 2018. Grande parte dos que se consideravam conservadores, de direita, antipetistas e/ou favoráveis à luta anticorrupção, identificaram no então candidato de extrema direita Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Social Liberal (PSL) à época, uma alternativa à disputa presidencial, uma vez que ele conseguiu traduzir, em alguma medida, anseios e insatisfações desse grupo. Sob o *slogan* “Deus, pátria e família”, Bolsonaro, um político com pouca expressão em âmbito nacional, em que pese sua longevidade em mandatos parlamentares[7], aglutinou em torno de si um conjunto de públicos diversos que demandavam uma resposta à crise pela qual passava o país, os denominados “cidadãos de bem” (Kalil, 2018, p.08).

A candidatura de Bolsonaro pode ser analisada, conforme Lacerda (2019), como uma coalizão neoconservadora que selou uma aliança entre setores

[6] Atribui-se a James Hunter a origem do conceito de guerra cultural a partir da publicação do livro *Culture Wars: The Strugle to Define America*, em 1991, nos Estados Unidos.

[7] Jair Messias Bolsonaro é militar reformado e foi eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro por sete mandatos, de 1991 a 2018, quando concorreu pela primeira vez ao cargo de Presidente da República do Brasil.

evangélicos, católicos conservadores, profissionais da segurança e representantes do mercado que defendiam uma política econômica ortodoxa, além dos ruralistas do agronegócio. Avelar (2021), em uma análise semelhante no que se refere à formação da coalizão bolsonarista formada pelos agentes anteriormente mencionados, ainda acrescenta um elemento considerado divisor de águas para o sucesso do então candidato naquele pleito: a atuação dos atores da internet na militância bolsonarista, sobretudo pelas redes sociais e aplicativos de mensagens, com a utilização de uma linguagem singular e de penetração massiva no eleitorado, inclusive junto às camadas populares.

O desfecho do pleito de 2018 resultou na vitória do então candidato Jair Bolsonaro no 2º turno das eleições presidenciais, com 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% do candidato do PT, Fernando Haddad. Posso afirmar que, naquele momento, surgiu meu interesse por desenvolver uma pesquisa sobre essa temática. Após a apuração dos votos e a declaração oficial de que Bolsonaro havia sido eleito presidente da República, inevitavelmente, em virtude da minha trajetória política[8], surgiram diversos questionamentos: como foi possível a vitória eleitoral de um candidato que defende abertamente a ampliação da liberação do porte de armas como solução para o problema da segurança pública; profere discursos preconceituosos contra mulheres, homossexuais e negros; elogia torturadores do período da ditadura militar; defende a máxima de que “bandido bom é bandido morto”; ridiculariza a defesa dos direitos humanos, entre outras questões (Carta Capital, 2018)? O que levou mais de 57 milhões de brasileiros a escolherem, por meio de uma eleição democrática, a alternativa mais extrema, à direita, entre todas as possíveis naquele momento?

As respostas para essas questões advindas do campo progressista no qual me referencio pareciam não ser suficientes, pois se mostravam simplórias e carregadas de estereótipos. Frente à escassez de explicações satisfatórias, avolumavam-se inquietações: será que todas essas pessoas que optaram pela candidatura de

[8] Em termos de trajetória política, participei, por longa data, de movimentos sociais do campo progressista. Atuei no movimento estudantil universitário (Diretório Central dos Estudantes, Centro Acadêmico, Executiva de Curso), bem como em organizações sociais, como a Assembleia Popular, Consulta Popular, Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (Sindipúblicos) e Fórum de Mulheres do ES. Além disso, antes da docência, atuei como jornalista – minha primeira formação profissional – de movimentos sociais e sindicais, entre os quais Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Sindicato dos Bancários do ES (Sindibancários) e Associação dos Docentes da Ufes (Adufes), em Vitória (ES), além de ter sido correspondente do *Jornal Brasil de Fato* no ES durante alguns anos. Esses espaços foram muito importantes para minha formação política e orientaram posteriormente ações, em termos de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito acadêmico.

Bolsonaro poderiam ser consideradas fascistas? Denominar pejorativamente esses eleitores de coxinhas ou bolsominions[9] conduziria a uma compreensão adequada da questão? Criticar o "pobre de direita" não seria uma atualização da máxima de que o brasileiro não sabe votar, como se sua escolha eleitoral fosse equivocada e ocorresse por pura ignorância? Esperar que as pessoas "caiam em si" sobre sua escolha eleitoral não demonstraria uma crença ingênua na manipulação e no engodo e uma esperança também ingênua na retomada da "verdadeira consciência" da população brasileira? Não estaria o campo progressista tecendo uma narrativa sobre sua superioridade moral, que mais o distancia do que o aproxima do público com o qual ele deseja estreitar relações? Seria possível continuar negando a existência de uma nova e autêntica militância de direita, inclusive nas camadas de baixa renda?

Em meio a esses questionamentos e estupefação frente aos acontecimentos políticos, comecei a delinear meu interesse de pesquisa a partir de uma perspectiva que pudesse adentrar na visão dos sujeitos eleitores de Bolsonaro. Uma fala do *rapper* Mano Brown, durante um comício do candidato do PT à presidência da República Fernando Haddad, na campanha eleitoral de 2018, expressou e sintetizou a angústia por mim vivenciada, fazendo uma crítica necessária ao campo progressista e, ao mesmo tempo, indicando um caminho e um desafio a ser percorrido para a compreensão da situação. Eis a transcrição da sua fala no evento:

> Eu não gosto do clima de festa. A cegueira que atinge lá, atinge nós também. Isso é perigoso. Não tá tendo motivo pra comemorar. [...] Eu não consigo acreditar que pessoas que me tratavam com tanto carinho, me respeitavam, que me amavam, que me serviam café de manhã, que lavava meu carro, que atendia meu filho no hospital se transformaram em monstros, eu não posso acreditar nisso. Eu não posso acreditar que essas pessoas são tão más assim. Se em algum momento a comunicação do pessoal daqui falhou, vai pagar o preço. Porque a comunicação é a alma. Se não está conseguindo falar a língua do povo vai perder mesmo. Falar bem do PT para a torcida do PT é fácil. Tem uma multidão que não está aqui que precisa ser conquistado. Ou a gente vai cair no precipício. [...]. Eu tô vendo casais se separando, amigos de 35 anos deixando de se falar, tenho amigos que eu não tenho como mais olhar no rosto deles por causa de política. [...]. Não gosto do clima de festa. O que mata a gente é a cegueira e o fanatismo. Deixou de entender o povão já era. Se nós somos o Partido dos Trabalhadores, o partido do povo, tem que entender o que o povo quer. Se não sabe, volta pra base e vai procurar saber. E as minhas ideia é essa, fechou?! (Diário do Nordeste, 2018).

No âmbito pessoal, posso afirmar, de maneira muito simples e profundamente honesta, que esta tese de doutorado nasceu do desafio de "voltar pra base e procurar

[9] Na linguagem popular dos grupos de esquerda, enquadra-se como coxinha o sujeito conservador e de direita que defende um *status quo* ao qual ele não pertence. Já bolsominions são os apoiadores de Jair Bolsonaro que seguem cegamente suas ideias, sem questionamentos.

saber". Por minha trajetória política e profissional, o grupo que tenho interesse em estudar sempre esteve vinculado às camadas populares. Esse mesmo desafio, do ponto de vista acadêmico, pode ser traduzido no que Pinheiro-Machado (2016) afirma ser necessário como agenda de pesquisa no país: o conhecimento do chamado Brasil Profundo, ou seja, estudos que busquem "perceber como transformações sociais afetam drasticamente a vida moral dos sujeitos e como eles respondem a esses processos" (Pinheiro-Machado, 2016, p. 21). É fundamental compreender os indivíduos por suas redes de relações, constituições morais e emocionais e seus elos íntimos, estabelecendo uma conexão entre sua vida cotidiana e os grandes acontecimentos políticos.

Parto da premissa de que os rótulos e as classificações políticas herméticas não contribuem para a compreensão dos sujeitos eleitores de Bolsonaro, nem dos que não fizeram essa opção. Tenho acordo com Pinheiro-Machado (2016, p. 22) ao enfatizar a necessidade de "voltar para a nossa melhor tradição que argumenta que pessoas – em especial, as de baixa renda – não são manipuladas, muito menos vítimas passivas dos processos históricos". Também tenho alinhamento com as reflexões de Spyer (2022) de que o "Brasil popular" é um lugar próximo fisicamente, mas muito distante em termos de valores e lógicas, inclusive do ambiente acadêmico. O desconhecimento desse universo faz com que o pobre apareça "como uma abstração infantil, como quem, por não ter o mesmo acesso à educação formal, precisa ser conduzido para tomar as decisões certas. Tem que ser ensinado quem são os 'candidatos bons' e os 'ruins'" (Spyer, 2022).

A visão dos eleitores de Bolsonaro como manipuláveis ou sujeitos histéricos e paranoicos, organizados em uma militância de direita inautêntica em virtude do financiamento de suas ações por elites políticas, também foi profundamente questionada por Rocha (2018). Segundo a pesquisadora, a adesão e o sucesso dessa militância não se justificam apenas pela injeção de recursos financeiros, mas passariam pela "consolidação de laços e identidades comuns, mobilização de afetos e uso de redes sociais, sendo que, em determinadas circunstâncias, tais fatores foram mais importantes do que a posse de recursos abundantes" (Rocha, 2018, p. 52).

Considero que a constituição dos sujeitos é, muitas vezes, contraditória e multifacetada, não sendo possível a total previsibilidade sobre como elaboram seus posicionamentos políticos. Parto da impossibilidade de uma relação direta e estática entre condição econômica e identificação política, baseada na perspectiva pós-

marxista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), sendo necessário o estudo dos processos políticos e das diversas camadas constitutivas do sujeito, que nem sempre resultam em posições consideradas racionalmente coerentes e coesas.

Desse modo, o entendimento desse universo requer uma escuta ativa e humildade acadêmica, não menosprezando ou diminuindo os sujeitos adeptos ao bolsonarismo, conforme avalia Gallego (2018a) ao refletir sobre um diálogo com um interlocutor em uma de suas pesquisas de campo:

> Durante minha pesquisa com simpatizantes de Bolsonaro, lembro-me de um jovem bolsonarista que, depois de várias horas de conversa, disse em tom de crítica: “Professora, vocês da academia estudam tanto e parece que ainda não entenderam muitas coisas. Tratam a gente como se fôssemos todos burros. Não somos. Deveriam escutar mais, porque vocês não sabem de tudo”. Esse jovem estava errado? Se quisermos de fato lutar contra as direitas, com frequência antidemocráticas e retrógradas, devemos primeiro observar, escutar, enxergar a realidade e entendê-la, para depois combatê-la. Não sabemos tudo. Aprendamos juntos (Gallego, 2018a, p. 13-14).

Motivada por essa perspectiva de abordagem do tema, delineei meu objeto de pesquisa de forma mais concreta por ocasião do meu ingresso como professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), *campus* Vitória, com atuação específica nos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), criado durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2005.

Esse programa, que tem como objetivo integrar a educação básica à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à educação profissional, tem a finalidade de atender sujeitos acima de 18 anos que não conseguiram concluir o ensino médio e que precisam de perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Trata-se de uma política de inclusão social de jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas e que tem como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica[10], que até então registrava “[...] a baixa expectativa de inclusão de jovens de classes populares entre os atendidos pelo sistema público de educação profissional” (Brasil, 2007).

[10] A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, com o intuito de ampliar, interiorizar e diversificar a educação profissional e tecnológica no país. Vinculada ao Ministério da Educação, a Rede Federal é composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II (MEC, 2023).

A partir do meu contato como professora de estudantes dessa modalidade, pude adentrar de maneira mais direta no chamado “Brasil popular”, representado por sujeitos marcados, entre outras questões, pela descontinuidade da escolarização básica. Como ingressei na instituição em 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, pude observar, seja em sala de aula, seja em outros espaços de convivência estudantil, que as discussões polarizadas que marcaram o pleito de 2018 tiveram continuidade, delineando, dentro do ambiente escolar, a cisão característica do atual momento político brasileiro que mencionei no início desta introdução. Eram comuns conflitos em sala de aula gerados pelas disputas de posições entre estudantes considerados progressistas e os que defendiam posições encampadas por Jair Bolsonaro acerca das diversas temáticas características das guerras culturais, como será demonstrado ao longo desta tese.

Ocorre que, em virtude das singularidades dos discentes acima mencionados e das situações vivenciadas diariamente junto a esses estudantes, os quais são marcados por inúmeras vulnerabilidades, muitos docentes e profissionais da educação que atuavam diretamente com o público do Proeja demonstravam incômodo e até mesmo inconformismo frente aos que se manifestavam publicamente a favor do então presidente da República[11].

Em diálogos e conversas informais entre o corpo docente e pedagógico do Proeja, eram comuns as seguintes indagações: como estudantes desempregados ou que vivem em situação de informalidade podem apoiar a extrema direita? Como se justifica que alunos negros ou mulheres vítimas de violência possam defender quem demonstra ser racista e machista? Como se explica que estudantes beneficiários de diversas políticas de inclusão social, como o Bolsa Família, possam não ter optado pelo candidato do partido responsável pela implementação da maioria dessas políticas de inclusão? E, por fim, o questionamento mais contundente: como é possível que estudantes com trajetórias educacionais descontínuas, que têm a oportunidade de retomar os estudos pelo ingresso na Rede Federal, por meio de um programa de inclusão educacional criado durante um governo do PT, possam optar justamente por

[11] Apesar de me sentir incomodada diante dessa postura, admito que, por inúmeras vezes, eu mesma me encontrei reproduzindo visões estereotipadas acerca das posições políticas dos estudantes e emitindo julgamentos de valor perante os que eram apoiadores do presidente Jair Bolsonaro.

um candidato avesso a esse tipo de política e que critica abertamente políticas afirmativas como as cotas, tão importantes para esse público?

Diante dessas questões, percebi que, no ambiente escolar, especificamente com o público do Proeja, eu havia encontrado “a base” para onde deveria me voltar a fim de “procurar saber”, topando o desafio proposto por Mano Brown. O “Brasil popular” estava dentro da escola, no público com quem eu tinha contato diário como professora e com o qual compartilhava um conjunto de vivências. Além disso, havia importantes questões a serem problematizadas a respeito de como o conflito político nacional estava sendo percebido e vivenciado por esse grupo de estudantes na instituição. E mais: como esse ambiente estava lidando com esse tipo de situação.

Admito que, em um primeiro momento, o espaço da escola apresentou-se para mim apenas como local de campo, pois foi onde encontrei o grupo com o perfil que eu buscava para realizar a pesquisa, a qual também contava com o apoio institucional que garantia seu bom andamento. Entretanto, ao longo do processo, percebi um conjunto de singularidades advindas do espaço escolar no que se refere à formação da identificação política dos estudantes e às potencialidades desse ambiente para o exercício da vida em democracia que me fizeram lançar um outro olhar sobre ele. Passei a observar a escola também como espaço fundante, ou seja, a partir do qual emergem questões específicas que merecem uma análise em profundidade e que acabaram por proporcionar interessantes resultados para esta tese de doutorado.

Considerando o percurso narrado sobre meu interesse e envolvimento com o tema, cheguei ao seguinte problema de pesquisa: como ocorreu o processo de identificação e de não identificação política dos estudantes do Proeja-Ifes – *campus* Vitória em relação ao candidato Jair Bolsonaro, durante as eleições presidenciais de 2018 e 2022, e qual foi o papel da escola nesse processo? A identificação política, neste caso, engloba, além da decisão do voto, a autocolocação dos participantes no espectro esquerda-direita, as opiniões e atitudes sobre temas socioeconômicos e morais, o engajamento e a animosidade política em relação a quem se posiciona de forma adversarial[12].

[12] Zeine, Ribeiro e Ortellado (2021, p. 1) realizaram um estudo sobre polarização política no Brasil, no qual utilizaram quatro eixos analíticos, em torno dos quais me baseei para construir o sentido empírico do termo identificação política, a saber: “polarização das opiniões sobre temas políticos, polarização das identidades políticas, alinhamento das opiniões com identidades e polarização afetiva”.

No que se refere aos objetivos, esta pesquisa busca, em geral, compreender de que modo aconteceu a formação da identificação política ou não dos estudantes do Proeja-Ifes – *campus* Vitória, em relação ao candidato Jair Bolsonaro, durante as eleições presidenciais de 2018 e de 2022, com ênfase na contribuição do ambiente escolar no que tange à formação das posições políticas dos estudantes e às formas de lidar com conflitos políticos na escola durante esse período.

Entre os objetivos específicos, listam-se os seguintes: 1) identificar os principais fatores e/ou espaços que contribuíram para a formação da identificação política ou não dos estudantes do Proeja-Ifes com o candidato Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 e de 2022; 2) relacionar as trajetórias de vida narradas pelos estudantes com os fatores e/ou espaços por eles apresentados para justificar sua identificação ou não com o candidato; 3) compreender de que maneira o espaço escolar contribuiu para a formação da identificação política ou não dos estudantes pesquisados em relação a Jair Bolsonaro, com destaque para o período em que estiveram matriculados nos cursos do Proeja-Ifes; 4) identificar como os estudantes lidaram com situações de conflito político oriundas do contexto de polarização eleitoral e das guerras culturais na escola quando estudaram nos cursos do Proeja-Ifes e de que modo perceberam a atuação da instituição escolar nesses episódios; e 5) conhecer e problematizar a visão dos estudantes participantes da pesquisa acerca do papel da escola no que se refere à discussão de temas relacionados à política e a situações que envolvam conflito político.

A realização de pesquisas no âmbito das Ciências Sociais que versam sobre a compreensão do momento político atual, brevemente sintetizado no início desta introdução, é de conhecida relevância para uma reflexão sobre os rumos da democracia no Brasil, principalmente em um período de grande questionamento desse regime de governo. Recorrer à velha máxima de que é preciso compreender para transformar a fim de justificar a importância de estudos dessa natureza não me parece redundante, sobretudo em um período marcado por negacionismos, exaltação de regimes autoritários, normalização da violência política e desqualificação da luta por direitos humanos.

Nesse sentido, minha posição como pesquisadora comprometida com uma sociedade democrática e mais justa não pode deixar de ser expressamente evidenciada nesta introdução, sendo este um fator que me motiva a realizar estudos dessa natureza. Em acordo com Haraway (1995, p. 21), assumo a perspectiva parcial

dos saberes localizados que prometem uma objetividade que “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”.

A temática geral em que se situa minha pesquisa, a saber, o crescimento da extrema direita e as mudanças na política brasileira, já tem sido abordada por diversos pesquisadores em âmbito nacional e internacional[13], por meio de pesquisas profundas e complexas, com estudos de longo prazo. Nesse cenário, minha contribuição acadêmica reside no enfoque dado ao *processo de formação da identificação política* dos sujeitos, que passa tanto pela análise de suas trajetórias de vida quanto pela compreensão de como a articulação hegemônica que resultou na vitória eleitoral de um candidato da extrema direita atravessou os discentes em seu cotidiano.

Nesse contexto, colocar os holofotes da pesquisa sobre o ambiente escolar em contraste com os demais espaços de socialização dos participantes não significa, *a priori*, afirmar que a escola tenha uma atuação mais acentuada que outros ambientes no que tange à problemática em foco, mas implica lançar um olhar mais apurado sobre ela em tempos de democracia em risco, analisando seu papel, suas singularidades e potencialidades.

A escassez de produção acadêmica sobre a maneira como as camadas populares interpretam a atual situação política nacional e sobre os conflitos políticos entre direita e esquerda dentro da escola tem sido registrada por pesquisadores. Pinheiro-Machado (2016) relata que a compreensão e o engajamento das camadas populares em relação aos processos políticos mais amplos, os sentimentos dos mais pobres em relação à política institucional ou as visões que estão em disputa nas periferias a respeito da situação política brasileira têm aparecido pouco em pesquisas, sendo esse enfoque um desafio para o campo das Ciências Sociais.

Ao se observar a área da educação, por sua vez, estudos sobre conflitos políticos ou polarização política no ambiente escolar têm sido pouco registrados nas produções acadêmicas, tendo em vista que os principais indexadores de artigos científicos no país mostram quase nenhuma atenção às guerras culturais escolares[14], conforme alertam Alvim, Mação e Girelli (2022, p.68):

---

[13] A fim de não incorrer na omissão de algum pesquisador relevante para esse campo de estudos, optei por não os referenciar nominalmente neste parágrafo, mencionando-os conforme o enfoque de investigação ao longo dos capítulos da tese.

[14] São dignas de nota as diversas pesquisas acadêmicas que abordam a relação entre conservadorismo e educação, sobretudo as que têm foco no Movimento Escola Sem Partido.

> Se, cotidianamente, o corpo escolar esbarra nessas batalhas culturais, as pesquisas relacionadas ao campo da educação, por sua vez, parecem não ter muita coisa a oferecer ao problema e não se dedicam a ele. Ao menos não na forma relacional das guerras culturais.

Esta pesquisa, ao mergulhar no “Brasil popular” a partir da escola, tenta apresentar a complexidade da visão desse público a respeito de processos políticos mais amplos, o que é muito relevante para compreender o momento político atual. Ao sublinhar o modo como o espaço escolar atravessou a vida desses sujeitos durante esse período e como eles reagiram a esse processo, pretendo contribuir para uma reflexão sobre o papel da escola em uma sociedade abalada em seus pilares democráticos, bem como sobre a importância de se repensar a atuação docente e suas práticas pedagógicas em um contexto de intensas transformações políticas.

Em termos de organização, esta tese está dividida entre introdução, cinco capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, há a apresentação das estratégias e recursos metodológicos do estudo, entre os quais destacam-se os critérios de definição do *corpus* empírico da pesquisa, as técnicas de coleta e análise de dados, bem como a forma de sua execução, desde a seleção de participantes até a organização e sistematização das informações levantadas. Além disso, contém a descrição do perfil dos sujeitos pesquisados, com dados relativos à idade, ocupação, raça e etnia, sexo, renda e local de moradia, e uma reflexão sobre o papel e os limites da atuação da pesquisadora durante o trabalho de campo.

No segundo capítulo, apresento a perspectiva teórica que orienta esta tese, o pós-estruturalismo ou pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que atribuem uma centralidade ao político nas relações sociais e concebem a formação das identidades políticas a partir de relações contingentes. Para aprofundar a compreensão sobre os processos de identificação, realizo uma discussão acerca da falta constitutiva do sujeito e sua busca incessante pela plenitude ausente, preenchida por fantasias, entre as quais são incluídas as ideologias políticas. Além disso, com vistas a entender a adesão coletiva a determinados projetos ou líderes, mobilizo os conceitos de significantes vazios, antagonismo e hegemonia, compreendidos à luz dos dados de campo da pesquisa.

Entretanto, estudos relacionados a conflitos políticos em sala de aula, disputas entre direita e esquerda ou entre conservadores e progressistas no ambiente escolar, papel da escola diante de conflitos políticos e práticas pedagógicas para lidar com situações de polarização entre estudantes ainda são pouco conhecidos.

Já no terceiro capítulo, realizo uma articulação entre as trajetórias de vida dos sujeitos e seus processos de identificação política, com foco no período das eleições de 2018 e 2022. Por meio de uma revisão de literatura, apresento, inicialmente, um panorama sobre a educação de jovens e adultos no país, destacando as especificidades desse público no âmbito educacional brasileiro. A seguir, prossigo com a reconstituição de seus percursos de vida, enfatizando suas faltas constitutivas como sujeitos e seus itinerários na política e elencando as semelhanças e diferenças entre os eleitores e os não eleitores de Jair Bolsonaro em seus processos de identificação.

O quarto capítulo, por sua vez, tem por objetivo demonstrar os fatores que levaram os estudantes a se identificarem com Bolsonaro ou rejeitá-lo nos pleitos de 2018 e 2022. Para isso, utilizei o instrumental teórico-metodológico das Lógicas da Explicação Crítica (Glynos; Howarth, 2007), pelo qual foi possível compreender a articulação dos âmbitos social, político e fantasmático que resultou na hegemonia da ordem política capitaneada por esse candidato. Além de uma discussão sobre o contexto de emergência do bolsonarismo no Brasil, bem como sua configuração, demonstro, por meio das narrativas dos estudantes eleitores de Jair Bolsonaro, os motivos pelos quais eles se identificaram com a figura do candidato, e por outro lado, o que fez com que os outros participantes da pesquisa contestassem e rejeitassem esse político.

No quinto capítulo, evidencio o papel da escola no processo de formação da identificação política dos estudantes, destacando os impactos reais e potenciais do ambiente escolar sobre a visão política desses sujeitos. Para tanto, discorro sobre a maneira como os estudantes vivenciaram o período eleitoral dentro da escola, bem como sobre suas experiências e aprendizados em relação aos debates políticos nessa instituição. Além disso, abordo os desafios do espaço escolar no contexto de acirramento de antagonismos, bem como as especificidades que o tornam um local singular para amplificação dos valores democráticos. Ao final, concluo a tese com uma síntese dos resultados, evidenciando limites e perspectivas abertas pela pesquisa.

1. ESTRATÉGIAS E RECURSOS METODOLÓGICOS

Para compreender as escolhas metodológicas desta pesquisa, é preciso considerar que a perspectiva teórica com a qual trabalho pressupõe que as identidades políticas não são fixas, imutáveis e nem determinadas a *priori* do momento político (Laclau; Mouffe, 2015), sendo os afetos decisivos em sua constituição (Mouffe, 2019). Desse modo, meu olhar como pesquisadora buscou priorizar as dimensões cotidianas da vida social, mais próximas aos participantes do estudo, e que geram uma riqueza de detalhes na análise.

Os dados desta tese são, portanto, de natureza qualitativa, termo que, na visão de Chizzotti (2003, p. 221), "implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível".

A pesquisa qualitativa, conforme Deslauries e Kérisit (2008), se aplica melhor a certos tipos e temas de investigação, como pesquisas descritivas e exploratórias, que possibilitam a familiarização com pessoas e suas preocupações, evidenciando o "como" e o "o quê" dos fenômenos; e estudos do cotidiano e do ordinário, que apresentam as construções efêmeras da vida de todos os dias. Em ambos os casos, as informações em grau detalhado do contexto permitem a realização de pesquisas explicativas ou que possibilitam a emergência de sentido de um determinado fenômeno social. Como minha pretensão era conhecer as minúcias do processo de identificação política do público do Proeja no contexto das eleições presidenciais de 2018 e 2022, bem como o papel da escola nesse processo, a pesquisa qualitativa mostrou-se a mais adequada, uma vez que propiciou uma "partilha densa" de sentidos e significados com os interlocutores, indo ao encontro dos objetivos do estudo.

Ao traçar a estratégia desta investigação, busquei adaptar, como ensina Becker (1993), os princípios gerais da construção metodológica à situação específica que se colocava diante de mim, elegendo as soluções que mais se adequavam ao perfil do estudo e do grupo participante. Uma delas foi a utilização da análise de trajetória, como será visto no terceiro capítulo, pois essa abordagem possibilitou uma articulação entre as experiências de vida dos sujeitos, suas percepções de mundo e as escolhas políticas frente ao cenário nacional.

A análise de trajetória pode ser definida, na visão de Guérios (2011), como as conclusões a que o pesquisador chega pelo estudo dos materiais obtidos a partir de

biografias e histórias de vida. Já Suely Kofes (2001, p. 27) compreende a trajetória como “o processo de configuração de uma experiência social singular”, um tipo de abordagem biográfica “que não é rigorosamente uma biografia, pois se focaliza a experiência de um sujeito, não pretende a reconstrução de sua ‘vida’” (Kofes, 2001, p. 14). Essa autora enfatiza que as narrativas orais nesse tipo de estudo têm como maior objetivo a compreensão – e menos a reconstrução – da trajetória de vida de uma pessoa, dando ênfase aos processos históricos e experiências vividas.

Contudo, quando se trata de estudos de trajetórias e outras metodologias com enfoque biográfico, não é possível ignorar a existência de ponderações no campo das Ciências Sociais acerca da objetivação dos dados nessa escala de análise[1]. Resgato a perspectiva de Pierre Bourdieu (2006), bastante crítica a determinados enfoques de estudos biográficos, para apresentar essa questão. Segundo o autor, não é possível realizar estudos de trajetórias de vida sem situá-las diante das condições concretas de existência que as produziram. Conforme sua perspectiva, a noção de trajetória deve ser entendida como uma

> [...] série de posições ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço ele mesmo em devir e submetido a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e suficiente em si mesma de eventos sucessivos sem outra ligação que a associação a um “sujeito” cuja constância é apenas aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, 2006, p. 189-190).

Tomando em conta as concepções e ponderações mencionadas, adotei como perspectiva o pressuposto de que a análise de trajetória deve considerar a existência de uma relação direta entre a experiência do sujeito e o meio social no qual ele está inserido, de modo que “não se trata de fazer história de vida descolada de interesses de pesquisa que situam esses relatos na estrutura social a eles subjacentes” (Gutierres, 2018, p. 86). A utilização dessa abordagem metodológica implica, dessa forma, a articulação da análise do material de campo – composto não apenas por relatos de histórias de vida – aos objetivos da pesquisa e ao contexto deste estudo.

Não tive a pretensão, portanto, de reconstituir a trajetória da vida inteira dos estudantes do Proeja, mas tomei em conta as experiências narradas a fim de buscar semelhanças e singularidades em suas trajetórias que me permitissem indicar

[1] Uma discussão mais aprofundada acerca dos embates teóricos entre as correntes macro e microssociológicas pode ser encontrada em Alexander (1987). Já as distintas concepções de estudos de trajetória, conforme variadas épocas e matrizes teóricas, podem ser consultadas em Guérios (2011).

elementos que possam ter contribuído para sua identificação política nas eleições de 2018 e 2022. Esse exercício metodológico não resultou em uma análise simplista de causa e consequência, como se um fato isolado na vida de um sujeito pudesse justificar integralmente suas ações. Ele proporcionou, por sua vez, o reconhecimento de aspectos de vivências individuais e coletivas que podem ter sido mobilizados em um contexto específico de identificação política, como será visto no decorrer da tese.

Além da análise de trajetória, também recorri ao instrumental teórico-metodológico das Lógicas da Explicação Crítica elaborado por Jason Glynos e David Howarth (2007), que buscam explicar fenômenos empíricos a partir da operacionalização da Teoria do Discurso da Escola de Essex. Por meio da caracterização, explicação e crítica da realidade, as lógicas possibilitam uma análise das dimensões social, política e fantasmática, as quais foram utilizadas para melhor compreender o processo coletivo de construção de hegemonia que resultou na identificação ou rejeição dos estudantes ao candidato Jair Bolsonaro nos pleitos em questão, conforme será verificado no quarto capítulo.

Para demonstrar a forma como os dados da pesquisa foram levantados, incluindo as informações biográficas dos participantes e o mapeamento de suas opiniões políticas, apresentarei, na próxima seção, as ferramentas de prospecção de dados utilizadas neste estudo, bem como o detalhamento do processo de análise dessas informações.

1.1 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A escolha das técnicas de coleta de dados buscou considerar as diretrizes de Yin (2001), que compreende a necessidade do uso de evidências provenientes de duas ou mais fontes que possam convergir em relação aos mesmos fatos ou descobertas em uma pesquisa qualitativa. Dessa forma, realizei: 1) entrevistas individuais, tanto não diretivas, que abordaram a trajetória de vida dos estudantes por meio de narrativas livres, quanto semiestruturadas, com questões previamente estabelecidas a partir de um roteiro orientador, todas no ano de 2022; 2) grupos focais, *on-line* e presencial, organizados em 2023; e 3) observação, principalmente a partir da interação com os participantes por aplicativo de mensagens, ao longo de 2022 e 2023.

A utilização de entrevistas na pesquisa justifica-se, em acordo com Poupart (2008), por tratar-se de uma ferramenta que possibilita a análise das realidades sociais conforme a perspectiva dos atores, o que é considerado indispensável para uma apreensão e compreensão das condutas sociais, já que eles próprios expressam o sentido que conferem a suas ações. Além disso, a entrevista permite o conhecimento interno dos dilemas e questões enfrentadas pelos sujeitos e apresenta-se como uma ferramenta de levantamento de informações capaz de elucidar realidades sociais por meio do acesso às experiências dos agentes.

Optei, primeiramente, por realizar entrevistas não-diretivas com os participantes, tendo como objetivo conhecê-los melhor e me situar no campo empírico da pesquisa, para posteriormente, realizar as entrevistas semiestruturadas. Também escolhi iniciar a coleta de dados com esse tipo de entrevista porque, na visão de Michelat (1981), as informações obtidas por essa modalidade podem corresponder a níveis mais profundos, pois parece haver uma relação íntima entre a intensidade das informações fornecidas pelo entrevistado e o grau de liberdade que ele tem para se expressar.

Para a realização dessas entrevistas, nas quais os participantes puderam se apresentar e falar livremente sobre suas trajetórias de vida, solicitei que levassem uma imagem ou um objeto que simbolizasse sua identidade ou que fosse significativo na sua história pessoal. Considerei que as imagens ou objetos poderiam ajudar nas entrevistas, pois eram um estímulo para que os participantes libertassem “suas memórias, criando um trabalho de ‘construção’ partilhada, em que pesquisador e entrevistado podem falar juntos, talvez de uma maneira mais descontraída do que sem tal estímulo” (Loizos, 2003, p. 143). Dessa forma, associados às entrevistas não diretivas, obtive também imagens e objetos trazidos pelos estudantes, elementos interessantes que foram incorporados à análise dos dados.

De maneira complementar à entrevista não diretiva, utilizei a entrevista de tipo semiestruturada, por meio da qual defini um conjunto de questões principais e específicas sobre o tema da pesquisa, que puderam ser flexibilizadas à medida que o diálogo com os interlocutores era estabelecido. Para construção do roteiro de questões, que consta no APÊNDICE A, tomei como referências, além dos objetivos da tese, a revisão de literatura sobre estudos empíricos realizados sobre o perfil dos

eleitores de Jair Bolsonaro[2], que indicavam a recorrência de determinados temas para esse tipo de público; o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do Proeja; e elementos advindos das entrevistas não diretivas, os quais julguei pertinentes de serem aprofundados em um novo momento da coleta de dados. As questões das entrevistas semiestruturadas giraram em torno da posição dos pesquisados sobre escola, cultura, redes sociais, religião, engajamento político/organizações sociais e identificação política.

Durante a pesquisa, também optei pela realização de grupos focais por considerar importante a observação das respostas e comportamentos dos estudantes em uma interação grupal, pois, de acordo com Chadderton e Torrance (2015, p. 94), “no contexto do grupo o indivíduo pode ter a necessidade de se explicar melhor ou defender sua postura, talvez argumentando de uma maneira que não ocorreria em uma entrevista individual”, a qual pode resultar em uma análise muito empirista das percepções dos participantes, marcadas pelo “aqui e agora”. Além disso, a interação grupal, conforme Abreu, Baldanza e Gondim (2009), permite que os participantes discutam e manifestem suas opiniões de modo a revelar pontos de consenso e dissenso no grupo, acentuando posições antagônicas, elemento fundamental para este tema de pesquisa. Por essa ferramenta metodológica, o nível de análise é o próprio grupo e não as respostas individuais, pois os participantes “emitem as suas opiniões e, diante das de outros, podem ou não ajustá-las, reafirmá-las, corrigi-las, entre outras possibilidades” (Almeida, 2016, p. 44).

Tendo em vista o perfil de dados que poderia obter por esse recurso metodológico, construí o roteiro para condução dos grupos, o qual se encontra no APÊNDICE B, levando em consideração a abordagem de duas temáticas centrais na pesquisa: a identificação política nas eleições de 2022 em torno dos candidatos Bolsonaro e Lula e a formação dessa identificação especificamente em sua interface com a escola. Por meio de uma metodologia que fomentasse o debate, como a exibição de vídeos curtos e questões de múltipla escolha, os participantes expuseram suas opiniões em diálogo uns com os outros, gerando dados de pesquisa a partir de uma efetiva interação grupal.

Em que pesem as vantagens já mencionadas e o êxito das entrevistas e dos grupos focais na coleta de dados desta pesquisa, não é possível desconsiderar seus

[2] Entre as principais referências de pesquisa, estão: Kalil (2018); Gallego (2021); Paula *et al.* (2021); Pinheiro-Machado (2019); Rocha; Gallego (2020).

limites. A entrevista, por exemplo, vai muito além de um trabalho de levantamento de informações, como alerta Kandel (1981), configurando-se como uma situação de interação e influência entre indivíduos, que pode afetar as informações fornecidas pelo participante, gerando dúvidas acerca do que é dito.

Já o grupo focal, segundo Almeida (2016), não consegue captar o que as pessoas realmente fazem, mas o que elas pensam que fazem ou são, já que se trata de uma discussão induzida e deslocada do fluxo cotidiano, na qual os sujeitos tendem a se apresentar mais coerentes do que na vida real. Nesta investigação, pude experimentar um pouco dos limites de tais técnicas, assunto sobre o qual tecerei breves considerações no item 1.4, relativo à posição da pesquisa em campo.

Finalizo a apresentação das técnicas de coleta de dados falando sobre a observação, que, na visão de Somekh e Jones (2015), é um dos métodos mais importantes, pois implica estar presente em uma determinada situação e registrar as impressões causadas por aquilo que acontece. Neste caso, a observação ocorreu prioritariamente pela interação que estabeleci com os estudantes no aplicativo de mensagens *WhatsApp* ao longo dos anos de 2022 e 2023, o que me permitiu a manutenção do vínculo com os estudantes para além dos momentos das entrevistas e grupos focais.

Durante esses dois anos, conversamos sobre questões relativas à pesquisa por meio de mensagens de texto e de voz, obtive atualizações sobre mudanças pessoais, profissionais e estudantis e acompanhei suas percepções sobre o cenário brasileiro pós-eleições de 2022. Os participantes me enviaram, espontaneamente ou por solicitação, imagens, fotos, áudios, vídeos e *links* de reportagens que julgavam interessantes de serem compartilhados comigo naquele momento. Por meio dessa ferramenta de coleta de dados, pude exercitar, em alguma medida, a perspectiva longitudinal de estudo de um grupo, uma das “lentes” que Pinheiro-Machado e Scalco (2020) sugerem para analisar a relação entre grupos subalternos e conservadorismo político.

Os dados provenientes das coletas descritas anteriormente resultaram em 48 horas de entrevistas individuais e quatro horas de grupos focais, as quais foram registradas por meio de gravação de áudio e integralmente transcritas com o auxílio do programa *Transkriptor*. No caso das entrevistas, a sistematização foi feita para cada participante, individualmente, conforme orientação do roteiro elaborado por Pavesi ([s.d.]) para essa finalidade, o qual consta no ANEXO A.

Em relação aos grupos focais, a organização dos dados considerou a interação grupal, nos moldes de Almeida (2016), que sugere a sistematização de maneira transversal, em torno dos principais temas elencados no roteiro; e longitudinal, pela observação do fluxo do diálogo para a compreensão da lógica das justificativas ou mudanças de posição. Já as observações oriundas da interação com os participantes via *WhatsApp* foram registradas em seus respectivos cadernos de campo e analisadas conforme a recorrência com que os temas apareceram nos diálogos.

A análise dos dados baseou-se nos pressupostos da Teoria do Discurso da Escola de Essex (Burity, 2014; Freitas, 2021a), a qual compreende discurso como "uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social" (Mendonça; Rodrigues, 2014b, p. 50). Por essa perspectiva, as ações empreendidas pelos sujeitos ou grupos sociais são significativas, não podendo ser simplesmente reveladas, mas compreendidas pelas diversas possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, mesmo que contingentes.

A fim de compreender o sentido das ações dos sujeitos deste estudo, sistematizei, em um primeiro momento, as transcrições das entrevistas a partir dos objetivos específicos da pesquisa. Observei a recorrência e a maneira como determinadas temáticas apareceram no conjunto das narrativas dos participantes. Posteriormente, busquei apreender os significados atribuídos a cada uma delas no contexto brasileiro e comparei esses dados com os das anotações registradas no caderno de campo e das discussões oriundas dos grupos focais, a fim de verificar que posições se confirmavam ou modificavam-se de acordo com a mudança de ambiente.

Por fim, tendo em vista os objetivos da pesquisa e o referencial teórico-metodológico da tese, promovi o cruzamento dos dados provenientes das diversas fontes e organizei os resultados em capítulos que abordaram a análise das trajetórias dos participantes, demonstrando a relação entre experiências de vida e processos de identificação política; a articulação de sentidos entre o objeto de identificação representado pela figura de Jair Bolsonaro e a vida cotidiana dos estudantes; e a maneira como as vivências escolares impactaram em todo esse processo.

1.2. OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa teve início com o mapeamento e seleção dos participantes que formaram o *corpus* empírico, o qual não foi definido a partir de uma amostra estatística, mas de critérios construídos intencionalmente para atingir os objetivos da investigação. Parti do pressuposto de que, em pesquisas qualitativas, o "propósito de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos, considerando seu tema" (Yin, 2016, p. 92), o que não requer necessariamente uma amostra operacional do universo de análise (Pires, 2008).

Dessa forma, o *corpus* empírico desta pesquisa foi construído e caracterizado pela seguinte composição: 20 estudantes dos cursos do Proeja/Ifes – *campus* Vitória, matriculados na instituição entre os anos de 2018 e 2022, cuja opção de voto para presidente da República nas eleições de 2018 fosse ostensivamente publicizada. Além disso, metade desses estudantes deveria ter escolhido, no 2º turno das eleições, o candidato Jair Bolsonaro, e a outra metade não, sendo seu voto, portanto, no candidato do PT, Fernando Haddad[3]. O grupo também teria que apresentar diversificação de perfis, considerando aspectos de raça e etnia, gênero e orientação sexual, faixa etária, religião e engajamento em organizações sociais[4].

Os critérios utilizados para definir o *corpus* descrito foram baseados nos princípios teórico-metodológicos do contraste intergrupo e na diversificação intragrupo (Pires, 2008). Tendo em vista que o primeiro princípio busca estabelecer uma comparação e uma descrição em profundidade das diferenças encontradas entre os participantes, considerei o nome de Jair Bolsonaro como sendo a melhor referência para a análise da formação da identificação política dos estudantes porque ele foi o candidato vencedor no pleito de 2018. Desse modo, a seleção dos participantes considerou, em primeiro lugar, a divisão entre aqueles que votaram no candidato vencedor, Jair Bolsonaro, e aqueles não votaram nesse candidato[5]. O principal recorte

---

[3] Por esse critério, participaram da pesquisa estudantes de diversos espectros políticos, incluindo quem não votou em Jair Bolsonaro e nem em candidatos do PT no primeiro turno das eleições de 2018, como será detalhado mais adiante. Porém, em virtude do acirramento político no segundo turno desse pleito, os participantes tiveram que optar, necessariamente, por um dos dois candidatos, fato que justifica o estabelecimento desse momento como divisor das posições eleitorais entre o grupo de participantes.

[4] Registro que nem todos os participantes do estudo atenderam plenamente aos critérios estabelecidos no *corpus* empírico da pesquisa, o que somente foi evidenciado após a primeira leva de coleta de dados. Como detalharei mais adiante, apesar de todos os interlocutores expressarem suas posições políticas ostensivamente, dentro e fora da escola, uma discente hesitou em declarar seu voto durante uma entrevista e outro estudante relatou não ter comparecido à seção eleitoral para votar.

[5] A utilização do princípio do contraste como critério teórico-metodológico também justifica a incorporação dos estudantes não eleitores de Jair Bolsonaro nesta pesquisa. Admito que, inicialmente,

analítico considerou, portanto, duas formações de identidades políticas distintas: a vencedora nas eleições de 2018 e a que se opôs a ela.

A pesquisa também observou o posicionamento dos mesmos estudantes nas eleições de 2022 e considerou, nesse caso, os que votaram pela reeleição de Jair Bolsonaro e aqueles que optaram pelo candidato concorrente, Lula, no 2º turno. Embora este último tenha sido eleito neste pleito, a definição inicial da pesquisa já havia sido baseada no resultado da eleição anterior, o que justifica a permanência de Jair Bolsonaro como sendo a principal referência para a divisão do grupo participante.

Já a diversificação, segundo princípio orientador dos critérios de seleção, permite revelar um panorama mais completo das perspectivas encontradas dentro de um grupo, incluindo uma variedade de situações, independente da frequência estatística. Neste estudo, para identificar as singularidades intragrupo, encontrei na faixa etária um fator relevante de diferenciação entre os pesquisados, tendo em vista suas distintas vivências e experiências. Adicionalmente, inseri as diversidades de gênero, orientação sexual e raça, marcadores sociais de diferenças amplamente utilizados em pesquisas de Ciências Sociais e que apresentam suas marcas específicas junto ao público em questão. Por fim, considerei importante a participação de pessoas de religiões diferentes, com histórico ou não de envolvimento em organizações sociais, pois esses fatores poderiam estar relacionados à identificação política nas eleições.

Além dos princípios do contraste e da diversidade, existem outros delimitadores do *corpus* empírico que estão relacionados às especificidades dos estudantes do Proeja e à capacidade de execução do estudo. A definição pela participação de apenas 20 estudantes, por exemplo, levou em consideração a pouca disponibilidade de tempo do grupo, formado majoritariamente por estudantes que exercem atividade remunerada. Desse modo, avaliei que a ampliação da participação para além dessa quantidade implicaria o aumento das dificuldades para executar o estudo, que contou com o trabalho de uma única pesquisadora em campo.

Por outro lado, a redução do quantitativo de participantes para menos de 20 estudantes não me pareceu razoável, pois havia a possibilidade de que desistissem da pesquisa no decorrer do tempo. Como dito anteriormente, a descontinuidade do

---

meu interesse restringia-se apenas aos que optaram por esse candidato. Entretanto, percebi que analisá-los em contraste com posições políticas divergentes das suas possibilitaria um estudo mais aprofundado.

processo de escolarização é comum nessa modalidade de ensino e, não raro, estudantes interrompem seus estudos, mudam-se para outra cidade, trocam de trabalho e depois retornam – ou não – para a escola, o que torna bastante imprevisível sua permanência em um estudo de médio ou longo prazo[6].

Considerando os elementos expostos, o quantitativo de 20 participantes, distribuídos entre eleitores e não eleitores de Jair Bolsonaro, pareceu-me, portanto, o mais adequado, pois permitiu que singularidades intragrupo fossem contempladas e que a pesquisa se aproximasse do ponto de saturação de sentido dos dados (Gaskell, 2003), ou seja, do patamar em que os temas passam a ser recorrentes entre os participantes, trazendo mais confiança ao estudo.

A imprevisibilidade acerca da participação dos estudantes do Proeja também me motivou a estabelecer o recorte temporal de matrícula na instituição entre os anos de 2018 e 2022, uma vez que esse período, além de abarcar todo o mandato do presidente Jair Bolsonaro, reuniu uma quantidade significativa de alunos que poderiam ser selecionados para o estudo. Não se pode desconsiderar que, nesse intervalo temporal, ocorreu a pandemia da Covid-19, que levou à suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino e impactou a permanência dos estudantes nos cursos do Proeja. Por isso, foi fundamental estabelecer um recorte temporal alargado para garantir uma seleção adequada de participantes.

Após a definição do *corpus* empírico, prossegui para a segunda etapa da pesquisa, que consistiu na efetiva seleção dos participantes a partir dos critérios estabelecidos. Tomando em conta que os estudantes deveriam ter manifestado publicamente sua intenção de voto nas eleições presidenciais de 2018, solicitei indicações de estudantes aos professores e à equipe pedagógica dos cursos do Proeja. Esses profissionais mantiveram contato direto com os alunos no período estabelecido na pesquisa, seja em sala de aula, seja em outros ambientes da escola ou ainda pelas redes sociais virtuais, e poderiam indicar possíveis participantes[7]. Ressalto que o critério da exposição pública da posição política dos estudantes buscou respeitar o direito ao voto secreto, e por isso, só deveriam participar do estudo

[6] Nos anos de 2022 e 2023, alguns participantes da pesquisa interromperam o curso; outros retornaram para a escola após um período de trancamento e outros conseguiram concluir os estudos. Por isso, no processo de seleção, considerei a inclusão de participantes com curso em andamento; curso trancado e curso concluído. Reitero: essa descontinuidade é uma característica dos estudantes da EJA e cabe ao pesquisador explicitar essas circunstâncias e saber lidar com elas.

[7] Como docente, também indiquei estudantes para esta pesquisa, buscando sempre alinhar as minhas indicações com a dos demais profissionais do Ifes.

aqueles que se sentissem confortáveis em revelar e dialogar sobre suas escolhas políticas[8].

Em reunião realizada no início de 2022 com docentes lotados na Coordenadoria do Proeja, que englobava, na época, 23 professores das áreas de ciências humanas, linguagens, matemática e ciências da natureza e suas tecnologias, e com os profissionais da equipe pedagógica responsáveis por acompanhar os cursos dessa modalidade no *campus* Vitória do Ifes, apresentei o projeto de pesquisa e os critérios estabelecidos para a seleção dos estudantes. Solicitei a colaboração dos profissionais nessa indicação, a qual foi feita pelo preenchimento de um formulário do *Google Forms*, que consta no APÊNDICE C, enviado para eles por e-mail.

Nessa indicação, além de dados de identificação, como nome dos estudantes e seus respectivos cursos, deveriam constar as circunstâncias e meios pelos quais os educadores souberam da declaração de voto dos alunos, uma forma de garantir que as indicações partissem de situações concretas e não de suspeitas ou de "achismos" acerca da posição política dos estudantes. O formulário ainda apresentou um campo para descrição de características relativas à raça/etnia, gênero, faixa etária, religião e engajamento político, com o intuito de qualificar o levantamento de informações e garantir a diversidade entre os indicados.

Após o envio do formulário para o e-mail dos educadores, tive um retorno pouco significativo de respostas, sendo necessária a interpelação pessoal com cada um dos profissionais da coordenadoria para a coleta de indicações, medida que gerou resultados mais satisfatórios. A partir dessa primeira leva de indicações de nomes, organizei um quadro de participantes por faixa etária (18-29 anos; 30-39 anos; 40-59 anos; e 50-59 anos) e fui preenchendo-o a partir das características de posicionamento político e de diversificação mencionadas no levantamento.

A finalização desse quadro, contudo, ocorreu apenas com a segunda etapa de indicações, que foram feitas por meio de conversas informais com estudantes de referência dos cursos do Proeja, em geral, lideranças de turma com quem eu já tinha alguma relação como professora; e com os próprios estudantes inicialmente indicados para a pesquisa, os quais também sugeriram nomes de colegas com o perfil que eu

[8] Em que pese a diretriz de indicação de estudantes com posicionamento político eleitoral ostensivo, o trabalho de campo revelou situações inusitadas nas quais os estudantes indicados não quiseram revelar seu voto, como mencionado anteriormente, ou revelaram uma posição oposta à indicação dos profissionais da escola, como relatarei adiante.

buscava. A seleção dos participantes, portanto, contou com as indicações de profissionais da escola, professores e equipe pedagógica; de estudantes informantes dos cursos do Proeja; de discentes indicados inicialmente para a pesquisa e com as minhas próprias sugestões como docente[9].

Com a listagem completa dos alunos selecionados, convidei-os para participar da pesquisa, o que foi feito por ligação de telefone, e, em alguns casos, pessoalmente, quando esse encontro foi possível. Nesse primeiro contato, expliquei a proposta e os objetivos do estudo e enviei para eles, por *WhatsApp* e por e-mail, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)[10], o qual deveriam entregar assinado antes da realização das primeiras entrevistas. Os estudantes demonstraram grande interesse em contribuir com a pesquisa e sentiram-se, em alguma medida, lisonjeados por terem sido indicados, fato que contribuiu para a fidelização de sua participação ao longo da investigação.

Também enviei aos participantes, via aplicativo de mensagens *WhatsApp*, um formulário *on-line*, feito no *Google Forms*, que consta no APÊNDICE D, com a solicitação de dados pessoais a seu respeito, como renda, cor e raça, orientação sexual, local de moradia e acesso a políticas sociais. Coletei as informações por esse instrumento porque tive receio de que algum estudante ficasse envergonhado de me relatar oralmente tais dados, considerando que minha relação com muitos deles, além de pesquisadora, constituía-se primeiramente como professora, aspecto sobre o qual tecerei algumas considerações mais adiante.

As anotações no caderno de campo a respeito de cada participante tiveram início neste momento e foram incrementadas por meio da observação feita em seus perfis nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*[11], pelas quais passei a acompanhá-los durante dois meses. Observei, de maneira livre, as postagens em suas linhas do tempo (*timelines*), com o objetivo de fazer uma pesquisa de reconhecimento, de caráter exploratório, acerca do comportamento desses atores no mundo virtual, o que me subsidiou na preparação da coleta de dados.

---

[9] Essa forma de seleção dos participantes resultou na escolha de um grupo composto por estudantes de turmas, cursos, turnos e temporalidades diferentes, o que, na prática, inviabilizou a utilização de técnicas de observação participante em um mesmo ambiente, como uma sala de aula, por exemplo.

[10] O projeto que resultou neste estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Ufes e está registrado na Plataforma Brasil sob o nº 56607722.2.0000.5542. O Ifes, por ser instituição coparticipante, também aprovou o projeto em seu Conselho de Ética em Pesquisa e seu número de registro na mesma plataforma é 56607722.2.3001.5072.

[11] A escolha dessas duas redes ocorreu apenas porque eram as que eu já utilizava. Durante as entrevistas, pude perceber que os estudantes utilizavam outras redes sociais além daquelas.

A primeira etapa das entrevistas individuais, não diretivas, ocorreu entre os meses de abril e maio de 2022, presencialmente, nas dependências da escola. O diálogo com cada um dos participantes durou em torno de 1h30 e foi registrado por meio do gravador de voz. O foco dessas entrevistas foi a narrativa de suas histórias de vida, método que possibilita, na visão de Pereira (2000), que o pesquisador explore as relações da história individual com o contexto social, “permitindo, como nenhuma outra técnica, apreender a influência mediadora dos pais, dos grupos de vizinhança, da escola e de outros grupos primários” (Pereira, 2000, p. 122). Essa coleta de dados gerou 26 horas de gravações.

A segunda etapa das entrevistas, conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado, foi realizada, intencionalmente, entre os meses de setembro e outubro de 2022, período em que ocorreram a campanha eleitoral e as eleições para presidente da República. Nessa fase, que resultou em 22 horas de gravações, tive mais dificuldades para contar com a participação dos estudantes, pois muitos haviam concluído ou interrompido o curso ou estavam engajados nas campanhas eleitorais. Para contornar essa situação, mesclei a realização de entrevistas presenciais com algumas em ambiente virtual, via plataforma *RNP*[12], alternativa sugerida pelos participantes para garantir sua permanência no estudo.

A pesquisa prosseguiu no ano de 2023 com a realização de grupos focais nos meses de setembro e outubro, dos quais participaram 13 estudantes. A descontinuidade da participação do público em sua totalidade, já prevista, ocorreu pelos seguintes fatores: falta de resposta, por parte de alguns alunos, aos meus contatos; dificuldade de compatibilização de agendas para um encontro coletivo; e imprevistos de caráter pessoal ocorridos no dia da atividade.

Contudo, os estudantes que mantiveram a participação na pesquisa demonstraram engajamento durante as discussões, as quais foram organizadas em dois grupos. Um deles, denominado de grupo focal de jovens, foi feito de maneira *on-line*[13], via plataforma *RNP*, e contou com a participação de seis estudantes com idade abaixo de 35 anos. O outro, chamado de grupo focal de adultos, ocorreu presencialmente no Ifes e reuniu sete participantes acima de 35 anos[14].

---

[12] Das 20 entrevistas realizadas na segunda rodada, quatro foram feitas por meio de plataforma virtual.
[13] As especificidades metodológicas para condução de grupos focais em formato *on-line* foram por mim consideradas, conforme leitura de Duarte (2007) e Bordini e Sperb (2011).
[14] A realização dos grupos focais em formatos diferentes – *on-line* e presencial – buscou garantir o envolvimento do maior número de estudantes nessa etapa da coleta de dados, pois alguns poderiam

A organização dos grupos focais pelo recorte geracional justificou-se pela acentuada diferença entre as posições dos estudantes mais jovens e os de mais idade diagnosticada durante as entrevistas individuais, tanto entre os eleitores quanto entre os não eleitores de Bolsonaro. Percebi que deveria lançar um olhar mais atento sobre as possíveis diferenças de perspectivas desses segmentos, a fim de verificar as especificidades apresentadas por esses perfis de público dentro da pesquisa.

Ressalto que não existe, nos marcos legais da modalidade EJA, um enquadramento etário que define a idade dos estudantes considerados jovens e dos compreendidos como adultos, sendo necessário recorrer a outras referências para construir esse entendimento. Nesta pesquisa, assumi como referência o Estatuto da Juventude, criado pela Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que estabelece como jovens sujeitos entre 15 e 29 anos. Entretanto, como no estudo havia participantes com idades muito próximas a esse corte etário, entre 30 e 33 anos, e que expressaram opiniões e posições políticas muito semelhantes às do segmento juvenil, optei por englobá-los nesse grupo. Por isso, do ponto de vista empírico, esta investigação considerou como jovens os sujeitos abaixo dos 35 anos e como adultos os que estão acima dessa idade[15].

Acerca da composição interna de cada um dos grupos focais, busquei contemplar, equilibradamente, eleitores e não eleitores de Jair Bolsonaro, o que permitiu a visualização de convergências e divergências no grupo, bem como a confirmação, omissão e até mesmo refutação de posições anteriormente admitidas nas entrevistas individuais, fato bastante enriquecedor para a análise do problema de pesquisa. Também foi mantida a diversidade de gênero, raça e etnia, religião e organização social em cada um dos grupos.

Por fim, reitero que busquei estabelecer um diálogo com todos os estudantes da pesquisa ao longo do ano de 2023 por meio da troca de mensagens pelo *WhatsApp*. Desse modo, obtive algumas impressões do cenário político brasileiro

participar apenas em um desses formatos. A solicitação pelo formato *on-line* ocorreu prioritariamente entre os mais jovens, ao passo que a maioria dos estudantes com mais idade requereu o formato presencial.

[15] Ressalto que não há um consenso entre as diversas instituições sobre a classificação etária da juventude. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por exemplo, são considerados jovens sujeitos entre 15 e 24 anos. Já pelo Projovem, programa do Governo Federal que promove a inclusão de jovens que não concluíram o ensino fundamental, são contemplados sujeitos entre 18 e 29 anos. Além disso, do ponto de vista teórico, a construção da categoria juventude também é complexa, uma vez que envolve critérios históricos e culturais. Para uma discussão mais aprofundada no assunto, indico Dayrell (2003; 2007).

também junto àqueles que não puderam participar das atividades coletivas realizadas naquele ano, o que serviu para a complementação dos dados coletados.

1.3. OS PARTICIPANTES

Com o objetivo de apresentar um panorama acerca do perfil dos participantes[16] da pesquisa, relato, a seguir, detalhes sobre suas escolhas eleitorais e demais informações gerais que caracterizam o grupo. Em relação à declaração de voto para Presidente da República, considerando o segundo turno das eleições de 2018 e 2022, este estudo trabalha com 11 estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro e nove que votaram no referido candidato em ambos os pleitos[17].

No primeiro turno de 2018, entre os não eleitores do candidato, oito declararam ter votado em Fernando Haddad (PT), dois em Ciro Gomes (PDT) e um em Cabo Daciolo (Patriota). Já em 2022, nove disseram ter escolhido o candidato Lula (PT) e dois afirmaram ter optado por Ciro Gomes (PDT). Entre os eleitores de Jair Bolsonaro, apenas uma estudante declarou ter votado, no primeiro turno, em João Amoedo (Novo), em 2018, e em Ciro Gomes (PDT), em 2022. Os demais estudantes optaram por Bolsonaro nos dois momentos de escolha de candidatos dessas eleições.

Justifico a diferença numérica entre eleitores e não eleitores de Jair Bolsonaro por meio de um relato inusitado sobre um dos estudantes, inicialmente indicado como eleitor do candidato pelos profissionais do Ifes, a quem atribuí o codinome Pablo. Sua participação na pesquisa foi sugerida devido ao fato de ele ter sido candidato a vereador de Vitória nas eleições municipais de 2020 por um partido que abarcava lideranças políticas conservadoras de grande expressividade em âmbito municipal. Além disso, Pablo costumava utilizar uma blusa de frio esportiva da seleção brasileira para ir à escola, o que corroborava sua classificação como bolsonarista, tendo em vista a associação quase imediata entre a utilização de símbolos nacionais e o apoio a Bolsonaro nos últimos anos. Ao final da primeira entrevista com esse interlocutor, entretanto, fui surpreendida com a declaração de que o político mais admirado por ele

[16] Os nomes de todos os participantes da pesquisa foram modificados a fim de resguardar sua identidade e dados pessoais. Dessa forma, para fins de identificação dos estudantes no texto, foram utilizados codinomes escolhidos aleatoriamente.

[17] Reitero a informação mencionada na seção anterior de que um estudante não compareceu às urnas para efetivar seu voto e outra estudante não explicitou o candidato de sua escolha durante a coleta de dados. Sendo assim, considerei as posições políticas ostensivas dos referidos discentes para enquadrá-los como eleitores ou não eleitores do candidato.

era Lula e que seu voto havia sido no candidato do PT no segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Quando indagado sobre os motivos pelos quais os professores e colegas o identificavam como bolsonarista, obtive a seguinte resposta[18]:

> [...] porque eu andava com a camisa [...]. Eu comprei ela porque eu sempre gostei de material esportivo, sempre ia pro *shopping* comprar material esportivo e eu vi a camisa do Brasil, era a Copa do Mundo. Comprei uma camisa de frio. E [...] quando eu saio, [...] às vezes não tem jogo do Brasil, não tem nada, e eu estou com a camisa de frio, só que é uma blusa do Brasil. E aí eu chegava na sala de aula, os professores falavam "ó esse daí é bolsonarista". Eu falava "meu Deus, só porque eu estou com a camisa do Brasil estão falando que eu sou bolsonarista?! Mas se soubessem que eu votei no PT"... Até então, nem revelava que eu tinha votado no PT, mas eu votei no PT, votei porque o povo humilde queria[19].

Embora sua indicação tenha se dado, de fato, pelo vínculo partidário do estudante, não se pode descartar que o estereótipo do patriota possa ter influenciado, de alguma forma, para que se confirmasse, ainda que intuitivamente, a associação desse aluno a um apoiador do então presidente. Eu mesma tive essa impressão ao encontrá-lo pela primeira vez, pois ele utilizava a tal blusa de frio da seleção brasileira. Mesmo que sua permanência no estudo implicasse desequilibrar numericamente os subgrupos, optei por não o retirar da pesquisa justamente por ele estar em uma zona limítrofe entre os que apoiam os valores da família, mas precisam de políticas sociais, ora manifestando apoio a pautas conservadoras no âmbito moral, ora lutando por políticas progressistas de inclusão social e econômica. Sua continuidade no estudo me trouxe reflexões importantes acerca desse "conflito interno", que, posteriormente, acabou se mostrando muito presente nesse perfil de público.

Registro ainda que a interlocutora de mais idade nesta pesquisa, Dalva, de 64 anos, não quis verbalizar o voto no candidato Jair Bolsonaro durante a realização das primeiras entrevistas, embora seu apoio a ele fosse explícito em outras ocasiões, como em sala de aula, por aplicativo de mensagens e, posteriormente, no grupo focal, não deixando dúvidas sobre seu posicionamento. Decidi mantê-la no grupo dos eleitores do presidente porque, além de suas manifestações de apoio serem evidentes, ela apresentou, durante os diálogos, muitos elementos acerca da relação entre religião e política, enriquecendo sobremaneira este estudo. Reproduzo, a seguir, o diálogo no qual ela insiste em não explicitar nominalmente sua opção de candidato

[18] Em relação às transcrições das falas dos participantes, busquei manter, na medida do possível, a fidelidade às suas formas de expressão, conforme a linguagem coloquial. Desse modo, os trechos transcritos podem apresentar desvios à norma culta-padrão, sem que estes sejam necessariamente sinalizados graficamente.

[19] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 29.09.2022, em Vitória (ES).

nas eleições presidenciais, recordando-me sobre a garantia constitucional acerca da manutenção do sigilo do voto:

> LUCIANA: E por que em 2018 você fez a escolha por Bolsonaro?
> DALVA: Eu falei pra você, professora, que eu fiz a escolha por Bolsonaro?
> LUCIANA: Não foi?
> DALVA: Não. Não foi. O voto é secreto, professora. Eu não falo pra quem eu votei.
> LUCIANA: Tá, mas assim, dentro dos candidatos que tinham, você se alinhava mais com qual?
> DALVA: É, eu me alinhei mais com o Bolsonaro [...][20]

A última ressalva sobre a posição eleitoral dos participantes está relacionada ao estudante mais jovem desta pesquisa, Nilo, de 21 anos. Embora ele tivesse explicitado desde o início sua posição contrária a Jair Bolsonaro, durante as entrevistas, revelou não ter comparecido às urnas nas eleições presidenciais de 2018. Segundo ele, além de estar com 17 anos, idade em que o voto é facultativo, também residia com o pai em um município do interior do Espírito Santo, motivo pelo qual não se deslocou até o local de votação, na Grande Vitória, para efetivar seu voto. Apesar dessa revelação, também decidi mantê-lo no estudo, pois ele apresentou elementos muito interessantes acerca da juventude da EJA que se posicionou contra Jair Bolsonaro.

Em relação à caracterização geral dos participantes deste estudo, eles foram estudantes do Ifes dos cursos técnicos de Guia de Turismo, Segurança do Trabalho, Metalurgia e Cadista para Construção Civil. Em termos de faixa etária, estão distribuídos entre 21 e 64 anos, sendo que metade deles tem menos de 35 anos e a outra metade tem acima dessa idade. Mulheres e homens estão igualmente representados, ao passo que em termos de orientação sexual, apenas dois alunos não se declararam heterossexuais, identificando-se como homossexual[21] e bissexual. No que tange à raça e etnia, 15 declararam-se pretos e pardos, e cinco, brancos.

Sobre os locais de residência, a maioria declarou viver em bairros de periferia da região metropolitana de Vitória, a saber: São Conrado, Boa Vista II, Vale Encantado, Cobilândia, Ilha das Flores, Barramares, Aribiri e Itapuã, em Vila Velha; Bandeirantes, em Cariacica; Itararé, Goiabeiras, Caratoíra, Do Quadro e São Benedito, em Vitória; Cidade Pomar, Santa Rita de Cássia e Barcelona, em Serra; e Areinha, em Viana.

---

[20] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[21] No grupo focal de jovens realizado em 2023, o estudante que se declarou como homossexual nas entrevistas individuais passou a afirmar-se como não binário.

Acerca dos aspectos socioeconômicos, dos 20 participantes, 16 possuem renda familiar de até três salários mínimos, e oito residem com quatro pessoas ou mais na mesma moradia. Em termos de trabalho, a maioria tem ocupação no setor de serviços, seja formal ou informal; alguns estão desempregados e outros atuam na área industrial. Abaixo, sistematizei e detalhei alguns desses dados, por participante[22]:

Quadro 1 – Caracterização pessoal e perfil socioeconômico dos participantes

ESTUDANTES ELEITORES DE JAIR BOLSONARO[23]						
Codinome	**Idade**	**Gênero e orientação sexual**	**Raça e etnia**	**Ocupação**	**Renda familiar** (salário mínimo)	**Local de moradia** (município)
Lucas	22	Homem Heterossexual	Pardo	Operador de *telemarketing*	de 1 a 3	Vila Velha
Diana	24	Mulher Heterossexual	Parda	Vendedora; Auxiliar de escritório	de 1 a 3	Vila Velha
Suzana	27	Mulher Heterossexual	Parda	Operadora de equipamentos e instalações (empresa terceirizada)	De 5 a 15	Cariacica
Eduardo	30	Homem Heterossexual	Branco	Açougueiro	De 1 a 3	Vila Velha
Pedro	33	Homem Heterossexual	Pardo	Operador eletromecânico	De 1 a 3	Vitória
Elisângela	43	Mulher Heterossexual	Branca	Do lar	Até 1	Vitória
Vanda	46	Mulher Heterossexual	Branca	Diarista; Camareira em hotel	De 1 a 3	Vitória
Ronaldo	50	Homem Heterossexual	Branco	Comerciante; Fiscal de rua da prefeitura	De 3 a 5	Vila Velha
Dalva	64	Mulher Heterossexual	Preta	Confeiteira; Técnica de enfermagem (*home care);* Aposentada	De 1 a 3	Cariacica
ESTUDANTES NÃO ELEITORES DE JAIR BOLSONARO[24]						

[22] Entre os estudantes do Proeja, é muito comum a mudança de ocupação para obtenção de renda. Por isso, no quadro constam os diversos trabalhos dos participantes ao longo dos anos de 2022 e 2023.
[23] Dos nove eleitores de Jair Bolsonaro listados no quadro, todos participaram das duas etapas de entrevistas individuais e seis estiveram nos grupos focais: Lucas, Diana, Eduardo, Elisângela, Vanda e Dalva.
[24] Entre os 11 não eleitores de Jair Bolsonaro que constam no quadro, todos estiveram na fase das entrevistas individuais e sete participaram dos grupos focais: Nilo, Rosa, Valentim, Tadeu, Ruth, Paulo e Irene.

Nilo	21	Homem Heterossexual	Branco	Estagiário de turismo; Agente de *marketing* em marcenaria; Garçom em bar; Sócio em distribuidora de bebidas	De 5 a 15	Vila Velha
Rosa	22	Mulher Bissexual	Branca	Desempregada; Aplicativo de renda; Guia de turismo	De 1 a 3	Vitória
Luís	24	Homem Heterossexual	Pardo	Desempregado; Ajudante de feira; Auxiliar de serraria; Oficineiro de projetos; Bolsista de projeto de extensão	De 1 a 3	Vila Velha
Valentim	30	Não binário Homossexual	Preto	Desempregado; Auxiliar de guia de turismo; Atendente; Designer gráfico; Auxiliar de almoxarifado; Atuação em empresa de logística	Até 1	Serra
Carolina	32	Mulher Heterossexual	Parda	Vendedora; Gerente de loja	De 3 a 5	Viana
Tadeu	42	Homem Heterossexual	Pardo	Serviços gerais; Auxiliar de editora	De 1 a 3	Vitória
Pablo	43	Homem Heterossexual	Pardo	Comerciante	De 1 a 3	Vitória
Teresa	43	Mulher Heterossexual	Preta	Gari; Dirigente sindical	De 1 a 3	Vila Velha
Ruth	46	Mulher Heterossexual	Preta	Analista de crédito; Aposentada	De 1 a 3	Serra
Paulo	55	Homem Heterossexual	Pardo	Motoboy	Até 1	Vila Velha
Irene	60	Mulher Heterossexual	Preta	Estudante	Até 1	Serra

Fonte: A autora (2023).

1.4. A PESQUISADORA E O CAMPO

Julgo importante tecer algumas reflexões metodológicas sobre minha atuação neste estudo, explicitando dilemas e limites do processo, mas sobretudo a maneira como busquei lidar com tais situações. Como professora de cursos do Proeja do Ifes, lecionei para boa parte dos estudantes que participaram desta pesquisa. Porém, em que pesem meus esforços para manter certo distanciamento desta última condição, percebi, durante o trabalho de campo, que todos os estudantes me tratavam como professora, indicativo de que a relação pesquisador-interlocutor poderia ser impactada pela dinâmica professor-aluno.

Considero que essa inevitável influência trouxe tanto limites como vantagens para a pesquisa. A relação de hierarquia entre professor e aluno, por exemplo, apresentou rebatimentos durante a coleta de dados, com a possível supressão de informações por parte dos estudantes pelo receio de serem julgados por suas atitudes e falas e pelo superdimensionamento de seus feitos nos relatos a fim de “impressionar” a professora. Como adverte Lima (2016), em muitos casos, os participantes podem dar respostas que consideram adequadas ao que o pesquisador supostamente espera, fato que presenciei em diversos momentos do trabalho de campo.

Por exemplo, durante as entrevistas, alguns estudantes admitiram estar ansiosos ou nervosos por falarem daquele tema com uma professora provavelmente de esquerda[25], no caso específico dos eleitores de Bolsonaro. Além disso, diversos alunos me perguntaram se suas respostas “tinham atendido às minhas expectativas” ou se “tinham se saído bem”, como se aquela situação fosse semelhante a uma avaliação. Também percebi que muitos deles utilizaram referências teóricas, citando autores, para justificar suas posições, ou lançaram mão de uma linguagem mais eloquente para tratar de determinados assuntos, numa tentativa de “elevar o nível da discussão” com a professora. Um estudante chegou a dizer que “estudou o assunto”, antes de uma entrevista, para “se sair bem”.

Em contrapartida à influência da hierarquia que marca a relação entre professor-aluno, os laços de confiança e confidencialidade que podem ser estabelecidos entre um docente e um estudante constituem-se como elemento singular na condução de pesquisas como essa. Um pesquisador de fora desse universo possivelmente teria um pouco mais de dificuldade ou demoraria mais tempo para conseguir abertura com os participantes desse grupo. Poupart (2008) ratifica essa percepção ao dizer que a proximidade em virtude de um mesmo pertencimento social – nesse caso, o ambiente escolar – favorece uma boa compreensão do grupo pesquisado.

Percebi o quanto a relação de confiança nutrida pelos alunos com a figura da professora impactou a coleta de dados logo na primeira etapa da pesquisa: em tom de confidencialidade, muitos expuseram assuntos íntimos e delicados sobre suas vidas e não raro foram os momentos marcados pelo choro e expressão de emoções,

[25] Embora eu não tenha explicitado minha posição política para os estudantes durante a realização da pesquisa, havia uma dedução, da parte deles, de que meu posicionamento político era vinculado à esquerda, já que eu era professora da área de humanas.

acompanhados de falas como: “nunca havia falado isso para ninguém” ou “só estou falando isso porque é com a senhora”.

Encaro essas questões inerentes às metodologias qualitativas admitindo, em primeiro lugar, que as características, atitudes e intervenções do pesquisador marcam o sujeito da pesquisa, conforme Poupart (2008), da mesma maneira que a percepção da posição social do pesquisado pode influir sobre a natureza das interpretações do investigador. Seria, portanto, ilusório, na visão desse autor, tentar suprimir as interações sociais durante os diagnósticos das pesquisas, uma vez que elas são inerentes a esse processo, que se constitui como uma construção social produzida em um contexto específico. Não se trata, portanto, de eliminar os efeitos do contexto, mas de tomá-los em conta no desenvolvimento do estudo.

Diante desses pressupostos, busquei refletir sobre a qualidade da interação no processo de pesquisa, sobre a qual Oliveira (1996) tece pertinentes considerações. Segundo ele, as explicações dos sujeitos só podem ser obtidas por meio de uma forma especial de ouvir do pesquisador, marcada por uma nova forma de relacionamento com o pesquisado, que deixa de ser um mero informante para ser um interlocutor. Quando isso ocorre, abre-se espaço para um encontro – e não um confronto – etnográfico, marcado pelo compartilhamento de informações, pela habilidade do etnógrafo de ouvir e ser ouvido em um diálogo não marcado pelo receio de que o nativo se contamine pelo discurso do pesquisador.

Sendo assim, considero que o processo de ouvir os estudantes como interlocutores e não apenas como informantes contribuiu para que eu conduzisse melhor a pesquisa, em que pesem as questões anteriormente mencionadas. Procurei estar aberta e exercitar a escuta paciente, atenta e ativa de suas narrativas e posições. Essa maneira especial de ouvir também me permitiu enfrentar duas questões importantes neste estudo na condição de pesquisadora: a familiaridade com o grupo pesquisado no que se refere ao compartilhamento do espaço escolar, por ter sido professora de muitos deles e por ser docente do Proeja; e a extrema distância em relação à posição política dos que eram eleitores de Jair Bolsonaro.

Solucionei a possível dificuldade em estranhar o que me era tão cotidiano, no caso, meus próprios alunos, no decorrer do trabalho de campo, pois percebi, como ensina Velho (1980), que nem sempre o que vemos como familiar nos é, necessariamente, conhecido. Embora eu fosse professora e tivesse compartilhado o ambiente escolar com muitos estudantes da pesquisa, percebi, durante o estudo, que eu os conhecia

muito pouco, o que me fez refletir sobre o escasso conhecimento acerca dos sujeitos que estão cotidianamente em nossas salas de aula. Para enfatizar as diferenças entre o que é familiar e o que é, de fato, conhecido, destaco os argumentos utilizados por Velho:

> Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder "pôr-se no lugar do outro" (Velho, 1980, p. 127 – grifo do autor).

A questão da familiaridade ainda atravessou o segundo ponto levantado como desafio para mim nesta pesquisa: a grande afinidade com as posições políticas dos estudantes que não votaram em Bolsonaro e uma dificuldade inicial de problematizar uma visão política semelhante à minha. Novamente, a questão do pouco conhecimento sobre o que me parecia familiar imperou: diferentemente do que eu imaginava, nem todos os estudantes que não votaram em Bolsonaro consideravam-se de esquerda ou militantes, distanciando-se da minha própria trajetória política, muito ligada a um ativismo oriundo do movimento estudantil universitário com posterior continuidade acadêmica. Mais uma vez, me percebi imersa em um familiar desconhecido, que me direcionava a conhecer o Brasil popular antibolsonaro.

Superado o desafio de lidar com a familiaridade dos não eleitores do candidato, restou-me o exercício de estranhar o campo político no qual construí grande parte do meu universo de referências, tarefa que se mostrou bastante árdua. Enfrentei essa questão por meio da apropriação do arsenal teórico-metodológico da tese e da extrema dedicação ao trabalho de campo, elementos que me permitiram deixar gradativamente minha zona de conforto para ingressar em um patamar mais crítico a respeito do campo progressista, para o qual também passei a direcionar, verdadeiramente, as questões a que esta pesquisa se propôs a responder.

Por fim, o grupo que impulsionou minha curiosidade inicial neste estudo, sobre o qual eu tinha declarado desconhecimento, a saber, os estudantes eleitores de Bolsonaro, exigiu-me, como pesquisadora, o aprimoramento da habilidade da empatia ou "simpatia", nos termos de Martineau (2021), considerado por ela um requisito moral

para observar costumes em uma sociedade. A clássica do pensamento social[26] tece a seguinte reflexão sobre esse assunto:

> O observador deve ter simpatia; e sua simpatia deve ser destravada e sem reservas. [...] Se um homem não tem simpatia, não existe ponto do universo [...] onde ele possa se encontrar com seu semelhante. [...]. Se ele está cheio de simpatia, tudo aquilo que ele vir será instrutivo, e os mais importantes assuntos serão os mais claramente revelados. Se ele não é simpático, as mais importantes coisas serão escondidas dele, e os símbolos (nos quais cada sociedade abundam) serão apenas formas absurdas ou triviais (Martineau, 2021, p. 62-63).

Trago essa discussão porque é bastante comum a identificação e afinidade do cientista social em pesquisas com determinados grupos, como por exemplo, movimentos sociais ou comunidades tradicionais, de modo que essa "simpatia" parece desenvolver-se de maneira mais natural nessas situações.

Porém, quando essa identificação não acontece de maneira imediata, como é o caso de estudos com grupos conservadores e de direita, considero fundamental que o pesquisador reflita melhor sobre sua abordagem no trabalho de campo, de maneira a conseguir estabelecer uma verdadeira e profunda interlocução com o grupo pesquisado. O desenvolvimento da "simpatia", nesse caso, nada tem a ver com a humanização de fascistas, nos termos relatados por Pinheiro-Machado e Scalco (2020) ao comentarem a crítica de seus pares ao fato de realizarem pesquisas etnográficas com o público eleitor de Bolsonaro.

A "simpatia", de acordo com Martineau (2021), é um requisito metodológico necessário ao observador, que permite estabelecer uma interlocução franca e honesta com os sujeitos da pesquisa a fim de que eles se abram para o encontro. Em alguma medida, busquei exercitar a "simpatia" com os estudantes eleitores de Bolsonaro e acredito que obtive resultados satisfatórios. Muitos deles relataram, durante a pesquisa, ser "a primeira vez que apresentavam suas ideias de direita e conservadoras a um professor de humanas, sem serem julgados".

Outros participantes demonstraram reconhecer as diferenças de posições políticas entre pesquisador e pesquisado e introduziam suas falas partindo dessa premissa, em uma atitude que julguei bastante respeitosa: "eu sei que você não concorda com o que eu vou dizer, mas..." ou "eu sei que você não pensa como eu,

[26] A reivindicação da pensadora britânica Harriet Martineau como clássica do pensamento social emerge de um movimento de busca pela ampliação do cânone sociológico, por meio da visibilidade de mulheres, negros e não europeus, que se destacaram na produção científica da teoria social do século XIX, mas foram invisibilizados ao longo do tempo. Para uma discussão mais aprofundada, indico Daflon e Sorj (2021) e Castro (2022).

mas...”. Pareciam reconhecer a existência de divergências de posições naquele contexto, embora eu jamais expusesse a minha visão, mas demonstravam esforço em dialogar tendo em vista o também esforço da pesquisadora em construir uma relação respeitosa, baseada na escuta atenta e na “simpatia”.

Em suma, acredito que, ao longo desta pesquisa, me permiti vivenciar uma frutífera interação com os participantes das diversas posições políticas, modificando minhas próprias percepções a seu respeito, sem que isso implicasse uma identificação ingênua com seus pontos de vista, nem uma depreciação de suas visões pela autoridade acadêmica. Meu amadurecimento como pesquisadora foi proporcional ao meu envolvimento com a temática e com os sujeitos participantes do estudo. Os resultados dessa interação, à luz do referencial teórico-metodológico utilizado na tese, estão dispostos nos próximos capítulos.

2. IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA, SIGNIFICANTES VAZIOS E HEGEMONIA: BASES TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO DO PROBLEMA

Neste capítulo, apresentarei as fundamentações teóricas utilizadas para entender o modo como acontece a identificação política na sociedade contemporânea, bem como a rede conceitual mobilizada para essa finalidade, tendo em vista o contexto específico deste estudo. Considerei que a Teoria do Discurso, desenvolvida sob a perspectiva pós-marxista e pós-estruturalista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, é a mais adequada para compreender e analisar as questões propostas por esta pesquisa, como demonstrarei ao longo do texto.

Em primeiro lugar, julgo importante situar os autores supracitados no âmbito da teoria social, ainda que de modo sucinto, a fim de melhor entender seus pressupostos teóricos. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe são considerados – e aceitam essa designação – como pós-marxistas, tendo em vista que se reapropriaram dessa tradição intelectual e incorporaram novos elementos a ela. Segundo esses autores, a releitura desse campo teórico, considerando os problemas contemporâneos, implicou a desconstrução de suas categorias centrais, mas não a sua completa negação.

Therborn (2012), ao elaborar um repertório de posições do pensamento político da esquerda na atualidade, considera a produção de Laclau e Mouffe como uma das mais importantes contribuições do pós-marxismo, termo empregado para referenciar escritores cuja formação é explicitamente marxista, mas com trabalhos que foram além dessa base conceitual, e que “não reivindicam publicamente um engajamento marxista contínuo. Não equivale ao ex-marxismo nem é denúncia ou negação; desenvolvimento e novos desejos podem até se divorciar, mas apenas amigavelmente” (Therborn, 2012, p. 137).

De modo mais específico, as principais influências do campo marxista na obra de Laclau, explicitadas por ele em uma reconstituição histórica de sua teoria (Laclau, 2014), são Louis Althusser e Antonio Gramsci, sendo este último de vital importância. Do primeiro, herdou-se a tese de que as contradições de classe são sempre sobredeterminadas, o que significa que não existem apenas contradições de classe “constituídas ao nível das relações de produção e representadas mais tarde em outros níveis, mas, pelo contrário, uma pluralidade de antagonismos que estabelecem entre

si relações de indeterminação" (Laclau, 2014, p. 15, tradução nossa)[1]. De Gramsci, foi herdada uma notável contribuição teórica, da qual fazem parte os conceitos de guerra de posição, vontades coletivas, liderança moral e intelectual e, principalmente, hegemonia, em torno do qual irá se desenvolver grande parte da obra do autor.

Para além das influências do marxismo, a Teoria do Discurso é edificada sob as bases do pós-estruturalismo, principal fonte de reflexão e renovação teórica de Laclau e Mouffe, sobretudo a partir das teorias lacaniana e da desconstrução, também fundamentais para sua abordagem de hegemonia (Laclau; Mouffe, 2015). Em termos conceituais, o pós-estruturalismo constitui-se como uma perspectiva teórica que pressupõe a impossibilidade "de considerarmos qualquer estrutura como uma totalidade fechada, construída a partir de fundamentos transcendentes da sua própria historicidade" (Lopes; Mendonça; Burity, 2015, p. 20).

Essa visão acerca do pós-estruturalismo, entretanto, não significa, como alertam Mendonça e Rodrigues (2014a), o questionamento da existência de uma estrutura, mas sim da maneira essencialista como ela vinha sendo abordada. Conforme esses autores, é justamente o "centro" que será alvo da leitura desconstrucionista, cujo principal expoente é Jacques Derrida, para o qual o problema "está na ideia da 'função' atribuída ao centro, no sentido de esse cumprir o papel, segundo a lógica estruturalista, de ser o fundamento estrutural transcendente" (Mendonça; Rodrigues, 2014a, p. 40). Sendo assim, tanto a crítica ao fundamento quanto a desfundamentação do centro são temas importantes que permeiam a teoria laclauniana.

Tendo em vista as inspirações basilares para o desenvolvimento da inovadora obra de Laclau e Mouffe[2], destaco também que sua formulação foi motivada pela necessidade de uma mudança no campo ontológico da teoria social e política, a fim de melhor explicar e compreender a explosão de novas identidades sociais por complexas lógicas de articulação, sobretudo a partir do final dos anos de 1960 (Laclau, 2014). Esse período foi marcado por grandes mobilizações de estudantes, grupos

[1] No original: *constituidas al nivel de las relaciones de producción y representadas más tarde a otros niveles, sino, por el contrario, una pluralidad de antagonismos que establecen entre sí relaciones de interdeterminación*.

[2] Pensadores de diversos campos do conhecimento, como da filosofia e da linguística, tiveram influência sobre a teoria de Ernesto Laclau, mas não foram mencionados nesse trecho. Justifico essa ausência em virtude do objetivo principal dessa passagem: demarcar e caracterizar, de modo amplo, as duas principais tradições teóricas sobre as quais se edificou a teoria laclauniana. Não houve a pretensão de detalhar aqui as contribuições específicas de cada um dos pensadores que influenciaram sua obra.

marginais e minorias étnicas, que abalaram a compreensão clássica do marxismo de que a classe seria, em última instância, o fator determinante para a formação da identificação política dos sujeitos.

O referencial teórico laclauniano, portanto, tece uma crítica contundente à preponderância da classe social em relação a outras dimensões que possam influir na constituição das identidades sociais e políticas e introduz a dimensão da contingência e da indeterminação no campo das relações sociais, configuradas e reconfiguradas pelos processos de articulação hegemônica. Essa perspectiva teórica concebe o "político não como uma superestrutura, mas como tendo o status de uma ontologia do social" (Laclau; Mouffe, 2015, p. 41). Em outras palavras, a Teoria do Discurso atribui uma primazia à questão do poder, que é constitutiva das relações sociais, o que resulta em uma análise focada na formação hegemônica e não mais no modo de produção.

Para compreender melhor os postulados dessa teoria e, mais especificamente, os motivos pelos quais foi escolhida para subsidiar as questões desta pesquisa, apresentarei, a seguir, alguns elementos da complexa rede conceitual elaborada por Laclau e Mouffe. Parto, inicialmente, de sua concepção de sociedade com vistas a entender a não fixidez das identidades políticas, ponto crucial para romper com noções pré-conceituosas em relação às distintas posições políticas dos estudantes participantes deste estudo.

A seguir, farei uma discussão a respeito da concepção de sujeito na teoria laclauniana, muito influenciada pela psicanálise lacaniana, a fim de aprofundar o entendimento do processo de identificação política para além de uma perspectiva racionalista, ainda bastante comum nos círculos de uma esquerda mais tradicional. Por fim, mobilizarei os conceitos de significantes vazios, hegemonia e antagonismo para refletir sobre os processos coletivos de identificação política, em especial, o que dá corpo a este estudo. Pretendo, ao final do capítulo, ter evidenciado os principais conceitos e elementos teóricos que subsidiarão a análise e a interpretação dos dados empíricos desta pesquisa.

2.1. A CENTRALIDADE DO POLÍTICO E A NÃO FIXIDEZ DAS IDENTIDADES SOCIAIS

Para compreender a perspectiva de Laclau e Mouffe acerca da não fixidez das identidades sociais[3], é necessário explicitar o modo como esses autores concebem a sociedade e o sentido do termo político. No âmbito ontológico[4], ou seja, no que se refere ao caráter fundante do social, "o político" é tido como um espaço de poder, conflito e antagonismo, diferentemente da "política", entendida em sua forma empírica e relacionada ao funcionamento prático de instituições e organizações sociais. Nas palavras de Mouffe (2015, p. 8), o político seria:

> a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por "política" o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político.

Partindo dessa perspectiva, o político deixa de ser concebido apenas como um nível da formação social, determinado, *a priori*, por uma outra instância fundadora, e passa a adquirir uma primazia em relação a ela. Por essa leitura, a dimensão do conflito permanece fundando o social, mas não opera a partir de uma essência que estabelece seu conteúdo de maneira prévia.

Em termos exemplificativos, a categoria modo de produção, entendida pelo marxismo clássico como determinadora, em última instância, das relações sociais, deixa de preponderar sobre os demais antagonismos que perpassam a vida em sociedade. Tal entendimento não implica na desconsideração do componente econômico e de classe em uma análise de formação hegemônica, apenas na perda de seu *status* privilegiado de determinação *a priori* de todo e qualquer conflito social.

Uma vez que o político não é compreendido como determinado em última instância por relações econômicas, faz-se necessário apresentar a maneira como os pensadores da Teoria do Discurso concebem a formação social. Para eles, a

---

[3] O conceito de identidade é bastante polissêmico no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, sendo problematizado por distintos autores, áreas do conhecimento e escolas de pensamento. Nesta tese, entretanto, não farei uma discussão sobre essas distintas abordagens e por isso indico trabalhos acadêmicos que contribuem para o aprofundamento teórico em torno do termo: Medeiro (2002); Souza; Paiva (2020); Menezes (2015). No presente estudo, que se ancora na perspectiva teórico-metodológica laclauniana, opto pela utilização do conceito de identificação e não de identidade para analisar o problema em questão, como será demonstrado no item 2.2. Entretanto, no decorrer do texto, por vezes, será também empregado o termo identidade, tendo em vista sua menção nas obras de referência aqui usadas. Por isso, de antemão e para dirimir qualquer dúvida, deixo explícito que o uso do conceito de identidade neste trabalho é compreendido por um viés não essencialista do termo.

[4] O nível ontológico da política é diferenciado, por Mouffe (2015), do nível ôntico. Pelo primeiro, relacionado à dimensão das teorias políticas, compreende-se a forma como a sociedade é fundada, ao passo que o segundo refere-se às diferentes práticas da política convencional, no âmbito empírico.

sociedade é vista como um campo aberto, não como uma totalidade fechada que funda processos parciais. Essa abertura do social deve ser encarada como “o fundamento constitutivo ou a ‘essência negativa’ da existência, e as diversas ‘ordens sociais’ como precárias e, em última instância, tentativas fracassadas de domesticar o campo das diferenças” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 166). Por essa concepção, não existe um princípio subjacente à ordem social, já que esta não tem uma essência.

Como não há uma ordem pré-estabelecida para o social e pronta para ser revelada, esses teóricos compreenderão a sociedade a partir da lógica do discurso, entendido não como oratória, mas como “uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal” (Mendonça; Rodrigues, 2014b, p. 49). Trata-se de uma prática social com diversas possibilidades de significado ou sentido, o qual, nas palavras de Burity (2014), é sempre produzido socialmente e co-constitutivo da realidade, a qual não pode existir sem sua presença.

Para elucidar a compreensão do discurso sob essa perspectiva teórica, Burity (1997) apresenta alguns exemplos, como o do diamante encontrado em uma mina ou no interior de uma joalheria. Segundo o autor, embora essa pedra preciosa seja a mesma em ambos os locais, ela só adquire *status* de mercadoria em um determinado sistema de relações sociais. De maneira semelhante, uma aglutinação de pessoas em um estádio pode ser tanto uma assembleia sindical quanto uma torcida de futebol. O sentido desse evento dependerá do conjunto de relações estabelecidas pelos sujeitos naquelas circunstâncias.

Decorre dessa concepção que as ações dos sujeitos são sempre significativas e podem ter sentidos múltiplos, de modo que a sociedade é compreendida como impossível de se conhecer de modo pleno, mas apenas de maneira parcial e contingente. De acordo com Laclau (2000), afirmar a radicalidade da contingência significa dizer que a essência de uma entidade não implica sua existência ou que as suas condições de existência são exteriores a ela própria. Nesse contexto, o conceito de sobredeterminação é especialmente importante, pois pressupõe que o social se constitui como ordem simbólica, não sendo possível uma divisão em dois planos, o da essência e o da aparência, conforme manifestam os autores:

> O caráter simbólico – isto é, sobredeterminado – das relações sociais implica, portanto, que lhes falta uma literalidade última que as reduziria a momentos necessários de uma lei imanente. Não há dois planos, um das essências e o outro das aparências, uma vez que não há possibilidade de fixar um sentido literal último em relação ao qual o simbólico seria um plano segundo e derivado de significação. A sociedade e os agentes sociais carecem de

> qualquer essência, e suas regularidades consistem meramente de formas relativas e precárias de fixação que acompanham o estabelecimento de uma certa ordem (Laclau; Mouffe, 2015, p. 169).

O social, portanto, é compreendido como uma articulação, uma prática discursiva cujos sentidos são fixados apenas parcialmente, pois se modificam conforme as diversas posições diferenciais de elementos[5] no interior de um discurso, cujos sentidos estão sempre em disputa. Afirmar que o social é discursivamente articulado implica dizer que toda identidade social é estabelecida de maneira relacional, pois não pode ser plenamente fixada ou constituída. Não é possível entender uma formação discursiva – ou o social – a partir de uma lógica coerente entre seus elementos internos ou pela consciência de um sujeito privilegiado definido aprioristicamente, mas sim por meio das diversas posições de sujeito dispersas.

Mendonça e Rodrigues (2014b) exemplificam a dinâmica de uma prática articulatória por meio de uma situação hipotética em que variados grupos sociais apresentam insatisfação perante um governo visto como autoritário e corrupto. Segundo os autores, inicialmente, esse descontentamento, expresso de forma isolada por meio de demandas particulares, denominadas de elementos, não têm qualquer relação entre si, mas somente com o governante não democrático. Porém, na medida em que um discurso comum articula todas essas diferenças em uma demanda unificada por democracia, por exemplo, elas tornam-se momentos de uma articulação discursiva cujo corte antagônico é o regime autoritário.

Por essa perspectiva, as identidades sociais não são formadas de maneira aleatória, mas de forma necessariamente relacional, já que sua fixação precisa é impossível: “o que se dá, portanto, neste caso, é um campo de identidades puramente relacionais que – posto que as relações não formam um sistema fechado – não conseguem nunca se constituir plenamente” (Laclau, 2000, p. 37, tradução nossa)[6]. Diante desses elementos, pode-se afirmar que as identidades sociais e as suas condições de existência formam um todo inseparável.

Fica demonstrado, de acordo com a argumentação acima, que o conceito de identidade utilizado nesta pesquisa não é essencialista, mas estratégico e posicional,

---

[5] Laclau e Mouffe (2015) denominam de momento as posições diferenciais que aparecem articuladas no interior de um discurso e de elemento a diferença não discursivamente articulada. Um detalhamento maior a esse respeito será feito no item 2.3.

[6] No original: *Lo que se da, por lo tanto, en este caso, es un campo de identidades puramente relaciónales– que puesto que las relaciones no forman un sistema cerrado – no logran nunca constituirse plenamente*.

tal como reforça Hall (2012), pois não se refere a um núcleo estável do “eu” que permanece imutável ao longo do tempo. A concepção em curso considera que as identidades não são unificadas, mas cada vez mais fragmentadas e fraturadas, construídas de forma múltipla ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. Em síntese, as identidades estão em constante processo de mudança e transformação.

A fim de melhor explicitar as diferenças entre a perspectiva essencialista e não essencialista sobre a constituição das identidades sociais, Laclau (2000) apresenta uma comparação bastante elucidativa. Segundo ele, tomando como exemplo a formação da identidade operária, um enfoque essencialista pode apresentar diversas causas que impedem a constituição de uma consciência de classe plena, entre elas, influências religiosas, a burocracia dos sindicatos, o aburguesamento fruto da exploração imperialista e a ação dos meios de comunicação de massa. Caso não haja interferência desses fatores, a plena consciência de classe poderia se desenvolver espontaneamente.

Por meio de uma visão não essencialista, entretanto, a ausência de uma consciência de classe não pode ser pensada apenas em virtude dos obstáculos mencionados para que ela seja alcançada, “já que o classismo revolucionário é tão somente uma das possibilidades de constituição das identidades operárias, que depende de condições históricas precisas que não podem ser pensadas em termos de nenhuma teleologia” (Laclau, 2000, p. 54, tradução nossa)[7].

Nota-se que a luta de classes não é, naturalmente, a forma necessária em que se dará todo conflito social, mas uma forma específica entre outras, a depender do modo como os enfrentamentos coletivos constituem posições de sujeitos em cada caso específico. Nesse sentido, é possível afirmar que essa perspectiva compreende a estrutura do social como descentrada e deslocada, com uma pluralidade de centros de poder, conforme as forças antagônicas operantes.

A compreensão do social como político, em termos ontológicos, e do político como lugar do conflito – ainda que não oriundo necessariamente do antagonismo de classe –; e o entendimento da não fixidez das identidades sociais[8] são pontos de

[7] No original: *ya que el clasismo revolucionario es tan sólo una de las posibilidades de constitución de las identidades obreras, que depende de condiciones históricas precisas que no pueden pensarse en términos de ninguna teleologia*.

[8] Os desdobramentos dessa perspectiva, no âmbito democrático, resultaram no desenvolvimento da noção de democracia radical e plural (Laclau; Mouffe, 2015), a qual será abordada no quinto capítulo.

reflexão fundamentais para o problema apresentado nesta pesquisa e que colaboram para a escolha desse referencial teórico-metodológico. Essa perspectiva proporciona um salto analítico na medida em que, ao olhar para os sujeitos do estudo, deixo de me surpreender com suas posições mais alinhadas politicamente à direita ou à esquerda apenas em virtude de sua condição de vulnerabilidade econômica e passo a observar a forma relacional como suas identidades políticas constituíram-se naquele momento específico das eleições presidenciais dos anos de 2018 e 2022.

Se a visão acerca dos participantes da pesquisa se mantivesse de forma essencialista, poder-se-ia recorrer à noção de "falsa consciência" para justificar "o equívoco" em relação ao apoio ao então candidato Jair Bolsonaro, tendo em vista que suas condições materiais os predispunham a ter uma consciência de classe que, em tese, seria contrária à maior parte das posições do referido político. Como ensina Laclau (2000, p. 105, tradução nossa)[9], "é somente sobre a base de reconhecer sua verdadeira identidade que podemos afirmar que a consciência de um sujeito é 'falsa'".

Por outro lado, ao conceber que as identidades sociais não podem ser plenamente constituídas e que não existe nada apriorístico que as possa definir, o olhar para o grupo passa a ser desnaturalizado e o campo da subjetividade visto de maneira mais complexa. Em outras palavras, admitindo a natureza conflitiva do social, não é possível trabalhar com a visão de que "existe jogo ganho" na política, já que as posições do sujeito são instáveis e incompletas, podendo mudar conforme o contexto, como pontuam Laclau e Mouffe (2015, p. 189):

> O caráter aberto e incompleto de toda identidade social permite sua articulação a diferentes formações histórico-discursivas, isto é, a "bloco" no sentido de Sorel e Gramsci; de outro lado, a identidade da força articulatória se constitui no campo geral da discursividade, o que elimina qualquer referência a um sujeito transcendental ou originário.

Embora não se possa aplicar, de modo mecânico, uma teoria da ontologia do social a casos concretos da vida cotidiana, julgo interessante tomar alguns exemplos do campo empírico desta pesquisa a fim de refletir sobre os postulados teóricos discutidos até este momento no que tange à não fixidez das identidades sociais e políticas. Um deles é a história de Elisângela, de 43 anos, estudante eleitora de Bolsonaro. Em sua narrativa, ela conta que a convivência familiar com o pai, grande entusiasta do PT e sindicalista, a direcionou para apoiar candidaturas do campo da

[9] No original: *Es sólo sobre la base de reconocer su verdadera identidad que podemos afirmar que la conciencia de un sujeto es "falsa".*

esquerda durante anos, mas que a decepção, sobretudo em virtude das denúncias de corrupção envolvendo esse partido, a fizeram migrar para o campo da direita:

> ELISÂNGELA: E o meu pai ele falava muito sobre isso, sobre buscar direitos, lutar com o que você acredita. E meu pai era uma liderança, meu pai foi convidado várias vezes pra vir como candidato, mas ele nunca aceitou. [...] eu fiz campanha pra Lula, eu fiz campanha pra Dilma, eu votei no Lula, eu votei na Dilma, eu votei no Lula a primeira vez, a segunda vez eu não votei. [...] Mas igual quando a Dilma veio na primeira. Aí eu falei: "beleza, é PT". Eu decepcionei com a figura Lula. Eu continuo esquerda. Continuo PT. Quando veio a Dilma, eu falei: "caraca, é agora. Uma mulher no poder. Vou apoiar independente do que o outro lá fez. Vou apoiar ela, a figura feminina". [...]. No segundo mandato, teve aquela história toda, Michel Temer. Aí eu falei: "agora acabou. Agora eu não quero mais".
> LUCIANA: O que te desencantou ali naquele momento?
> ELISÂNGELA: A corrupção toda em si. Eu falei bem assim, "quer saber? Não tem mais jeito. O Brasil não tem mais jeito", mesmo porque é bíblico. A corrupção sempre existiu, desde lá atrás quando o irmão vendeu a herança pro outro, né? "Toma aqui. Pode ir lá receber a herança do pai porque eu não quero". Já estava lá a corrupção instalada. [...]. Não é que eu não queria mais saber do PT, eu não queria mais saber de política. Naquele ano, eu falei "acabou, a partir de hoje meu voto vai ser em branco, eu não voto mais em ninguém" [...] E aí quando veio Bolsonaro, [...] eu pesquisei, falei: "quer saber? Tem coisa que eu não concordo? Tem. Mas a vida é assim. [...] Eu vou votar nesse homem". E aí eu votei nele. Nem era questão de direita, esquerda, porque eu ainda não estava em partido nenhum[10].

No relato acima, é possível notar como a posição da estudante vai sendo modificada conforme o contexto político do país: apoio a Lula no período inicial de seu primeiro governo, pautado fortemente em questões sociais, as quais aprendeu a defender com seu pai; decepção com casos de corrupção[11], amplamente divulgados pela mídia, no primeiro mandato desse presidente; voto de confiança em Dilma Roussef, justificado para além da questão partidária, por ser uma figura feminina no poder; novamente, decepção com a acusação de corrupção que levou ao *impeachment* dessa presidenta e, por fim, aposta em um novo candidato, cuja narrativa sobre questões morais, como a conservação da família, dialogou com seus anseios, como será visto a seguir. Em síntese: a cada novo momento histórico-político, a identificação política foi reestabelecida e reconfigurada.

Ainda é significativo registrar que, no conjunto da narrativa de Elisângela, aparece uma forte crítica às desigualdades sociais e de gênero, não lhe faltando "consciência" acerca dos problemas sociais pelos quais o país passa ou que ela vivencia com a família em sua comunidade. Entretanto, esse olhar crítico acerca da sua condição de vulnerabilidade social não foi o que a motivou a votar em projetos de

[10] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 05 de maio de 2022, em Vitória (ES).
[11] Na narrativa da estudante, a honestidade aparece como um valor essencial, que também aprendeu com seu pai.

esquerda, como os do PT, nas eleições presidenciais de 2018 e 2022. Ela demonstrou uma predileção por candidaturas que dialogaram com seus valores morais, de valorização da família, como a de Jair Bolsonaro. Apesar disso, sua posição política atual não é vista nem por ela própria como definitiva, conforme observado no seguinte trecho de uma de suas entrevistas:

> LUCIANA: Como é que você se define em relação a sua posição política?
> ELISÂNGELA: Eu já fui de esquerda, hoje eu sou de direita, mas nada impede que eu mude. [...] Então, nesse momento, eu, Elisângela, sou de direita, Deus, pátria, família. Tem coisa que a direita faz, que os políticos de direita fazem, que eu não concordo? Tem. Tem coisas que eu não concordo. Mas ainda assim eu não mudei a minha posição, não. Eu ainda estou de direita. Estou de direita[12].

Outro exemplo oriundo do trabalho de campo desta pesquisa e que também dialoga com a perspectiva da não fixidez das identidades sociais é o do estudante Pablo, de 43 anos. Diferentemente de Elisângela, ele atribuiu seu voto para presidente aos candidatos do PT no 2º turno das eleições de 2018 e 2022 em virtude da sua situação econômica e daqueles com quem convive no bairro. A necessidade de melhorias nas condições materiais de vida, exemplificadas pela ampliação do acesso à educação e pelo combate à pobreza, foi um fator decisivo para sua escolha eleitoral, como pode ser visto no relato a seguir:

> É o Lula. Eu acho que ele fez muitas coisas boas, ele abriu muitas portas pros pobres. Ele fez, independente de religião, não sei que tipo de religião que ele tem ou que não tenha, mas ele é o político que me inspira também, apesar de todo mundo falar que é ladrão, tal, apesar de eu estar num partido que é totalmente contra ele e tal, mas eu não posso mentir, não é? Tem que falar a verdade, né? Assim, é um cara que o pobre teve mais oportunidade, escolas, o pobre teve mais acesso nas universidades, né? A luta que eles têm, eu acho muito interessante, acho ele muito humano nessa parte aí, pensa muito nos outros mesmo, pensa muito no próximo mesmo, entendeu?[13].

Embora sua condição socioeconômica tenha sido fundamental para votar em um projeto de esquerda, ele não se filiou a um partido desse campo, lançando-se candidato a vereador no município onde mora por um partido que reunia lideranças conservadoras, conhecidas por defender valores cristãos e da família. Ao ser questionado a respeito da adesão a esse partido, o estudante respondeu que foi a direita que “abriu as portas” para ele quando teve vontade de ingressar na política e não a esquerda, de acordo com a narrativa que se segue:

> Foi aonde essa porta abriu, mas abriu por uma pessoa conservadora. Poderia ser ter sido aberta pela parte da esquerda. [...] Mas só que o convite não veio pelo pessoal da esquerda, veio pelo pessoal de direita que defende o

[12] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20 de setembro de 2022, em Vitória (ES).
[13] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27 de abril de 2022, na cidade de Vitória (ES).

> princípio cristão, princípio da família [...], e aí eu aceitei porque, eu falei, “poxa, eu desejo também ser um vereador, que vai ser a minha oportunidade de ajudar pessoas, porque tanta coisa que eu fiz de errado[14], que prejudicou a vida de pessoas. Por que não aceitar essa oportunidade para ajudar a vida de pessoas?”. Aí eu fui, aceitei. E fiquei lá, aí eu falei, “vou aceitar, vou ser candidato aqui”[15].

Além de uma sugestiva ausência de trabalho de base por parte do campo da esquerda em relação a esse estudante, que, na época, ocupava uma cadeira de representante estudantil no Conselho Municipal de Educação do seu município, a defesa dos princípios cristãos também aparece como fundamental para sua adesão a um projeto conservador, ainda que em âmbito local.

Nota-se que não existe um alinhamento necessário entre sua condição de vida e suas escolhas políticas nacionais e locais, no sentido de apoiar e votar em candidatos de um mesmo campo e projeto político. Tanto nesse exemplo quanto no anterior, é possível notar como estão presentes as sobredeterminações na formação de uma identidade política, tanto do ponto de vista de classe, como de gênero ou de religião. Conforme Laclau e Zac (1994), a lógica da subversão da racionalidade do determinado é justamente a sobredeterminação. Ficam evidentes, novamente, a precariedade e instabilidade como características constituintes dessas identidades.

Para encerrar esta seção, reitero a argumentação realizada até o momento sobre a não fixidez das identidades sociais e políticas com a posição de Hall (2012) sobre a especificidade da produção de identidades em relação a locais, tempos históricos e formações discursivas. Segundo o autor, as identidades emergem justamente do “jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional” (Hall, 2012, p. 109).

Tendo em vista a demarcação da posição não essencialista acerca das identidades sociais, discorrerei, no próximo item, sobre o processo de identificação política, conceito que considerei mais adequado para analisar as questões a que se propõe esta pesquisa.

---

[14] O estudante relatou que teve passagem pelo sistema prisional, sem mencionar o motivo.
[15] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27 de abril de 2022, na cidade de Vitória (ES).

2.2. SUJEITO DA FALTA, IDENTIFICAÇÃO E FANTASIA

Se a compreensão da impossibilidade de fechamento do social resulta na não fixidez das identidades, é preciso aprofundar o modo como opera a identificação política, conforme a perspectiva teórico-metodológica utilizada nesta tese. Para isso, faz-se necessário problematizar a visão do sujeito como um agente racionalista, dotado de unicidade e homogeneidade em suas posições (Laclau; Mouffe, 2015) e passar a compreendê-lo como um sujeito descentrado, disperso ou deslocado no interior de um discurso.

As transformações no entendimento acerca do sujeito são bastante discutidas por Hall (2006), que identifica três concepções a partir das quais ele foi compreendido no decorrer da história. A primeira delas, que data do século XVIII, é a do sujeito do Iluminismo, um indivíduo dotado das capacidades da razão, cuja identidade constituía-se a partir do centro essencial do "eu", sendo pouco modificada ao longo de sua existência.

Já a segunda concepção, desenvolvida na primeira metade do século XX em consonância com as transformações da modernidade, é a do sujeito sociológico, cuja formação da identidade foi compreendida pela interação e diálogo contínuos com outros valores e culturas. Por essa visão, mantinha-se a existência de um "eu real" a partir do qual as relações com o meio externo eram estabelecidas. Em que pesem suas especificidades, essas duas perspectivas implicam concepções mais estáveis e unificadas do sujeito em relação à estrutura da sociedade.

Já a terceira concepção, adotada nesta pesquisa, é a do sujeito pós-moderno, caracterizado por identidades abertas, fragmentadas e contraditórias, as quais diferem bastante das perspectivas anteriores. Sua emergência ocorre perante o contexto de irrupção de novas identidades dos agentes políticos advindas dos movimentos de cunho feminista, ecológico, negro e de libertação nacional que reconfiguraram a paisagem política do século XX e, consequentemente, a forma de entendimento desses atores sociais. Por essa perspectiva, o sujeito aparece fraturado e suas identidades modificam-se permanentemente, não sendo mais vistas como unificadas coerentemente ao redor de um eu, mas em constante deslocamento:

> Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis,

> com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006, p. 13).

Em diálogo com as ideias de Laclau, Hall (2006) afirma que as sociedades da modernidade tardia se caracterizam, portanto, pela "diferença", por divisões e antagonismos que resultam em posições de sujeitos, passíveis de ser articuladas, ainda que parcialmente, conforme cada momento histórico. Desse modo, a identidade pode mudar a depender de como o sujeito é interpelado, de maneira que uma identificação nunca é automática, sendo sempre atravessada por disputas de poder e marcada por uma incompletude, pois está em constante formação[16].

Diante desses elementos acerca do sujeito pós-moderno, Laclau e Zac (1994) afirmam que o tema das identidades políticas adquire significativa importância justamente porque elas não são óbvias, já que não têm um lugar definido na estrutura social. De acordo com esses autores, se assim fosse, seria mais correto dizer que os agentes descobrem ou reconhecem sua identidade, tendo em vista que ela se constituiria como algo intrínseco a eles e estaria, portanto, bem estabelecida. Consequentemente, uma posição política diferente da essência dessa identidade seria compreendida como contraditória.

Pela perspectiva laclauniana, entretanto, a identidade é algo que se constrói e as mudanças que a permeiam são vistas em termos de deslocamento do sujeito, que ocorre pela necessidade constante de preencher uma falta constitutiva que ameaça sua própria identidade, e não por uma contradição no posicionamento dos atores sociais. Essa explicação aponta para um dos pontos chaves, na visão de Laclau e Zac (1994), para compreender a formação das identidades políticas: a categoria psicanalítica da identificação, "com sua afirmação explícita de uma falta na raiz de qualquer identidade: é preciso identificar-se com alguma coisa porque há uma falta originária e insuperável da identidade" (Laclau; Zac, 1994, p. 3, tradução nossa)[17]. Ao abordar o modo como a psicanálise contribuiu para o descentramento do sujeito no pensamento ocidental, Hall (2006, p. 39) também menciona a questão da falta constitutiva:

---

[16] Embora não se vá abordar em profundidade essa questão, julgo importante mencionar que Hall (2006) aponta cinco descentramentos no pensamento ocidental que contribuíram para configurar a concepção do sujeito pós-moderno. São eles: o pensamento marxista e seu questionamento sobre a primazia da agência individual; a descoberta do inconsciente por Freud; o entendimento da língua como sistema social e não apenas individual, por Saussurre e Derrida; a concepção de poder disciplinar em Foucault; e o impacto do feminismo na construção de políticas de identidade.

[17] No original: *with its explicit assertion of a lack at the root of any identity: one needs to identify with something because there is an originary and insurmountable lack of identity*.

> A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude.

A respeito do conceito de identificação, Hall (2012) afirma que, sob o ponto de vista da linguagem do senso comum, ela pode ser entendida como o reconhecimento de características ou ideais que são partilhados por grupos ou pessoas. Sendo assim, a fidelidade e a solidariedade de um grupo seriam formadas, naturalmente, em torno dessa visão comum. Contudo, sob uma abordagem discursiva, o termo identificação indica construção, um processo que nunca é completo, sendo sempre condicional e contingente.

Dessa forma, o autor define identificação como “um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção” (Hall, 2012, p. 106). Sob essa ótica, as identidades funcionariam, ao longo da história, como pontos de identificação devido à sua capacidade de deixar de fora o “diferente” ou ainda como pontos de apego temporário às posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas. Em suma, as identidades “são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ [...], sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro” (Hall, 2012, p. 112).

Partindo das concepções teóricas acima explanadas, é necessário aprofundar, neste momento, a relação entre a falta constitutiva do sujeito e o processo de identificação política. Stavrakakis (2007; 2010) discorre sobre as contribuições da psicanálise lacaniana[18] para esse tema, a qual introduz uma visão sociopolítica de subjetividade, não reduzida apenas ao âmbito individual. Esse autor afirma que a teoria lacaniana realiza o questionamento tanto do individualismo quanto do subjetivismo ao apresentar a concepção de sujeito da falta, evitando o reducionismo psicológico e uma visão da subjetividade formada por uma essência positiva.

Além disso, essa perspectiva possibilita uma compreensão mais completa da interdependência sócio simbólica da subjetividade, vista como o espaço onde ocorre

[18] Neste estudo, abordo algumas categorias da psicanálise lacaniana apenas do ponto de vista de seus comentadores e de acordo com sua utilização pelo referencial teórico desta pesquisa. Não há a pretensão de aprofundar questões em relação ao pensamento de Lacan, pois estaria fora do propósito desta tese.

a política de identificação em decorrência da noção de falta constitutiva. Sendo assim, o sujeito humano “por ser essencialmente dividido e alienado se converte no lócus de uma identidade impossível, o lugar onde se produz uma inteira política de identificação” (Stavrakakis, 2007, p. 31, tradução nossa[19]), sendo diferente do indivíduo ou do sujeito consciente.

A alienação e divisão do sujeito não o direcionam em busca de uma identidade sólida, mas o revelam como um sujeito da falta por excelência. Fink (1998) afirma que essa divisão, em certo sentido, é o que possibilita sua existência e o deslocamento parece ser justamente o modo como ele se realiza. A alienação faz com que exista um lugar onde se espera encontrar o sujeito, mas que permanece sempre vazio, demonstrando que algo está visivelmente faltando. É justamente essa falta que será vislumbrada pelo sujeito, o qual “fracassa em se desenvolver como um alguém, como um ser específico; no sentido mais radical, ele não é, ele é não-ser” (Fink, 1998, p. 74).

Stavrakakis (2007) reitera a impossibilidade de uma instituição completa da identidade e argumenta que esta somente pode ser concebida como fracassada, motivo pelo qual sua plenitude passa a ser desejável. O sujeito da falta emerge, portanto, dessas tentativas frustradas de busca pela identidade, as quais são realizadas por processos de identificação, que são possíveis e necessários, embora também fracassados como forma de alcance completo de uma identidade. Essa dinâmica entre falta constitutiva do sujeito e identificação, que parece se retroalimentar, é sintetizada abaixo:

> [...] tanto a identificação imaginária como a simbólica fracassam em brindarmos com uma identidade estável. Uma falta ressurge continuamente ali onde a identidade deveria consolidar-se. Todas as nossas tentativas de recobrir essa falta do sujeito mediante identificações que prometem dar-nos uma identidade estável fracassam; este fracasso põe em primeiro plano o caráter irredutível desta falta, que, por sua vez, reforça nossas tentativas de preenchê-la. Esse jogo circular entre a falta e a identificação que marca a condição humana; um jogo que torna possível a emergência de toda uma política do sujeito (Stavrakakis, 2007, p. 63, tradução nossa[20]).

---

[19] No original: *por ser esencialmente dividido y alienado se convierte en el locus de una imposible identidad, el lugar donde se produce una entera política de identificación*.

[20] No original: *tanto la identificación imaginaria como la simbólica fracasan en brindarnos una identidad estable. Una falta resurge continuamente allí donde la identidad debería consolidar-se. Todos nuestros intentos de recubrir esta falta del sujeto mediante identificaciones que prometen darnos una identidad estable fracasan; este fracaso pone en primer plano el carácter irreductible de esta falta, que a su vez refuerza nuestros intentos de colmarla. Este es el juego circular entre la falta y la identificación que marca la condición humana; un juego que hace posible la emergencia de toda una política del sujeto*.

Para além da constatação da falta constitutiva do sujeito e a despeito do fracasso no alcance de uma identidade plena, é necessário compreender também o motivo pelo qual novos atos de identificação não cessam de ocorrer. Ainda conforme o autor supracitado, a mola propulsora desses processos é o desejo por uma completude faltante a fim de alcançar o gozo (*jouissance*) perdido, o qual consiste na "emoção, esteja ela relacionada a um sentimento consciente de prazer ou de dor" (Fink, 1998, p. 83), que aparece como uma parte das pessoas que foi sacrificada pelo ingresso nas relações sociais e no sistema simbólico da linguagem.

A busca incessante pelo gozo perdido, por sua vez, terá como combustível o campo da fantasia, que "é uma construção que estimula, que causa o desejo, justamente porque promete recobrir a falta no Outro, a falta criada pela perda da *jouissance*" (Stavrakakis, 2007, p. 77). Por meio da promessa ilusória de encontro com o gozo, a fantasia acaba por preencher, ainda que temporariamente, a falta constitutiva do sujeito, fazendo com que ele se sinta, finalmente, "completo", conforme detalha Fink (1998, p. 84):

> Esse gozo de segunda mão toma o lugar da "completude" ou do "preenchimento" anterior, e a fantasia – que organiza esse gozo de segunda ordem – leva o sujeito além do seu nada, além de sua mera existência como um marcador ao nível da alienação, e oferece uma sensação de ser. É, portanto, somente através da fantasia, possibilitada pela separação, que o sujeito pode obter para si uma quantidade módica do que Lacan chama "ser".

Após essa breve exposição sobre a concepção de sujeito utilizada nesta pesquisa, é fundamental demonstrar de que modo ela pode contribuir para uma leitura sociopolítica dos fenômenos da vida social. A falta constitutiva, na visão de Stavrakakis (2010), é uma noção importante porque ela atua no estímulo ao desejo, o que exige a constituição de identidades por meio de processos de identificação. Estes, por sua vez, preenchem as lacunas do sujeito com objetos socialmente disponíveis, como papéis familiares, padrões de consumo, ideais profissionais e – o que interessa particularmente a este estudo – ideologias políticas, criando uma verdadeira simbiose entre subjetividade e poder.

A fantasia, como forma de preenchimento dessa falta, é uma construção que também pertence ao mundo social. Sua promessa ilusória, no âmbito político, sustenta-se na recuperação de um estado de harmonia, unidade e completude da vida em comunidade, o qual, inclusive, é definido como um dos objetivos da maioria dos projetos políticos. Glynos (2011) reitera o argumento de que a fantasia pretende oferecer certa garantia fundamental ao sujeito na medida em que proporciona

proteção contra a imprevisibilidade e a contingência das relações sociais. Segundo o autor, ela estrutura o desejo, fornecendo, ao mesmo tempo, um ideal e um impedimento à sua realização, o que faz com que ela seja composta por uma face beatífica e outra terrível. A promessa da plenitude, embora impossível de se realizar, aparece como sendo possível para o sujeito mediante a superação de obstáculos, nomeados ou implícitos, na forma de um "outro" ameaçador.

Como implicação dessa lógica, em momentos de conflito político, não raro grupos ou pessoas são designados como "inimigos", o que pode ser explicado, conforme Stavrakakis (2007), pelo fato de que a ordem social harmoniosa (e ilusória), criada pela fantasia, atribui a culpa pela desordem a um elemento "estranho" ou "intruso", que pode ser estigmatizado ou mesmo eliminado para que essa ilusão mantenha sua coerência. Há uma constante criação de um "nós" e um "eles", fundamental para o processo de identificação, o que será visto com mais detalhes no próximo item, onde serão mencionados exemplos relativos ao contexto das duas últimas eleições presidenciais brasileiras.

Julgo importante, ainda, apresentar as reflexões de Glynos (2011) sobre o fato de que o estudo da fantasia, em uma análise crítica de processos sociais e políticos, não deve ser entendido como um meio de descartar ou deslegitimar uma crença ou visão de mundo enquadrando-a como falsa ou mesmo irracional. Não se trata de um mito ou uma ilusão. Esse teórico compreende a fantasia como um meio de acessar a estrutura do desejo e do prazer, tendo, portanto, um *status* ontológico perante o sujeito. Assim, importam menos os conteúdos da fantasia e mais o modo como os sujeitos são arrebatados por essa narrativa. A fantasia é, portanto:

> [...] uma condição necessária para a mobilização e mudança política, tanto quanto é funcional para a passividade social e para a manutenção do *status quo*. [...] as fantasias são ineliminâveis e essenciais à ação, sejam elas caracterizadas como normativamente progressivas ou regressivas (Glynos, 2011, p. 73, tradução nossa[21]).

Tendo em vista esses elementos, demonstro minha concordância com Oliveira e Lopes (2021), que afirmam que a categoria fantasia, assim como outras abordadas neste capítulo, como identificação e sujeito cindido, são extremamente importantes em análises de processos políticos, pois conseguem captar a centralidade combinada das dimensões simbólica e afetiva da vida social. Para elas, o investimento afetivo "é

[21] No original: "*it is a necessary condition for political mobilization and change as much as it is functional to social passivity and maintaining the status quo. [...] fantasies are ineliminable and essential to action, whether these are characterized as normatively progressive or regressive*".

o que alimenta os processos de identificação e o que possibilita a fixação discursiva. A lógica fantasmática articula assim tanto questões particulares, individuais, como questões do coletivo no qual esse indivíduo está imerso" (Oliveira; Lopes, 2021, p. 130). Considerar, portanto, a dimensão dos afetos ao analisar questões políticas[22] não implica uma subordinação da teoria a um tipo de imperialismo psicanalítico (Glynos, 2021), mas apenas o reconhecimento de que se trata de um elemento importante na vida social dos sujeitos, que confere forma e força aos discursos.

Finalizo esta seção com uma síntese da argumentação feita até este momento. Parti da consideração de que o sujeito é constituído pela falta, a qual busca ser preenchida por atos de identificação em um processo que nunca se completa dada à impossibilidade de plenitude de uma identidade. Também pontuei que a procura incessante por essa completude é motivada pelo desejo de reencontro com o gozo perdido, alcançado temporariamente pela fantasia, momento em que o sujeito ilusoriamente encontra seu "ser". Entretanto, essa "completude" logo se desfaz, o que motiva o sujeito a retomar sua jornada rumo a novos processos de identificação em busca da plenitude perdida.

Essa perspectiva, ao ser lançada no âmbito político, admite que ideologias e objetos socialmente construídos também se constituam como elementos de identificação e que a fantasia tem papel fundamental para dar suporte à busca pela harmonia perdida da vida em comunidade, ao mesmo tempo em que estigmatiza os que possam interferir nesse processo. A fantasia não é uma ilusão, mas uma maneira de compreender como os desejos dos sujeitos se estruturam, sendo um fator de mobilização ou passividade política. Essa dimensão fantasmática aponta para a importância dos afetos na mobilização de identificações sociais, como demonstrarei ao longo deste estudo. Já o modo como a identificação coletiva acontece perante determinadas ordens políticas e não outras é o tema que discutirei no próximo item.

2.3. IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA COLETIVA: SIGNIFICANTES VAZIOS, HEGEMONIA E ANTAGONISMOS

Após apresentar a concepção do caráter aberto do social e a consequente não fixidez das identidades políticas; bem como as características inerentes ao sujeito pós-

[22] A importância dos afetos na política tem sido teorizada por diversos autores, entre os quais cito: Ahmed (2004), Kehl (2020), Mouffe (2019) e Safatle (2015).

moderno, como a falta constitutiva e a impossibilidade de plenitude da identidade, faz-se necessário discutir, a fim de concluir este capítulo, o modo como demandas particulares do campo social tornam-se universais em um processo de articulação hegemônica, com vistas à formação de uma identificação política coletiva. Compreender a maneira como uma ordem política passa a ocupar o espaço da já mencionada plenitude ausente contribuiu para o entendimento de como uma posição e não outra é assumida por grupos sociais em determinado contexto, ainda que de modo não permanente.

Como visto, a promessa ilusória de recuperação de uma vida harmônica em comunidade, feita pela fantasia, bem como o desejo de retomada de um estado de felicidade coletivo, com vistas ao alcance do gozo perdido, são fundamentais para o engajamento político, pois sem eles dificilmente aflorariam vontades de identificação social. Considerando esses elementos, Laclau e Zac (1994) sustentam que a possibilidade de identificação com uma determinada ordem política depende justamente de sua capacidade de garantir a continuidade de alguma ordem na comunidade e não dos seus atributos em termos concretos, os quais são, em princípio, indiferentes.

Há, portanto, um hiato entre a função de preenchimento e o seu conteúdo, o qual é completamente contingente. Sendo assim, para que o jogo da política seja possível, é preciso produzir uma série de significantes da falta, ou, de modo mais específico, significantes vazios, termo alternativo para se referir à plenitude de uma ordem comunitária que está ausente, mas que precisa ser alcançada ou retomada. Laclau (2011a, p. 78, grifo do autor) explicita essa relação no trecho abaixo:

> [...] a população precisa de *uma* ordem, e o conteúdo presente da mesma passa a ser uma consideração secundária. A “ordem” enquanto tal não tem conteúdo, já que só existe nas várias formas em que se realiza; mas, numa situação de desordem radical, a “ordem” está presente como aquilo que é ausente; passa a ser um significante vazio, como o significante dessa ausência. Nesse sentido, várias forças políticas podem competir em seus esforços para apresentar seus objetivos particulares como aqueles que realizam o preenchimento dessa falta. Hegemonizar algo é exatamente cumprir essa função de preenchimento.

Antes de avançar na discussão acerca do processo hegemônico em especial, é importante tecer algumas considerações sobre o que Laclau denominou de significantes vazios, a fim de detalhar o conceito. Esse autor chama a atenção para o fato de que significante vazio não é simplesmente um significante sem significado, mas “um hiato que emerge no seio da significação, que, portanto, não tem significado

positivo próprio, mas que deve ser, entretanto, nomeado, porque é a própria condição do processo significativo[23]" (Laclau, 2014, p. 147, tradução nossa). Em outras palavras, o vazio laclauniano não implica em ausência de significado, mas aponta para sua irrepresentabilidade constitutiva e sua incomensurabilidade no sistema de significação (Laclau, 2013).

Para fins exemplificativos, o autor procura especificar sua interpretação sobre os significantes vazios tomando como referência a distinção entre sua concepção de democracia e a de Claude Lefort. Este último compreende que o lugar do poder nas democracias é vazio, sujeito a procedimentos frequentes de alternância e redistribuição, diferentemente do período em que o monarca corporificava esse lugar, tornando-o imutável em termos de sucessão por grupos sociais diversos.

Por essa concepção, o vazio da democracia significa a ausência de determinação no lugar do poder, o que sugere que qualquer força particular pode ocupá-lo. Vista apenas como regime, neste caso, a democracia é um significante com significado preciso e a noção de vazio restringe-se simplesmente a possibilidades sucessórias de forças particulares diversas no lugar do poder.

Por sua vez, Laclau (2013, p. 242) compreende a produção do vazio na democracia a partir da lógica hegemônica, sendo este "um tipo de identidade, não uma localização estrutural". O conceito de vazio é transferido do lugar do poder nos regimes democráticos para os sujeitos que ocupam esse lugar, uma vez que, em sua visão, tanto o lugar de poder é afetado pelos seus ocupantes quanto estes são afetados pela natureza daquele local.

Nessa perspectiva, o vazio não é apenas um espaço estabelecido por uma lei constitucional, mas é, sobretudo, um vazio construído politicamente, cujo sentido consegue alçar o *status* de representação em virtude do processo hegemônico. Abaixo, Laclau (2013, p. 248) sintetiza os atributos do vazio em sua teoria:

> O vazio, no que diz respeito a esse lugar, não significa simplesmente vacuidade; ao contrário, o vazio existe porque aquela vacuidade aponta para a completude ausente da comunidade. Vazio e completude são, na realidade, sinônimos. No entanto, essa completude/vacuidade somente pode existir encarnada numa força hegemônica.

[23] No original: *un hiato que emerge en el seno de la significación, que por lo tanto no tiene significado positivo propio, pero que debe ser, sin embargo, nombrado, porque es la condición misma del proceso significativo*.

Após evidenciar a peculiaridade do vazio na visão laclauniana e sua relação com o processo de representação hegemônica, retomarei a argumentação desta seção buscando responder a seguinte questão: se é imperiosa a necessidade de uma ordem política que resgate a promessa ilusória da harmonia da vida em comunidade e se o conteúdo dessa ordem tem importância secundária, de que maneira pode-se explicar o fato de que um determinado projeto político e não outro seja escolhido para representar um conjunto de demandas diversas, a ponto de os sujeitos autodesignarem-se como adeptos e partidários desse projeto? Apresento o mesmo questionamento em termos conceituais: de que forma ocorre o esvaziamento do significante de modo que ele alcance a representação hegemônica?

Para uma explicação mais detalhada desse processo, parto dos conceitos de "elemento" e "momento" utilizados por Laclau e Mouffe (2015). Por "elemento", os autores consideram as identidades dispersas e diferenças que não estão discursivamente articuladas, ao passo que, por "momento", designam as diferenças já articuladas no interior da sociedade. Em outros termos, as demandas, pautas políticas ou reivindicações concretas de grupos sociais que aparecem de forma isolada, sem vínculo imediato uma com a outra, são entendidas como "elementos", enquanto essas mesmas demandas e reivindicações, uma vez conectadas entre si sob algum ponto em comum, são compreendidas sob a alcunha de "momento".

A questão que interessa aqui é saber a maneira como um "elemento" torna-se um "momento", ou seja, a forma como demandas sociais específicas e inicialmente isoladas passam a se articular no interior de um discurso. Novamente, pode-se afirmar que se trata de um processo de construção política, relacionada aos chamados pontos nodais, ou seja, "um discurso comum articulador de todas essas diferenças" (Mendonça; Rodrigues, 2014b, p. 50), que fixam parcialmente o sentido do social.

Dessa forma, em um processo articulatório, ainda que mantenham suas particularidades, as diferenças de demandas entre os sujeitos são canceladas a fim de expressarem um conteúdo que seja comum a todos eles, por meio da denominada lógica da equivalência, que "é uma lógica da simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença é uma lógica de sua expansão e complexidade crescente" (Laclau; Mouffe, 2015, p. 209). A equivalência, portanto, é uma lógica na qual todas as demandas, em que pese seu caráter diferente, tendem a reagrupar-se, a fim de formar uma cadeia equivalencial (Laclau, 2009).

Em decorrência desse movimento, cada demanda individual apresenta uma dupla constituição: é ela própria, em sua particularidade, por um lado; e, por outro, aponta para um conjunto de outras demandas através de vínculos equivalenciais. Nesse processo, os significantes que unificam uma cadeia de equivalências ganham em extensão, pois expressam mais do que uma referência conceitual particular, ao mesmo tempo em que perdem em intensidade, tendo em vista que sua conexão com conteúdos específicos tende a se reduzir drasticamente devido ao fato de abarcarem demandas sociais muito heterogêneas.

Quando esse significante vazio formado pela cadeia de equivalências consegue representar aquilo que contingencialmente ele abarca, configura-se um processo de hegemonia, marcado pelo fato de uma particularidade assumir a representação de uma universalidade, ainda que não definitivamente, mas de maneira sempre reversível. Em outros termos, para que a hegemonia seja estabelecida, é necessário que os objetivos específicos de um grupo atuem em nome de uma universalidade que seja maior do que ele próprio.

Assim, a hegemonia "só existe encarnada em – e subvertendo – alguma particularidade, mas, ao inverso, nenhuma particularidade pode vir a ser política sem converter-se no lócus de efeitos universalizantes" (Laclau, 2011b, p. 63, tradução nossa[24]). É por meio desse mecanismo, *grosso modo*, que um determinado projeto político e não outro é escolhido e legitimado como representante das diversas particularidades que compõem o social.

Sob esse entendimento, coaduno com a posição de Lopes e Mendonça (2013) acerca da importância dos significantes vazios para o estabelecimento do momento hegemônico, pois eles atuam na homogeneização do espaço social, que é essencialmente heterogêneo, vago e impreciso. Esses significantes acabam por atribuir uma nova dimensão qualitativa às demandas unificadas, pois operam como pontos de identificação para todos os elos da cadeia, tornando exitoso o processo hegemônico de representação coletiva.

A fim de dar maior concretude à discussão teórica que ora realizo, recorro à análise de Cesarino (2020), a qual afirma que o caso político brasileiro é, em diversos sentidos, quase um exemplo de livro-texto da teoria de Laclau e Mouffe. Segundo a autora, nos últimos anos, houve um processo de transformação de uma multidão

[24] No original: *sólo existe encarnada en – y subvirtiendo – alguna particularidade, pero, a la inversa, ninguna particularidade puede devenir política sin convertirse em el locus de efectos universalizante*s.

heterogênea insatisfeita, formada espontaneamente em reação a uma sensação difusa de crise e desordem social, em um “povo” que se constituiria como a base eleitoral de Jair Bolsonaro, o qual alegava vir de fora do sistema para reestabelecer a ordem em novas bases[25].

Partindo dessa análise, afirmo, de modo sintético, que, frente à percepção coletiva de uma situação de desordem nacional, demandas diversas foram exitosamente articuladas em torno de significantes vazios, tais como, “Deus, pátria e família” e “cidadão de bem”, exemplo que será discutido a seguir. Nesse processo, a figura de Jair Bolsonaro como líder unificador das diversas demandas particulares, cujo sentido foi sendo esvaziado por meio de significantes como os anteriormente mencionados, alça o *status* de representação coletiva, caracterizando o momento hegemônico brasileiro no contexto do pleito eleitoral de 2018 e nos anos subsequentes.

Vejamos como esse processo se deu a partir da construção específica do significante vazio “cidadão de bem”. Em um estudo sobre o perfil dos eleitores e apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro, Kalil (2018) constatou a heterogeneidade como uma marca fundamental desse público quando observados os marcadores de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião, formas de engajamento e crenças[26]. Entretanto, em que pese essa multiplicidade de perfis, a pesquisadora afirma ser possível apontar determinados valores difusos capturados, entre os apoiadores, em torno da figura do chamado “cidadão de bem”, termo cujo significado concreto assume variadas formas, mas que adquire um sentido geral comum e unificador do grupo.

Entre as várias possibilidades de conteúdo concreto, “cidadão de bem” pode ser o sujeito que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar

[25] Um detalhamento acerca das bases e pilares do bolsonarismo será feito no quarto capítulo.

[26] O estudo relevou 16 tipos de eleitores/apoiadores de Jair Bolsonaro, a saber: 1) As pessoas de bem: instituições fortalecidas para o fim da impunidade; 2) Masculinidade viril: armas para os civis fazerem justiça com as próprias mãos; 3) *Nerds*, *gamers*, *hackers* e *haters*: a construção de um mito; 4) Militares e ex-militares: guerra às drogas como solução para a segurança pública; 5) Femininas e “bolsogatas”: mulheres “empoderadas” para além do “mimimi”; 6) Mães de direita: por uma escola sem “ideologia de gênero; 7) Homossexuais conservadores: “Homem é homem”, não importa se gay ou hétero; 8) Etnias de direita: minorias perseguidas por se posicionarem a favor de Bolsonaro; 9) Estudantes pela liberdade: voto rebelde contra a “doutrinação marxista”; 10) Periféricos de direita: os "pobres" que desejam o "Estado mínimo"; 11) Meritocratas: o antipetismo dos liberais que “venceram pelo próprio mérito”; 12) Influenciadores digitais: liberais e conservadores “salvando o Brasil de se tornar uma Venezuela”; 13) Líderes religiosos: a defesa da família contra o “kit gay” e outros pecados; 14) Fiéis religiosos: cristãos pela “família tradicional”; 15) Monarquistas: o retorno a um passado glorioso; 16) Isentos: “Política não se discute” (Kalil, 2018).

nas manifestações de rua, se diferencia dos “bandidos” (corruptos) ou de quem os apoia. Também pode se referir “[...] a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reinvindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos” (Kalil, 2018, p. 9). O “cidadão de bem” não é “comunista”, nem “de esquerda” ou “petista” e menos ainda “não trabalhador” (vagabundo), mas, sim, avesso à corrupção.

A corrupção, por sua vez, adquire um sentido polissêmico para o “cidadão de bem”, como a prática de “os políticos roubarem o povo”; uma “desordem” de costumes e valores que estaria colocando em risco a ordem familiar; o cerceamento da liberdade individual; a redução da importância do papel da família na formação do cidadão; e a “confusão entre direitos e privilégios”, sobretudo no que se refere ao recebimento de benefícios de programas sociais. Para além desses diversos conteúdos concretos, entretanto, há um sentido amplo que unificou todos esses perfis de eleitores e apoiadores tão distintos: a luta “contra o sistema”, como detalha Kalil (2018):

> [...] a figura do “cidadão de bem”, que luta contra todas essas formas de corrupção, é uma espécie de repositório que consegue captar e atrair para si uma série de dimensões críticas a respeito de como sociedade e poder funcionam. Essa figura, com o passar do tempo, conseguiu captar tendências “antissistema” (“contra todos os partidos”, “contra todos os políticos”, “contra tudo e contra todos”), para depois atrair dimensões da crítica anticorrupção (tanto em seu sentido estrito financeiro, quanto na sua forma moral, quanto em sua forma religiosa). Com o tempo, o “cidadão de bem” passou a se distinguir também de categorias, grupos e pessoas ligadas à esquerda (Kalil, 2018, p. 10).

Nota-se, portanto, que o “cidadão de bem” encarnou uma luta mais ampla em defesa da restauração de uma ordem harmônica supostamente perdida, na qual vigorariam os valores da família, inexistiria a corrupção, bem como os privilégios para políticos e cidadãos que não fazem por merecê-los. O “cidadão de bem”, portanto, a despeito de suas pautas concretas, unificou-se como grupo em uma luta antissistema, cuja corporificação, em termos de representação política, foi o candidato Jair Bolsonaro. Sob essa perspectiva, “cidadão de bem” pode ser considerado um significante vazio.

Cesarino (2020) ainda menciona que, no contexto contemporâneo, a eficácia dos significantes vazios é potencializada pelos meios digitais e pela facilidade com que os usuários produzem e distribuem seus próprios conteúdos. Como exemplo de grande eficácia dos significantes vazios na mobilização de eleitores para Bolsonaro, a autora cita dois exemplos bastante interessantes.

Um deles foi o trabalho de publicização do chamado kit gay, em torno do qual qualquer pessoa poderia montar ou gravar um vídeo e compartilhar sua versão caseira desse “produto” do inimigo. “Nas redes bolsonaristas, o kit gay circulou como puro significante [...], a ponto de perder qualquer conexão com um referente concreto” (Cesarino, 2020, p. 102). Embora ninguém tenha visto, de fato, o kit gay original, como significante vazio, ele produziu efeitos reais sobre o eleitorado brasileiro em favor de Jair Bolsonaro.

O outro exemplo mencionado por Cesarino (2020) acerca do fomento de significantes vazios pela campanha do referido candidato foi a incorporação da camiseta da seleção brasileira como seu maior símbolo, apropriação feita anteriormente pela direita nos movimentos antipetistas. O verde-amarelo da bandeira nacional foi contraposto ao vermelho do PT, do MST e do comunismo, de modo a enquadrar determinados segmentos da sociedade brasileira como parte legítima da nação (“os patriotas”) e outra parte não (“os esquerdistas”). Assim, “a simbologia das cores e outros elementos estéticos estão longe de ser apenas cosméticos, visto que a mobilização do tipo populista opera em larga medida através de significantes vazios, no plano subconsciente dos afetos” (Cesarino, 2020, p. 114). Não é à toa que uma simples camiseta amarela ou vermelha tenha sido capaz de suscitar raiva ou indignação no contexto eleitoral de 2018 e 2022.

Aproveito os exemplos acima para destacar outro elemento teórico importante para esta pesquisa. O estudo de Kalil (2018) demonstrou que os eleitores e apoiadores de Jair Bolsonaro mencionaram em suas narrativas quem são os responsáveis pela desestabilização da ordem no país: comunistas, petistas e usuários de programas sociais. Já Cesarino (2020) indicou exemplos nos quais essa nomeação do inimigo também aparece: PT, MST, esquerda. Esses elementos indicam que a formação da identificação política é também produzida pela criação de uma fronteira interna que estabelece um corte antagônico em relação a um inimigo comum, tal como postula Laclau (2009, p. 57): “As equivalências são somente tais em relação com uma falta que as domina todas, e isto requer a identificação da fonte da negatividade social”. Em outros termos, as características diferenciais equivalentes passam a expressar algo além do que o objeto é, no sentido positivo, para denotar algo que ele não é. Essa unidade em torno de um ponto comum parte, então, da existência de um ou mais inimigos contra os quais todas as lutas convergem, o que marca a existência do chamado antagonismo.

Conforme Mendonça (2012), a categoria antagonismo é de vital importância para a construção de lógicas e fronteiras políticas, constituindo-se como uma forma de identificação a partir de uma ameaça. Por meio dele, revela-se a impossibilidade de constituição plena do ser, pois “a força que me antagoniza nega minha identidade no sentido mais estrito do termo” (Laclau, 2000, p. 34, tradução nossa[27]). É como se a presença do “outro” impedisse a constituição plena de uma identidade, o que leva Laclau a afirmar que o antagonismo é o limite de toda objetividade:

> Na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo. Nem a força que antagoniza comigo é tal presença: seu ser objetivo é um símbolo do meu não-ser e, desta maneira, é excedido por uma pluralidade de sentidos que impedem que ele se fixe como uma positividade plena. A oposição real é uma relação objetiva – ou seja, determinável, definível – entre coisas; a contradição é igualmente uma relação definível entre conceitos; o antagonismo constitui os limites de toda objetividade, a qual se revela como objetificação parcial e precária (Laclau; Mouffe, 2015, p. 202).

O aspecto a ser ressaltado, portanto, é que o antagonismo opera a partir de algo “exterior” que bloqueia a constituição plena de uma identidade, entendida como “interior”, o que reitera a argumentação feita anteriormente acerca da inexistência de uma racionalidade subjacente às identidades políticas. Laclau (2000) reafirma, desse modo, o caráter contingente e puramente relacional desse processo, bem como sua estreita relação com a força com a qual se antagoniza. Sendo assim, as escolhas de grupos sociais por determinadas decisões ou projetos políticos constituem-se a partir de uma relação de antagonismo e poder, não de maneira prévia a ela, como reitera Mendonça (2012, p. 207):

> O antagonismo, antes de ser uma relação entre objetividades já dadas, representa o próprio momento em que elas passam a ser constituídas. Assim, antagonismo é condição de possibilidade para a formação de identidades políticas [...] e não meramente um campo de batalha que se forma entre duas forças com existências prévias.

O autor supracitado ainda afirma que, em termos de análise política, o antagonismo deve ser compreendido como a percepção de uma ameaça, a qual promoverá uma identificação entre elementos, que por sua vez, se articulará em um discurso. Este discurso, embora constituído a partir daquilo que se antagoniza, pode articular também aspectos positivos de identificação, uma vez que suas operações de sentido são internas e o outro constitutivo é “externo” a seus limites. Sendo assim, o

[27] No original: *la fuerza que me antagoniza niega mi identidad en el sentido más estricto del término*.

antagonismo “tem a função de gerar um tipo específico de identificação política” (Mendonça, 2012, p. 224), a partir da dicotomização do social.

Em síntese, pode-se afirmar, em acordo com Laclau (2011b), que a sociedade se caracteriza por uma pluralidade de grupos e demandas particularistas, as quais só se articulam em torno de um ponto comum por meio de uma equivalência politicamente construída de demandas, tendo em vista as relações de antagonismo. Dessa forma, a identificação transitória com os objetivos de um segmento social particular torna-se uma universalidade contingente em virtude da mediação política e de relações de representação. O setor social específico que obtém êxito nessa tarefa é justamente o que demonstra ser capaz de enfrentar o inimigo comum constituído no processo de identificação.

Tendo em vista esses elementos, retomo Mendonça e Rodrigues (2014b) para afirmar que a ideia de hegemonia se contrapõe à noção de falta constitutiva do sujeito, a qual, como já visto, traz consigo a noção de que as identidades são sempre incompletas, o que motiva a busca constante, porém fracassada, por sua plenitude. No campo político, a hegemonia atua no processo de preenchimento dessa falta constitutiva, ainda que temporariamente, devolvendo ao sujeito sua plenitude identitária por meio de uma ordem. Os autores reiteram que, embora seja uma necessidade, a hegemonia é sempre um lugar vazio, “foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade” (Mendonça; Rodrigues, 2014b, p. 54).

Alguns dados de campo desta pesquisa dão concretude às discussões teóricas realizadas nesta seção. Para exemplificar a maneira como operam as lógicas da diferença e da equivalência e o modo como demandas isoladas articulam-se a partir de um ponto comum, recorro às respostas dos estudantes eleitores de Jair Bolsonaro sobre a seguinte questão[28]: “quais bandeiras ou pautas o aproximam do seu candidato?”. As respostas, compiladas no Quadro 2, demonstram uma grande variedade de demandas particulares, tais como: questões relacionadas à redução da intervenção do Estado na economia, defesa das privatizações e de medidas mais enérgicas na área da segurança pública, ampliação da liberdade de expressão, combate à corrupção, conservação da família, exaltação dos valores cristãos e patrióticos, entre outros. Nota-se que a luta contra a esquerda ou o PT já aparece nas

[28] Essas respostas foram obtidas por meio de entrevistas individuais realizadas durante o ano de 2022 com os participantes da pesquisa.

respostas como algo recorrente, dando indícios do delineamento do inimigo por esse grupo.

Quadro 2 – Pautas que aproximam os estudantes do candidato Jair Bolsonaro

Lucas	Redução do Estado, liberdade, redução de ministérios, privatizações, liberação de arma, cansado de governo de esquerda.
Diana	Mudança nos ministérios, liberal capitalista.
Suzana	Redução do imposto de renda, “bandido bom é bandido morto”, tirar a esquerda do poder.
Eduardo	Contra o PT, contra a esquerda, redução do Estado, Estado eficaz, contra o aborto.
Pedro	Economia liberal, privatização, empreendedorismo, liberdade de expressão, pátria, família.
Elisângela	Deus, pátria e família. Cuidar e zelar pelos direitos morais. Combate à corrupção. Não ao aborto, não às drogas, não ao homossexualismo.
Vanda	Família de Deus (pai, mãe, filhos), confisco da cartilha “kit gay” das escolas e implementação do Auxílio Brasil.
Ronaldo	Família, pátria, conservadorismo, ordem, militarismo. Implementação do auxílio emergencial, redução da corrupção e do preço do combustível.
Dalva	Família, Deus, Brasil. Implementação do auxílio emergencial, água para o Nordeste, melhorias na economia e no desenvolvimento do país.

Fonte: A autora (2023).

Embora a compilação do Quadro 2 já dê indícios acerca do ponto unificador das particularidades dos estudantes, a saber, a luta contra o projeto da esquerda, a identificação política, estabelecida por meio de uma relação antagônica, fica mais explícita considerando suas respostas à seguinte questão: “Você se considera bolsonarista?”. Ressalto que essa não era uma pergunta que constava previamente no roteiro de realização das entrevistas, mas decidi fazê-la na medida em que diversos participantes, em suas narrativas, diferenciavam-se dos chamados bolsonaristas, ainda que também fossem eleitores do candidato. Percebi que ser bolsonarista não significava simplesmente ser eleitor de Jair Bolsonaro.

Sendo assim, dos nove estudantes deste estudo que são eleitores do candidato, apenas um afirmou ser bolsonarista no sentido de uma identificação positiva com esse político devido a suas práticas e ideias. Os demais afirmaram, de modo contundente, o quanto sua escolha eleitoral esteve relacionada a uma forma de impedir a vitória do projeto que, sob sua ótica, ameaçava os valores da família, os princípios cristãos, a liberdade de expressão e do mercado, e que encarnava a própria corrupção no país, ou seja, o projeto petista. No Quadro 3, sistematizo trechos das respostas dos estudantes:

Quadro 3 – Síntese das respostas sobre a pergunta: “Você se considera bolsonarista?”

Lucas	Pô, bolsonarista é aquilo de defender o cara com unhas e dentes, né? Eu critiquei bastante coisa no governo dele em relação a 2018. Eu acho que isso um bolsonarista não faria, que é criticar os pontos que ele pecou com a gente. Mas continuo naquele argumento de que, pô, *eu não quero ter um governo de esquerda de novo*, porque os meus ideais não se encaixam com o pessoal de esquerda. Eu acho que eu não sou bolsonarista porque eu consigo criticar bastante coisa que ele fez errado[29].
Diana	Não! Não me considero, pois só votei nele *porque não votaria no Lula*, e com todos os pontos negativos do Bolsonaro, eu tenho mais pontos positivos com ele do que com Lula[30].
Suzana	Não. Não me considero não. [*bolsonarista*] é a pessoa completa direita e que tem um político em si. “Sou de direita, eu voto em fulano e não voto em mais ninguém”. É como diz o outro, tem político de estimação. [...] Eu voto no Bolsonaro porque *ele é o único candidato que tem força para tirar a esquerda*. E porque eu gosto de algumas ideias dele também[31].
Eduardo	Não. Sou um conservador independente. O bolsonarismo é um culto à ignorância. É um "terraplanismo" ideológico à direita. Os bolsonaristas vivem de revisionismos históricos, exploram o debate com bordões e espantalhos. Eles têm uma visão muito quadrada da realidade, e não acho isso saudável para o debate público. No entanto, a figura do Bolsonaro, como eu disse anteriormente, é forte e unificadora. *Ele é um ponto de convergência da direita*. Pra mim, um ponto crítico, mas é o que temos. Irei defendê-lo, sim, neste turno, por esse motivo[32].
Pedro	[...] Eu não sou bolsonarista, eu não me considero bolsonarista. Ah, “Deus no céu, Bolsonaro na terra”. As pessoas brigam. As pessoas se matam aí, que você já viu o pessoal se matando aí Brasil afora. Eu não discuto sobre isso. Mas eu gosto de conversar meu ponto de vista quando a gente está em algum debate assim, né? [...] Eu não sou fanático, né? A resposta é essa. Mas eu gostaria que fosse outra pessoa*. Como não tem essa pessoa*, mas eu acredito que daqui quatro anos vai ter e a gente já sabe quem é, né? Tarcísio, é Tarcísio[33].
Elisângela	Não. Primeiro porque eu não concordo com tudo o que ele diz. Penso que como presidente, líder de uma nação, ele fala alguns absurdos. Mesmo que ele pense, nem tudo deve ser dito, mesmo que seja uma opinião pessoal dele. E mesmo que eu concorde com algumas coisas eu posso mudar de opinião. Como mudei em relação ao PT, ao Lula e à Dilma. *Me considero de direita[34].*
Vanda	Não. Eu vou em favor da família, *meu voto é nele em favor da família*, não porque “aí se alguém chegar aqui, brigar”, eu vou deixar a pessoa falar, não vou brigar por causa de ninguém, por causa de política. Eu não brigo nem por causa da minha religião. Ainda mais por causa dos outros. Não sou bolsonarista, *eu apenas voto nele devido ao que ele luta[35].*
Dalva	Eu me considero brasileira e serva do Senhor Jesus, que é dono da vida e só Ele pode tirar a vida, *homem nenhum tem essa autorização para tirar a vida*, principalmente de indefesos[36].

Fonte: A autora (2023).

[29] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[30] Mensagem de texto de Diana via aplicativo *WhatsApp*, em 28.11.2022.
[31] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 16.10.2022, em Vitória (ES).
[32] Mensagem de texto de Eduardo via aplicativo *WhatsApp*, em 18.10.2022.
[33] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[34] Mensagem de texto de Elisângela via aplicativo *WhatsApp*, em 11.10.2022.
[35] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[36] Mensagem de texto de Dalva via aplicativo *WhatsApp*, em 05.10.2022.

Por meio das narrativas acima, pode-se perceber também que alguns estudantes lamentaram o fato de que Bolsonaro tenha sido o nome unificador da direita nas eleições de 2018 e 2022, pois votariam em outros candidatos desse espectro político, com uma postura considerada mais adequada ao cargo, caso tivessem força eleitoral suficiente para vencer o projeto petista. As respostas acima também evidenciaram que bolsonarista é compreendido como alguém que realiza ações radicais em favor de Jair Bolsonaro, seja ultrapassando os limites da civilidade no sentido de recorrer à violência para fazer valer sua opinião, seja não reconhecendo os erros e posturas desse candidato, numa postura acrítica. A maioria dos estudantes, portanto, não se classifica dessa maneira, já que sua identificação decorre justamente do corte antagônico com o projeto da esquerda.

Por outro lado, se forem analisadas as justificativas dos estudantes não eleitores de Jair Bolsonaro para a escolha de candidatos do PT no 2º turno das eleições presidenciais de 2018 e 2022, também será observado um corte antagônico: optaram por essas candidaturas por rejeitarem Bolsonaro, como pode ser verificado nas seguintes falas dos estudantes: “E o que me fez votar no Lula foi justamente a rejeição que eu tenho sobre o Bolsonaro. Então uma rejeição que já vem de anos, antes de 2018[37]”; “E como eu não gosto de ficar em cima do muro, no segundo turno, eu fiz a opção de votar no Lula. É por acreditar mais no discurso dele, obviamente, do que do Bolsonaro em si, que eu repudio de várias formas[38]”.

> Bom, eu sou meio suspeito de falar, né? Porque eu sou carioca e eu conheço Jair Bolsonaro desde a época do exército, né? Porque eu venho da época da ditadura do Ernesto Geisel, Emílio Garrastazu Médici, do general Figueiredo, e Jair Bolsonaro sempre foi ligado no Rio de Janeiro à milícia na zona Oeste. Desde o dia que Jair Bolsonaro foi expulso do exército, a família dele é mal vista por toda a cúpula da militar. [...] Nunca fez nada, não tem um projeto apresentado por Jair Bolsonaro, em toda a carreira dele, de 30 e poucos anos, dentro do Congresso[39].

> [...] Eu votei no Lula de novo para o nosso país parar de passar vergonha no mundo. O cara no meio da pandemia zoando a vacina da China, “vachina, vachina”, e teve que ir lá na China porque ele era o representante do país e com aquela cara [...] rachada, né? Eu votei porque eu não aguentava mais ver o nosso país passando vergonha no mundo e ter uma pessoa assim. [...] Porque eu preciso ter alguém representando o meu país e que possa chegar lá fora e ser respeitado, e esse cara não era respeitado, ele não fazia o nosso país ser respeitado no mundo[40].

[37] Trecho da fala de Rosa no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.
[38] Trecho da fala de Nilo no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.
[39] Trecho da fala de Paulo no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES).
[40] Trecho da fala de Tadeu no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES).

> Pra mim, era inviável votar em um cara, né, que ficou 28 anos como deputado e nunca fez um projeto. É a mesma coisa eu ter uma empresa e colocar um administrador lá que nunca fez nada, então já começou por aí. Eu já não votaria nele, né? Porque é um cara que nunca apresentou nada, teve 28 anos e nunca apresentou nada para mim. [...] Um cara que mente, um cara que usa o nome de Deus pra poder estar naquele lugar ali. Então por isso eu votei no Lula, porque eu acredito exatamente no Brasil, né?[41]

Nos depoimentos acima, nota-se que a rejeição dos estudantes a Jair Bolsonaro é explicitada em virtude das seguintes questões por eles mencionadas: atuação pífia como deputado federal ao longo de anos, sem apresentação significativa de projetos na Câmara dos Deputados; desconfiança de seu relacionamento com grupos milicianos do Rio de Janeiro; atuação negligente durante a pandemia da Covid-19 e péssima condução do Brasil no âmbito das relações internacionais.

Além desse rechaço como elemento unificador do grupo, pude notar o quanto Bolsonaro é visto como uma ameaça à integridade dos sujeitos em questão, sobretudo naqueles em que operam mais intensamente os marcadores de gênero e raça. Para melhor compreender essa posição dos estudantes, relembro o conceito de antagonismo de Laclau (2014, p. 133 – tradução nossa[42]): "uma relação entre forças inimigas, de modo tal que a negatividade passa a ser um componente interno dessa relação. Cada força nega a identidade das outras". Apresento a seguir duas falas de alunos não eleitores do candidato que exemplificam justamente essa presença do inimigo como ameaça à existência do sujeito:

> Quando, voltando lá atrás, antes de 2018, né? De ter eleição, quando começou a aparecer o nome Bolsonaro e toda essa força que eles ganharam, eu vim vendo algumas coisas que me faziam repudiar algumas falas, principalmente por questões LGBT's, questões de gênero, né? Eu sou uma pessoa não binária [...]. Não tem como eu escolher votar em um governo que reprova o gênero ou algo do tipo do que eu escolhi, e também por várias outras questões que a gente via, eu sempre repudiava, sempre reprovava e a gente precisava escolher um lado, tipo, tá, qual lado você vai escolher?[43].

> Bolsonaro, eu jamais voto naquele homem, porque eu conheço a vida pregressa dele dentro do Congresso. Esse homem nunca votou um projeto de lei que prestasse. [...] Ele sempre foi aquele Bolsonaro que a gente viu durante a eleição, no palanque, falando aquelas coisas idiotas que ele falava, né? Inclusive, ele falou muito da minha raça preta, que a gente não servia nem para procriar, né? Ele falou que a gente pesava uma arroba e que preto não prestava nem pra procriar[44].

---

[41] Trecho da fala de Ruth no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES)
[42] No original: *una relación entre fuerzas enemigas, de modo tal que la negatividad pasa a ser un componente interno de esa relación. Cada fuerza niega la identidad de la otra*.
[43] Trecho da fala de Valentim no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.
[44] Trecho da fala de Irene no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES)

Após essas explanações e análises, concluo este capítulo sublinhando a ideia de Laclau (2000) de que uma identidade social se constitui como um ato de poder. Tal afirmação é feita em virtude de toda a argumentação realizada acerca do caráter contingente do social, da impossibilidade de fixação prévia de uma identidade, da falta constitutiva do sujeito e sua busca constante pelo preenchimento, do papel da fantasia e dos afetos como fomentadores de processos de identificação, do antagonismo como forma específica de identificação política frente a uma ameaça e da hegemonia como ordem constituída a partir de pontos articuladores comuns e de significantes tendencialmente vazios. Inspirada nesse pensador, considero que "estudar as condições de existência de uma certa identidade social é equivalente, portanto, a estudar os mecanismos de poder que a fazem possível" (Laclau, 2000, p. 48, tradução nossa[45]). Esse é, em síntese, o principal desafio dos próximos capítulos.

[45] No original: *Estudiar las condiciones de existencia de una cierta identidad social es equivalente, por lo tanto, a estudiar los mecanismos de poder que la hacen posible*.

3. TRAJETÓRIAS DE VIDA E IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo, busco abordar a maneira como se deu o processo de identificação política dos estudantes desta pesquisa, no decorrer de suas vidas, a fim de indicar elementos que possam ter sido mobilizados no contexto brasileiro das eleições presidenciais de 2018 e 2022. Para isso, parto da análise de suas trajetórias individuais, que ora evidenciam situações, espaços e momentos que se relacionam diretamente com suas posições políticas, ora expressam ausências e lacunas desejosas por uma completude, as quais são preenchidas de diferentes maneiras, inclusive por identificações políticas, como demonstrarei ao longo do texto.

Relembro que a análise de trajetória aqui realizada não visa reconstituir a vida inteira dos estudantes do Proeja, mas compreendê-la a partir de um enfoque específico, o do processo de identificação política. Para isso, em acordo com o referencial teórico articulado no capítulo anterior, observei suas narrativas considerando a noção de falta constitutiva do sujeito, bem como seus pontos temporários de apego, representados por envolvimentos em espaços, grupos e ambientes, que podem se relacionar direta ou indiretamente com seu engajamento político. Também considerei as dimensões das fantasias e afetos presentes em seus relatos, numa tentativa de conectar experiências de vida a objetos de identificação.

Ao fim do capítulo, apresento o argumento da possível coincidência entre os espaços denominados de amparo ou acolhimento, mencionados nas narrativas dos estudantes, e os espaços considerados responsáveis pela formação de suas identificações políticas. Antes de iniciar a apresentação dessas trajetórias, entretanto, farei, no próximo tópico, uma contextualização sobre os estudantes da educação de jovens e adultos, em especial, os do Proeja, com o objetivo de ressaltar suas especificidades e singularidades no cenário educacional brasileiro, o que agregará elementos significativos à análise dos dados.

3.1. ESPECIFICIDADES DOS SUJEITOS DA EJA: AS “FLORES NOTURNAS”

O público da educação de jovens e adultos, tomando de empréstimo uma metáfora utilizada por Arroyo (2007), são as “flores noturnas” da escola[1], em virtude

[1] Arroyo (2007), em uma comparação dos alunos da escola com flores, afirma que os sujeitos da EJA são as flores noturnas, parafraseando a música de mesmo nome do cantor cubano Silvio Rodriguez. O

de suas singularidades em meio ao corpo discente. Esses estudantes são também uma das expressões do que, na introdução, denominei de Brasil popular. Justifico tais afirmações apresentando, inicialmente, dados que situam esses sujeitos no cenário da educação básica no país e, posteriormente, as especificidades que os marcam, diferenciando-os dos estudantes do chamado ensino regular.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade (51,2%) dos adultos com 25 anos ou mais não têm o ensino médio completo no país (Agência IBGE Notícias, 2020). Trata-se de 69,5 milhões de brasileiros. A pesquisa também revelou que quase 75% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 63,5% não frequentavam a escola e não tinham concluído o ensino obrigatório. Entre as razões para o atraso ou abandono escolar, foram mencionadas a necessidade de trabalhar, a falta de interesse e, entre as mulheres, a gravidez e os afazeres domésticos.

Alves *et al*. (2014, p. 168) afirmam que a população jovem e adulta não escolarizada representa uma "multidão de invisíveis" que cresce em virtude do resultado da ineficiência do sistema educacional, em que pesem as iniciativas para melhoria da educação básica já adotadas no país. Não se trata, portanto, de um grupo residual que pode ser alcançado com medidas paliativas no âmbito escolar. Os autores supracitados ainda registram o grande descompasso entre aquilo que é previsto e obrigatório em lei com a realidade dos números da educação. É obrigatória e garantida legalmente a escolarização na educação básica dos 4 aos 17 anos, com oferta gratuita assegurada inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria. Contudo, apesar dessa prerrogativa, ainda são alarmantes os números relativos aos não concluintes da educação básica no Brasil.

Além de observar a "multidão de invisíveis" que não se encontra no ambiente escolar e que, potencialmente, podem ser estudantes da educação de jovens e adultos, e passando a observar os que estão dentro dessa modalidade, a partir do

---

autor problematiza a maneira como esses estudantes são percebidos no ambiente escolar e pondera que eles não deixam de "florescer" ou de "exalar perfume" em decorrência de suas especificidades. Eles são diferentes das "flores do dia", ou seja, dos alunos do ensino regular, mas não menos pertencentes ao "jardim escolar". Apenas a título de curiosidade, a maioria das plantas floresce durante o dia em virtude do comportamento de pássaros, abelhas e outros polinizadores. Contudo, algumas espécies podem desabrochar apenas à noite, à espera de mariposas, morcegos e outros insetos para polinização. Entre elas estão o mandacaru, a prímula-da-noite e o cacto-orquídea (Melo, 2022).

Censo Escolar da Educação Básica 2023 (Brasil, 2024), pode-se afirmar que o número de matrículas da EJA diminuiu 20,9% entre 2019 e 2023[2], chegando a 2,6 milhões neste último ano. Desse total, em torno de 1 milhão são estudantes de nível médio.

Ainda de acordo com o Censo, a EJA é composta, de modo predominante, por alunos com menos de 40 anos de idade, percentual responsável por 65,1% das matrículas. Abaixo dessa faixa etária, encontram-se 52,1% de estudantes do sexo masculino, situação que se inverte acima dessa idade, a partir da qual as mulheres são maioria, totalizando 52,1% das matrículas. No que se refere à cor e raça, os estudantes que se declararam como pretos e pardos representam 70,7% na EJA de nível médio, ao lado de 26,9% de brancos.

No Censo Escolar, os estudantes do Proeja encontram-se incluídos na educação profissional, ou seja, separados dos dados da educação de jovens e adultos, e representam 38.313 matrículas em um universo de 2.413.825 estudantes. Entretanto, verifica-se nesse público a recorrência de marcadores sociais que singularizam a modalidade. O dado específico da EJA evidenciado pelo Censo nesse recorte educacional versa sobre cor e raça: há uma predominância de pretos e pardos na EJA profissional de nível médio (79,4%), bem como nos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC), nos quais esse público representa 76,7% das matrículas.

A predominância de jovens, em sua maioria pretos e pardos, e de baixa renda, também são características encontradas entre os estudantes da EJA na Rede Federal, conforme informações da Plataforma Nilo Peçanha (2024)[3], que contém dados que permitem situar o Proeja em âmbito nacional. Tomando como base o ano de 2022, a plataforma revela que existem 176 unidades da Rede Federal nos 27 estados brasileiros com a oferta de 271 cursos do Proeja Integrado, totalizando 15.046 matrículas. O estado do Espírito Santo aparece em 6º lugar com o maior número de estudantes entre os estados que possuem unidades que ofertam a modalidade, registrando 949 matriculados.

---

[2] A pandemia da Covid-19 impactou de diversas formas o sistema educacional no país, contribuindo para a redução da frequência de estudantes em cursos de EJA, conforme análise de Sousa, Oliveira e Cunha Júnior (2021).

[3] Criada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) reúne e torna públicos os dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Considerando o universo dos estudantes do Proeja na Rede Federal que declararam informações, em termos de renda familiar *per capita*, 6.489 possuem até 1 salário-mínimo; 1.747 matriculados possuem entre 1 e 2,5 salários-mínimos; e 408, acima de 2,5 salários-mínimos. Em termos de cor e raça, constam 7.930 como pretos e pardos; 3.280 como brancos; e 424 como amarelos e indígenas.

Em relação ao sexo, 8.916 são do sexo feminino e 6.630 do masculino. No que se refere à faixa etária, 6.827 matriculados têm menos de 30 anos; 3.922, entre 30 e 39 anos; 2.772, entre 40 e 49 anos; e 1.523, acima de 50 anos de idade. Enfatizo que 11.865 encontram-se matriculados em cursos noturnos, o que também justifica a metáfora do início desta seção acerca das “flores noturnas” da escola.

Se os dados estatísticos apresentados já proporcionam um panorama do perfil dos estudantes da EJA no país, formado, *grosso modo*, por jovens pretos e pardos de camadas populares, o Documento Base do Proeja traça uma caracterização institucional mais específica desses sujeitos, definindo e nomeando o agrupamento para o qual o programa é destinado. Vejamos:

> A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (Brasil, 2007, p. 11).

Tendo em vista esses elementos, cabe realizar uma reflexão e aprofundamento teórico acerca das singularidades dos sujeitos dessa modalidade, demarcando suas diferenças com jovens e adultos do ensino regular e indicando as heterogeneidades presentes dentro do próprio campo da EJA. Conforme Santos (2006), o estudante da educação de jovens e adultos está fora da idade considerada correta para a série ou nível de ensino; trabalha ou está à procura de emprego; assume uma série de responsabilidades junto à família e, na maioria das vezes, não tem o tempo disponível visto ideal pelos professores para aprofundar os estudos.

Oliveira (1999), por sua vez, chama a atenção para o fato de que uma educação de jovens e adultos diz menos sobre uma questão etária e mais sobre uma especificidade cultural, uma vez que as ações educativas nessa modalidade não se direcionam a qualquer jovem ou adulto, mas a um grupo relativamente homogêneo

em meio à diversidade de segmentos culturais que o compõem. Essa homogeneidade está relacionada ao fato de terem a

> condição de “não-crianças”, de excluídos da escola, e de pertinentes a parcelas “populares” da população (em oposição às classes médias e aos grupos dominantes), pouco escolarizadas e inseridas no mundo do trabalho em ocupações de baixa qualificação profissional e baixa remuneração (Oliveira, 1999, p. 21).

Segundo a autora, o adulto da EJA não é o “estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música” (Oliveira, 1999, p. 2). Em geral, ele teve uma passagem curta e não sistemática pela escola, trabalha em ocupações pouco qualificadas e busca o ambiente escolar tardiamente para alfabetizar-se e qualificar-se.

O jovem da EJA, por sua vez, “não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa biopsicológica da vida” (Oliveira, 1999, p. 2). Assim como o adulto, também é excluído da escola, mas geralmente retorna a ela em fases mais adiantadas de cursos supletivos, o que aumenta as chances de concluir o ensino fundamental e médio.

Além da exclusão escolar, outro elemento característico dos jovens e adultos da EJA é o vínculo com o mundo do trabalho. Nesse sentido, Arroyo (2007) alerta para o fato de que suas vidas são marcadas pelo permanente estado de vulnerabilidade devido à informalidade laboral: “o horizonte para eles, inclusive ao terminarem alguma fase da educação básica, seja o que chamam de quarta série, de oitava série, ou até a educação média, talvez seja o trabalho informal, o subemprego, a sobrevivência mais imediata” (Arroyo, 2007, p. 7-8). Paiva (2011), por sua vez, registra a situação de desemprego que acomete esses sujeitos, os quais alimentam a esperança de um novo trabalho por meio da inserção na escola e nos cursos de formação profissional.

Em decorrência dessa forma de subsistir, Arroyo (2007) aponta que a insegurança e o imediatismo são traços bastante característicos desse público, pois eles convivem com uma situação de incerteza permanente: “um trabalhador informal não tem segurança. Hoje pode estar aqui, amanhã pode estar lá. Hoje vive de um biscate, amanhã tem que sair atrás de outro. Depende do que aparecer” (Arroyo, 2007,

p. 8). Ainda segundo o autor, para os jovens e adultos populares, o futuro tornou-se distante e o presente foi ampliado, tendo em vista a necessidade sempre urgente de garantir sua sobrevivência por meio de atividades informais.

Se, por um lado, os aspectos socioeconômicos tornam os sujeitos da EJA bastante homogêneos, por outro, a diversidade cultural encontrada nesse grupo conforma um quadro imensurável de singularidades e heterogeneidades, as quais contribuem para pensar em identidades da EJA no plural, de maneira não fixa (Oliveira; Cezarino; Santos, 2009). Desse modo, esses sujeitos, ainda que marcados pela exclusão escolar e pela vulnerabilidade laboral, distinguem-se entre si pelas identidades étnicas, de gênero, geracionais, religiosas, linguísticas e culturais.

Entre os aspectos mencionados, discorro brevemente sobre gênero, religião e geração, pois ficaram muito sublinhados nas narrativas dos participantes desta pesquisa. Em relação às questões de gênero, Santos (2006) afirma que muitas jovens e adolescentes interrompem seus estudos por conta da gravidez e do casamento, fato verificado na trajetória de vida de boa parte das mulheres deste estudo. A autora ainda comenta que muitos maridos ciumentos dificultam ou mesmo impedem o prosseguimento dos estudos de suas companheiras, pois temem sua formação e emancipação.

Machado e Rodrigues (2013), por sua vez, ressaltam o aspecto da tripla jornada das mulheres da EJA, que, além de frequentarem a escola, exercem atividades remuneradas fora do lar e fazem o trabalho doméstico e de cuidados dentro de casa, para o qual dificilmente contam com a colaboração dos parceiros. Ressalto ainda o aspecto da violência doméstica a que muitas mulheres são submetidas, seja física, sexual ou simbólica, situação extremamente recorrente nos relatos das estudantes.

Acerca da questão religiosa, Santos (2006) registra a presença de diferentes denominações entre os estudantes da EJA, desde integrantes de igrejas neopentecostais a participantes de religiões de matriz africana. Ela afirma a necessidade de reconhecer a representação dos jovens e adultos dessa modalidade não apenas pelos movimentos culturais de que participam ou por suas ocupações de trabalho, mas também por suas denominações religiosas. No caso específico desta pesquisa, pude perceber o quanto a religião perpassou a trajetória de vida dos diversos sujeitos, entrelaçando-se com seus processos educativos e de identificação política, como poderá ser constatado ao longo do capítulo.

Por fim, reitero a importância do fator geracional para melhor compreender o perfil desse público, pois as diferenças etárias podem demarcar posições distintas sobre questões políticas, como ocorreu entre os participantes da pesquisa. Sobre esse aspecto, opto por trazer uma breve reflexão a respeito da grande presença dos jovens na modalidade, uma vez que esse fenômeno, conhecido como juvenilização da EJA, já apresenta evidência empírica demonstrada por dados estatísticos.

Moura (2006) atribui a forte presença de jovens na EJA a problemas de não permanência e insucesso no ensino fundamental regular. Ele pondera que, embora o acesso a esse nível da educação básica tenha sido praticamente solucionado no país, a permanência de crianças e adolescentes nessa etapa da escolarização não conseguiu obter o mesmo êxito. Tal problemática ocorre em virtude da utilização da mão de obra desses sujeitos em trabalhos alternativos para compor a renda familiar mínima. Sendo assim, eles deixam a escola na idade regular e retornam a ela posteriormente, na modalidade EJA, em busca de qualificação para obter melhores remunerações.

Entretanto, a inserção precoce no mundo do trabalho como condição de sobrevivência e de satisfação das necessidades materiais e simbólicas, alerta Carrano (2007), demarca uma maneira particular de viver o tempo da juventude, muito diferente da visão do senso comum, pela qual o jovem estaria liberado do trabalho para se dedicar aos estudos, ao lazer e a formas de associativismo. No caso dos jovens da EJA, essas responsabilidades da vida adulta chegam enquanto eles experimentam a juventude, de modo que sua inserção no mundo do trabalho em atividades precárias, como dito anteriormente, dificilmente permite que eles progridam em uma carreira profissional.

Contudo, como há a necessidade e a expectativa de melhorar de vida, esses jovens, ao retornarem à escola em busca do aumento do nível de escolaridade, passam a conciliar os estudos com uma rotina extenuante de trabalho. Por vezes, deparam-se com uma estrutura curricular desinteressante, que não considera suas especificidades culturais e geracionais. O resultado desse processo são as frequentes pausas ou interrupções dos estudos: eles retornam à escola, deixam-na quando a situação se torna mais difícil e retornam a ela, novamente, para retomar o processo educativo.

Por fim, é importante considerar que, embora haja um elevado número de jovens nas salas de aula de EJA, elas são compostas também por adultos e idosos.

Dessa forma, não raro, ocorrem conflitos geracionais devido às diferenças de conhecimentos e habilidades entre estudantes da modalidade – inclusive, conflitos políticos.

Oliveira (1999) afirma que, em situações de aprendizagem, as peculiaridades da etapa de vida de um adulto, por exemplo, fazem com que ele tenha diferentes habilidades e dificuldades se comparado a crianças – e também a jovens, eu acrescentaria. Como exemplo, pode-se citar o manejo menos habilidoso de recursos tecnológicos por parte desse segmento em relação aos de menos idade.

Como busquei demonstrar, as “flores noturnas” da escola têm marcas que, ao mesmo tempo, as homogeneízam e as singularizam. Se a exclusão escolar e as vivências no mundo do trabalho, em geral precarizado, aproximam os sujeitos da EJA, os aspectos socioculturais os diferenciam. Carrano (2007, p. 9) assertivamente afirma que, nos espaços da educação de jovens e adultos, “os sujeitos são múltiplos e ainda que existam sujeitos com perfis similares é preciso estar atento para as trajetórias de vida que sempre são singulares e portadoras de potencialidades que podem não se revelarem de imediato”. São justamente essas trajetórias que entram em foco a partir de agora na tentativa de demonstrar, em alguma medida, aspectos da vida desses sujeitos mobilizados no processo de formação de suas identificações políticas.

3.2. PERCURSOS INDIVIDUAIS: NARRATIVAS DE VIDA E ITINERÁRIOS NA POLÍTICA

Traçar a trajetória de 20 sujeitos de maneira sintética, a partir de suas narrativas de vida, é uma tarefa complexa, que pode tornar a leitura do texto exaustiva em virtude do volume de informações. Para minimizar esse efeito, organizei os percursos individuais pelos subgrupos que compõem esta pesquisa, os eleitores e os não eleitores de Jair Bolsonaro, a fim de evidenciar similaridades e diferenças entre eles. Além disso, os relatos foram dispostos em ordem crescente de faixa etária com o objetivo de facilitar a percepção de possíveis mudanças de perspectiva política em termos geracionais, recorte importante para o público do estudo.

Como dito anteriormente, essas trajetórias não recapitulam a vida inteira dos participantes, mas evidenciam, a partir de suas narrativas, lacunas e faltas que foram preenchidas de formas distintas, apresentando relação direta ou indireta com ambientes, espaços ou grupos políticos. Sendo assim, ouso afirmar que os percursos individuais registrados a seguir apresentam muitos elementos que podem ter sido

mobilizados pelo discurso de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022, contribuindo para a identificação política ou não desses estudantes com o candidato. Vamos conhecê-los.

3.2.1. Eleitores de Jair Bolsonaro

Para melhor contextualizar as trajetórias de vida dispostas a seguir, apresento as autodesignações político-ideológicas dos nove estudantes que votaram em Jair Bolsonaro. Nesse subgrupo, há os que se consideram como de centro, direita, liberais e conservadores, com predominância desses últimos. Não raro, há uma mescla dessas posições e eventualmente alguma menção fora desse espectro tradicional. Como houve pequenas diferenças nessas autodeclarações das entrevistas individuais para os grupos focais, registrei todos os posicionamentos no quadro seguinte[4]:

Quadro 4 – Perfil político-ideológico declarado pelos eleitores de Jair Bolsonaro

Estudante	Entrevista	Grupo focal
Lucas	Direita liberal	Direita liberal
Diana	Centro liberal	Centro liberal
Suzana	Direita	
Eduardo	Conservador, de direita, que olha o social	Centro-direita. Identifica-se com algumas alas da esquerda em relação a políticas públicas. Na questão conservadora, alinha-se mais à direita, mas se considera bem prudente
Pedro	Conservador e de direita	
Elisângela	Direita	Direita conservadora
Vanda	Nem direita, nem esquerda. Pela família	Direita
Ronaldo	Direita	
Dalva	Direita e conservadora	Patriota

Fonte: A autora (2024).

Conforme demonstrado, Lucas e Diana, os mais jovens do subgrupo, foram os únicos participantes que se consideraram liberais. Apesar das trajetórias distintas, têm como principal ponto de conexão o envolvimento com o MBL, como será visto adiante. Lucas, 22 anos, nasceu e residiu no interior do Espírito Santo até o início da adolescência. Seus pais foram trabalhadores rurais, prestadores de serviços e

[4] O espaço em branco na coluna do grupo focal indica a não participação do estudante nessa etapa da coleta de dados.

comerciantes em um bar da família. Em sua infância, vivenciou episódios de medo e violência, como as agressões do pai contra a mãe e o risco de disparo da arma de fogo mantida em casa pelo progenitor. Ele relembrou um episódio em que um homem arrombou sua residência quando ele e o irmão dormiam sozinhos em casa:

> Minha mãe ficou muito traumatizada porque nessa época meu pai tinha arma em casa, [...] eu lembro que era um baú que ficava um revólver certinho e aí em cima do baú ficava uma caixa de sapato do meu pai. Aí o bandido chegou a pegar a caixa de sapato, mas ele não abriu o baú, não sei por quê. Eu lembro disso até hoje. Sei lá o que ele poderia fazer com a arma, pegar e ir embora, ou pegar, fazer alguma coisa[5].

Seu pai, que bebia muito, morreu quando ele tinha 11 anos. Nessa época, Lucas jogava futebol e destacava-se no time da cidade, mas sentia falta de que o pai o acompanhasse: “pra mim, como homem, como menino naquela época, eu tava crescendo no futebol, era importante ter meu pai no estádio, porque eu via o pai dos meus outros amigos no estádio também, só que meu pai não estava lá”[6]. Após sua morte, o bar da família declinou economicamente e a alternativa encontrada por sua mãe para atrair clientes foi associá-lo a um prostíbulo, que funcionou temporariamente até ser interditado pela polícia.

Diante desse cenário, a família de Lucas decidiu mudar-se para Vitória (ES) em busca de novos horizontes: “Eu não queria ter vindo pra cá. Mas eu não sei se foi tão ruim eu ter vindo pra cá porque, na época, eu já estava, eu não estava fazendo coisa errada, mas eu estava começando a pensar em fazer”[7]. Ele citou o início do envolvimento com jovens que portavam armas e usavam drogas.

Durante esse processo turbulento, Lucas teve reprovações consecutivas na escola e só concluiu o ensino fundamental pelo supletivo, aos 17 anos. Na capital, ficou mais isolado em casa, jogando pelo computador e assistindo a vídeos no *YouTube*, sobretudo do ex-deputado estadual por São Paulo, Arthur do Val, militante do MBL:

> [...] eu via bastante vídeo do Arthur, quando ele fazia aqueles vídeos que ele ia no meio da manifestação, fazia algumas perguntas pras pessoas que estavam lá e, se baseando nisso, o pessoal falava uma coisa, ele contra-argumentava. Eu comecei a formar, na verdade, minha opinião política ali, eu acho. Porque ele defendia menos Estado. [...] Eu acho que o MBL foi um dos principais que me ajudou a formar opinião política[8].

---

[5] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 29.03.2022, em Vitória (ES).
[6] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 29.03.2022, em Vitória (ES).
[7] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 29.03.2022, em Vitória (ES).
[8] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.

Seu envolvimento com o MBL, entretanto, se deu exclusivamente pela internet, espaço responsável por formar “80% de sua posição política”: “eu não cheguei a ir no protesto porque eu tinha bastante medo e eu tinha acabado de mudar [...]. Mas esse contato foi por meio de mídia mesmo [...], tudo pela internet, nunca cheguei a ir em nenhum protesto”[9]. Lucas disse que, ao ingressar no Ifes, seu posicionamento político já estava bastante consolidado.

O envolvimento com o MBL também marcou a trajetória de vida de Diana, de 24 anos. Diferente de Lucas, ela participou organicamente do movimento, chegando a presidi-lo no município de Vila Velha (ES). Seu envolvimento político, entretanto, iniciou-se ainda na infância, quando acompanhava seu pai em comícios e outras atividades políticas: “Meu pai já foi candidato, minha prima já foi candidata e meu pai [...] foi subsecretário dos idosos em Vila Velha, então eu tenho história da política mesmo, [...] não tive como fugir”[10]. Embora atribua seu interesse por política ao pai, considera sua perspectiva muito diferente da dele: “eu acho meu pai um pouco machista”[11].

Na adolescência, Diana vivenciou a separação dos pais e ajudou a cuidar de sua avó enferma. Interrompeu os estudos no segundo ano do ensino médio, aos 18 anos, para trabalhar em um supermercado: “Meus pais sempre quiseram que eu só estudasse, mas só que eu nunca fui só de sala de aula”[12]. Segundo ela, a escola não era atrativa, pois não apresentava conteúdos que se relacionassem com sua vida cotidiana. Decidiu retomar os estudos no Ifes, local que “mudou muito a minha concepção de estudo [...]. Me despertou muita coisa, me fez gostar de estudar, entendeu?”[13]. Nessa escola, passou a compreender melhor as desigualdades de gênero e conheceu diversas perspectivas políticas, entre as quais, o liberalismo, com a qual se identificou:

> A aula *[de sociologia]* falava [...] sobre política, ele *[o professor]* falava sobre direita, esquerda, sobre liberalismo, sobre Ancap... E eu “cara, liberalismo existe?!” Eu falei: “não é possível!”. [...] Ele falava que liberalismo existia, contou a história dos liberais, depois contou dos Ancap que não acreditam no Estado e não sei o quê, e eu falei: “cara, eu acho que eu sou liberal”. Eu acho que eu não me considero de direita, eu não me considero de esquerda, porque eu acho referências muito forte, acho muito conservador[14].

[9] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[10] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[11] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[12] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[13] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[14] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).

Embora atribua à escola a apresentação das diversas concepções políticas, relatou que foi pela internet, em paralelo aos protestos de rua a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff e pró-Bolsonaro, que se aprofundou na perspectiva da direita liberal: “Fui na rua com uma galera da direita. [...] Aí eu conheci umas pessoas do MBL, do ILES[15], fui conhecendo os direitas conservadores, né? [...] Aí eu comecei a trocar contato, [...] fui entrando nos grupos políticos de *WhatsApp*”[16]. Além disso, ela disse que ampliou seu conhecimento sobre liberalismo por meio da leitura de materiais de Olavo de Carvalho e do Grupo Domingos Martins (GDM)[17].

A militância de Diana no MBL foi marcada pela realização de atividades no seu município e pela articulação com políticos em âmbito estadual e nacional. Entretanto, foi expulsa do movimento sob a justificativa de que apoiou um candidato a prefeito sem o aval necessário. Ela se decepcionou com o MBL, pois concluiu que é “um movimento muito só homens, né? Preconceituoso com a mulher [...] e todos os aspectos de minoria. [...] E tirou os LGBTQIA+, [...] tirou tudo que podia dar certo pra se tornar um movimento plausível, né? Que defende o verdadeiro sentido da liberdade”[18].

Assim como Diana, Suzana, de 27 anos, também despertou para questões políticas dentro do ambiente escolar: “Olha, eu me considero de direita... Eu acabei descobrindo que eu era de direita aqui dentro do Ifes”[19]. Diferentemente dos jovens anteriormente citados, não apresentou envolvimento com organizações políticas, mas deu indícios da importância da fé e da espiritualidade na condução de sua vida. Ela relatou uma infância de muitas privações materiais devido a dificuldades econômicas: “Quando eu era criança, botija de gás na minha casa era artigo de luxo. [...] A gente cozinhava na lenha porque meus pais não tinham dinheiro pra comprar gás. Carne, ovo, nem ovo na minha casa tinha”[20]. A renda da família era complementada pelo programa Bolsa Família.

Além das dificuldades econômicas, Suzana, que se considera parda, contou que sofreu preconceito na infância: “não só na catequese, na escola, em tudo quanto é lugar, a gente que é preto, tem o cabelo ruim, a gente é humilhado desde criança”[21].

---

[15] Instituto Liberal do Espírito Santo.
[16] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[17] Instituição de formação política de jovens liberais no Espírito Santo.
[18] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 23.09.2022, *on-line*.
[19] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[20] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[21] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

Essa situação impactou negativamente em sua autoestima, pois se sentiu, por muito tempo, feia e inferior a outras pessoas.

Ela interrompeu os estudos no último ano do ensino médio, pois engravidou. Durante a gestação, sofreu diversos episódios de negligência médica: “Eu tive uma gravidez muito difícil. [...] Eu falo que médico é muito ruim foi porque todos, como eu engravidei muito cedo, todos olhavam pra mim com desprezo”[22]. Apesar das intercorrências, o filho, atualmente com 8 anos, nasceu saudável, fato atribuído à intercessão da Virgem Maria, que, segundo ela, também a amparou em uma situação de violência:

> Eu tive um relacionamento abusivo. Eu sofri diversas violências. [...]. Teve uma vez que [...] ele *[o namorado]* ficou com raiva, me pegou pelo pescoço e puxou uma faca e eu comecei a rezar... [...] “Ave Maria cheia de graças, o Senhor é convosco” e nisso quando ele foi apertar o meu pescoço, ele não conseguiu, ele meio que travou, a mão dele travou, foi aí que ele me soltou e foi aí que eu vi que eu quase morri, ele ia me matar. Então, tipo assim, foi ela que me salvou[23].

Suzana disse que saiu desse relacionamento abusivo devido à sua fé e ao medo de que seu filho também sofresse agressões, não por uma consciência feminista: “Eu não me livrei desse meu ex-namorado por conta do feminismo. Na verdade, o feminismo não me ajudou em nada. Me livrei dele por causa de Deus, né, por conta da minha fé [...]. Ele queria bater no meu filho, não permiti”[24]. Ela se considera cristã, sem religião específica, mas já frequentou as igrejas católica e evangélica, além de centros espírita e de umbanda.

Seu retorno aos estudos ocorreu no Proeja do Ifes, onde passou a compreender e a discutir questões políticas que anteriormente ignorava. Ela identificou-se como de direita a partir de diálogos com colegas de turma, não em aulas específicas, conforme o relato a seguir:

> Eu nunca soube o que era direita e esquerda até entrar no Ifes. [...] E aí acabei descobrindo aqui no Ifes, que eu tinha uns colegas de direita e outros que eram de esquerda. Mas gente, o que é o quê? “Suzana, a direita é menos Estado e a esquerda é mais Estado”. Eu falei: “tá, isso influencia em quê?”. “Olha, é o Estado mandando na sua vida. Ele dizer o que você tem e o que você não tem que fazer”. Eu falei: “opa! Que negócio é esse do Estado querendo mandar na minha vida? Tá doido!”. A gente já tem pai e mãe pra mandar na nossa vida até os 18 anos, depois ainda vem o Estado querendo mandar na gente? Não![25].

---

[22] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[23] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[24] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 16.10.2022, em Vitória (ES).
[25] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

Assim como Lucas e Diana, Suzana buscou aprofundar seu conhecimento sobre direita e esquerda na internet e em redes sociais, logo após ter sua curiosidade política aguçada no ambiente escolar. Ela contou que leu muitas coisas no *Facebook*, mas não em páginas específicas: “O que acontece é que às vezes aparece um comentário de algum – não tem quando algum amigo do Facebook comenta em alguma página e aparece pra você ver? E aí você vai? Eu acabo vendo, lendo”[26].

Na trajetória de Eduardo, de 30 anos, e na dos demais estudantes desse subgrupo, percebe-se a intensificação do papel da religião e dos valores morais na identificação política. Para esse estudante, especificamente, a interação nos meios virtuais contribuiu muito para a formação da sua posição no campo da direita, mas o conservadorismo religioso foi preponderante nesse aspecto: “Na teologia, eu sempre fui mais conservador, né? Nunca fui muito liberal. E acho que isso formou minha consciência política mais pro lado conservador também, né?”[27].

Ele contou que os pais tinham um relacionamento conturbado, com brigas frequentes, que o marcaram bastante: “Eu me sentia muito prejudicado, assim, emocionalmente. Acho que isso pode explicar um pouquinho da minha personalidade, né? Porque eu sempre fui uma pessoa mais fechada”[28]. Ele convivia com medo de que o pai agredisse sua mãe.

Por ser tímido e introspectivo, Eduardo sofreu *bullying* na escola, optando por deixá-la para trabalhar com o pai, como ajudante de pedreiro. Aos 14 anos, quando ainda estudava, sua mãe insinuou publicamente que ele tinha um relacionamento homoafetivo com um amigo, fator decisivo para interromper os estudos:

> [...] Minha mãe teve uma atitude muito homofóbica. Eu frequentava todo dia a casa desse amigo. Aí teve uma vez [...] que minha mãe me chamou lá na frente da casa dele, né? Depois ela me deu a maior lição de moral lá na frente de todo mundo e eu decidi me afastar porque eu estava com tanta vergonha, né? [...] Então foi uma situação muito constrangedora. [...] Depois eu fiquei mal falado no bairro inteiro [...], então tinha medo, assim, de sair pra rua[29].

Seu retorno à escola ocorreu 10 anos após esse episódio e o ingresso no Proeja foi um divisor de águas na sua vida, pois trouxe esperanças no sentido de ampliar as oportunidades de crescimento no mercado de trabalho. Naquele momento,

[26] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[27] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[28] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[29] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).

entretanto, sua posição política já estava delineada: “[...] A minha formação política é um pouquinho anterior ao Ifes. Eu já tinha uma visão política bem consolidada”[30].

O ingresso na igreja católica, em 2017, foi um fator fundamental nesse processo. A religião contribuiu para seu desenvolvimento espiritual e aprimorou seu autoconhecimento: “A fé católica é até hoje uma coisa assim que me enche de sentido, né? Por trazer esperança, me traz afeições positivas. Essa força que me traz coisas boas, né? [...] E ali eu fui construindo alguns laços, né?”[31]. Sua identificação religiosa se deu com a ala tradicionalista da igreja católica, considerada conservadora. Eduardo disse que foi justamente a ordem, a lógica e a coerência da doutrina que o atraíram para essa vertente: “Eu decidi me aproximar até porque sempre, desde criança, eu tenho uma noção, assim, muito forte de valores. Sou uma pessoa de valores muito firmes, muito sólidos, né?”[32].

O estudante buscou muitas informações sobre o catolicismo na internet e encontrou referências como Padre Paulo Ricardo e Olavo de Carvalho, que discutiam questões religiosas e políticas vinculadas ao campo da direita. Também foi no ambiente virtual que ampliou sua interação social, participando de grupos de discussão. Um deles era composto por apoiadores de Jair Bolsonaro: “Era um grupo mais cômico, de comédia, onde grande parte dos estudantes que estavam no grupo tinha uma visão mais libertária. Mas eu gostava sempre de discutir ali no grupo, mas depois eu saí”[33].

O conservadorismo religioso também está presente na narrativa de Pedro, 32 anos, que saiu de uma “vida errada”, marcada pelo envolvimento com atividades ilícitas, para ingressar na igreja evangélica. Natural de Vitória (ES), ele contou que seu tio fundou o tráfico de drogas no bairro onde mora, quando ainda era criança. Após o assassinato desse familiar, seus pais mudaram-se para o Rio de Janeiro, período em que deixou de frequentar a escola: “Eu acho que pra minha mãe tirar a gente desse contexto, ela preferiu sair daqui”[34].

Ao regressar ao estado, já adolescente, passou a utilizar drogas e a se envolver indiretamente com a atividade do tráfico, gerenciada por um outro familiar. Segundo

[30] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[31] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[32] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[33] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[34] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 18.04.2022, em Vitória (ES).

Pedro, a facilidade de aquisição de bens materiais e a melhoria de vida da família o atraíram para esse universo:

> [...] A figura masculina que eu tinha, eu ia se espelhar em quem? Meu pai estava no Rio de Janeiro, né? Tipo assim, eu se inspirava no meu tio, eu queria ser igual ao meu tio [...]. Não que eu queria, tipo assim, ser um cara maldoso [...]. Queria, tipo, ter uma roupa boa, um sapato, comer o que eu queria, na hora que eu queria, sair pra onde eu queria [...]. Então eu creio que essa ilusão que me atraiu. [...] Meu tio foi assassinado em 1999. Aí eu cresci com essa ilusão que eu tinha que ser daquilo ali porque o nosso sangue correu por aquilo ali, né?[35].

Aos 18 anos, passou a ter funções específicas no tráfico de drogas, mas nunca deixou de ser "temente a Deus". Segundo ele, sempre teve a igreja evangélica como uma referência, pois seus pais e avó costumavam frequentá-la: "Embora tivesse esse contexto do tráfico, tinha também a questão da religiosidade, sim, não religiosidade de fato, mas a questão de crer em Deus, crer em Jesus, falando a palavra daqui, Jesus te ama dali. [...] Eu tinha muito temor a Deus"[36].

Após um episódio, no contexto do tráfico de drogas, em que se recusou a "sujar as mãos de sangue", aceitou o convite de uma tia para ir à igreja e, aos 24 anos, decidiu "aceitar Jesus". A seguir, há a narrativa de sua conversão:

> [...] No dia eu só conseguia pensar bem assim: "poxa, se eu entrar na igreja aqui, eu acho que eu consigo realizar algum sonho, eu acho que eu consigo voltar a estudar, acho que eu consigo ter uma família, ter uma casa" [...]. Quando eu vi, eu estava ajoelhado no meio da igreja, com o braço pro alto, né, chorando, aí eu abri o olho, assim, todo mundo alegrão, assim, minha tia pulando, tal, alegre, Glória a Deus, e tal[37].

Após a entrada na igreja, Pedro saiu do tráfico, concluiu o ensino fundamental na EJA, fez um curso do Pronatec[38] e ingressou no Proeja do Ifes. Além disso, conseguiu um emprego, casou, adquiriu uma casa e teve filhos. Ele narrou que todas essas conquistas foram incentivadas e compartilhadas pelo pastor da igreja, um verdadeiro conselheiro: "Eu posso falar: 80% do que eu sou hoje, do que eu vivo hoje, foi através dos conselhos do nosso pastor. [...] Ele perguntava bem assim, "vocês querem conselho de pai ou quer um conselho de pastor?", aí dava essa opção pra gente"[39].

---

[35] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 18.04.2022, em Vitória (ES).
[36] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 18.04.2022, em Vitória (ES).
[37] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 18.04.2022, em Vitória (ES).
[38] Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
[39] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 18.04.2022, em Vitória (ES).

Quando se trata de política, Pedro enfatiza que, desde antes da entrada na igreja, gostava de acompanhar, pela televisão e internet, notícias sobre casos de corrupção: “Eu assisti muito à televisão, eu acompanhava, sabe uma CPI que teve do propinoduto? [...] Porque eu não tinha um alicerce pra ninguém me ensinar as coisas. Não tinha. Aí eu procurava por mim mesmo as coisas, sabe?”[40]. As buscas no *Google* e, posteriormente, a interação nas redes sociais foram fundamentais para fortalecer sua perspectiva política mais à direita. Já a religião influenciou-o no âmbito moral:

> [...] A urna e a religião, acho que são bem parecidas, né? Do que eu acredito, que é uma sociedade mais plausível, porque [...] a religião, ela é distinta da política, mas acho que é um equilíbrio das duas, questão de leis, né? De seguir leis, essas questões aí. [...] A gente usa a bíblia como algo pra gente seguir, [...], aí você compara as leis da bíblia, o que pode e não pode fazer, e vê aí qual que é mais parecido, né? Aí você vai naquela, nessa opinião aí.[41]

Entre os estudantes eleitores de Bolsonaro acima de 35 anos, a influência religiosa permanece acentuada, mas o envolvimento com partidos políticos tradicionais do campo da direita também é um fator digno de nota. Esse é o caso de Elisângela, de 43 anos, eleitora do PT durante anos, mas que mudou de posição nas eleições de 2018, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, posteriormente, ao Partido Liberal (PL). Segundo ela, seu interesse por política teve influência paterna: “Meu pai que me ensinou sobre política. Ele fazia a gente sentar todo dia pra ouvir o rádio. *A hora do Brasil*, *A Voz do Brasil*, né? [...] Ele era filiado à CUT. Partido dos Trabalhadores, né?”[42].

Ela contou que sempre gostou de estudar, mas alguns acontecimentos a fizeram interromper o processo de escolarização, como a gravidez e o casamento precoce, aos 13 anos de idade: “Eu só não continuei estudando porque o meu marido não deixou. [...] Porque foi ela *[a mãe]* que me obrigou a casar, eu não queria casar”[43]. Elisângela chegou a concluir o ensino fundamental e foi aprovada no antigo Cefet, mas não deu continuidade aos estudos porque o marido dizia que mulher não precisava estudar. Ela permaneceu nesse relacionamento abusivo por sete anos:

> Ele era usuário de drogas, ele me batia, aquela coisa toda, e aí chegou um dia que eu falei “chega, eu vou embora”, “não, você não vai”. Eu tentei me matar, eu peguei um vidro de álcool, eu joguei em cima de mim e eu risquei

[40] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 18.04.2022, em Vitória (ES).
[41] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[42] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 05.05.2022, em Vitória (ES).
[43] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 05.05.2022, em Vitória (ES).

> um fósforo. E aí eu não tenho nenhuma cicatriz hoje porque Deus me ama. Tenho certeza disso. E aí eu era prisioneira[44].

Aos 19 anos e com duas filhas, ela se separou do marido e reconstruiu a vida. Entretanto, envolveu-se em outros relacionamentos abusivos, nos quais teve mais duas crianças. Ela lamentou a morte precoce do pai, quando tinha apenas 15 anos, pois ele era uma referência e exemplo de vida para ela: “Meu pai foi embora cedo demais. [...]. Se meu pai tivesse vivo, eu não tinha passado metade das coisas que eu passei na vida. Porque se meu pai não tivesse morrido, ele não teria colocado eu e minha irmã pra fora de casa”[45].

No que se refere ao seu envolvimento político, Elisângela disse que participou durante anos como representante de pais no conselho de escola onde as filhas estudaram. Nesse espaço, em 2018, quando já estava em um curso do Proeja no Ifes, recebeu o convite para se filiar ao PTB por outra mãe que participava do partido:

> Aí essa mãe que não me conhecia [...] veio conversar comigo, veio saber quem era a Elisângela que tinha [...] virado conselheira. [...] Ela: “Ah, você não quer se filiar não?”. Ela já estava com aquela folhinha de filiação. Eu falei: “Me filiar? [...] Olha, eu nunca me filiei a partido nenhum”. [...] Então foi o PTB que me escolheu. Eu falo isso porque eu estava ali de bobeira. E essa amiga minha [...] me chamou. Até então, eu não conhecia ninguém do partido[46].

Nas eleições municipais de 2020, Elisângela foi lançada como candidata a vereadora pelo PTB, a fim de cumprir o percentual de 30% de participação feminina naquele pleito. Não foi eleita, mas considera que “entrou para a política de fato”. Passou a participar de encontros do PTB Mulher e a ser procurada por outros candidatos e partidos da direita capixaba. A mudança para o PL ocorreu em 2023.

Embora considere que sua religião não tenha influenciado na mudança de posição política de eleitora do PT para ativista da direita, ela disse que a orientação recebida nesse espaço reforça a adesão ao conservadorismo: “Lá na minha igreja o pastor fala isso: tem que ser de direita. E ter esses princípios, os princípios bíblicos: não ao aborto, não às drogas, não ao homossexualismo”[47]. Ela, inclusive, exemplificou tipos de manifestações políticas que deixou de participar devido à crença religiosa:

> [...] Já fui em paradas gay. Hoje, essa Elisângela prefere ir na Marcha pra Jesus. [...] Por causa daquilo que eu disse que a minha igreja prega, a doutrina. Então não faz mais parte eu brigar por isso. Igual quando eu era do PT, quando eu era da esquerda, eu brigava por isso. Eu acho que todos têm

[44] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 05.05.2022, em Vitória (ES).
[45] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 05.05.2022, em Vitória (ES).
[46] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 05.05.2022, em Vitória (ES).
[47] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).

> direito. [...] Mas eu, Elisângela, hoje, não brigaria. [...] Porque não é o que a minha religião prega[48].

Vanda, de 46 anos, evangélica, também não atribui sua posição política à influência religiosa de maneira direta, mas admite que os princípios bíblicos norteiam a escolha dos seus candidatos: “Se a gente tem uma causa, a gente tem que lutar por ela. E nós, evangélicos, temos que buscar por essa causa. Se a nossa luta é em prol da família, como que a gente vai nos abster? [...] Então, assim, cada um tem que saber o seu papel diante da política”[49]. Ela também já votou em candidatos do PT.

Filha de pais humildes, conviveu boa parte da infância e adolescência na casa de outros familiares: “Aos cinco anos, eles se separaram e eu fui pra casa dos outros”[50]. Ela voltou a morar com a mãe e o padrasto aos 15 anos, mas, aos 17, engravidou e casou, interrompendo seu processo de escolarização, que só foi retomado anos depois: “Quando eu me separei que eu resolvi voltar a estudar. E foi em 2017. Em 2018, eu entrei no Ifes [...], depois de 23 anos fora da escola que eu resolvi voltar”[51]. No período em que retomou os estudos, Vanda morava com uma sobrinha, pois sua única filha havia se mudado para os Estados Unidos[52].

Ela participa da Igreja Universal do Reino de Deus, espaço com o qual se identificou após ter passado por outras religiões, como a católica e o candomblé. O trabalho social realizado por essa instituição foi um dos principais motivos que a fizeram permanecer nesse espaço: “Lá, a gente observa muito o social, ajudar as pessoas. Temos vários projetos sociais ajudando as pessoas mais carentes”[53]. Dentro da igreja, ela se engajou no Força Jovem, projeto que busca reorientar jovens que se envolvem com drogas ou cometem delitos: “Aquele jovem rebelde, a gente convida para cuidar, pra mostrar que aquilo dali está errado”[54].

A intenção de reconduzir os jovens para outra perspectiva de vida também foi mencionada como um dos motivos para apoiar chapas em eleições comunitárias, embora nunca tenha integrado nenhuma delas: “Uma vez, eu ajudei uma chapa, porque eu acreditava nas pessoas que estavam ali pra levar projetos pra dentro do

---

[48] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[49] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[50] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[51] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[52] Vanda também se mudou para os Estados Unidos em 2024.
[53] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[54] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).

bairro, porque hoje em dia, pra você tirar os jovens das drogas, desse mundo, você tem que ocupar a mente e o tempo dele”[55].

Vanda disse que gosta de participar de eventos políticos na comunidade, principalmente daqueles em que os candidatos apresentam suas propostas. Ela também já atuou como cabo eleitoral de políticos em âmbito municipal e estadual vinculados a diversos partidos políticos, entre os quais o Republicanos e o PSDB: “Aquele candidato que eu concordo com a proposta, que eu vejo que realmente ele vai lutar por um bem maior, não dele, mas um bem da população, eu gosto de trabalhar, eu gosto de ajudar. Já trabalhei para vários políticos”[56].

A participação em campanhas políticas no âmbito municipal e estadual também marcou a trajetória de Ronaldo, de 50 anos. Devido ao longo tempo de residência no bairro e ao profundo conhecimento da localidade, candidatos de diversos partidos políticos costumam procurá-lo nos períodos eleitorais: “Os políticos, vendo essa proximidade das pessoas com a gente, eles nos procuram porque sabem que a gente tem influência entre os moradores”[57]. Apesar do engajamento comunitário, ele nunca participou da associação de moradores do bairro, restringindo sua atuação formal ao grupo Guardiões do Rio Mar, que promove ações de conservação ambiental, como a limpeza de rios e o plantio de árvores, além de prestar assistência a famílias durante os frequentes alagamentos que acometem a localidade.

Ronaldo disse que sua família se mudou de Minas Gerais para o Espírito Santo na década de 1970 em busca de melhores condições de vida, instalando-se no bairro onde mora até hoje: “Meu pai chegou aqui com dois sacos nas costas, com minha mãe, com meu irmão mais velho no colo. [...] Começou trabalhar de ajudante de pedreiro, que naquela época tinha muitos prédios a serem construídos, tanto em Vila Velha, Vitória, né?”[58]. Ele também destacou sua participação no 38º Batalhão de Infantaria, aos 18 anos, como uma experiência maravilhosa “que eu trago comigo até hoje e repasso para os meus filhos. Porque o militarismo, eu acredito muito na disciplina, tá, quando a pessoa é disciplinada, as coisas fluem naturalmente. Aí a prosperidade é certa”[59]. Ronaldo disse que no exército aprendeu a ser patriota e a desenvolver amor pelo país.

---

[55] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[56] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[57] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[58] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[59] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).

Ele interrompeu os estudos quando sua atual esposa ficou grávida, pois a rotina de trabalhar de dia e estudar à noite tornou-se difícil. Após 15 anos, retomou o processo de escolarização no Proeja do Ifes, motivado pelo desejo de aprofundar seus conhecimentos em História, área que aprecia muito. Ao concluir o curso técnico, fez a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obteve nota para ingressar no curso superior de farmácia, em uma faculdade privada, que acabou sendo cancelado em virtude da pandemia.

Ronaldo disse que foi eleitor do PT, assim como Elisângela e Vanda, mas um fator primordial pesou para sua mudança de posição política: a ampliação do acesso às informações, sobretudo com a internet. Além de assistir a canais na TV aberta e por assinatura, ele acompanha as notícias pelo *YouTube*, páginas do *Facebook* relacionadas à direita e a Jair Bolsonaro, e também em grupos de *WhatsApp*:

> Nas eleições passadas, eu votei várias vezes no PT. [...] Só que, por que esse voto? Muitas vezes, por falta de informação. Infelizmente, eu acredito que o nosso povo vive muito na desinformação, tá? Muita gente desinformada, que não sabe o que realmente aconteceu. Eu fiquei, depois que eu passei... A internet veio para informar, né, tem o seu lado ruim, porém, seu lado bom também. Então, essas informações, que muitas vezes ficavam obscuras, elas vieram à tona para quem procura se informar[60].

A última estudante desse subgrupo, Dalva, de 64 anos, que tem a idade mais avançada, também é politicamente engajada nos meios virtuais, mas atribuiu aos princípios religiosos sua posição política. Nascida no interior do Espírito Santo, ela reside na Grande Vitória desde adolescente. Sua vida foi marcada por diversos tipos de violência: “Minha mãe me batia demais, minha mãe me machucava, minha mãe uma vez quase me cegou, [...] quase me matou, ela jogou uma pedra nas minhas costas [...] que eu caí de cara no chão. [...] Minha mãe me espancava”[61].

Além de violentá-la fisicamente, sua mãe a impedia de ir à escola, o que acarretou a descontinuidade de sua vida escolar e a dificuldade de aprendizado. Após anos, ela descobriu que seu pai biológico não era o que a criara como filha: “A minha tia me contou que eu sou filha de um outro homem. Minha mãe se perdeu com esse homem e ele não me assumiu. Aí ela casou com o pai dos meus irmãos, aí o pai dos meus irmãos me assumiu, me deu o nome, coisa e tal”[62].

---

[60] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[61] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[62] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

Dalva relatou que seu sonho era formar uma família que não passasse pelo drama que ela vivenciou na infância. Entretanto, as marcas da violência prosseguiram na juventude e na vida adulta, por ocasião de seu casamento, aos 15 anos de idade:

> Quando eu me entendi como gente, eu falava assim: “quando eu casar, eu vou morar num lugar só pra meus filhos ter uma escola pra estudar, pra eles estudar certinho, tudo legal”, e eu queria ter um casamento pra sempre, eu achava que casamento era pra sempre, né? [...] Eu fiquei casada com ele, mesmo sofrendo as coisas que ele fazia pra mim. [...] Ele falava assim: [...] “Eu não gosto de você, você é feia, você é preta” [...]. E ele me xingava, tentava me matar, e eu ficava assim: “meu Deus do céu, que vida que eu fui encontrar”[63].

Ela permaneceu nessa relação por 20 anos e criou seis filhos sozinha, por meio de trabalhos diversos, pois o marido não custeava as despesas de casa: “Eu não tinha profissão, eu lavava roupa pra fora e fazia pequenos serviços [...], remendava roupa pros outros, capinava [...] pra poder ter as coisas pra meus filhos comer. [...] Eu fazia de tudo. Só nunca roubei nem me prostituí”[64].

Sua situação começou a mudar quando ela conseguiu um trabalho como higienizadora em um hospital. Nesse período, retomou os estudos, completou o ensino fundamental e fez o curso técnico de enfermagem, que sempre desejou. Separou-se do marido tempos depois. Ao ingressar no Proeja do Ifes, em 2018, já havia concluído o ensino médio, mas quis incentivar a filha a estudar, matriculando-se no mesmo curso que ela, para garantir que frequentasse a escola.

No que se refere à política, disse que durante anos votou nos candidatos do marido e não conforme suas próprias convicções: “Eu não entendia nada de política, porque eu não lia, eu era igual assim esses votos de cabresto”[65]. Atualmente, orgulha-se de dizer que “ninguém faz a sua cabeça” e que vota na pessoa que julga ser o melhor. Sua principal fonte de informação é a internet: “Eu leio muito na internet. Às vezes eu ouço alguém falar assim, ‘ah, fulano falou isso’. Fico só matutando. Quando chego em casa, eu peço [...] meu filho, ‘ah, abre aí tal matéria pra mim aí’, aí eu começo ler, né?”[66]. Ela também recebe e compartilha muitos materiais pelo *WhatsApp*.

Evangélica, afirma que em sua igreja não se discute apoio a candidaturas no púlpito, mas todos oram e jejuam pelo Brasil, uma vez que está em curso, em sua visão, uma guerra espiritual. Entretanto, nos encontros das células, realizados nas

---

[63] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[64] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[65] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[66] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

casas dos crentes, é comum haver discussões sobre política. Segundo ela, sua identificação com valores da direita está intimamente relacionada a sua defesa da família:

> Porque, pra mim, família é tudo. Eu não tive uma família na minha infância, mas eu imaginava ter, né? Pra mim, se o pai dos meus filhos fosse um homem que tivesse a cabeça parecida com a minha, a gente estaria até hoje junto, mas ele não quis, né? Então, pra mim, família é a base da sociedade e a bíblia diz que a família é a base da sociedade, né? Então, isso me toca.[67]

Conforme demonstraram as trajetórias de vida dos estudantes eleitores de Bolsonaro, de Lucas a Dalva, guardadas as devidas especificidades, há a recorrência de alguns espaços que se relacionam direta ou indiretamente ao processo de identificação política desses sujeitos: a religião, os meios de informação e as interações virtuais, e, em menor grau, as organizações políticas e a escola. Os participantes que não votaram em Jair Bolsonaro, por sua vez, apresentaram uma distinção desse padrão, como poderá ser observado no próximo tópico.

3.2.2. Não eleitores de Jair Bolsonaro

Dos 11 estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro, a maioria considera-se como de esquerda, seja militante, apoiador ou simpatizante desse campo político. Há quem tenha se posicionado como de centro ou se autodeclarado a partir da rejeição ao campo conservador, com adjetivos que qualificam sua posição política. Essa última postura ficou bastante evidente nos grupos focais diante da presença de estudantes do campo da direita. Vejamos o perfil desse subgrupo no quadro abaixo[68]:

Quadro 5 – Perfil político-ideológico declarado pelos não eleitores de Jair Bolsonaro

Estudante	Entrevista	Grupo focal
Nilo	Humanista	Odeia a direita. Apesar de não concordar com algumas coisas da esquerda, identifica-se mais com a esquerda
Rosa	Não é conservadora. Nem de direita, nem de esquerda	Identifica-se mais com valores da esquerda
Luís	Se na esquerda e na direita tem algo que vê que está certo, vai no que está certo. A sua posição política vai ao encontro do que vai ajudar o país	

[67] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 30.09.2022, em Vitória (ES).
[68] Os estudantes Luís, Carolina, Pablo e Teresa não participaram dos grupos focais e por isso não há registro de suas autodesignações políticas nessa coluna do quadro.

Valentim	Esquerda	Esquerda
Carolina	Alguém que apoia governo de esquerda	
Tadeu	Cidadão pobre, morador de periferia, brigando para sobreviver, para criar filho pequeno e pagar as contas	Comunista, de postura antifascista
Pablo	Centro. Nem fanático pela direita, nem pela esquerda, mas que dialoga com os dois	
Teresa	Esquerda, petista, defendendo a classe trabalhadora	
Ruth	Militante de esquerda	De esquerda, antifascista, antirracista e pela defesa da vida
Paulo	Seus amigos dizem que é de esquerda, mas ele não vê assim. É a favor da melhoria do país	De esquerda, muito democrático, preza muito pela democracia
Irene	Militante de esquerda	De esquerda, antifascista

Fonte: A autora (2024).

O grupo mais jovem entre os que não votaram em Jair Bolsonaro é composto por Luís, 24 anos; Valentim, 30 anos; Carolina, 32 anos; Rosa, 22 anos, e Nilo, 21 anos. Os três primeiros apresentaram um itinerário muito parecido no que se refere à importância do ambiente escolar e das organizações sociais para a formação de sua identificação política, diferente dos dois últimos, que atribuem suas posições às informações da internet e a referências familiares, sejam elas positivas ou negativas.

Luís, B-Boy[69] que atua em projetos sociais de dança de rua, contou que sua infância foi marcada pela violência doméstica, pois tanto ele quanto sua mãe eram agredidos e humilhados pelo padrasto. Ele não conviveu com seu pai biológico, assassinado devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. Ainda criança, foi obrigado a trabalhar e a cuidar dos irmãos mais novos. Ele disse sentir falta de referências familiares, mesmo morando por anos com a tia e a avó.

Nesse cenário, a escola apresentou-se para o estudante como um refúgio, já que em sua casa "era simplesmente angustiante. Sofri vários traumas. Nunca podia fazer o que eu queria[70]". Apesar de o ambiente escolar representar um alento para Luís, ele acabou interrompendo os estudos devido ao contexto turbulento no qual se encontrava. Já adolescente, aproximou-se do universo das drogas, do qual

[69] Os B-Boys são dançarinos de break, um estilo de dança do hip hop. O termo é uma abreviação da expressão "Break Boy".
[70] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).

orgulhosamente se desviou: “Tinha tudo pra entrar nessa vida. Só que eu escolhi um caminho diferente”[71].

Esse caminho diferente foi apresentado por seu envolvimento com movimentos culturais, como o *hip hop*; pela participação em espaços de juventude, como o Fórum Estadual da Juventude Negra (Fejunes) e o Centro de Referência da Juventude (CRJ); e pelo ingresso no Ifes, considerado por ele como uma quebra de “círculo”:

> [...] Eu vivia num mundo totalmente diferente, [...] onde houvesse bebida, onde houvesse tráfico. [...] Mas depois que eu entrei no Ifes, eu saí dessa rota, alguns amigos entraram. [...] Teve uma vez que eu estava chegando do Ifes, estava passando pelo [...] Beco da Morte, Vila Batista, em Vila Velha, eu vi ele *[um amigo de infância]* na esquina vendendo droga. Aí eu pensei: "caraca, o moleque está fazendo isso”, não precisava fazer isso, tá? Era pra ele estar lá comigo [...]. Podia ter um futuro melhor. Só que teve uma quebra de *círculo*[72], no caso eu consegui um *círculo* diferente de seguir, ele seguiu outro.[73]

Ainda que o envolvimento de Luís com movimentos culturais e de juventude seja anterior à sua entrada no Ifes, ele atribui seu conhecimento sobre política, no sentido de escolhas eleitorais e de projetos para o país, ao ingresso nessa instituição, onde, inclusive, integrou o grêmio estudantil Rui Barbosa: “Foi exatamente aqui no Ifes que eu aprendi mais ou menos política. [...] Depois que eu passei a estudar, conviver com mais pessoas que conhecem mais política, eu comecei a entender mais um pouco”[74].

O itinerário de Valentim, que se considera um “aluno preto, pobre, de periferia, [...] que foi beneficiado com alguns programas do governo, [...] uma pessoa LGBT [...] e *plus size*”[75], assemelha-se ao de Luís em diversos aspectos. Embora tenha convivido com os pais na infância e adolescência, ele interrompeu os estudos no último ano do ensino médio para trabalhar e cuidar dos avós, retornando à escola na modalidade EJA.

---

[71] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[72] Na primeira menção do termo “círculo”, compreendi que o estudante quis dizer que houve uma “quebra de ciclo”, ou seja, uma ruptura com a entrada no tráfico de drogas. Na segunda menção, entretanto, entendi que “círculo” significa “meio social”, ou seja, ele passou a frequentar um ambiente diferente do tráfico, a saber, a escola.
[73] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[74] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[75] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).

Ele considera seu percurso educativo exitoso, sobretudo pelo acesso obtido a programas sociais, como o Fome Zero[76], o Projovem Urbano[77] e, mais recentemente, o Proeja. Segundo Valentim, foi justamente no Projovem, por meio do qual retomou os estudos, que passou a se interessar por discussões políticas:

> [...] lá eu tive algumas oportunidades de participar de algumas reuniões de Conselho Municipal de Juventude, fui até pra uns eventos que eram conferências. Lá, eu convivi com mais alguns jovens da mesma realidade que eu [...], eu ia vendo um pouco do que era conviver perto da política. [...] Eu fui abrindo mais os horizontes, então eu fui conhecendo o que era direita, o que era esquerda, o que me beneficiava e aos demais da mesma classe que eu e o que era errado. Então, eu acho que de 2015 em diante que eu comecei a ter um posicionamento político meu, algo que eu falasse "eu quero isso, eu concordo com isso, eu discordo disso". [...] Antes eu não ligava, nem gostava, inclusive, de política[78].

Valentim foi Conselheiro Municipal de Juventude de seu município, atuou no movimento de apoio à população de rua e participou da ocupação de uma escola municipal com o movimento secundarista, em 2015. Entretanto, sua maior luta, na atualidade, é pela inclusão "em relação a trabalho, de eu ter que ir numa entrevista de trabalho e eles não me reprovarem só pelo fato de eu ser uma pessoa negra e gorda"[79].

Além de sofrer com o racismo e a gordofobia, Valentim disse ser discriminado por sua orientação sexual[80], inclusive dentro da igreja. Ele participou durante anos do grupo de dança de uma instituição religiosa, mas optou por deixar de frequentá-la "[...] por questões de discriminação, às vezes um olhar diferente pelo fato de eu ser LGBT"[81]. Ele reivindica sua identidade evangélica, mas não se sente confortável nesse ambiente: "[...] Eu me considero evangélico, [...], eu leio a bíblia, eu escuto louvor [...] de forma autônoma, só eu mesmo"[82].

Esse incômodo com a igreja evangélica também é mencionado pela estudante Carolina, que se diz triste pela falta de empatia e amor dentro da sua igreja, sobretudo nas últimas eleições. Entretanto, diferente de Valentim, ela não deixou de frequentar

---

[76] Programa criado em 2003 pelo governo federal com o objetivo de integrar políticas emergenciais de combate à fome com políticas públicas estruturais.
[77] Programa Nacional de Inclusão de Jovens, destinado a pessoas entre 18 e 29 anos, residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização. Seu objetivo é elevar a escolaridade, incentivar a formação cidadã e a qualificação profissional (Brasil, 2018).
[78] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[79] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[80] Em nossas primeiras conversas durante a pesquisa, em 2022, Valentim identificava-se como homossexual. Um ano depois, durante o grupo focal, afirmou-se como não binário.
[81] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[82] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).

esse espaço. Nascida em Petrópolis (RJ), mudou-se para o Espírito Santo ainda criança, onde viveu com sua mãe e irmãos após a separação dos pais.

Seu percurso de vida é marcado pela ambivalência de sentimentos em relação à necessidade de trabalhar para sustentar a família e o desejo pela continuidade dos estudos, equilíbrio que não conseguiu alcançar. Mãe de duas meninas, engravidou pela primeira vez aos 16 anos e afastou-se da escola por 10 anos. Decidiu retomar a escolarização para ser exemplo para as filhas, passando por cima, inclusive, da vontade do marido: “Quando eu passei no Ifes, o meu esposo quis terminar o relacionamento [...], ele falou ‘eu quero ficar com você, mas você vai ter que escolher, ou eu ou a escola’. Eu falei: ‘então eu quero a escola’”[83].

Diferente de Luís e Valentim, Carolina não tem histórico de envolvimento em organizações sociais, mas reconheceu que seu acesso a programas governamentais fez com que ela refletisse sobre questões políticas. Ela narrou, por exemplo, que começou a mudar de posição quando seu ex-marido teve um tratamento de alto custo viabilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e, depois de sua entrada no Ifes, oportunidades que, em sua visão, não seriam possíveis em um governo de direita. Por isso, ela afirmou que sua posição política é baseada em sua realidade:

> Eu não gosto muito de pensar no meu lado político pelas coisas que as pessoas dizem. Pensar pela forma como as pessoas dizem me fez me colocar numa posição que hoje eu não concordo, que foi a favor do *impeachment*. [...] Hoje eu prefiro pensar baseando na minha realidade de vida, que foi a situação do apoio do SUS, foi a oportunidade do Proeja[84].

A estudante, que passou de apoiadora do *impeachment* de Dilma Rousseff para eleitora do PT nos pleitos de 2018 e 2022, disse que um dos momentos marcantes dessa transformação foi sua participação em um protesto organizado pelo grêmio estudantil do Ifes contra o corte de verbas dos Institutos Federais[85]. Nessa ocasião, ela estabeleceu uma comparação entre estar na rua ao lado dos apoiadores do *impeachment* como “massa de manobra” e entre ocupar a avenida junto com o movimento estudantil do Ifes:

> [...] Nos protestos do *impeachment* de 2016, quando a gente passava gritando “vem pra rua”, você via a área nobre apoiando, [...] os prédios piscavam pra gente. [...] Nesse protesto agora, a gente era vaiado pelos prédios e a gente via as favelas piscando, os morros piscando em apoio ao protesto, e aí eu parei pra analisar: “peraí, qual o lado da minha existência? Realmente, qual é a minha realidade? Eu sou do prédio ou do outro lado?” A

[83] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[84] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[85] Em 2019, ocorreram diversas manifestações e protestos estudantis contra o contingenciamento de recursos das universidades públicas e dos institutos federais pelo governo de Jair Bolsonaro.

> minha realidade é que eu estou do lado de lá, então não faz sentido eu estar apoiando um governo que ele vai visar o empresário [...]. Eu preciso estar do lado de quem apoia as minorias, os trabalhadores[86].

A mudança de visão política de Carolina é apenas uma das transformações pelas quais a jovem passou após o ingresso no Ifes. Assim como Luís, que relatou a "quebra de círculo" após a entrada na escola, ela fala sobre uma "divisão de águas". Antes do Ifes, ela considerava-se "apenas a mãe, apenas a esposa. E a funcionária. Trabalhava fora, mas me reduzia só aquilo"[87]. Contudo, após seu ingresso no Proeja, ela começou a "acreditar na minha capacidade, coisa que eu não conseguia. Eu consegui publicar um livro. Eu consegui ter notas excelentes. [...] Mas sabe o que eu aprendi com o meu tempo no Ifes? Eu sou forte pra caramba"[88].

Ainda entre os participantes mais jovens da pesquisa que não votaram em Bolsonaro, estão Rosa e Nilo, cujas trajetórias diferem bastante das abordadas até o momento. Eles relataram um declínio no poder aquisitivo familiar, uma passagem pela rede privada no ensino fundamental, ausência de envolvimento com organizações sociais e acesso pouco significativo a programas governamentais. As relações familiares, referências artísticas e interações virtuais, por sua vez, são muito evidentes em suas narrativas.

Rosa disse que cresceu em um bairro de Vitória que considera favela, mas sua família nunca passou por necessidades materiais, tendo o suficiente para suprir itens básicos, como comida e roupas. Ela não prosseguiu com os estudos no tempo regular devido às sucessivas reprovações durante o ensino fundamental, pois estava debilitada por um quadro depressivo[89]. A conclusão do ensino médio ocorreu apenas no Proeja do Ifes.

Durante seu adoecimento, foi acolhida pelo Movimento de Adolescentes com Cristo, da igreja católica: "Aquele movimento foi mais um escape pra mim. Aonde eu ia todos os sábados, encontrava com os amigos, brincava, me divertia. [...] Então, quando eu tive depressão, [...] eles estavam comigo. Eu não tinha nada, só eles"[90]. Embora ainda se considere cristã, não frequenta mais a igreja, pois seu vínculo afetivo

---

[86] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[87] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[88] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[89] Valentim e Carolina também enfrentaram questões de saúde mental, como depressão, ansiedade e *burnout*.
[90] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 29.03.2022, em Vitória (ES).

foi estabelecido com os adolescentes daquele grupo e não com a doutrina religiosa propriamente dita.

Sua família foi pouco mencionada como lugar de acolhimento. Ao contrário, foi classificada como um ambiente de intrigas e conflitos, os quais foram intensificados a partir de 2010 com o descenso econômico do país. Após a perda do emprego, sua mãe, que era professora, tornou-se alcoólatra, e o pai, antes administrador, passou a trabalhar como motorista de *Uber*, depois de uma fracassada tentativa de abrir um negócio próprio. Nesse cenário, começou a faltar comida dentro de casa.

Rosa rompeu com a família aos 19 anos e passou a morar com o namorado. Segundo ela, o estopim da crise foi a ameaça de agressão do pai caso ela não cumprisse atividades domésticas que não eram compartilhadas nem pela mãe nem pelo irmão. Nesse período, ela estudava no Ifes e estagiava. Essa ruptura familiar, entretanto, pareceu ter motivações mais profundas, ligadas ao preconceito do pai em relação a sua orientação sexual:

> Eu sou bi. Meu pai é totalmente homofóbico. [...] Eu era hétero até eu sair de casa. [...] Eu tinha uma amiga lésbica, [...] toda vez que ela ia lá em casa, meu pai falava: “mas por quê? Por que você gosta de mulher? Porque um homem não te pegou direito”. [...] Então, assim, são questões que eu não concordava. E isso me fez ter essa minha posição hoje em dia. [...] Ah, outra coisa que meu pai falava, que preferia ter filho na prisão ou morto do que filho gay.[91]

Além da identificação com questões de gênero e de orientação sexual, Rosa demonstrou sua posição política ao tratar de suas referências culturais. Além do *slam*, que são batalhas de poesia de rua, ela gosta do *rap* nacional que faz críticas ao governo e que fala sobre as dificuldades e resistências da população pobre nas comunidades. Nas redes sociais, onde interage bastante, gosta dos influenciadores digitais Felipe Neto, Whindersson Nunes e Anitta.

O estudante Nilo, por sua vez, também recorreu à área cultural quando falou sobre a quem dá ouvidos na política. O *rapper* Mano Brown, por exemplo, é mencionado como um artista de referência, cujas mensagens ele “para pra escutar”, devido a sua bagagem de vida e ao contato direto com a realidade da periferia. No âmbito da política, ele não tem engajamento em organizações sociais e afirmou que seu posicionamento advém de pesquisas na internet e das referências familiares.

---

[91] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.

Filho de pais que foram *hippies* na juventude e depois se separaram, ele viveu na casa do avô com a mãe, que é psicóloga e arteterapeuta. Também tem uma relação amistosa com o pai, que é empresário e proprietário de marcenarias. Sua condição econômica é estável, pois conta com recursos financeiros do avô para custear as despesas da casa. Apesar disso, reconhece o declínio econômico da família nos últimos anos, pois não possui recursos "de sobra", apenas o básico para se manter.

No âmbito familiar, identifica-se mais com a mãe do que com o pai, pois "ela ainda é uma pessoa que segue essa linha de raciocínio assim, um pouco mais das coisas *good vibes*, assim, humanista e tal"[92], ao passo que o progenitor escolheu "planejar a vida dele em torno de capital, em torno de bens [...], ele escolheu fazer dinheiro, entendeu?"[93].

A perda de interesse pelo ambiente escolar começou no ensino fundamental, quando passou por reprovações. A falta de atratividade da escola permaneceu no ensino médio, quando decidiu interromper os estudos após uma experiência negativa na instituição onde estudava: "Eles tratavam os alunos da mesma forma que o governo trata as pessoas. Só mais um. Se não deu certo aqui, a gente pega a transferência pra outro colégio pior"[94]. A retomada de sua escolarização aconteceu tempos depois, pelo ingresso no Proeja, no Ifes, onde gostou de frequentar:

> Quando eu cheguei no Ifes, eu encontrei uma coisa, assim, completamente diferente, tá ligado? [...] Eu fiz amizades aqui dentro, [...] eu vivi um pouco da universidade, vamos dizer. Que não é só vim aqui estudar, tinha também a cervejinha depois da aula, [...] tinha dia que eu até tinha vontade de vim, tá ligado? E é uma coisa que não acontecia há anos. Mas é por causa do contexto. [...] O clima do Ifes é agradável [...], é um lugar, assim, que eu senti um conforto de estar[95].

Muito afeito a vínculos afetivos e socialização com amigos, Nilo foi enfático ao dizer que não aprendeu sobre política na escola. Entretanto, destacou sua participação em um protesto organizado pelo grêmio estudantil do Ifes contra os cortes de verba nos institutos federais, o mesmo citado por Carolina, como uma experiência interessante:

> Foi uma parada bacana porque a galera passava, [...] buzinava pra gente, "é isso mesmo!", e o outro gritava "Aê, fora, Bolsonaro!". [...] Você via que tinha uma galera que apoiava aquilo que a gente tava fazendo, tipo assim, pô, o

[92] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 01.04.2022, em Vitória (ES).
[93] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 01.04.2022, em Vitória (ES).
[94] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 01.04.2022, em Vitória (ES).
[95] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 01.04.2022, em Vitória (ES).

> cara que tá lá trabalhando todo o dia e tal, não sei o quê, você vê que ele pensa no outro também.[96]

Ainda no grupo dos estudantes não eleitores de Bolsonaro, estão Tadeu, 42 anos; Teresa, 43 anos; e Ruth, 46 anos, filiados a partidos políticos de esquerda e ativistas de movimentos sociais. A trajetória de vida desses sujeitos está intimamente relacionada ao seu histórico de militância social.

Tadeu definiu-se como um trabalhador desde cedo, pois aos 10 anos já saía na rua para vender picolé e jornal a fim de comprar mantimentos para casa. Nesse período, sua mãe ficou doente e o padrasto abandonou-os, restando a ele a busca por alternativas de sustento familiar. Em virtude do trabalho precoce, concluiu com muita dificuldade o ensino fundamental. Aos 13 anos, já trabalhava em uma gráfica. “Por uma questão cultural de família, minha família é da roça, [...] eu cresci ouvindo que eu tinha que ser um trabalhador. Não que eu tinha que estudar, fazer faculdade, nada disso”[97].

A vida “apenas” de trabalhador começou a mudar quando Tadeu conheceu jovens que integravam o grêmio estudantil da escola. Eles o convidaram para reuniões e o incentivaram a prosseguir com os estudos. Nessa época, considerava-se politicamente ignorante, mal sabendo o nome do prefeito da cidade. No movimento estudantil, entretanto, começou a se sentir útil, pois utilizava seus conhecimentos de gráfico para reproduzir panfletos das passeatas: “Eu tinha uma profissão que ali dentro era útil e fiz muitos amigos, amigos até hoje”[98].

A partir do movimento estudantil secundarista, ele prosseguiu com seu envolvimento em organizações estudantis, como a União Municipal dos Estudantes (UMES), e de juventude, a União da Juventude Socialista (UJS), vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), ao qual se filiou aos 17 anos. Também atuou como militante profissional dessa organização em mandatos parlamentares. Tadeu compreende que a militância política na esquerda foi um bom caminho que tomou na vida:

> A minha identidade política foi formada na minha militância política. E não só isso. A minha identidade como pessoa, como ser humano no mundo, como cidadão do mundo, foi definida através do conjunto de coisas que eu ia ver na política e também pela direção que a política me levou, né? Eu não sei o que seria da minha vida se eu tivesse tomado um caminho diferente da política. Considerando a minha origem, considerando a minha realidade da

[96] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[97] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).
[98] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).

> época, jovem, né? Na periferia, né? Com a mãe doente em casa, né? E as péssimas influências ao redor[99].

Ele disse que, por meio da militância, conseguiu ampliar sua visão de mundo para além do bairro onde morava: “Pela política, pela primeira vez, eu saí do estado e fui conhecer outros estados. A política me colocou em fóruns onde se discutia a educação”[100]. Quando ingressou no Ifes, já havia vivenciado muitas experiências e pretendia “apenas estudar”. Entretanto, acabou sendo eleito representante discente no Conselho Superior dessa instituição e atuando em mobilizações estudantis pela manutenção da oferta de cursos do Proeja.

A trajetória de Teresa, em termos políticos, assemelha-se à de Tadeu, mas sua origem remonta ao meio rural, na Bahia. Ela relatou uma infância marcada pela pobreza, fome e trabalho infantil. “Eu sou da época do fubá, água e sal [...]. Eu lavava roupa das meninas dos brega[101]. E não tinha água encanada. Era represa. [...] Minha mãe ensinou todo mundo lá em casa trabalhar, vender alguma coisa”[102]. O envolvimento político, no caso de Teresa, tem um histórico familiar, pois sua mãe era filiada ao PT e participou, com os filhos, da luta pela terra em acampamentos do MST.

Aos 16 anos, sem saber ler nem escrever, mudou-se para o Espírito Santo, onde trabalhou como empregada doméstica, confeccionando tapetes e, após a sua primeira gestação, aos 19 anos, na limpeza urbana como gari. Sua participação em um movimento grevista dessa categoria resultou no convite para compor uma chapa que disputou a direção do sindicato, sendo bastante incentivada pela mãe: “‘Olha só, se o sindicato está te chamando, você tem que ir, vai pra luta, não foge da luta’ e dali quando cheguei lá, quem? A bandeira do... Dentro do Sindilimpe, a bandeira do MST, a bandeira do PT”.[103]

Ao falar da importância do sindicato em sua vida, ela associa as conquistas dessa organização à retomada de sua dignidade e qualidade de vida, pois as condições de trabalho dos garis eram muito precárias e insalubres. As refeições, por exemplo, eram realizadas nas calçadas, e os trabalhadores, transportados em cima de caminhões: “O Sindlimpe faz parte da minha história. Não só da minha, mas de

[99] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).
[100] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).
[101] Nome popular para prostíbulo.
[102] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[103] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 28.04.2022, em Vitória (ES).

todos os garis que iniciaram, né? Então assim, a bandeira do Sindilimpe pra mim é orgulho. Não só como pessoa, mãe, família, mas sim como lutadora”[104].

Teresa tornou-se presidente do sindicato de sua categoria e dirigente do PT e da CUT. Também participou da associação de moradores do bairro, fruto de uma ocupação urbana, além de outros movimentos populares. Entretanto, não conseguiu conciliar a rotina de trabalho, política e cuidados com os quatro filhos, interrompendo os estudos diversas vezes.

Ela retomou o processo de escolarização justamente quando assumiu a direção sindical: “Como é que eu vou ser presidente do sindicato se eu não sei nem escrever? E aquela pressão de todo mundo. E depois eu fui vendo a necessidade e a minha vontade de... Eu quero aprender”[105]. Ela voltou para a escola, concluiu o ensino fundamental e, em 2017, ingressou no Proeja, onde, assim como Tadeu, tinha a intenção de “apenas estudar”, não de fazer política.

Somando-se às trajetórias de Tadeu e Teresa, Ruth também narrou sua história de vida de maneira simbiótica à militância política. Nascida em Duque de Caixas (RJ), mudou-se para o Espírito Santo ainda criança, com a mãe e cinco irmãos. Não conheceu seu pai. Sua família passou por dificuldades extremas, residindo em casas de palafitas sobre um manguezal, localizado próximo a um lixão[106], local onde catava restos de comida: “A gente sobrevivia daquele lixão que tinha ali na Ilha das Caieiras, de São Pedro, né? Minha mãe saía pra trabalhar e a gente ia pro lixão buscar coisa pra comer, né?”[107].

Aos 14 anos, após concluir o ensino fundamental, mudou-se para São Paulo, onde trabalhou como empregada doméstica, residindo na casa dos patrões. Nessa época, foi convidada pelo MST para uma reunião sobre a luta por moradia, momento a partir do qual despertou politicamente: “A partir do que a gente começa a vivenciar lá dentro é que você acaba tendo uma escolha, né? Se realmente você quer moradia ou quer a militância ali. Porque vai muito além, né? De só uma casa ou só um local pra morar, né?”[108]. Ruth tornou-se dirigente do MST e, posteriormente, ficou responsável pela organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST),

---

[104] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[105] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[106] O drama das famílias que sobreviviam do lixão localizado no bairro São Pedro, em Vitória (ES), pode ser conferido no documentário "Lugar de Toda Pobreza" (*YouTube*, 2019), do cineasta e jornalista Amylton de Almeida.
[107] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[108] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).

encampando a luta por moradia nas periferias urbanas de São Paulo, ao lado de Guilherme Boulos, atual dirigente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Ela atribui sua identidade política ao seu envolvimento com a militância dos movimentos sociais: “Depois que eu estava no movimento foi que eu fui tirar o título, que eu fui votar pela primeira vez. [...] Veio a militância e também já veio aquela consciência do voto, né? De sempre votar na esquerda”[109]. Além disso, relacionou a desnaturalização de sua condição de vida na infância ao que ela vivenciou e aprendeu na organização social, não a algo que ela “ouviu dizer”:

> Pra mim, era normal sair de casa e quando queria comer o frango, eu saía no lixão pra buscar. [...] Hoje eu já vejo que [...] não é normal isso, tem todo um contexto político, um histórico, né? [...] Tudo que eu luto hoje, eu luto por uma questão de vivência né? Não só por uma questão assim que eu li, de que eu estudei, mas foi uma questão de que eu vivi. Tudo. Então, assim, a minha luta hoje no movimento negro, que foi no Movimento Sem Terra, ela perpassa pela minha história[110].

Ruth retornou ao Espírito Santo e passou a atuar na União dos Negros e Negras pela Igualdade (Unegro), onde conheceu seu esposo, e ingressou no PC do B, partido onde militou por 18 anos. Atualmente, é filiada ao PSOL e participa de inúmeros conselhos e movimentos populares.

No que tange à escolarização, ingressou no Ifes mesmo após ter concluído o ensino médio em um supletivo de EJA, pois era um sonho de infância: “Minha mãe vinha trabalhar e, quando ela não tinha onde me deixar, ela me deixava aqui na porta do Ifes, né? [...], então o meu sonho era estudar no Ifes. [...] Só que pra mim aquilo era muito impossível naquela época”[111]. Sua mãe trabalhava como gari. Durante o período em que estudou na instituição, Ruth contribuiu na criação do Coletivo de Negros e Negras do *campus* Vitória.

Próximo da faixa etária dos militantes abordados anteriormente está o estudante Pablo, de 43 anos. Conforme registrado no primeiro capítulo, ele foi indicado como eleitor de Jair Bolsonaro durante a seleção de participantes para a pesquisa, mas depois revelou ter votado no PT. Não ao acaso, sua narrativa pode parecer um pouco deslocada deste subgrupo, o que não significa um equívoco de organização textual, mas, sim, a inclusão de um sujeito com a presença de posições mais ambíguas.

---

[109] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[110] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[111] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).

Nascido e criado em um bairro periférico de Vitória, conviveu com a violência desde a infância: “Desde criança, eu via meus pais brigando, né? Que era envolvido com droga, usuário de drogas, e aí tinha muita briga dentro de casa, né? [...] Brigas violenta, né?”[112]. Ele interrompeu os estudos aos 13 anos e contou, sem detalhes, que levou uma vida que trouxe prejuízos a ele e sua família: “Eu tive um passado de pessoas [...] que não era muito aceito na sociedade, porque [...] só de ser pobre e morar numa comunidade, já tem um preconceito enorme, discriminação... E eu tive alguns problemas também com a justiça”[113].

Após a passagem pelo sistema prisional e devido ao falecimento do pai, Pablo buscou uma vida religiosa e assumiu o cuidado com os familiares. Ele disse que, “ao buscar primeiro o reino de Deus, tudo o mais lhe foi acrescentado” na vida:

> [...] depois que eu procurei a Deus, comecei a estudar a bíblia, comecei frequentar igreja [...] que eu despertei a vontade de voltar pra escola porque eu fazia estudo bíblico, eu falava comigo “poxa, não é que eu faço estudo bíblico, eu vou voltar pra escola, porque eu já estou estudando em casa mesmo a bíblia, posso voltar pra escola pra estudar”[114].

Além de assumir a mercearia que foi do seu pai, Pablo retomou os estudos aos 38 anos em uma escola municipal, onde teve início sua aproximação com espaços da política. Primeiramente, foi eleito representante discente do Conselho Municipal de Educação de Vitória (COMEV), onde participou de debates e conheceu lideranças de diversos espectros políticos. Na época, um vereador da direita que defendia princípios cristãos, com os quais Pablo já se identificava, convidou-o para ser candidato a esse cargo pelo Partido Social Democrático (PSD)[115]. Com o objetivo de revalidar-se socialmente, o estudante aceitou a proposta: “O que importava é aquilo tudo que eu queria testar, [...] que eu queria comprovar, se meu nome realmente ia passar, se [...] eu estava incluído na nossa sociedade, se [...] um dia eu ia ser visto como um cara do bem, um cara honesto, um cara de confiança”[116].

---

[112] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27.04.2022, em Vitória (ES).
[113] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27.04.2022, em Vitória (ES).
[114] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27.04.2022, em Vitória (ES).
[115] É importante esclarecer que o PSD, no primeiro turno das eleições de 2018, apoiou o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) e, no segundo turno, não declarou apoio a Jair Bolsonaro nem a Fernando Haddad (PT). Já em 2022, o partido manteve neutralidade em relação à disputa presidencial, de modo que lideranças, parlamentares e filiados foram liberados para definir apoio aos candidatos Lula ou Bolsonaro no segundo turno do pleito. O vereador ao qual Pablo se vinculou, em específico, é considerado bolsonarista e representante do conservadorismo na Câmara Municipal de Vitória, sendo autor do projeto Escola Sem Partido, que não obteve aprovação em plenário.
[116] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27.04.2022, em Vitória (ES).

Pablo disputou as eleições municipais no mesmo ano em que ingressou no Ifes, espaço onde recebeu muitas críticas por estar vinculado a um partido que agregava lideranças conservadoras. Para ele, entretanto, o que estava em jogo era uma nova forma de ser visto no espaço público: “Eu era conhecido de um jeito. Agora eu sou conhecido de outro. Por quê? [...] Me chamavam ‘oh, fulano ali. [...] O cara lá de cima’. [...] Agora, quando alguém vai me procurar, eles vêm procurar assim, ‘você conhece Pablo e tal? Pablo vereador?’”[117].

Para encerrar a apresentação das trajetórias dos não eleitores de Bolsonaro, serão abordadas as narrativas de Paulo, 55 anos, e Irene, 60 anos, os estudantes com maior idade nesse subgrupo. Nascido em Duque de Caxias (RJ), Paulo viveu durante 30 anos no Rio de Janeiro. Ele mencionou que, na infância, sua família tinha uma boa condição econômica: “Meu pai [...] trabalhava como garçom na zona sul. [...] Comprava lá no Armazém do Billy, que também era compra para o mês inteiro. [...] Minha mãe fazia compra, comida pra um batalhão”[118]. Paulo interrompeu os estudos na 6ª série, pois era “muito garoto e não queria nada com a vida”. Seu primeiro trabalho formal foi como *office boy* em um hotel cinco estrelas na época, o *Rio Othon Palace*, em Copacabana. Ele, inclusive, atribuiu seu interesse por política e economia à leitura de jornais e revistas a que tinha acesso no local de trabalho:

> Como eu trabalhava lá no *Rio Othon*, [...] então tinha muita revista internacional jogada pelos corredores, né? O hóspede largava jornal, revista, então, as camareiras pegavam e botavam tudo na área de trabalho, né? [...] Eu catava revista e levava pra casa, então sempre estava ligado no que estava acontecendo, não só no Brasil, como no mundo, na área política, né? As mudanças de governo, estratégia geopolítica, que é uma coisa que eu sempre me liguei[119].

Paulo afirmou que o acesso à informação continua sendo o pilar fundamental para obter conhecimentos sobre política, mas tem um crivo para suas fontes: “Não é [...] aqueles criadores de conteúdo, né, *YouTube*, são pessoas estudadas, são pessoas que têm faculdade, são professores, são jornalistas, né?”[120]. Além dos meios de informação, ele afirmou que “o bolso” sempre foi um termômetro importante para balizar suas escolhas eleitorais:

> Do José Sarney pra cá, eu me lembro que a maquininha comia dia e noite no supermercado. A inflação [...] foi a quase 200%. [...] E dali pra cá, veio o Fernando Henrique, aí eu já comecei a me interessar mais um pouquinho na

[117] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27.04.2022, em Vitória (ES).
[118] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[119] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[120] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).

> política, né? Porque a gente sente um pouco no bolso, né? Então só melhorou mesmo depois do Fernando Henrique e do Lula pra cá. Porque o Fernando Henrique é o cara estudado, né? [...] E o Lula melhorou a vida do pobre, né? Eu, em 2003, consegui comprar meu apartamento lá no Vale. Terminamos já de pagar[121].

Já no Espírito Santo, Paulo participou da diretoria da associação de moradores do bairro onde mora e retomou os estudos, ingressando no Ifes em 2019, espaço de grande importância na sua jornada em busca da escolarização. Atualmente, trabalha como motoboy e, eventualmente, participa de festas como DJ, o que considera um *hobby*, pois é muito afeiçoado à música. Segundo ele, cresceu ouvindo o que tocava nas rádios na década de 1970, como Beatles, Elvis Presley e orquestra de Paul Mauriat, e depois foi diversificando seu repertório para música clássica, rock europeu e nacional e Música Popular Brasileira.

Irene, por sua vez, é capixaba, de uma família que veio do interior do estado para a Grande Vitória. Ela relatou uma infância difícil, pois perdeu a mãe aos oito anos de idade, o que a levou a morar com uma tia, que, na verdade, "me levou pra casa dela pra ser empregada da casa dela, né"[122]. Entretanto, apesar das adversidades, considera que teve uma infância e juventude bem vividas, pois pôde brincar, ter amizades e namorar. Aos 18 anos, fez um curso técnico de enfermagem e começou a trabalhar em hospitais. Nesse período, engravidou, mas o relacionamento com o pai da filha não foi adiante, "porque ele queria uma coisa da vida e eu queria outra, eu queria uma vida séria pra mim, né? Porque eu tinha minha filha, eu queria criar minha filha"[123]. Anos depois, engravidou novamente, mas o progenitor não assumiu a criança. Irene disse que enfrentou muitas dificuldades para conciliar a jornada de trabalho com o cuidado com os filhos, mas sempre contou com o amparo familiar:

> Eu morava de aluguel, [...] passando os perrengues e tal, e aquela dificuldade, né? De criar dois filhos, ter que dar estudo, ter que dar tudo, mas [...] eu sempre tive aquela base, aquela ajuda da família, "ah, não tem um uniforme", a família, [...] "ah, não tem material escolar", outro comprava, não sei o quê. Então eu sempre tive esse suporte da família, né? De estar ali comigo, de estar me ajudando, de estar na doença, na alegria, entendeu?[124].

É também ao âmbito familiar que Irene atribui seu interesse por questões políticas: "A gente sempre foi, assim, muito político, de discutir quem vai ser o melhor presidente, [...] em quem a gente vai votar, em quem a gente deve votar porque ele

---

[121]Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[122] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[123] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[124] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).

vai fazer melhor pro estado”[125]. Segundo ela, as reuniões familiares sempre foram marcadas por festas e discussões políticas, tanto em âmbito nacional quanto local. Era bastante comum, por exemplo, o envolvimento familiar nas eleições para a associação de moradores do bairro.

Ela também disse que sempre se preocupou com a coletividade, engajando-se socialmente na organização de doações aos mais necessitados, mesmo sem estar diretamente envolvida em organizações político-partidárias: “eu cresci assim, envolvida em política, envolvida não, né? Que eu [...] não entrei em partido político nenhum, né? [...] nunca estive ali de frente, mas eu sempre estive engajada de querer lutar pela minoria que tem dentro do país, os necessitados”[126].

Irene contou sobre seu apoio aos governos petistas, principalmente pelos benefícios acessados, como a casa própria, pelo programa Minha Casa, Minha Vida: “Porque eu era chefe de família né? Então, eles, assim, praticamente abriram as portas pra mim pra poder comprar minha casa”[127]. Ela também citou o acesso ao Bolsa Família e ao Proeja, no Ifes, onde ingressou após um período de luto devido ao falecimento do irmão: “Graças a Deus que eu entrei aqui no Ifes pra estudar, porque logo depois, né? [...] Então eu fui conhecendo essas pessoas, [...] fui me envolvendo com outras coisas[128]. Na escola, ela integrou uma chapa para o grêmio estudantil, mas não prosseguiu na gestão, e também estagiou na área em que fez o curso técnico.

Tendo em vista as trajetórias de vida dos estudantes não eleitores de Jair Bolsonaro, evidenciou-se a recorrência do envolvimento em organizações políticas, sejam elas movimentos sociais ou partidos, e da menção à escola, como espaços relacionados à formação da identificação política desses sujeitos. O recebimento dos benefícios de programas sociais, principalmente nas áreas de educação, renda e moradia, também são frequentemente mencionados. Já as referências culturais, como artistas e músicos; os meios de informação e as interações virtuais; e o núcleo familiar aparecem nas narrativas, mas em menor intensidade. Diante desse panorama, procedo à análise dos dados.

---

[125] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[126] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[127] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[128] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).

3.3. CRUZANDO OS CAMINHOS: IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA E ESPAÇOS DE AMPARO

Um primeiro aspecto a ser abordado quando se estabelece uma comparação entre as trajetórias de vida dos estudantes da pesquisa, tanto dos eleitores quanto dos não eleitores de Jair Bolsonaro, é a extrema semelhança no que tange aos percursos individuais dos participantes. As homogeneidades e singularidades relativas aos estudantes da EJA, tal como apresentado no início deste capítulo, são ratificadas e exemplificadas por cada uma das narrativas realizadas.

Em ambos os subgrupos, há relatos de uma infância marcada por dificuldades econômicas, chegando a situações de fome e pobreza. Como alternativas para complementar a renda familiar, estão o ingresso precoce dos estudantes no mundo do trabalho e o recebimento de benefícios sociais oriundos de programas governamentais, como o Bolsa Família.

Além de casos de racismo e homofobia, a violência também marca as trajetórias de grande parte dos estudantes. Ela se apresenta principalmente no reduto familiar, seja pelas agressões físicas e ameaças sofridas por eles quando crianças, seja pela violência contra suas mães, promovida por seus pais ou padrastos. São comuns as menções ao uso de drogas ilícitas e de álcool por familiares, bem como a morte precoce de figuras de referência na família, como a mãe, o pai ou os tios, por causas diversas. Nos dois subgrupos, estudantes narram que não conviveram ou conviveram pouco tempo com seus pais, sendo essa uma lacuna frequentemente mencionada: a falta de uma referência para orientá-los.

As diferenças e desigualdades de gênero também marcam os participantes da pesquisa. Entre as mulheres foram registrados casos de gravidez e casamentos precoces, relacionamentos abusivos, situações de violência, criação solitária dos filhos e enfrentamento de barreiras impostas pelos maridos ou companheiros para acesso ao trabalho e aos estudos. Além disso, nas narrativas femininas, a dedicação à maternidade e aos relacionamentos conjugais aparece com bastante centralidade, impactando seus percursos de vida de maneira brusca e decisiva. Não raro, as interrupções ou retomadas dos estudos e do trabalho são justificadas por esses fatores.

Já entre os estudantes homens, há relatos sobre o uso de entorpecentes, bem como sobre a proximidade ou envolvimento efetivo com o tráfico de drogas em algum momento de suas vidas. A paternidade e os relacionamentos afetivos, ainda que

presentes, são aspectos pouquíssimos mencionados, o que sugere uma influência periférica ou mesmo nula dessas questões como fatores de elevado impacto nas descontinuidades escolares ou laborais ao longo de suas vidas.

As causas da interrupção no processo de escolarização são partilhadas pelos dois subgrupos. Apareceram como justificativas o contexto familiar conturbado devido a violências e atividades ilícitas, mudanças frequentes de locais de moradia, desinteresse pela escola, necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento da família, cuidados com filhos, familiares idosos ou enfermos, dificuldade de conciliar trabalho e estudo e, entre as mulheres, a gravidez na adolescência e o casamento.

Em termos de origem regional, tanto entre os que votaram quanto entre os que não votaram em Jair Bolsonaro, há estudantes que migraram de outros estados para o Espírito Santo; que vieram de municípios do interior do estado para a região metropolitana ou ainda que nasceram e foram criados em bairros periféricos da Grande Vitória.

Tendo em vista as numerosas semelhanças nas trajetórias de vida dos estudantes, resguardadas, evidentemente, as peculiaridades inerentes a cada sujeito, é necessário responder à seguinte questão: o que pode ter contribuído para que estudantes com percursos de vida tão semelhantes assumissem identidades políticas temporárias tão distintas? Que elementos de diferenciação apareceram em suas narrativas de vida e que, de alguma maneira, podem ter influenciado no processo de identificação política desses sujeitos no contexto das eleições de 2018 e 2022?

Tendo em vista os elementos dispostos no referencial teórico do capítulo anterior, sobretudo os que tratam do sujeito da falta e de sua constante necessidade de preenchimento, bem como a análise das trajetórias dos estudantes e demais dados que apresentarei no decorrer desta seção, ouso afirmar que uma possível resposta ao questionamento levantado acima encontra-se na seguinte sentença: os espaços de amparo acionados pelos estudantes em momentos específicos de suas vidas parecem estar relacionados, direta ou indiretamente, aos espaços de formação da identificação política desses sujeitos no contexto das eleições de 2018 e 2022.

Considero como espaços de amparo ambientes, grupos ou instituições que tiveram o papel de acolhimento, validação e reconhecimento social desses sujeitos diante de situações adversas, de insegurança e vulnerabilidade, preenchendo-os de sentido e estabilidade. Além disso, podem ter propiciado inclusão, pertencimento, valorização e reexistência social, possibilitando, em alguma medida, a saída do

anonimato de suas vidas ordinárias rumo a um lugar de conforto, sociabilidade e crescimento intelectual.

Ao analisar os espaços de amparo mencionados pelos estudantes da pesquisa em suas trajetórias de vida, notam-se acentuadas diferenças entre os eleitores de Jair Bolsonaro e os não eleitores do candidato. No caso dos primeiros, destaca-se o papel da religião e da internet, e, em menor grau, das organizações sociais e da escola. A seguir, apresento como essa dinâmica pode ser compreendida entre esses sujeitos.

No caso da religião, a função de amparo, acolhimento e inclusão é bastante evidente. Para Eduardo, por exemplo, o catolicismo proporcionou estabilidade e harmonia em sua vida, elementos importantes diante de um passado marcado por turbulências na família. Para Suzana, Dalva e Elisângela, vítimas de violência de gênero, a fé representou acolhida, proteção e segurança nos momentos de maior vulnerabilidade, como nas agressões físicas e ameaças de morte feitas por seus companheiros.

Pedro, por sua vez, inaugurou um tempo de bonança a partir da conversão para a religião evangélica. Ele conseguiu sair do tráfico de drogas e passou a reexistir socialmente por meio do retorno à escola e pela obtenção de um trabalho. Além disso, integrou-se a um grupo que o acolheu mais do que o julgou, apesar de sua vida pregressa. Passou a se sentir útil ao contribuir em projetos sociais vinculados à sua instituição religiosa, aspecto também mencionado por Vanda acerca de seu envolvimento em ações com jovens a partir de sua igreja.

No espaço de amparo proporcionado pela religião, a família é compreendida como a célula primária capaz de reverter a desordem em que o país se encontra, sendo elevada ao patamar de questão política. Muitos estudantes lamentaram o fato de que suas famílias não tenham sido “estáveis” ou “completas”, como se essa lacuna, uma vez preenchida, pudesse solucionar diversas adversidades que acabaram por encontrar ao longo da vida.

De forma distinta da religião, mas igualmente influente, a internet também cumpriu um papel de acolhimento, ainda que seu amparo não possa ser demonstrado de maneira tão direta. Para Lucas e Eduardo, por exemplo, a internet funcionou como um espaço de socialização e interação social. O primeiro imergiu nesse ambiente a partir de jogos virtuais, logo após sua mudança para Vitória, encontrando conforto e estabilidade frente à fase conturbada pela qual passava. O segundo, por sua vez, tímido desde a infância, interagiu em grupos que partilhavam os mesmos interesses

que ele, protagonizando debates sobre temas diversos, como questões filosóficas e teológicas.

Para grande parte dos eleitores de Bolsonaro, a internet apareceu como um ambiente que lhes proporcionou autonomia na formação de suas posições políticas, pelo qual deixaram de ser meros espectadores e passaram a ser protagonistas. Esse espaço permitiu que saíssem do anonimato e da invisibilidade característicos dos sujeitos periféricos com escolaridade descontinuada rumo ao estrelato dos comentários e postagens das redes sociais. Frente a uma trajetória de vida marcada por privações, rupturas e descontinuidades, muitos desses estudantes perceberam sua existência social a partir da interação no ambiente virtual.

Embora menos mencionadas, as organizações sociais também emergem como espaços de amparo entre esses estudantes. No caso de Elisângela, por exemplo, “ser escolhida” por um partido político, após anos de violências e humilhações de seus companheiros, representou o reconhecimento de suas potencialidades para além de mãe e esposa. Uma vez filiada, ela passou a existir socialmente no espaço público como militante de direita e candidata ao cargo de vereadora no município onde mora.

Uma dinâmica semelhante parece envolver Diana, ex-militante do MBL. Ao ingressar nesse movimento, ela deixou de ser apenas a filha de um político com atuação mais assistencialista para alçar a posição de dirigente de uma organização que, em tese, defendia os princípios da liberdade. Dentro do MBL, ela cresceu intelectualmente e se reposicionou socialmente, tornando-se uma liderança jovem bastante articulada no campo da direita capixaba.

O reconhecimento proporcionado por organizações sociais, mais especificamente, partidos políticos, também pareceu impactar Ronaldo no contexto de liderança do bairro. Embora não seja integrante de organizações comunitárias formais, ele demonstrou se sentir valorizado e prestigiado quando procurado por políticos que desejam seu apoio como cabo eleitoral.

Por fim, a escola, instituição que pouco apareceu como espaço de amparo nesse subgrupo, não deixou de cumprir esse papel, pois é mencionada como um ambiente favorável para descobertas a respeito de questões políticas. É possível afirmar, ainda que de maneira tímida, que esse lugar estimulou o protagonismo e a autonomia das jovens estudantes Diana e Suzana na medida em que apresentou um leque de possibilidades para suas escolhas de engajamento político.

O argumento de que os espaços de amparo citados anteriormente estão relacionados aos espaços que mais contribuíram no processo de identificação política desses estudantes nas eleições de 2018 e 2022 é reforçado pelos dados que apresentarei a seguir. No final da segunda etapa das entrevistas individuais, solicitei aos participantes que respondessem oralmente à seguinte questão de múltipla escolha: “Qual desses espaços mais contribuiu para a formação da minha identificação política?” a) escola; b) família; c) meios de informação; d) organização social; e) religião; f) outros. Os estudantes deveriam escolher dois desses espaços, de forma hierarquizada, indicando como primeiro lugar o espaço que consideravam ter a maior influência sobre sua identificação política e, em segundo lugar, o de contribuição secundária. Todas as escolhas deveriam ser justificadas. No quadro abaixo, estão compilados os resultados das respostas entre os estudantes eleitores de Bolsonaro.

Quadro 6 – Espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política dos eleitores de Jair Bolsonaro

Faixa etária	**Estudante**	**1º lugar**	**2º lugar**
Estudantes abaixo de 35 anos	Lucas	Meios de informação	Organização social
	Diana	Meios de informação	Organização social
	Suzana	Escola	Meios de informação
	Eduardo	Meios de informação	Religião
	Pedro	Religião	Meios de informação
Estudantes acima de 35 anos	Elisângela	Família	Organização social
	Vanda	Meios de informação	Organização social
	Ronaldo	Meios de informação	Família
	Dalva	Família	Religião

Fonte: A autora (2024).

Os dados do quadro confirmaram a indicação dos meios de informação como um dos espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política desses estudantes, em todas as faixas etárias. A religião, por sua vez, foi pouco mencionada, o que se justifica pelo fato dos participantes Ronaldo e Dalva terem interpretado a alternativa “família” como “valores da família”, no sentido religioso, e não como instituição de socialização primária, conforme a proposta da questão.

Desse modo, a religião acabou mesclando-se à família quando analisadas as justificativas das respostas, figurando, secundariamente, como espaço influente, muito próxima das organizações sociais. A escola, por sua vez, foi citada por apenas uma estudante, sendo o ambiente menos significativo para a formação da identificação política dos participantes conforme as respostas desse subgrupo.

Outros dados que podem convergir para a compreensão de que os espaços de amparo estão relacionados, direta ou indiretamente, aos espaços de formação da identificação política são as imagens apresentadas na figura a seguir. São fotografias de objetos, levados pelos estudantes eleitores de Bolsonaro nas entrevistas individuais, que representam sua identidade ou elementos significativos em suas vidas[129]. Os participantes levaram esses símbolos no primeiro encontro com a pesquisadora, antes mesmo de mencionarem qualquer informação acerca de suas trajetórias de vida. Vejamos as imagens:

Figura 1 – Símbolos que representam a identidade dos eleitores de Jair Bolsonaro

Fonte: A autora (2024).

Percebe-se que os estudantes trouxeram, para representar a si próprios, símbolos que se relacionam aos espaços de amparo ou ao papel cumprido por eles, tais como uma bíblia e um terço, que indicam a importância da fé e religiosidade; a bandeira do Brasil e uma tatuagem do mapa do Espírito Santo, que exaltam valores patrióticos, como a ordem e o amor pelo país, com uma variação regional; uma foto

[129] Nem todos os participantes levaram os objetos solicitados, de modo que estão compilados na figura apenas os símbolos de parte dos estudantes.

de um bebê sendo cuidado pelos pais, que evidencia o acolhimento familiar tão desejado; um documento de identificação civil, que representa a existência social, o "ser alguém" no mundo; e crachás de trabalho, que simbolizam a conquista de um espaço por meio do esforço individual e pelo reconhecimento externo de capacidades profissionais.

Para fortalecer o argumento da possível coincidência entre os espaços de amparo e os que contribuíram no processo de identificação política, apresento a seguir a maneira como essa dinâmica foi percebida entre os não eleitores de Jair Bolsonaro. Em suas trajetórias de vida, os espaços de amparo mais evidenciados foram a escola e as organizações sociais, que também são os mais mencionados por contribuir com o processo de formação da identificação política desses sujeitos. Vejamos as conexões que podem ser estabelecidas nesse subgrupo.

No que se refere à escola, ela apareceu nas narrativas dos estudantes como espaço de socialização, crescimento intelectual, reconhecimento e valorização das capacidades individuais. Luís, por exemplo, relatou uma "quebra de círculo" ao sair de um ambiente propício ao envolvimento com o tráfico de drogas, no qual seria apenas "mais um", e adentrar no espaço escolar, onde foi reconhecido como uma liderança de juventude. Valentim, por sua vez, ao se compreender como um jovem preto, periférico e LGBT, vislumbrou na escola a possibilidade de inclusão social, sendo ela a melhor alternativa para obter um futuro promissor.

Tanto Luís quanto Valentim mencionaram uma conexão entre o ingresso na escola e a participação em organizações sociais. O primeiro citou o envolvimento direto com o grêmio estudantil do Ifes, que elevou seu patamar de conhecimento político. Já o segundo falou sobre a participação em manifestações estudantis e conferências de juventude, nas quais intercambiou experiências com outros jovens. Ambos saíram do anonimato periférico e adentraram em espaços públicos onde sua voz foi amplificada.

No que se refere ao gênero, a escola também serviu de acolhimento para Carolina, que experimentou um crescimento intelectual nesse espaço, obtendo reconhecimento e valorização de suas habilidades. Além de ampliar sua socialização, ela escreveu um livro no período em que esteve no Ifes e compreendeu que poderia ser "algo a mais" do que mãe, funcionária e esposa, percebendo-se como protagonista de sua vida. A escola também intensificou a socialização de Nilo, que relatou o retorno

do sentimento de conforto ao frequentar esse espaço devido aos laços de amizade que estabeleceu.

Pablo, por sua vez, enxergou no ambiente escolar a possibilidade de reinclusão e validação social. Após envolvimentos ilícitos, encontrou, primeiro na religião, depois na escola, o portal de acesso para uma vida pública “limpa” e “correta”. A partir da educação, ingressou em espaços de representação estudantil e estabeleceu articulações políticas, filiando-se a um partido pelo qual foi candidato a vereador. Passou a reexistir socialmente desde um outro lugar.

As organizações sociais e partidárias, conforme as trajetórias de Tadeu, Teresa e Ruth, aparecem como espaços explícitos de amparo. O primeiro considera que encontrou “um bom caminho” na militância de esquerda, pois passou a pertencer a um grupo pelo qual protagonizou ações sociais, afastando-se das “péssimas influências” a que estava sujeito sendo um jovem de periferia. Já Teresa e Ruth, duas mulheres negras, deixaram a penúria e o anonimato de uma vida de pobreza para dedicarem-se a movimentos sociais e partidários, dos quais tornaram-se dirigentes.

Outros espaços também foram citados pelos não eleitores de Jair Bolsonaro como responsáveis pela formação de sua identificação política, ainda que de forma menos recorrente. São eles os meios de informação, a família, os espaços culturais e os programas governamentais. Também é possível afirmar que alguns desses fatores cumpriram o papel de amparo junto a esse público, como o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que valorizou mulheres chefes de família, como Irene, por meio de incentivos para a aquisição da casa própria.

A possível sobreposição entre os espaços de amparo e os de identificação política também pode ser verificada pelas respostas à questão de múltipla escolha sobre os fatores que mais contribuíram para a formação da identificação política dos estudantes desse subgrupo. Pelo quadro abaixo, as organizações sociais aparecem como os espaços mais influentes[130], se analisados em conjunto com os fatores de ordem secundária. Vejamos os resultados completos:

[130] Consta no APÊNDICE E a lista completa das organizações políticas e sociais de que participaram ou participam os estudantes desta pesquisa.

Quadro 7 – Espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política dos não eleitores de Jair Bolsonaro

Faixa etária	Estudante	1º lugar	2º lugar
Estudantes abaixo de 35 anos	Nilo	Meios de informação	Família
	Rosa	Família	Meios de informação
	Luís	Meios de informação	Escola
	Valentim	Escola	Organização social
	Carolina	Família	Escola
Estudantes acima de 35 anos	Tadeu	Organização social	Religião
	Teresa	Organização social	Escola
	Ruth	Organização social	Escola
	Pablo	Escola	Religião
	Paulo	Família	Organização social
	Irene	Meios de informação	Organização social

Fonte: A autora (2024).

Além da preponderância dos espaços de organização social, sobretudo entre os estudantes acima de 35 anos, observa-se maior menção à importância da escola nesse subgrupo do que entre os eleitores de Jair Bolsonaro, ainda que de forma secundária. Sua importância assemelha-se à dos meios de informação e à da família. O espaço menos mencionado foi a religião, aparecendo como o de menor influência sobre a formação da identificação política desse subgrupo.

Para concluir a apresentação dos dados dos não eleitores de Jair Bolsonaro a fim de reforçar a existência da possível conexão entre os espaços de amparo e de identificação política, apresentarei a compilação das imagens que contêm os objetos que representam a identidade e momentos significativos da vida desses sujeitos. Assim como no caso dos eleitores do candidato, nem todos os participantes levaram objetos, sendo este um panorama parcial. Vejamos a Figura 2.

Figura 2 – Símbolos que representam a identidade dos não eleitores de Jair Bolsonaro

Fonte: Compilação da autora[131].

As imagens também parecem corroborar para uma provável coexistência entre os espaços de amparo desses estudantes e seus espaços de identificação política. Na Figura 2, constam uma bolsa característica do estilo *hip hop*, movimento considerado "salva-vidas" pelo estudante que a trouxe; uma caixa de som, associada a referências culturais; uma mochila, marca do ambiente escolar; um grupo de pessoas com camiseta de movimento social e a bandeira de um sindicato, símbolos da militância política de esquerda; uma bola, símbolo de lazer, socialização e importância do grupo; uma foto da estudante com sua família, formada pelo marido e filhas, pelas quais interrompeu e retomou os estudos; e um chaveiro recebido durante um encontro da igreja, espaço de acolhimento frequentado pela estudante quando teve depressão.

Finalizo a apresentação dos dados relativos à possível coincidência entre os espaços de amparo e os de identificação política com a seguinte reflexão: os espaços menos mencionados como responsáveis pela formação da identificação política dos estudantes, tanto entre os eleitores quanto entre os não eleitores de Jair Bolsonaro, seriam os considerados por eles como de pouco acolhimento e amparo?

[131] Todas as fotografias são de autoria da pesquisadora, exceto a imagem da bola de futebol, enviada pelo aluno por *WhatsApp*; a da estudante com sua família e a do grupo de pessoas com camiseta da Unegro, ambas do arquivo pessoal das participantes.

Observei que, apesar de diversos não eleitores demonstrarem sua fé, muitos não têm ou não participam de religião, e outros deixaram de frequentar suas igrejas por considerá-las ambientes hostis, seja por terem sido alvo de preconceito devido à sua orientação sexual, seja porque foram estigmatizados por sua posição política contrária a Jair Bolsonaro. O quadro abaixo sistematiza a religião dos participantes e demonstra essa possível fuga dos espaços que um dia poderiam ter sido de amparo.

Quadro 8 – Religião dos participantes da pesquisa

ESTUDANTES ELEITORES DE JAIR BOLSONARO	**ESTUDANTES NÃO ELEITORES DE JAIR BOLSONARO**
Evangélico - Igreja Batista	Não tem religião
Evangélico - Igreja Universal do Reino de Deus	Evangélico - Igreja Batista Betel (deixou de frequentar os cultos)
Evangélico - Igreja Jesus Nazareno Renovada	Evangélica - Maranata
Cristã, de nenhuma religião específica	Católica não praticante
Ateu/agnóstico	Agnóstico
Cristã, de nenhuma religião específica	Igreja Messiânica Mundial
Católico tradicionalista	Evangélica - Assembleia de Deus
Evangélico - Ministério Resgatai	Evangélica - Maranata (deixou de frequentar os cultos), mas participa da Igreja Católica e do Candomblé
Católico Apostólico não praticante	Nenhuma, mas simpatiza com religiões de matriz africana
	Católico não praticante
	Católica (deixou de frequentar a Igreja)

Fonte: A autora (2023).

Já entre os eleitores de Jair Bolsonaro, a escola é pouco mencionada como espaço responsável por sua identificação política e, coincidentemente, como será abordado no quinto capítulo, muitos deles declararam que se sentiram hostilizados por sua posição política nesse ambiente durante o período eleitoral. Sendo assim, parece também haver alguma relação entre os espaços de não acolhimento com os de menor influência na formação da identificação política desses estudantes.

Concluo este capítulo afirmando que, ao partir das trajetórias individuais para compreender o processo de formação das identificações políticas, priorizei um olhar microscópio sobre o universo dos sujeitos, dando espaço para descrições minuciosas a fim de captar o sentido por eles atribuído a processos sociais mais amplos, evidenciando, dessa maneira, nuances mais difíceis de serem identificadas em estudos que focalizam macroprocessos.

O capítulo objetivou, portanto, evidenciar a maneira como os estudantes narraram suas trajetórias, considerando seus sentimentos, ausências e lacunas, bem como o modo como conseguiram preencher suas vidas de sentido e plenitude frente a situações adversas. O cruzamento dos dados coletados, além de evidenciar os principais fatores que podem ter contribuído para a identificação política dos participantes, demonstrou algo mais sutil: uma possível coincidência, ainda que não absoluta, entre o que denominei de espaços de amparo com os espaços por eles mencionados como responsáveis por sua identificação política.

Essa descoberta implica afirmar que os sujeitos da EJA participantes deste estudo estiveram mais propensos a assumir as posições políticas dos espaços em que se sentiram mais acolhidos ou amparados socialmente, os quais, no contexto eleitoral de 2018 e 2022, foram hegemonizados por determinado espectro político, seja do campo conservador, seja do campo progressista. Não quero sentenciar, com essa conclusão, que os estudantes não podem formular suas convicções políticas a partir de teorias, informações ou conhecimentos científicos ou ainda que discussões sustentadas na razão não exerçam qualquer tipo de influência na disputa das ideias. Com esse argumento, desejo apenas sublinhar e demonstrar que a subjetividade e os afetos, quando se trata de processos de identificação política, exercem um papel de grande relevância sobre as posições assumidas pelos sujeitos, de modo que não podem ser ignorados em uma análise sobre essa temática.

Também é necessário não empobrecer o argumento principal deste capítulo absolutizando as conexões entre posições políticas específicas e determinados espaços de amparo. Não seria correto afirmar que todos os evangélicos ou pessoas com forte religiosidade votaram em Jair Bolsonaro pelo simples fato de frequentarem instituições religiosas. Inclusive, como demonstrado, quase todos os participantes desta pesquisa professam algum tipo de religião. Da mesma forma, seria incorreto afirmar que a escola forjou eleitores contrários ao candidato, como se a simples inserção nesse ambiente fosse um passaporte para posições de esquerda.

O argumento apresentado buscou evidenciar justamente o papel de acolhimento e amparo exercido por determinados espaços em contextos específicos da vida dos sujeitos. Suas lacunas poderiam ser preenchidas, em outro cenário político, por esses mesmos espaços e articularem-se a campos políticos distintos dos atuais. Os fatores que levam instituições ou ambientes a se vincularem mais ou menos ao conservadorismo ou progressismo não são características inatas a esses espaços,

mas pertencem a uma ordem eminentemente política, relacionada à disputa de hegemonia.

Sendo assim, o próximo capítulo irá discutir justamente o contexto político brasileiro que possibilitou a emergência das chamadas novas direitas, capitaneadas pela figura de Jair Bolsonaro, bem como os pontos específicos que fizeram com que os estudantes se identificassem ou rejeitassem esse candidato nos pleitos de 2018 e 2022. Além disso, também será feita uma discussão acerca dos motivos pelos quais determinados espaços, como a internet e a religião, foram fundamentais para a identificação política dos estudantes que votaram em Bolsonaro, ao passo que exerceram menor impacto entre os não eleitores.

4. A IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 e 2022 NO BRASIL

Se a análise das trajetórias de vida realizada no terceiro capítulo forneceu elementos para a compreensão de como os sujeitos recorreram a determinados espaços de amparo, que, por sua vez, podem estar relacionados, direta ou indiretamente, aos de identificação política, este capítulo priorizará a discussão sobre a emergência e configuração do bolsonarismo como ordem política hegemônica no Brasil, bem como sobre a maneira como os estudantes do Proeja responderam a esse processo. Em outras palavras, após o enfoque microscópico nas faltas constitutivas dos sujeitos e em suas tentativas de preenchimento por identificações diversas, esta tese direcionará o olhar para o processo de articulação que possibilitou a identificação política coletiva com a figura de Jair Bolsonaro, ao mesmo tempo em que demonstrará o modo como esse candidato foi contestado, tomando como base as narrativas do público-alvo desta pesquisa.

Para proceder a essa análise, recorri ao instrumental teórico-metodológico desenvolvido por Jason Glynos e David Howarth (2007), as chamadas Lógicas da Explicação Crítica, que buscam explicar fenômenos empíricos a partir da operacionalização do arsenal conceitual da Teoria do Discurso da Escola de Essex, apresentado no segundo capítulo. Os autores desenvolveram o conceito de lógica em oposição às teorias das ciências sociais que se baseiam em autointerpretações contextualizadas dos sujeitos ou em mecanismos causais[1] para explicar questões da vida em sociedade.

As lógicas buscam captar aspectos relacionados à compreensão dos sujeitos nos processos sociais sem, contudo, reduzir as explicações ao seu contexto empírico. Elas se referem, portanto, “aos propósitos, regras e pressupostos ontológicos que tornam uma prática ou regime possível e inteligível” (Glynos; Howarth, 2007, p. 15 – tradução nossa)[2] e servem para caracterizar, explicar e criticar fenômenos sociais.

[1] Em linhas gerais, as críticas de Glynos e Howarth (2007) às teorias explicativas dos fenômenos sociais baseadas em mecanismos causais e nas autointerpretações contextualizadas são as seguintes: os primeiros tendem a abstrair tais mecanismos dos contextos históricos em que funcionam, reificando-os de tal forma a restringir sua contingência; e as segundas tendem a supervalorizar aspectos do contexto histórico e das particularidades concretas, o que dificulta o desenvolvimento de explicações críticas que possam transcender, de alguma forma, as especificidades de uma dada situação.

[2] No original: *the purposes, rules and ontological presuppositions that render a practice or regime possible and intelligible*.

Com essa perspectiva, esses teóricos delinearam três tipos de lógicas para explicar diferentes dimensões da realidade: a social, a política e a fantasmática.

A lógica social tem por objetivo contextualizar e descrever as características de um regime em determinado contexto particular, evidenciando "aspectos de uma prática que são relativamente estáveis e sedimentados" (Glynos *et al*, 2020, p. 18 – tradução nossa)[3]. Já a lógica política fornece meios para compreender os processos responsáveis por transformar, contestar ou defender aspectos-chaves de uma prática. Nessa dimensão, são analisadas as lógicas da diferença e da equivalência, bem como a construção de significantes vazios, fundamentais para os processos de articulação hegemônica.

Por sua vez, as lógicas fantasmáticas tratam da dimensão ideológica e buscam demonstrar como os sujeitos tornaram-se cúmplices em encobrir a contingência das relações sociais. Nesse âmbito, são analisadas as fantasias, que preenchem temporariamente o sujeito cindido, a fim de compreender os motivos pelos quais as pessoas "se agarram" a determinado regime.

As dimensões sociais, políticas e fantasmáticas analisadas pelas Lógicas da Explicação Crítica, correspondem, portanto, a três tipos de questões fundamentais e necessárias para a formulação de explicações de um fenômeno social: o quê, como e por quê. Em termos de objetivos, elas

> [...] se unem para elucidar processos de mudança e estabilização social dentro de uma teoria geral da hegemonia, que pressupõe a existência de um campo social atravessado por antagonismos sociais e a disponibilidade de elementos ideológicos contingentes – ou "significantes flutuantes" – que podem ser articulados por projetos políticos opostos que se esforçam para conferir significado a eles (Glynos; Howarth, 2007, p. 152 – tradução nossa)[4].

Ainda que se apresentem divididas, as lógicas são dinâmicas e, no momento da análise, se interrelacionam mutuamente, evidenciando as três dimensões da crítica: a normativa, a estratégica e a ideológica. Nesse sentido, Glynos *et al* (2020) afirma que as lógicas podem variar, no âmbito empírico, em função do contexto de pesquisa, apesar de apresentarem singularidades teóricas e conceituais: "Embora possamos ter uma ideia relativamente clara sobre o que é uma lógica social, lógica

---

[3] No original: *aspects of a practice which are relatively stable and sedimented.*

[4] No original: *come together to elucidate processes of social change and stabilization within a general theory of hegemony, which presupposes the existence of a social field criss-crossed by social antagonisms and the availability of contingent ideological elements – or "floating signifiers" – that can be articulated by opposed political projects striving to confer meaning on them*.

política ou lógica fantasmática, elas inevitavelmente terão instanciações muito particulares no mundo concreto e real" (Glynos *et al*, 2020, p. 19 – tradução nossa)[5].

Tendo em vista esses elementos, prossigo com a análise do processo de identificação política dos estudantes nas eleições de 2018 e 2022 utilizando os procedimentos das Lógicas da Explicação Crítica, por meio das quais será possível contextualizar e caracterizar o bolsonarismo no Brasil; compreender os principais elementos de identificação e de antagonismos em relação ao candidato Jair Bolsonaro pelos participantes da pesquisa; e discutir as motivações que fizeram com que parte desses estudantes mantivesse a crença nesse regime de práticas e outros não. No decorrer da análise, também será possível entender mais profundamente o papel central ou periférico de determinados espaços e instituições sociais nesse processo de identificação política dos sujeitos, conforme demonstrado no capítulo anterior.

4.1. O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO DA EMERGÊNCIA DO BOLSONARISMO: A LÓGICA SOCIAL

Retomando os apontamentos de Glynos e Howarth (2007) sobre a lógica social, verifica-se a ênfase na sua função de caracterizar e descrever um determinado regime, destacando, dessa maneira, seu propósito, forma e conteúdo. Além disso, os autores chamam a atenção para o caráter contextual dessa lógica, pois ela se refere a circunstâncias históricas e políticas particulares. Considerando essas prerrogativas, esta seção contextualizará, a partir de uma revisão de literatura, o cenário político brasileiro que possibilitou a emergência do bolsonarismo[6], compreendido como um populismo de extrema direita[7] (Machado, 2021), e apresentará as características gerais desse novo regime.

---

[5] No original: *Although we may have a relatively clear idea about what a social logic, political logic, or fantasmaticlogic is, these will inevitably have a very particular instantiations in the concrete, real world.*

[6] Em termos teóricos mais rigorosos, considerando as Lógicas da Explicação Crítica, a emergência do bolsonarismo, ou seja, o momento de ruptura propriamente dito com a ordem política sedimentada e estabilizada anteriormente, deveria ser analisado por meio da lógica política. Entretanto, tendo em vista a dinâmica analítica possibilitada por essa perspectiva teórico-metodológica e a imbricação das dimensões social e política, optei por introduzir elementos relativos a esta última no bojo da lógica social. Desse modo, a seção relativa à lógica política discorrerá acerca da emergência do bolsonarismo já partindo dos dados de campo desta pesquisa, ou seja, das narrativas dos estudantes eleitores de Jair Bolsonaro, uma vez que os elementos de contexto mais geral estão dispostos nesta seção.

[7] Embora o bolsonarismo seja concebido como um fenômeno populista, não farei uma discussão específica acerca desse conceito devido à abrangência e complexidade do tema. Desse modo, explicito e reitero que o uso do termo populismo, nesta tese, baseia-se na visão de Laclau (2013), que o concebe como a construção política do povo contra seus inimigos, tendo em vista seus aspectos formais e não

Em termos conjunturais, a emergência do bolsonarismo pode ser compreendida no contexto da chamada crise da democracia brasileira (Pinto, 2021), que se expressou por uma complexa cadeia de acontecimentos que culminaram no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Somado a esse quadro, estão a consolidação gradual de uma nova direita no Brasil entre 2006 e 2018, com forte atuação na internet (Rocha; Gallego, 2021), bem como o estabelecimento de uma agenda neoconservadora no âmbito social e legislativo no país (Lacerda, 2019).

Em relação ao primeiro aspecto, Pinto (2021) considera que, após a ditadura militar (1964-1985), o país inaugurou um período relativamente longo de estabilidade política, marcado pela alternância entre dois grandes partidos políticos com chances reais de chegarem à Presidência da República: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que, a despeito do nome, tinha atuação liberal; e o PT, que, embora fosse designado como socialista, agia como social-democrata.

A esse quadro, somavam-se partidos menores, à direita do PSDB ou à esquerda do PT, que formavam o grupo de apoiadores de um ou de outro; e o atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido com grande capilaridade no interior do país e elevada capacidade de ocupação de espaços, mas sem lideranças suficientemente fortes para disputar a presidência. Essa configuração, entretanto, não o excluiu das composições governistas, uma vez que sua participação, regida por trocas de cargos e favorecimentos, perpassou tanto gestões do PSDB quanto do PT.

Essa forma de funcionamento do sistema político brasileiro é marcada, na visão de Avelar (2021), pelo mascaramento de antagonismos, interpretação extraída das diversas análises de cientistas políticos, sociólogos e filósofos brasileiros acerca do tema. Seja nos termos do presidencialismo de coalizão de Abranches (1988) ou do peemedebismo de Nobre (2013)[8], a relação do sistema político brasileiro com o choque de forças e o gerenciamento de divergências parece envolver a sublimação de antagonismos, evitando-se, desse modo, a exposição aberta dos conflitos políticos.

---

de conteúdo. Demarcar essa opção teórica é importante, pois ela é distinta de outras perspectivas que caracterizam o bolsonarismo como um neofascismo, por exemplo.

[8] O presidencialismo de coalização, conforme Abranches (1988), é uma especificidade do sistema político brasileiro que combina a proporcionalidade, o multipartidarismo e o presidencialismo forte, o qual organiza o executivo com base em grandes coalizações. Já o peemedebismo, para Nobre (2013), é o arranjo estrutural, ainda que informal, caracterizado pelo governismo, formação de supermaiorias legislativas, sistema hierárquico de vetos, bloqueio contra o ingresso de novos membros e deslocamento de todos os conflitos internos da coalização para os bastidores, impedindo que os antagonismos sejam publicamente explicitados.

Esse *modus operandi* da política institucional brasileira, marcado por um arranjo em que “os antagonismos ideológicos são camuflados em prol de acordos de gabinete, vetos a portas fechadas e supermaiorias formadas por meio da chantagem” (Avelar, 2021, p. 80), começa a ser abalado de maneira contundente a partir das jornadas de junho de 2013[9], uma série de levantes populares que atraíram multidões às ruas no Brasil “contra um sistema apodrecido de representação política, com um fortíssimo componente da utopia do anonimato, do zé-ninguém, da enunciação que deliberadamente dissolve o sujeito enunciador na multidão” (Avelar, 2021, p. 82).

Na visão do autor supracitado, ainda que não houvesse uma causa que unisse todos os participantes dessa insurgência popular, a profunda rejeição aos mecanismos de funcionamento e reprodução do sistema político parece ter sido um de seus pontos de convergência. O movimento, contudo, foi marcado pela duplicidade, oscilação e ambiguidade (Pinheiro-Machado, 2019; Mendes, 2018; Avelar, 2021), uma vez que emergiu das ruas tanto uma vertente democrática, libertária e cidadã, que reuniu sujeitos diversos, com uma multiplicidade de pautas, formas de articulação e enfrentamentos; quanto uma vertente punitivista, que depositou suas fichas nas instituições responsáveis pela organização da punição, ou seja, os diversos agentes da ordem, como a justiça e a polícia (Mendes, 2018). Frente à ausência de respostas satisfatórias por parte do governo do PT em relação às demandas das ruas e à concomitante articulação das elites políticas, financeiras e oligárquicas brasileiras, a primeira vertente do movimento foi sendo esvaziada, prevalecendo uma perspectiva antipartidária, com foco na bandeira anticorrupção, a qual perdeu seu sentido político-econômico para se restringir a uma pauta moralizadora da política com foco na crítica à corrupção petista (Pinheiro-Machado, 2019).

A perspectiva da antipolítica e do combate à corrupção foi ainda mais fortalecida, conforme Gallego (2018c), pelas investigações da Polícia Federal durante a Operação Lava Jato, que buscou averiguar esquemas de desvio e lavagem de dinheiro no país, sobretudo a partir de 2014. A dinâmica dessa operação, entretanto,

[9] A respeito das Jornadas de Junho, em acordo com Avelar (2021), ressalto que essas manifestações não devem ser analisadas como fator causal da irrupção da crise da democracia brasileira, mas como expressão desta. Desse modo, não se pode atribuir uma responsabilidade àqueles eventos pelos fatos que ocorreram posteriormente, como a Operação Lava Jato, o *impeachment* de Dilma Rousseff e a ascensão da extrema direita no país.

foi marcada pela politização do judiciário e espetacularização midiática de conflitos, que passaram a ser definidos e julgados jornalisticamente:

> [...] para chegar ao rótulo de corrupto, não é necessária a chancela da justiça. É no julgamento social e midiático, na justiça penal do espetáculo que se chega à conclusão da culpabilidade do sujeito. O julgamento é mero acessório depois da condenação por parte da opinião pública, mas espera-se dele uma atitude punitiva e exemplar (Gallego, 2018c, p. 5-6).

Os significantes da antipolítica e do antigoverno que emergiram do tecido social brasileiro durante esse processo articularam-se em um discurso antiDilma e pró-*impeachment* (Pinto, 2021), sobretudo após a derrota do PSDB nas eleições presidenciais de 2014, quando houve a construção de um discurso de deslegitimação da presidenta eleita. Para Gallego (2018c), o antipetismo foi o grande fator de coesão e mobilização social durante as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, efetivado em 2016, articuladas, em grande medida, por uma nova direita, que construiu parte de sua popularidade sob a ideia de que o PT seria o partido mais corrupto do Brasil.

Antes, porém, de adentrar nas considerações sobre o surgimento da nova direita brasileira, é necessário fazer alguns apontamentos acerca das possíveis causas do deslocamento do discurso político popular da esquerda para a direita, sobretudo no que se refere às camadas de baixa renda, alvo desta pesquisa. Para Pinto (2021), uma dessas causas é a transformação do povo petista em sujeitos de um discurso antipolítica. Compreender esse aspecto implica analisar a relativa prosperidade econômica das camadas populares obtida durante os governos petistas e sua autopercepção sobre a questão.

A autora supracitada argumenta que a política redistributiva no país durante os governos do PT elevou o consumo individual em virtude do aumento real do salário mínimo e da ampliação do acesso ao crédito. Devido à implementação de políticas sociais, o acesso à alimentação adequada, à casa própria e à universidade também foi ampliado, assim como os atendimentos de saúde por meio do programa Mais Médicos. Em suma: muitos brasileiros ascenderam à condição de consumidores de bens duráveis e sujeitos de direitos nesse período.

Contudo, parte desse segmento pode ter atribuído sua nova condição de vida exclusivamente ao esforço pessoal e ao trabalho de toda uma vida: “há aí um deslocamento discursivo importante: deixam de ser os trabalhadores excluídos, o povo do discurso do PT, para serem os indivíduos portadores de bens e direitos”

(Pinto, 2021, p. 13). A autora pondera que essa percepção individualizada pode ter implicado a falta de reconhecimento do papel das políticas governamentais para o fomento das aquisições materiais, sem as quais o esforço pessoal de pouco adiantaria. A fim de exemplificar esse aspecto, reproduzo a fala de um estudante eleitor de Jair Bolsonaro sobre seu mérito individual no que tange ao ingresso no Proeja, política da qual foi beneficiário:

> Eu sou aluno de uma política pública de inclusão do jovem, adulto, a escola de qualidade... Igual, né? Esse instituto aqui. [...] Poxa, mas eu que busquei o meio de ir, não foram eles que vieram falar pra mim. Não foi ninguém do PT que foi lá na escola indicar, foram os próprios professores, né? Daí eu quis vim e é isso[10].

A inclusão social por meio do consumo nos governos petistas, em que pesem os inegáveis avanços em termos de bem-estar, sobretudo para as camadas populares, também é criticamente analisada por Pinheiro-Machado (2019). A pesquisadora considera que a relação entre o Estado e a população pobre se tornou mais individualizada e despolitizada, demandando menos esforço na construção do coletivo: “Quando os cidadãos são transformados em clientes, eles ficam insatisfeitos com os bens públicos e têm ‘menos paciência’ com a vontade geral, o que resultaria em apatia política” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 99). Para ilustrar essa afirmação, recorro à fala de um dos estudantes eleitores de Bolsonaro que participam desta pesquisa a respeito do motivo pelo qual ele se identificava com posições de direita, mesmo sendo de origem popular:

> [...] Eu quero o bem pra mim, eu quero o bem pra minha família, porém, eu não consigo ajudar todo mundo. [...]. Então, se a gente tiver um pensamento mais egoísta, a gente consegue prosperar mais. [...] Eu quero, óbvio, que eu também quero isso, né? Eu quero que todo mundo tem uma casa, todo mundo tenha uma alimentação, tudo mais, mas eu entendo que se a gente focar só nisso, a gente não consegue nada [...]. Eu talvez seja um ponto fora da curva por conta disso. E não só eu, tem muita gente que não é bem afortunada e também tem esse pensamento diferente[11].

Por outro lado, a autora também pondera que essa política do governo transformou a autoestima e elevou o orgulho dos indivíduos de baixa renda, processo que denominou de autovalor: “Em uma sociedade que joga na cara o tempo todo que os pobres não são merecedores das coisas boas, a aquisição de bens de prestígio pelas camadas populares é um ato poderoso de enfrentamento de preconceitos” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 100).

---

[10] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[11] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.

Porém, tendo em vista que as mudanças econômicas implementadas nos governos petistas não foram estruturais, esse período de bonança começou a colapsar, a partir de 2014, devido à crise econômica brasileira. Nesse cenário, as populações periféricas foram bastante impactadas e passaram a conviver com o endividamento, aumento do desemprego e inflação. O medo da perda dos bens materiais adquiridos, em virtude dos problemas de insegurança pública, pesou significativamente junto aos mais vulneráveis, mesclando uma crise social e econômica a uma crise de autovalor:

> Ao perderem seus bens, as pessoas perdiam junto um pilar de sua identidade, reconhecimento e cidadania, gerando uma crise que também foi existencial, uma crise de autovalor. Nada mais restava, nem os bens públicos, que se encontravam ainda mais deteriorados. A angústia, a violência e o desalento cotidiano foram vividos de maneira individual, já que os fóruns comunitários foram esvaziados. Não havia mais nenhuma política de base de esquerda no cotidiano da periferia (Pinheiro-Machado, 2019, p. 103).

Se as transformações em termos de mobilidade social impactaram significativamente as camadas mais vulneráveis, tanto material, simbólica e politicamente, também tiveram ressonância nas camadas médias tradicionais, segundo a análise de Gallego (2018c). Parte das elites brasileiras viram-se ameaçadas em seus privilégios em virtude desse movimento de ascensão popular, fato que também alimentou um profundo sentimento antipetista, que foi enfaticamente expresso nas manifestações contra a corrupção e pró-*impeachment* citadas anteriormente.

Paralelamente a esse processo e antes mesmo de o país imergir profundamente na crise política e econômica, a chamada nova direita brasileira já se organizava a partir de fóruns *on-line*: “Sem se sentirem representados pela oposição institucional ao Partido dos Trabalhadores (PT), os descontentes passaram a frequentar a internet em busca de um ambiente no qual pudessem se expressar livremente contra o governo e a esquerda” (Rocha; Gallego, 2021, p. 22).

Segundo as autoras, no ambiente digital, reuniram-se pessoas com perfis diversos, que defendiam desde o livre mercado a punições mais severas para crimes e até mesmo um novo regime militar. A unificação desse público, todavia, girou em torno da ideia da existência de uma hegemonia esquerdista no país, visão bastante propalada pelo escritor Olavo de Carvalho, representante intelectual do conservadorismo brasileiro que exerceu grande influência sobre a extrema direita no Brasil.

Sendo assim, quando ocorreram as jornadas de junho em 2013, as sementes da nova direita já estavam espalhadas dentro e fora da internet e puderam ser publicizadas sem o receio de sua manifestação em público. Sobre esse aspecto, Pinto (2021) relembra que, devido ao longo período de ditadura militar no Brasil, ainda não havia tido espaço discursivo para a manifestação de um pensamento de direita após o período de redemocratização. Entretanto, com o afastamento temporal do regime militar e com a hegemonia petista na presidência, constituíram-se condições para a emergência de posturas direitistas no contexto acima relatado.

Como síntese desse processo, é possível afirmar, em acordo com Gallego (2019), que os elementos antissistema, antipartidarismo, antipetismo e antiesquerdismo, que delineiam o discurso dos inimigos a serem derrotados e que contribuíram para o êxito eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, já estavam presentes no contexto do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Além disso, a base social que viria a optar por esse candidato foi construída e fortalecida nesse processo, tanto nas ruas quanto nas redes sociais da internet, mobilizadas pelos novos protagonistas da direita brasileira, entre os quais, o MBL, o Vem pra Rua e o Revoltados Online.

Nesse contexto, é necessário sublinhar o quanto esses grupos de direita souberam perceber e aproveitar as mudanças tecnológicas nos meios de comunicação para imprimir uma nova dinâmica na política nacional. Com o barateamento dos *smartphones* e pacotes de dados, a internet tornou-se o principal espaço de comunicação política do país (Cesarino, 2022). Concomitantemente, houve um processo de aceleramento da plataformização da *web*, que possibilitou, do ponto de vista da infraestrutura técnica, condições para que esses movimentos ganhassem relevância em virtude do tipo de narrativa utilizada, projetada para aderir facilmente ao ambiente da economia da atenção: “alegam trazer o novo, quebrar tabus, libertar o que se encontrava sufocado, revelar verdades que alguma elite ‘não quer que você conheça’” (Cesarino, 2022, p. 148).

Desse modo, essas organizações de direita assumiram a forma de uma antipolítica ou pós-política, no sentido de se apresentarem “acima da política mundana” e ancoradas em formas puras e autênticas, como a família, Deus e o livre mercado, também por terem se valido da “suposta neutralidade tecnocrática dos algoritmos e métricas que empresta legitimidade para a alegação de que eles apenas trazem à superfície a autêntica vontade do povo” (Cesarino, 2022, p. 158).

Além das questões relativas à crise política e econômica brasileira e à organização da nova direita no país, sobretudo no ambiente digital, o estabelecimento gradativo de uma agenda neoconservadora tanto em termos sociais quanto legislativos também alimentou a emergência do bolsonarismo. Conforme Lacerda (2019), o neoconservadorismo caracteriza-se pela defesa de valores morais, religiosos e da família tradicional, como reação ao feminismo e ao movimento LGBT; pelo punitivismo; militarismo anticomunista; defesa de Israel; e neoliberalismo, elementos incorporados pela candidatura de Jair Bolsonaro.

A ascensão de um novo conservadorismo no século XXI no Brasil pode ser explicado, na visão da autora citada anteriormente, por um conjunto de fatores, entre os quais, o crescimento da direita cristã. As pautas moralizadoras e em defesa da família foram amplificadas no país a partir de 2003 em virtude da articulação da bancada evangélica e do próprio crescimento dos evangélicos no país. Com o cenário de crise política e econômica, esse grupo político aproximou-se do campo da direita, afastando-se gradativamente dos "discursos de centro-esquerda fundados nas ideias de provisão social e de políticas diferencialistas e pró-minorias" (Burity, 2020a, p. 209).

Os políticos pentecostais evangélicos passaram, então, a conformar um discurso neoconservador análogo à nova direita cristã estadunidense (Burity, 2020b), isto é, profundamente neoliberal em termos socioeconômicos e conservador em temáticas relacionadas à moralidade sexual e reprodutiva, aos marcadores sociais de diferença de gênero, raça e orientação sexual e às minorias sociais – grupo do qual os próprios evangélicos já fizeram parte. Para esse autor,

> Assim como nos Estados Unidos, há uma visível articulação de pautas morais e antiminoritárias com opções econômicas e sociais fortemente marcadas pelo neoliberalismo, no marco de uma formação em que as demandas e visão da direita cristã se afirmam de modo subalterno, ao preço de aceitar a agenda econômica e política dos neoconservadores (Burity, 2020b, p. 6-7 – tradução nossa)[12].

Em termos de composição, a chamada "onda conservadora" (Almeida, 2017), ainda que tenha nos evangélicos um de seus principais protagonistas, é integrada por outros atores, como católicos, sujeitos de outras religiões e não religiosos, que têm

[12] No original: *lo que pasa en Brasil en el tercer período de la minoritización pentecostal es la "teapartidización" de la política pentecostal brasileña. Así como em los Estados Unidos, hay una visible articulación de pautas morales y antiminoritarias con opciones económicas y sociales fuertemente enmarcadas por el neoliberalismo, en el marco de una formación en la que las demandas y visión de la derecha cristiana se afirman de modo subalterno, al precio de aceptar la agenda económica y política de los neoconservadores*.

demandas diversas, mas se articulam em torno de opositores comuns. Para melhor compreender essa configuração, o autor supracitado caracteriza esse movimento político-religioso a partir de quatro linhas de força: a econômica, a moral, a securitária e a interacional, todas presentes no discurso de Jair Bolsonaro.

Em termos econômicos, a “onda conservadora” celebra o esforço e o mérito individuais, ao passo que, no âmbito governamental, condena as políticas de transferência de renda, compreendidas como clientelismo eleitoral e acomodação dos pobres para o trabalho. Enquanto a Teologia da Prosperidade neopentecostal “prega uma ética econômica voltada para o mundo, onde possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida” (Almeida, 2017, p. 13), os políticos desse grupo defendem uma agenda econômica neoliberal.

No âmbito da moralidade pública, Almeida (2017) argumenta que os conservadores, sobretudo os evangélicos pentecostais, buscam não apenas proteger seus valores morais, mas também inscrevê-los na ordem legal do país, por meio de projetos que ferem a laicidade do Estado. Na área da educação, por exemplo, Lacerda (2019) menciona a oposição desse campo político ao Programa Escola Sem Homofobia, pejorativamente designado de “kit gay”, e a proposição, como reação a ele, do Escola Sem Partido, programa que combateria a “ideologia de gênero” e a doutrinação no ensino, restringindo a ação dos professores nas escolas.

No que se refere aos aparelhos de segurança estatais, a “onda conservadora” defende medidas governamentais mais repressivas e punitivas a quem comete crimes. Embora os evangélicos não advoguem em favor dessas bandeiras, também não constituem “um discurso religioso contrário como, por exemplo, o vinculado a setores religiosos progressistas em sintonia com o discurso dos direitos humanos” (Almeida, 2017, p. 23).

Por fim, o neoconservadorismo, no que tange às interações sociais frente aos antagonismos políticos, sobretudo em relação à diversidade de gênero e orientação sexual, é marcado pela expressão de afetos como o ódio, a vingança e a fobia: “A homossexualidade é considerada como ‘degeneração moral’ de homens e mulheres, por conseguinte, a união afetiva entre pessoas do mesmo sexo não pode constituir-se como família” (Almeida, 2017, p. 24).

Elenquei, até este momento, os principais fatores conjunturais que contribuíram para a ascensão do bolsonarismo no Brasil. Contudo, é necessário enfatizar que o nome de Jair Bolsonaro não personificou, desde os primeiros momentos, a liderança

política alternativa desejada pelos grupos de direita ou pelos descontentes com o governo petista. Pinto (2021), inclusive, afirma que após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff seguiu-se um vácuo de ordem que foi preenchido apenas posteriormente pelo discurso político neoconservador da extrema direita capitaneada por Bolsonaro.

Desse modo, é possível afirmar que esse candidato encarnou, progressivamente, uma coalizão neoconservadora (Lacerda, 2019) e representou o triunfo dos blocos temáticos que emergiram no parlamento brasileiro (Avelar, 2021), integrados por agentes do agronegócio, da bancada evangélica, do mercado, da ordem e repressão ao crime. Em síntese: as diversas bandeiras que emergiram no decorrer desse movimento gerado no cenário de crise política e econômica do país foram paulatinamente agregadas à figura do político da extrema direita.

Acerca desse processo, Lacerda (2019) menciona que o capitão da reserva já era conhecido pela defesa da ditadura militar, do militarismo interno e externo, do rigor penal, do antipetismo e do anticomunismo desde seus primeiros mandatos na Câmara dos Deputados, em Brasília. Entretanto, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, ele passou a mobilizar temas relacionados à moral sexual, que não faziam parte de seu repertório inicial, e a estreitar laços com lideranças evangélicas.

Além disso, seu posicionamento histórico contra os direitos humanos “o gabaritou para exercer [...] um papel de destaque no contra-ataque aos avanços de pautas LGBT, como por exemplo, a pressão para barrar a distribuição de cartilhas escolares de combate à homofobia” (Rocha; Gallego, 2021, p. 25). Contudo, para que sua candidatura fosse legitimada pelo mercado, Bolsonaro teve que incorporar, em 2018, a agenda neoliberal por meio de uma aliança com Paulo Guedes, um representante da ortodoxia econômica, o que viabilizou, em definitivo, sua candidatura à presidência.

A maneira como esse mosaico de pautas e agentes conseguiu estabelecer uma unidade em torno do nome de Jair Bolsonaro equivale, em termos teóricos, a compreender de que maneira as lógicas da diferença transformaram-se em lógicas da equivalência ao ponto de formar significantes vazios que passaram a hegemonizar o discurso da política brasileira. Na próxima seção, relativa à lógica política, aprofundo essa argumentação, recorrendo a exemplos concretos dos participantes deste estudo que se identificaram com essa ordem política.

4.2. A HEGEMONIA DO “MITO”[13]: A LÓGICA POLÍTICA

Se a lógica social contextualizou o cenário que levou à emergência do bolsonarismo no Brasil, dando indicativos das características dessa nova ordem política e dos agentes mobilizados nesse processo, a lógica política, conforme Glynos e Howarth (2007), auxiliará, efetivamente, na compreensão de como essa prática foi instituída e sedimentada no país. Ao longo desta seção, abordarei como se deu o processo de mobilização coletiva em defesa de Jair Bolsonaro como representante do reordenamento social e político no Brasil, partindo das narrativas dos participantes desta pesquisa.

Tendo em vista que “as lógicas da equivalência e diferença enfatizam o processo dinâmico pelo qual as fronteiras políticas são construídas, estabilizadas, fortalecidas ou enfraquecidas” (Glynos; Howarth, 2007, p. 144 – tradução nossa[14]), parto dessas referências para iniciar a explanação. Recordo, apenas, ainda apoiada nos autores mencionados, que a dimensão da equivalência se relaciona a um eixo nós-eles, pelo qual dois ou mais elementos podem ser substituídos uns pelos outros tomando como referência a negação a algo ou alguém. Nesse caso, a presença do inimigo comum é fundamentalmente o que garante que os elementos se equivalham. A dimensão da diferença, por sua vez, mantém os elementos distintos, separados e autônomos, conservando suas particularidades.

Neste estudo, no âmbito da lógica das diferenças, os principais temas abordados para justificar a escolha de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil[15] estão relacionados à economia liberal como forma de ampliar a eficiência do Estado; à crítica às “pautas identitárias”[16], compreendidas como um modo de dividir os brasileiros; a medidas punitivas mais severas para solucionar os problemas de segurança pública; e à defesa dos valores morais da família tradicional como uma

---

[13] Termo utilizado pelos apoiadores de Jair Bolsonaro, associando-o a uma figura heroica e incrível.

[14] No original: *Logics of equivalence and difference thus emphasize the dynamic process by which political frontiers are constructed, stabilized, strengthened, or weakened*.

[15] No bojo das pesquisas em Ciências Sociais, estudos significativos, tais como Gallego (2018c; 2019; 2021), Kalil (2018), Pinheiro-Machado (2019) e Rocha e Gallego (2021), já abordaram os principais temas mencionados pelos brasileiros para justificar o voto em Jair Bolsonaro. Nesta tese, corroboram-se os resultados dessas pesquisas, sendo distintas apenas as ênfases em determinadas pautas em virtude do perfil do grupo analisado.

[16] “Pautas identitárias”, “Políticas de identidade” ou “políticas identitárias”, de acordo com Schwarcz (2022), são uma forma de agência necessária para “minorias numéricas”, como é o caso dos indígenas, pessoas com deficiência e grupos LGBTQIA+, e de “maiorias minorizadas na representação”, como mulheres e pessoas negras no Brasil. Utilizarei esses termos entre aspas para diferenciá-los dos processos de identificação de que trata esta tese, ancorados sob outra perspectiva teórica.

maneira de superar a desordem no país. Esta última questão foi um dos motivos mais mencionados pelos participantes para atribuir o voto ao candidato.

No que se refere à pauta econômica, citada apenas pelos estudantes mais jovens, foram mencionadas a redução da máquina pública e da burocracia estatal, as privatizações e o livre mercado como propostas que os aproximaram da candidatura de Bolsonaro, conforme demonstram os seguintes depoimentos: “Eu gostava muito da ideia do Bolsonaro, ele ia enxugar o Estado. [...] Eu tenho um certo agrado com políticas libertárias. Mas eu concordo assim na questão de reduzir o estado, se tornar um Estado mais eficaz”[17]; “E o que eu me baseio pra escolher o candidato foi essa questão da economia que Bolsonaro falou. [...] É a questão da promessa que ele fez também sobre enxugar o Estado, no caso, reduzir os ministérios. [...] Privatizações que ele prometeu também”[18]. “As propostas pra mim é o primordial porque é o que eu defendo, tipo assim, eu defendo uma tal economia liberal, né, que é o livre mercado”[19].

A redução da intervenção estatal vinculada à ideia de que um Estado forte impede a competitividade e o crescimento individual também apareceram nas narrativas: “Muitas vezes, o Estado quer impor algumas coisas pra gente fazer, a gente não é livre, né? Não tem liberdade. [...] É mais por conta disso, de ter menos um Estado, digamos, mandando na gente. Menos burocracia”[20]; “Esse seria o ponto que eu discordo da esquerda, que seria colocar tudo na mão do Estado e a gente só trabalha e vive com o mínimo, sem oportunidade nenhuma de crescer”[21].

Além das concepções econômicas mais tradicionais da direita liberal apontadas pelos eleitores de Jair Bolsonaro como bandeiras que os aproximaram do candidato, também aparece nos depoimentos a ideia da valorização do empreendedor. Por essa perspectiva, a promessa do candidato de ampliar os benefícios para os empresários é traduzida como extensível aos cidadãos comuns que ambicionam elevar seus rendimentos pelo esforço e mérito próprios:

> Essa questão mais da economia, né? Da questão de tentar fazer com que o brasileiro ele sonhe empreender. Tipo assim, trabalha por conta própria, você consegue estar na empresa, mas não se contenta só com aquele salário que você tem. Tenta, sei lá, vender uma bala, um doce, um bolo, faz tricô, sei lá, artesanato, nessa linha aí de raciocínio. [...] E fazer mesmo com que a pessoa ela tente ser um empresário, né? Eu acredito que [...] a visão desse governo de, vou botar entre aspas, “beneficiar o empresário”, mas não é só beneficiar

[17] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[18] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[19] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 23.09.2022, *on-line*.
[20] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[21] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.

> o empresário, é fazer com que um cidadão comum que tá lá embaixo, lá da classe social, possa empreender e, poxa, ter mais dinheiro, [...] viver bem de uma forma tranquila, né?[22].

O estímulo ao empreendedorismo, compreendido como uma forma verdadeira de acreditar no potencial do pobre, articula-se, em alguma medida, com a crítica às "pautas identitárias", percebidas como uma maneira de tratar os mais vulneráveis como "pobres coitados", segregando-os e impedindo-os de crescer e prosperar. No trecho a seguir, o estudante Pedro questiona o trabalho do CRJ do seu bairro, que, em sua visão, enfatiza a perspectiva de nicho estimulado pelas "políticas de identidade" ao invés de proporcionar uma visão ampla de negócio aos jovens da comunidade:

> [...] essas coisas de falar que a pessoa é um pobre coitado, ela fica muito presa, tipo assim.... "Ah, você tem uma cor, você tem uma classe social e você tem que manter nela, você tem que usar isso aqui"... Igual fazer trança, tipo, a pessoa vai abrir um salão de beleza aí dentro do bairro pra fazer trança no pessoal que tem o cabelo crespo. [...] Bota a pessoa pra sonhar alto, sabe? Não ficar preso naquele nicho aí do bairro[23].

Nesse cenário, Bolsonaro é visto como o candidato que confronta o discurso ideológico das "pautas identitárias", percebidas como uma forma estereotipada de classificar a humanidade e de proteger determinados grupos, estimulando um sentimento de "revolta popular" por meio do "direito à vitimização". O estudante Eduardo, por exemplo, afirma que estava cansado do discurso do politicamente correto quando optou por Jair Bolsonaro em 2018 e viu nesse candidato uma forma de confrontar esse tipo de agenda política:

> É porque surgiu muito essa ideia do politicamente correto, né, de você não ofender certos grupos, esses grupos serem munidos de política [...]. Muita gente ficou meio chocado com as ideias de proteger determinados grupos, quando, na verdade, deveríamos olhar para o ser humano em si, ao invés de olhar para cores, né, de pensar em seres humanos como seres que são negros, que são brancos, estereótipo [...] "Ah, que é o negro que morre mais". É claro que eu não estou negando dados, que realmente, eu acredito que, de fato, a gente sofre de um racismo estrutural, né? Isso é inegável. Mas acho que muito do discurso da esquerda, sobretudo do politicamente correto, eu acho que é exagerado, acho que é partidário demais[24].

As críticas às "pautas identitárias", assim como a defesa das pautas econômicas liberais, foram mencionadas apenas pelos estudantes mais jovens desse subgrupo, quadro que começa a ser modificado quando o tema é violência e segurança pública. Há vários relatos de situações de insegurança vivenciadas pelos

[22] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[23] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[24] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).

próprios estudantes ou por terceiros que os fizeram optar por um candidato que apresentasse medidas mais rígidas em relação a essa temática. A estudante Vanda, por exemplo, demonstrou imensa insatisfação com os assaltos de que foi vítima e nos quais foram levados os aparelhos eletrônicos que ganhou da filha que está nos Estados Unidos:

> [...] Eu tinha um, ganhei um *notebook*. E já perdi. Porque a gente não pode ter nada. A minha filha falou de me mandar um *iPhone*. Ela falou "não vou mandar porque aí você não pode usar". Porque eu já fui assaltada duas vezes. Roubaram meu celular, essa do *notebook* é a terceira que entraram dentro da minha casa. Então, assim, a gente não tem nada no Brasil que fala bem assim, "poxa, está dando certo"[25].

Para solucionar questões como as apresentadas acima, os estudantes eleitores de Bolsonaro indicaram medidas mais severas e punitivas para os que cometem delitos, em acordo com as propostas do candidato para essa área, como a redução da maioridade penal e a liberação do porte de armas. Lucas, por exemplo, contou que nas eleições de 2018[26] foi favorável a essa pauta por entendê-la como uma medida que traria mais segurança à população em um país perigoso como o Brasil: "O próprio cidadão se defender [...], sei lá, tem uma pessoa do lado de fora da sua casa, até você ligar pra polícia, a polícia chegar, o ladrão já pode ter entrado na sua casa, pode ter feito inúmeras coisas com você e sua família"[27].

A contestação à perspectiva de que "bandido é coitado", defesa atribuída, de maneira indireta, aos militantes dos direitos humanos e à esquerda, também apareceu nas narrativas estudantis que explicam o voto em Jair Bolsonaro: "Não sei de onde vocês tiraram isso que bandido é coitado. Coitado é as colegas da minha mãe que sai daqui nove horas da noite pra descobrir que não pode entrar dentro de casa porque vagabundo lá do morro expulsou ela de casa"[28]. Essa estudante argumentou que justificar a delinquência pelo histórico de pobreza de quem comete crimes é inaceitável, pois ela sempre foi pobre e honesta. Quando perguntada sobre a pauta de Bolsonaro com a qual mais se identificou, ela respondeu:

> Talvez com a linha de pensamento de bandido bom é bandido morto. Eu já ouvi muito falar, tratar vagabundo como coitado, né. Gente, de pobreza por pobreza, eu sempre fui pobre, sempre tive a vida difícil. Conheço gente que foi mais pobre que eu ainda, né? E nunca virou vagabundo por conta disso.

---

[25] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[26] Na referida entrevista, o estudante afirmou que não é mais favorável a tal medida pelo fato de que o acesso às armas pode ficar restrito aos que possuem renda mais elevada.
[27] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[28] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

> [...] Eu já vi situações de pessoa matar por conta de um celular, por conta de... Pra mim, essa raça de gente tem que morrer mesmo[29].

Esse cenário de insegurança e desordem, cuja solução é depositada em medidas punitivas mais duras, é compreendido por muitos estudantes eleitores de Bolsonaro como oriundo de uma grave crise moral, resultante da desestruturação e decadência das famílias brasileiras, tema quase unânime entre os participantes desse subgrupo. A estudante Suzana, por exemplo, apesar de ser ferrenha defensora do punitivismo, afirmou que os governos e a polícia têm poder limitado na resolução das questões de violência, pois o problema de fundo é a educação que vem de casa:

> O principal problema é a educação, só que eu não digo a educação sala de aula, né? [...] É família mesmo, [...] porque se você for ver a maioria esmagadora, na parte de segurança, você tem pais que não souberam educar os filhos, que vai tendo um filho atrás do outro sem mesmo ter como sustentar. Fala, “ah, mas o governo sustenta”, não sei, criam as crianças no meio da miséria. Não cria direito, cria na base da violência. Então, uma pessoa dessa vai ficar violenta. Com toda certeza, porque vários colegas meus, que eram pessoas assim difíceis, tinha problema em casa, com alcoolismo, violência doméstica, tudo mais. O fio da meada é esse, mas não que seja um problema do governo, porque o governo não tem o que fazer com a educação moral[30].

A educação moral, que vem de casa ou “de berço”, depende, na visão desses estudantes, de uma família bem-estruturada, pauta amplamente defendida por Jair Bolsonaro. Essa temática, que apresenta diversas nuances e é central para o público deste estudo, abrange não apenas os estudantes evangélicos, embora adquira maior radicalidade entre eles, mas se espraia entre os eleitores jovens e os que se consideram mais alinhados à direita liberal, com exceção da estudante Diana, segundo ela, liberal inclusive nos costumes.

Em primeiro lugar, a família é compreendida como um núcleo de sustentação econômica e emocional, bem como de segurança e estabilidade social: “A família, querendo ou não, vai ser base de muita coisa na vida [...]. A gente crescer pensando que se acontecer uma coisa, um problema, eu tenho o meu pai ou a minha mãe. Eu tenho meu irmão pra me apoiar, que vai ser minha base”[31]; “Conceito de família. São bem-estar, né? É harmonia. [...] Família é a base de tudo, sabe... Sem a sua família ali, você não consegue sobressair, você não consegue ir a lugar nenhum. [...] E acho que o Bolsonaro defende muito esse conceito de família”[32].

---

[29] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[30] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[31] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[32] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).

A maior parte dos estudantes defende um modelo específico de família, a tradicional, composta a partir da união de um casal heterossexual. Contudo, há ressalvas a essa posição entre os eleitores de Bolsonaro. Lucas, por exemplo, acredita que a esquerda não dá o devido valor à família, papel que, em sua visão, é melhor cumprido pela direita. Ele, porém, não concorda que a família se restrinja a casais heterossexuais: “Eu acho que o pensamento de direita preserva mais a família, não nessa questão de família tradicional, né? De pai e mãe, só homem e mulher. Mas acho que dá pra gente encaixar ali [...] pai com pai e mãe, o que a pessoa quiser, o que o casal quiser, né?”[33].

Na maior parte das narrativas dos estudantes, contudo, a família tradicional, vista como capaz de dar estabilidade e equilíbrio à sociedade, é definida pela união de um homem e uma mulher, composição justificada como a mais adequada em virtude dos escritos bíblicos e da vinculação do sexo biológico à identidade de gênero: “Eu acho que acima de qualquer coisa, é da natureza, ela tem que prevalecer”[34]; “Eu aprendi que Deus criou o homem e a mulher. Ele não criou dois homens, ele não criou duas mulheres”[35]; “O homem, a mulher, né? Questão de uma herança natural, né? Daquela coisa, né? Do afeto, carinho de um homem, de uma mulher e gerar um amor natural, entre aspas, né?”[36]; “Os heterossexuais, eles complementam um ao outro [...]. E a vida só começa através desse tipo de relacionamento, [...] ele gera uma vida, ele tem uma importância muito mais notável, né?”[37].

A perturbação nesse *status* de família é atribuída por muitos participantes aos novos arranjos familiares, sobretudo de casais homoafetivos, considerados “mundanos” e distantes da família de Deus: “A família de Deus não é essa família que o mundo apresenta hoje [...]. A família de Deus é o pai, a mãe e os filhos. A do mundo, homem com homem, mulher com mulher”[38]; “A bíblia não concorda, a bíblia condena. [...] A bíblia diz que os afeminados não entrarão no reino de Deus [...] Porque homem com homem e mulher com mulher, Deus não quer isso, Deus quer que você se arrependa”[39].

---

[33] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[34] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 29.09.2022, *on-line*.
[35] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[36] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[37] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[38] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[39] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

Ainda sobre essa temática, todos os estudantes afirmaram respeitar os relacionamentos do público LGBT, mesmo que não considerem correto esse tipo de envolvimento. Entretanto, muitos acreditam que as manifestações afetivas devam ser restritas ao espaço privado, uma vez que sua ocorrência em locais públicos soa como uma atitude impositiva, afrontosa e desrespeitosa com as famílias: “Eu gostaria que mudasse essa questão de LGBT, né, sei lá. Eu gostaria muito que não fosse escancarado como está sendo agora, porque toda a vida teve só que não era escancarado, as pessoas respeitavam o seu local”[40]; “Eu tenho vários amigos, né, amigos gays, lésbicas, eu e minha esposa, nós temos uma harmonia com eles. Mas porém, são situações que a gente não é de acordo, por exemplo, o gay ele se transvestir”[41]. Os estudantes Suzana e Pedro complementaram essa perspectiva, respectivamente:

> [...] Eu respeito quem é diferente, né, como a galera LGBT [...], não vou desrespeitar ninguém, até porque a gente é de respeito ao ser humano, independente de cor, de... Como fala, orientação sexual, gênero e tudo mais, mas eu não concordo. [...] Por mim, se a pessoa quiser casar com um homem, quiser casar com mulher, a pessoa querer trocar de sexo, por mim tanto fez como tanto faz. Mas a questão de impor isso a mim, entendeu? Ah, você tem que engolir.... Aí isso pra mim já não, não me cai[42].

> [...] As leis do Brasil permitem que aconteça isso. Então eu respeito. Eu não vou julgar a pessoa por ela ter um relacionamento homoafetivo. Mas eu acredito que também eles não podem obrigar a sociedade toda a ser assim, tá? Imagina no futuro ser heterossexual cafonice, já parou pra imaginar isso? [...] Ser cafona, ser ultrapassado [...]. Porque do jeito que a sociedade vai indo e as pessoas se impõem, né? As pessoas elas tomam aquilo ali como uma verdade. Mas vamos concordar que não é uma verdade[43].

O receio de que as crianças sejam influenciadas em sua orientação sexual também justifica a crítica à exposição pública de casais homoafetivos, bem como à publicização das bandeiras de luta do público LGBT. Além disso, a preocupação com a preservação da infância aparece nas temáticas das adoções de crianças por casais do mesmo sexo e no âmbito da educação formal em virtude do ensino de questões de gênero nas escolas. Os depoimentos de Vanda e Pedro, de modo respectivo, ilustraram essas posições:

> Eu votei nele nesse sentido, pela família, porque eu tenho netos. Hoje eles não moram mais no Brasil. Mas eu já pensava no futuro deles. O que eles iriam aprender dentro da escola? Era uma família de verdade, era uma família meia torta, como a gente vê hoje aí umas famílias meio desconstruída. [...] Conheço muita gente que é homossexual. Mas eu fico pensando na cabeça

[40] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 30.09.2022, em Vitória (ES).
[41] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 29.09.2022, *on-line*.
[42] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[43] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).

> de uma criança. Que que ela vai pensar, como ela vai crescer vendo a mãe dela, a mãe dele morando com outra mulher? Cadê o papel masculino da história? O provedor da família. Não tem, não existe mais hoje[44].
>
> É isso que eu não concordo. É tentar fazer que isso seja normal [...]. Teve uma propaganda do Itaú que botou dois caras se beijando, uma propaganda nove horas da noite, na Globo, né? [...] E meu filho de cinco anos perguntou o que que era aquilo ali. [...] Eu respondi que era uma união, que um era namorado do outro. [...] "E aí papai?" Eu falei "meu filho, é errado isso, tá? Vai contra a doutrina bíblica. Você está vendo que tem eu e sua mãe". E tive que falar que é errado, mas que ele tinha que respeitar porque era uma escolha que os rapazes lá fizeram, tal e pronto[45].

Há, por fim, uma preocupação de fundo com a normalização dos padrões diferentes do heterossexual, inclusive do ponto de vista legal. Nesse sentido, o voto em Bolsonaro representou uma segurança de que as leis em favor do público LGBT ou de outras pautas moralizadoras, como as relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres, não avançassem mais: "Tem muitas questões morais que eu não sou a favor. Não sou a favor de aborto, né? E o Bolsonaro, eu sei que, ele estando no poder, ele seria capaz de vetar leis a favor do aborto. Então, nesse lado eu tive também uma identificação"[46].

As diversas pautas ou temáticas que justificaram a escolha dos estudantes no candidato Jair Bolsonaro articularam-se, por meio de cadeias de equivalências, em torno do combate a um inimigo comum: o PT e a esquerda. Defender a eficiência estatal e o empreendedorismo, lutar contra o politicamente correto e criticar as pautas identitárias passou a equivaler à defesa de punições mais severas para quem comete crimes e à luta pela preservação da família contra a depravação moral, na medida em que a fronteira que estabelece o inimigo é a mesma para todos os sujeitos que empunham essas bandeiras.

De maneira geral, a rejeição ao PT e à esquerda, entre os estudantes, foi manifestada por sua associação à corrupção e à defesa de pautas que confrontam a família: "Não aceito o Lula, não. Não, não consigo colocar uma pessoa com um histórico, né, de corrupção, histórico de investigação na presidência, então, segundo turno seria o Bolsonaro. Não gosto de votar em branco, por isso que eu votaria no Bolsonaro"[47]; "Eu votei nesse candidato porque eu gostei das propostas. Primeiro eu não ia votar no PT por causa do que tinha acontecido *[corrupção].* O meu candidato

[44] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[45] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[46] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[47] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 23.09.2022, *on-line*.

era Eduardo Campos. Mas aí, infelizmente, ele morreu, e aí então eu votei no Bolsonaro”[48]; “Ele *[Lula]* é contra a família. Tudo pra ele tá bom, tá tudo certo”[49].

Já os estudantes Pedro e Lucas destacaram, respectivamente, a longevidade do PT no poder e a necessidade de enfrentamento a esse grupo político que ocupava a presidência há anos:

> [...] Quando ele *[Bolsonaro]* aparece nesse cenário, foi justamente por ser oposição na mesma ideologia que eu vinha, na metodologia que eu vinha entendendo sobre política, foi mais na questão de oposição mesmo ao governo atual, ao governo que tinha nesse tempo todo que é o PT[50].

> [...] Dá pra considerar que a gente teve 18 anos de um governo de esquerda, e nesses 18 anos o Brasil, lá no começo, ele teve uma relevância, o Brasil cresceu junto com esse governo, porém, acho que da maneira errada. E de 2012 pra frente, foi uma crise, uma crise econômica do país, enfim, crise cultural até [...]. E aí o argumento que o Bolsonaro usou em 2018 foi muito bom, de tipo... Ele era aquele candidato forte, diferente que.... É um candidato de direita que defendia ... É ridículo eu falar isso: “Ah, vamos tirar o PT do poder, vamos metralhar os petistas”[51].

Diversos estudantes, sobretudo os mais jovens, afirmaram ter cogitado o voto em outros candidatos, entre os quais, João Amoêdo (Novo), em 2018, e Ciro Gomes (PDT), em 2022, como alternativa às candidaturas petistas à Presidência da República. Entretanto, em virtude da baixa expressão eleitoral desses políticos, optaram por votar em Jair Bolsonaro, o único que apresentava, naquele momento, chances concretas de vencer a esquerda nas urnas. Os trechos a seguir corroboram essa perspectiva:

> Embora eu não concordo com tudo que o Bolsonaro expõe, eu vi a oportunidade de votar contra o PT. Não que eu vou sempre votar no Bolsonaro, não que eu vou sempre votar nele até eu morrer, não vou ser um cara fanático, é isso. [...] Eu acho, assim, se tiver um candidato que eu entender as ideias, eu vou votar nele, sabe? Tipo, ah, o cara é mais família, é mais centrado[52].

> A direita acaba entrando mais no cenário político através dessa figura do Bolsonaro, né. Embora eu goste muito do Ciro Gomes, eu acredito que a direita não teria tanto espaço se ele tivesse no poder. [...] Muitas pessoas viram no Bolsonaro essa figura de confrontar diretamente a esquerda. O homem queria confrontar, queria digladiar a esquerda e daí ele surgiu. Como ele era mais impulsivo na fala, surgiu esse meme do mito. Ele é o mito, né? [...] Então eu fui nele, principalmente porque eu não queria o PT no poder novamente, né[53].

> E não tinha, assim, ninguém melhor pra poder votar. Poderia ter votado no Amoêdo? Poderia ter votado no Amoêdo, eu achava o Amoêdo melhor que o

[48] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[49] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[50] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[51] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[52] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 18.04.2022, em Vitória (ES).
[53] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).

> Bolsonaro. Só que o Amoêdo não é um candidato tão forte. Entendeu? Ele tinha um percentual muito pequeno de voto. Como o Bolsonaro, ele estava, tipo assim, na frente, disparado, eu falei, “não, vou votar no Bolsonaro, então”. Apesar de todas as polêmicas que ele se envolveu, de racista, machista, homofóbico, sei lá das quantas, não influenciou no fato de eu votar nele[54].

É interessante observar que as justificativas de voto em Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 não se diferenciaram muito das apresentadas em 2018, em que pese a experiência concreta de um mandato presidencial exercido por esse candidato. Relembro que, entre os participantes desta pesquisa, não houve alteração de voto no segundo turno dos pleitos em questão, diferente de outros estudos que revelaram a emergência de eleitores arrependidos em virtude da atuação presidencial de Bolsonaro (Gallego, 2021; Paula *et al.*, 2021).

Embora não tenha sido constatado nenhum arrependimento em relação ao voto dos estudantes nesse candidato, houve menção ao chamado voto crítico, por meio do qual muitos eleitores reconheceram as falhas do então presidente, mas optaram por deixá-las em segundo plano tendo em vista a necessidade imperiosa de impedir, novamente, a retomada do poder pela esquerda no país:

> [...] Eu votei nele pelas ideias e porque eu não queria um governo de esquerda no poder. 2022 eu estou votando nele porque eu não quero governo de esquerda, porém, eu sei o que ele já fez e eu não concordo com bastante coisa. [...] Não vou votar satisfeito, mas eu vou votar para evitar um governo de esquerda de novo. Parece um argumento muito de bolsonarista, assim, mas é a realidade[55].

> O meu voto em 2022 é mais estratégico do que o voto em 2018. Em 2018, estava mais convicto, eu tinha uma identificação maior com Bolsonaro que agora. Depois de ter passado esse tempo, eu vi que o Bolsonaro ele fala muita besteira, ele é muito explosivo. E acredito, assim, que seja um menino governando o país. Mas eu acredito que ele reúne na figura dele todas as direitas. Então, como uma questão mais estratégica, eu vou nele[56].

Alguns eleitores de Bolsonaro criticaram seu governo pela atuação negligente durante a pandemia da Covid-19, principalmente pela morosidade na compra das vacinas e na liberação do auxílio emergencial; pelo desempenho negativo no âmbito das relações internacionais; pela “pouca liberdade” concedida a seus ministros, entre eles, Sérgio Moro e Paulo Guedes, e pelos escândalos de corrupção envolvendo sua família. Por outro lado, avaliaram positivamente seu governo devido à implementação do Auxílio Brasil; à percepção de uma redução generalizada nos casos de corrupção; à paralisação de leis e projetos favoráveis ao público LGBT; e a seu posicionamento

[54] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[55] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[56] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).

contrário ao *lockdown*, medida preventiva obrigatória que incluía o fechamento de comércios e serviços durante a pandemia da Covid-19.

Há uma visão recorrente de que o governo Bolsonaro encontrou diversos entraves, sem os quais poderia ter sido melhor. Entre os mais mencionados estão a própria pandemia, a guerra entre Rússia e Ucrânia e a oposição feita por governadores e instâncias dos poderes legislativo e judiciário: “Foram praticamente quase dois anos com tudo fechado, com tudo parado, então a gente não tem como muito avaliar. Porque o governo é de quatro anos, dois anos não se conta, porque a população tinha que ficar dentro de casa”[57]; “Porque ele pegou uma pandemia, né? Querendo ou não. Cara, na minha visão, eu acho que não teve tanta piora e nem tanta melhora”[58]; “A gente teve pandemia, tá tendo guerra na Ucrânia agora, a gente está tendo bastante problema com gasolina [...]. O cara fez muita coisa errada, mas ele teve bastante empecilho também que ninguém nunca enfrentou isso no Brasil[59]; “O presidente em si, ele não trabalha sozinho. Infelizmente, você tem todo o Senado, Câmara de Deputados, tem STF, tem fulano de tal que trava aqui, tem um outro fulano que trava ali”[60]; e “Alguns governadores também do Brasil afora aí veio, né? Como se diz, meio que atrapalhar, também, né? Que não teve aquele *one-two*, aquele toque de bola ali entre o presidente, os governadores, né?”[61].

Conforme demonstrado, as demandas particulares que justificaram o voto em Jair Bolsonaro e que marcam a lógica das diferenças reagruparam-se, por meio de cadeias equivalenciais, em torno do enfrentamento a um inimigo comum, identificado, de maneira geral, no PT e na esquerda. O êxito desse processo foi marcado pela emergência de significantes vazios, tanto negativos, cujo papel foi de demarcar a fronteira com o inimigo; quanto positivos, com o objetivo de integrar o eleitorado à liderança de Bolsonaro. Tais significantes, na medida em que representaram todas essas particularidades, passaram a hegemonizar contingencialmente o pensamento político de grande parte dos brasileiros, inclusive de muitos participantes desta pesquisa.

Algumas reflexões teóricas complementam e aprofundam a compreensão sobre como o bolsonarismo passou a hegemonizar a ordem política brasileira. Uma

[57] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[58] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 23.09.2022, *on-line*.
[59] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[60] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[61] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).

delas diz respeito ao caráter de mosaico (Avelar, 2021) da figura de Jair Bolsonaro, constituído de elementos heterogêneos que expressaram demandas gestadas ao longo de anos por parte da população brasileira. De acordo com essa perspectiva, o bolsonarismo emerge como expressão “da incapacidade de o sistema político brasileiro representar satisfatoriamente o antagonismo” (Avelar, 2021, p. 238), sendo sua condição um lugar vazio preenchido por toda e qualquer demanda represada ou não acolhida de modo satisfatório pelas instituições políticas do país.

O caráter heterogêneo e multifacetado dos eleitores de Jair Bolsonaro também foi identificado por Kalil (2018), que o descreveu como caleidoscópico. A antropóloga, como mencionado no segundo capítulo, mapeou 16 perfis distintos entre apoiadores e eleitores do candidato, desdobrados a partir da figura do “cidadão de bem”. Segundo ela, a construção de tais modelos baseou-se na identificação de diferentes dimensões mobilizadas no momento do voto, como o medo e a repulsa, direcionados, sobretudo, ao “comunismo” e à “ideologia de gênero”, conforme exemplificado no trecho a seguir:

> No caso do comunismo, na prática, tem sido alvo de acusações tanto posições de esquerda, centro e de centro-direita para expressar um temor sentido frente a uma ideia de “esquerda”, associada à pobreza, ao autoritarismo, à corrupção, ao “bolivarianismo”, ao petismo, etc. Da mesma forma, a “ideologia de gênero” tem sido mobilizada para expressar um amplo espectro de acusações que vão desde pedofilia, transfobia, até críticas ao ensino de sexualidade nas escolas (Kalil, 2018, p.12).

Ainda na visão da pesquisadora, a designação desses dois inimigos, o “comunismo” e a “ideologia de gênero”, materializa no Brasil a combinação da racionalidade neoconservadora com a neoliberal, outro fator que contribui para compreender o êxito do bolsonarismo no país, reflexão também partilhada por Cesarino (2019) ao afirmar que esse fenômeno político se nutre da bivalência conservadorismo-neoliberalismo. De acordo com essa autora, que se baseou nos termos de Fraser (2001), a separação entre um plano da redistribuição, caracterizado como “liberal na economia”, e um plano do reconhecimento, identificado como “conservador nos costumes”, pode restringir a compreensão do bolsonarismo a uma guerra cultural no âmbito das “políticas de identidade”, encobrindo seu pilar neoliberal, também importante para o processo articulatório que levou à vitória do candidato, embora menos evidente entre os eleitores de Bolsonaro que participaram desta pesquisa.

Para melhor compreender a bivalência do bolsonarismo, Cesarino (2019) demonstrou que as pautas de reconhecimento e de redistribuição foram muito bem

articuladas pela extrema direita brasileira, êxito não alcançado pelo campo progressista. Nesse contexto, a campanha de Jair Bolsonaro mobilizou como inimigos os principais marcadores de diferença das "políticas de identidade" no Brasil, a saber, o gênero, a raça e a orientação sexual, mas sob o cuidado de demarcar uma fronteira entre os militantes desses movimentos e os "cidadãos de bem" e não simplesmente entre mulheres e homens, brancos e negros ou heterossexuais e gays. Desse modo, aqueles brasileiros que eram atravessados por tais marcadores, mas não se afeiçoavam aos apelos das políticas de reconhecimento, "puderam ter seu pertencimento mobilizado pela cadeia de equivalência do bolsonarismo, que operou com significantes vazios como 'brasileiros', 'trabalhadores', 'cidadãos de bem' ou 'patriotas'" (Cesarino, 2019, p. 541).

De maneira concomitante, segundo a pesquisadora, a frente antagonística que trabalhou com foco no antipetismo e no combate à esquerda e ao comunismo, associou à figura da militância a imagem do bandido, da corrupção, da ameaça e da elite hipócrita, de modo a criar uma rejeição pela esquerda e uma atração pela extrema direita. Assim, foi possível vincular os que defendem as pautas de reconhecimento, por meio das "políticas de identidade", e os que lutam por políticas de redistribuição, a bandidos e corruptores no Brasil.

Essa reflexão também colabora para compreender os motivos pelos quais os sujeitos desta pesquisa, fortemente impactados pelos marcadores de classe, raça e gênero, não deixaram de se identificar com Jair Bolsonaro em que pesem suas falas reconhecidamente misóginas, homofóbicas e racistas. Como visto, a fronteira que demarcou o inimigo estava sobreposta sobre quem articula a luta (os militantes) e não simplesmente sobre quem sofre com os preconceitos (o pobre, a mulher, o negro e o gay). Como boa parte desses estudantes não era afeito à gramática das "pautas identitárias", ficaram livres para ser mobilizados por outros significantes.

Ainda sobre essa temática, Cesarino (2019) complementa que as políticas da diferença aparecem, para os eleitores de Bolsonaro, dividindo a sociedade brasileira, pois são vistas como "privilégios" sustentados às custas do "trabalhador de verdade", que se sente fora do jogo político considerado injusto por "beneficiar" parcelas minoritárias da população, vistas como opressoras[62]. Nesse cenário, o bolsonarismo

[62] Entre os eleitores de Bolsonaro desta pesquisa, não houve críticas diretas ou incisivas à política de cotas ou a programas sociais que buscam dirimir as desigualdades no país, como o Bolsa Família, dos quais muitos foram beneficiários. Os questionamentos que envolvem a articulação dos planos da

oferece uma nova identidade a esses sujeitos, a de direita e conservadora, e um novo lugar de reconhecimento, liberdade e direitos, a saber:

> O direito de não ter de assumir uma identidade militante (mas que, num segundo momento, pode se tornar uma, só que no outro lado do espectro político); o direito de expressar abertamente o que era proibido pelo politicamente correto; o direito de não se sentir diminuído por não saber falar ou escrever corretamente; o direito de reivindicar conhecimento derivado da experiência e da trajetória de vida pessoais ("eu sei como foi a ditadura, pois eu vivi") contra os ditames incompreensíveis de elites de especialistas; o direito de se sentir representado politicamente por alguém que parece ser igual a você, etc (Cesarino, 2019, p. 546).

Para concluir as reflexões sobre os efeitos da articulação conservadora-neoliberal e o êxito do bolsonarismo no Brasil, recorro à análise feita por Brown (2019) acerca da reconfiguração entre tradicionalismo e liberdade no contexto de ascensão da extrema direita norte-americana. Segundo a autora, embora essa combinação já tenha sido mobilizada em alguma medida durante governos anteriores, o elemento inovador do cenário atual é a "expansão da esfera pessoal protegida", que consiste no alargamento do domínio da liberdade pessoal de maneira irrestrita e, consequentemente, na abertura de espaço para que crenças e costumes tradicionais "reivindiquem legitimamente e de fato recolonizem o cívico e o social em que a democracia outrora imperava" (Brown, 2019, p. 131).

Conforme a teórica, nesse cenário em que a liberdade é desconectada da democracia, a direita religiosa passou a incluir como proteção à liberdade individual questões como o direito de mandatos legislativos realizarem sessões de oração ou o direito de professores e estudantes cristãos evangelizarem em sala de aula. Além de possibilitar que práticas baseadas na religião organizem legitimamente a vida social, "a liberdade de expressão, interpretada de modo ampliado e aplicada a muitos tipos de entidades e variedades de 'expressão', rechaça os mandatos democráticos que organizam legitimamente a vida comercial, pública e social" (Brown, 2019, p. 154).

No Brasil, a expansão da esfera pessoal protegida também pode ser identificada, conforme Almeida (2021), na medida em que uma direita cristã, consolidada a partir de valores conservadores partilhados entre diversas religiões, atua sobre o sistema político e sobre as regras do espaço público, indo muito além da luta pela proteção do exercício de sua prática religiosa. Nesse cenário, a "expansão da família tradicional em todas as suas variações tem funcionado como o principal

---

redistribuição e do reconhecimento estiveram mais relacionados à visão de que o "pobre não é coitado" e, portanto, não deve ser condenado a essa condição, a qual era fomentada, conforme os estudantes, pelas "políticas de identidade".

(mas não o único) produtor da cadeia de equivalências que alinha e incrementa a direita religiosa" (Almeida, 2021, p. 426).

Além de enriquecer a compreensão sobre o êxito do bolsonarismo no país, as reflexões sobre o binômio conservadorismo-neoliberalismo também ajudam a entender, no âmbito da lógica política, a centralidade adquirida pelo significante vazio "família", o mais mencionado pelos eleitores de Bolsonaro que participam desta pesquisa. Entretanto, em virtude da complexidade do tema e de sua importância para os estudantes, julguei importante acionar outras perspectivas teóricas a fim de aprofundar o entendimento dessa questão junto a esse público.

Primeiramente, não se pode perder de vista, conforme abordado no terceiro capítulo, que o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos é marcado por um conjunto de especificidades, sendo a vulnerabilidade social e econômica uma das principais. Nesse contexto, a família, para as populações pobres, assume um papel fundamental na medida em que supre, na esfera privada, funções que não são proporcionadas pelo Estado no âmbito das instituições públicas. Sarti (2007, p. 52), ao apresentar essa perspectiva em seu estudo sobre a família e a moral dos pobres, argumenta que:

> Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade de serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos como instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, [...] o processo de adaptação ao meio urbano e a vida cotidiana dos pobres, inclusive dos nascidos na cidade, é estruturalmente mediado pela família.

Desse modo, a família é, para os pobres, um núcleo de sobrevivência material e emocional, além de uma rede de laços afetivos. Entretanto, esse espaço também precisa ser compreendido como ordem moral, pois "constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social" (Sarti, 2007, p. 22). Sua importância, portanto, não é apenas funcional – embora também o seja – mas estrutural, pois se constitui como referência simbólica que organiza a explicação do mundo para esses sujeitos. As implicações desse ordenamento moral da família são diversas e dialogam com o cenário político atual, pois, de acordo com Sarti (2007, p. 139),

> Ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais, dos quais decorre a dificuldade de estabelecer critérios morais universalizantes.

Se a família pode ser compreendida junto às populações periféricas como um núcleo funcional e estrutural, as igrejas evangélicas neopentecostais, por sua vez, têm atuado como uma família estendida (Spyer, 2020), ou seja, um ponto efetivo de apoio, nas mais diversas dimensões, aos indivíduos mais vulneráveis. Ao analisar o papel das igrejas evangélicas em comunidades urbanas, o antropólogo afirma que elas têm cumprido a função de estado de bem-estar informal, ou seja, “as igrejas têm uma atitude empreendedora e evangelista que amplia sua oferta de ajuda onde o Estado não está presente” (Spyer, 2020, p. 116).

De maneira concreta, segundo o autor, as igrejas evangélicas atuam em regiões periféricas oferecendo ajuda material e imaterial, além de conforto emocional e até mesmo alimentação. Nesses espaços, são constituídas redes de ajuda mútua, em que as pessoas compartilham desde oportunidades de trabalho a caronas para hospitais em casos de emergência. Além disso, muitas igrejas oferecem cursos de alfabetização de jovens e adultos, reforço escolar e atividades extraclasse, como canto, dança e música, fundamentais para ocupar, de maneira segura, o tempo de crianças e adolescentes no período em que não estão na escola.

Ainda é relevante citar a atuação das igrejas evangélicas como rede de apoio para os que desejam superar vícios envolvendo o uso de drogas ilícitas e o álcool; para pessoas em situação de rua e dependentes químicos; para os que estão cumprindo pena nos presídios ou que já passaram pelo sistema prisional e desejam ser reintegrados socialmente. Não raro, as igrejas também são um porto seguro para os que querem deixar o tráfico de drogas a fim de viver de forma segura e tranquila em suas comunidades. Em síntese:

> No âmbito local, o cristianismo evangélico tem um impacto transformador social e econômico sobre a vida dos brasileiros mais pobres que o Estado não sonha ter. Juntamente com a família e o crime organizado, a igreja é um dos ambientes de convívio onde os moradores de bairros periféricos e de favelas podem pedir ajuda (Spyer, 2020, p. 187).

Não é à toa que, nesta pesquisa, muitos estudantes eleitores de Bolsonaro disseram considerar a igreja da qual participam como um movimento social. Reproduzo a seguir, de maneira respectiva, os depoimentos da estudante Vanda, da Igreja Universal do Reino de Deus, que detalhou a abrangência da atuação social dos coletivos existentes em sua religião; e do estudante Pedro, ex-traficante de drogas que modificou os rumos de sua vida com o apoio e acompanhamento de sua igreja:

> É porque lá são grupos: UNP, que é Universal nos Presídios. UFP, que é Universal nas Forças Policiais. Eu participo do Força Jovem [...] cuida dos

> jovens. Aquele jovem rebelde a gente convida pra cuidar, pra mostrar que aquilo dali está errado. Temos o FTU que é Força *Teen* Universal que é para pré-adolescente. Tem o Calebe, que é o projeto dos idosos que dá aula até para aqueles que não sabem ler, escrever. [...] Tem o EVG, que é evangelismo de ir na rua, evangelizar. Tem um socioeducativo que o trabalho é dentro dos abrigos [...]. Tem a terapia do amor, que é pra parte sentimental[63].

> Eu considero a igreja um movimento social. Porque a igreja faz um papel social até melhor que algumas políticas públicas. Eu mesmo sou um, eu mudei por causa da igreja. [...] Ó, meu pastor: "você tem que estudar que um dia você vai ter família, você tem que parar de usar droga, que isso vai acabar com sua vida" [...]. E tanto que o trabalho que eu faço hoje na igreja é a mesma coisa que fizeram por mim um dia. [...] Eu ando nas ruas de São Pedro cantando louvores, as pessoas aparecem nas casas, a gente para, fala de Jesus, [...] aí pegamos o número de telefone, mandamos umas mensagens evangélicas, às vezes o pessoal vai na igreja. A pessoa um dia que era alcoólatra não bebe mais, a pessoa que um dia ela fumava maconha não fuma mais[64].

Essas reflexões sobre o papel da família e da igreja evangélica explicitam o quanto essas duas instituições representam segurança e proteção para populações que vivem em periferias urbanas com acesso limitado a um conjunto de bens e serviços públicos oferecidos pelo Estado. Essa dimensão microscópica ajuda a compreender porque tais elementos são tão centrais para esses sujeitos, sendo exitosamente mobilizados em termos de identificação política quando há a configuração de uma ameaça que visa justamente destruir o que resta de estabilidade material e emocional para esse público.

Sendo assim, coaduno com a perspectiva de Spyer (2020) sobre o fato de que a compreensão da dinâmica religiosa desses sujeitos não deve ser reduzida à de pobres fanáticos manipulados por lideranças aproveitadoras, o que não significa, evidentemente, desconsiderar todos os elementos conjunturais e estruturais envolvendo a intensificação do conservadorismo religioso no Brasil já abordados anteriormente. Trata-se apenas de levar em conta mais essa dimensão do Brasil popular, extremamente necessária para o estudo do fenômeno em questão.

Após tais considerações, termino esta seção, sintetizando-a da seguinte forma: apresentei, no âmbito da lógica política, a maneira pela qual o bolsonarismo consolidou-se como ordem hegemônica no Brasil. Para tanto, parti das diversas demandas apresentadas pelos participantes da pesquisa como justificativa de voto

[63] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[64] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).

em Jair Bolsonaro, desde a luta contra o politicamente correto até a preservação da família.

Além disso, demonstrei como tais diferenças foram subsumidas por cadeias equivalenciais na medida em que encontraram um inimigo comum a ser combatido, o PT e a esquerda, ponto unificador dos eleitores do candidato tanto no pleito de 2018 quanto no de 2022. Também pontuei que significantes vazios emergiram nesse cenário e, por meio de um processo articulatório, passaram a representar, sob a figura de Bolsonaro, todas as demandas particulares, hegemonizando, dessa forma, a ordem política nacional.

Com o intuito de complementar essa perspectiva analítica, optei por incluir outras reflexões teóricas que contribuem para explicar o êxito do bolsonarismo, como as que versam sobre o caráter heterogêneo e multifacetado de Jair Bolsonaro e as que tratam da bivalência conservadorismo-neoliberalismo.

Por fim, considerando que, para o público pesquisado, o significante “família” foi especialmente importante, teci algumas considerações sobre o papel da família e das igrejas evangélicas para as populações periféricas no Brasil, a fim de aprofundar a compreensão sobre a eficácia da mobilização desse elemento no processo de identificação política desses segmentos. Para concluir a compreensão do processo articulatório que tornou o bolsonarismo hegemônico no país, a próxima seção abordará a dimensão da lógica fantasmática, que busca explicar os motivos ideológicos pelos quais os eleitores do candidato permaneceram apoiando-o e acreditando nessa ordem política.

4.3. BATALHAS IDEOLÓGICAS E AFETIVAS: A LÓGICA FANTASMÁTICA

Se a lógica social contextualizou a emergência do bolsonarismo no Brasil e a lógica política demonstrou como ele se tornou hegemônico, considerando os dados de campo desta pesquisa, a lógica fantasmática irá demonstrar como esse regime conseguiu manter seu domínio ideológico por meio da fantasia, de maneira a naturalizar a visão dos sujeitos sobre suas práticas políticas, não as percebendo como contingentes (Glynos; Howarth, 2007).

Ainda de acordo com esses autores, a fantasia é compreendida como uma narrativa que oculta a falta do sujeito, fornecendo, por um lado, uma imagem de plenitude e harmonia, que consiste em sua dimensão beatífica; e, por outro, evocando

ameaças e obstáculos para sua realização, por meio de sua face horrível. Nesta seção, demonstrarei como operaram tais dimensões junto ao público eleitor de Jair Bolsonaro e como alguns mecanismos, em especial a internet, foram mobilizados para construir os elementos que operaram por meio dessa lógica, incluindo sentimentos como o medo, a raiva, a frustração, a repulsa e o ressentimento.

Primeiramente, é importante recuperar a percepção de desordem e caos manifestada pelos estudantes eleitores do candidato em relação à situação do país. Elisângela, por exemplo, disse que votou em Bolsonaro porque acreditou que ele iria "tirar mesmo o Brasil da lama que estava. Da lama da corrupção. Ele falou muito que o governo dele não ia ter corrupção, que ele ia colocar gente preparada"[65]. Além da percepção de crise e instabilidade no âmbito das instituições públicas, há também um sentimento de decadência nos valores, questão já abordada anteriormente sob a temática da crise moral, mas que é bastante reiterada nas narrativas dos participantes:

> A família é a base da sociedade, e hoje em dia a família não existe mais. Está tudo desmoronando. Você conversa com o filho, o filho quer matar o pai, o pai quer matar o filho e é uma bagunça danada. Não respeitam mais. E com esse negócio de droga também, né? A droga está matando os jovens, matando todo mundo. Nossa, é muito difícil.[66]

Diante dessa sensação de desordem, o desejo de que o país fosse realmente cuidado por alguém de pulso firme junto à promessa de estabelecimento de uma ordem mais harmônica para as famílias brasileiras fizeram com que muitos estudantes apostassem na candidatura da extrema direita.

Na narrativa a seguir, a face beatífica da fantasia é evidenciada quando a estudante Elisângela deposita sua fé no cuidado que Bolsonaro teria com o país: "Eu acreditei no discurso dele: Deus, pátria, família. Vou cuidar, vou zelar pelos direitos morais. [...] Que ele realmente ia cuidar do Brasil"[67]. Já o estudante Ronaldo relatou um sentimento de tranquilidade ao poder desfrutar com sua família de um ambiente seguro durante a manifestação do Dia da Independência do Brasil, convocada por seu candidato em 2022:

> [...] No último dia Sete de Setembro, eu fui na travessia da ponte[68]. Foi a primeira vez que eu fui. Fui eu, levei minha família, minha esposa, meus filhos, meus dois sobrinhos. Foi um passeio maravilhoso, onde você só via famílias. Só famílias e, sabe, não via problema nenhum, né? O ambiente é

[65] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[66] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[67] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[68] A ponte a que se refere o estudante é a Deputado Darcy Castello de Mendonça, mais conhecida como Terceira Ponte, que liga a cidade de Vitória a Vila Velha (ES). O local foi bastante utilizado para manifestações políticas, incluindo as favoráveis a Jair Bolsonaro.

> favorável. [...] Só faltou ele *[Bolsonaro*] pra tá caminhando com a gente. Só faltou nosso capitão[69].

As mobilizações relativas ao dia da pátria também foram mencionadas por outros estudantes, que enfatizaram o quanto essa atividade intensificou a sensação de unidade e pertencimento à nação, elevando a autoestima dos brasileiros que estavam descrentes com o país. Nesse contexto, Jair Bolsonaro é visto como o candidato que trouxe esperança e ânimo à população, como se pode notar na fala da estudante Diana, que também participou das ações do Sete de Setembro:

> Querendo ou não, Bolsonaro fez uma grande parte que desacreditava no Brasil voltar a acreditar, né? E eu fiquei muito chocada no Dia da Independência, né, vi a galera na rua, muito tempo eu não via a galera abraçando a bandeira, entendeu? [...] Então, isso que o Bolsonaro trouxe [...] no país: estava sem esperança nenhuma e, atualmente, eu vejo muito a galera falando “eu quero abrir uma microempresa, eu quero fazer isso, eu quero fazer aquilo e isso”. Querendo ou não, isso veio com esse olhar dele, de levar esperança ao brasileiro, de dar esperança pra galera[70].

A face horrível da fantasia, contudo, preponderou nas falas dos estudantes, principalmente quando se referiram aos riscos e ameaças a essa ordem beatífica, identificados nas figuras do PT e da esquerda, os inimigos a serem combatidos. Essa abordagem foi feita, em alguma medida, na seção anterior, mas com foco exclusivo na rejeição eleitoral a esse partido. Nesta seção, por sua vez, a proposta é avançar para a dimensão ideológica de maneira mais detalhada, apresentando as cadeias de equivalências construídas em torno do antagonismo ao campo progressista e à esquerda de maneira mais ampla.

Sendo assim, pode-se afirmar que o primeiro desdobramento da rejeição eleitoral ao PT está relacionado à vinculação desse partido à ideia de comunismo e socialismo, os quais equivalem, entre os eleitores de Bolsonaro, a autoritarismo e ditadura, bem como à fome e à pobreza. Menciona-se, com frequência, a aliança da esquerda com governos considerados autoritários, como o da Venezuela e o de Cuba, e um medo generalizado de que esse tipo de regime seja implantado no país, conforme enfatiza a estudante Dalva: “Eu tenho uma amiga que ela veio de lá da Venezuela. Ela falou, assim, que lá é horrível. Que lá são os esquerdistas, né? Que toma conta. [...] Que ela veio de lá pra cá pra poder sobreviver. Eles não estavam sobrevivendo mais, entendeu?”[71]. Já Suzana demonstrou repulsa pelo PT ao associá-lo a ditaduras que promovem a miséria:

---

[69] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 29.09.2022, *on-line*.
[70] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 23.09.2022, *on-line*.
[71] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

> Mensalão, Petrolão, BNDES, Venezuela, a entrega da nossa refinaria pra outro país, nosso dinheiro indo pra outros países comunistas [...]. Amigo de Fidel Castro, amigo de Hugo Chavez, então a gente repudia esses governos. [...] Fome e miséria, que é o que têm nesses países. Inclusive, outro dia eu estava em Campo Grande[72], eu vi pessoas da Venezuela, mendigo aqui no Brasil, imagina você sair do seu país pra virar mendigo em outro[73].

O comunismo e o socialismo também foram associados à liberação das drogas e do aborto, bem como à expropriação irrestrita de bens privados. Esta última medida foi exemplificada pela estudante Dalva por meio da explicação acerca da "residência social", segundo ela, uma das "propostas esquerdistas" que poderia ser implementada no Brasil caso o PT vencesse as eleições: "Por exemplo, você tem uma casa aqui de três cômodos, né? [...] Você não precisa de três quartos. Você precisa somente de dois quartos. [...] Aí, outra pessoa que não tem casa vai morar na sua casa, [...] sem pagar nada. [...] Eu não acho certo isso não"[74].

O medo de perder o pouco que se tem e a repulsa por ações que consistem em "tomar o que é dos outros" foram sentimentos também identificados nas falas dos estudantes ao opinarem sobre o MST, compreendido como parte da esquerda: "Eu acho eles muito violentos. E toma as coisas. Toma... Pelo que eu vejo, pelo que eu leio, né? E eles tomam as coisas das pessoas... É assim... Como é que eu vou te dizer... Com violência, com violência"[75]; "O MST, eu tenho bastante rejeição. Por conta dessa ideia deles de invasão, tudo mais, mas acho que isso não dá certo. Porque você acaba tomando as coisas das pessoas. Eu acho que não é a maneira certa da gente conseguir"[76].

Além da associação desse movimento à violência, muitos participantes enfatizaram seu caráter oportunista de querer "ganhar terra de graça" ao invés de batalhar – como um "cidadão de bem", eu acrescentaria – para consegui-las: "Eu acredito que o MST se usa muito desse discurso de invadir propriedades e que ele seja muito truculento, né? Nas suas invasões. E também acredito que seja um movimento que se apropria muito de dinheiro público"[77]; "Acho que é um bando de oportunistas [...], porque assim como todos lutam para ter suas terras, por que não lutar para eles terem também, eles querem sempre do governo. Acham que o governo

---

[72] Bairro do município de Cariacica, localizado na Grande Vitória, ES.
[73] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[74] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[75] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 30.09.2022, em Vitória (ES).
[76] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[77] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).

é obrigado a fornecer terra pra eles"[78]. Outros movimentos sociais com pautas relativas à moradia e à defesa dos trabalhadores, como o MTST e a CUT, também foram mencionados sob essa mesma perspectiva.

Ainda como desdobramento da rejeição eleitoral ao PT, evidenciou-se que a figura de Lula tem bastante centralidade em termos repulsivos, pois ele aparece sob um conjunto de rótulos, tais como, "tudo de ruim", "ladrão", "psicopata[79]", "mitomaníaco[80]", "mentiroso", "enganador" e "manipulador", denominações que sugerem fortemente a ideia do engodo.

Para o público desta pesquisa, especialmente entre os participantes mais velhos, essa visão pareceu-me especialmente importante, pois explicitou a sensação de que foram enganados e ludibriados pelo PT. Alguns estudantes deram indícios desse sentimento ao afirmar que Lula, além de ser "contra as famílias", é também "contra os pobres", o que vai de encontro ao carro-chefe das principais propostas do candidato petista:

> Infelizmente, a população não vê que o que ele falou de Bolsa Família, de ajudar os pobres, é só as migalhas que caem da mesa pros besta que vão votar nele pra ganhar o voto enquanto ele luta pela elite, pelos empresários. Ele não luta pelos pobres [...]. Então ele faz com que a população veja que ele vai fazer alguma coisa, mas não, ele é contra a família. Ele é contra os pobres[81].

> Eu percebo, assim, que ele vem muito com esse discurso de que ele defende os pobres, etc. Mas a gente percebe que no governo dele deu muitos lucros. Ele formou praticamente cartéis de banco [...]. Ele veio com aquela ideia de que ele melhorou a vida do pobre, etc., só que ele acabou criando um país endividado, um país falido, onde as famílias se endividaram, né, mais de 60% da população hoje se encontra em endividamento[82].

A perspectiva do engodo, ou seja, de que Lula enganou a população com suas falsas promessas e boa oratória, quando, na verdade, agia contra os pobres, ficou mais delineada quando alguns eleitores de Bolsonaro disseram não ter sido contemplados pelas principais políticas sociais dos governos petistas. Segundo seus relatos, eles pleitearam tais benefícios ao lado de pessoas que não se enquadravam nos critérios exigidos por esses programas mas foram contempladas por eles. Diante

---

[78] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[79] Na definição da estudante Suzana: "É uma característica de um psicopata, um grande poder de manipulação, tem uma inteligência emocional muito grande, apesar de não ter muito estudo, mas é uma característica de um psicopata mesmo".
[80] Na definição do estudante Eduardo: "Mitomaníaco é mentiroso, tem compulsão por mentira. Omitir. Ele cita muitos e muitos dados falsos, né? Durante a fala dele. [...] A gente percebe isso, que ele é um homem mentiroso".
[81] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[82] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).

dessas circunstâncias, diversas narrativas expressaram sentimentos de injustiça, frustração e ressentimento, como pode ser visto no depoimento de Vanda:

> Da pandemia eu consegui *[o auxílio emergencial]*, os outros não, porque a Bolsa Família, eu não fui aprovada. Mas tinha uma pessoa que tinha um carro e ela foi. Ela tinha um carro na garagem, uma casa, mas ela foi. "Minha Casa, Minha Dívida", eu nem tentei porque a gente não... Pobre não tem vez. Na verdade, devido ao meu trabalho ser informal, eles buscam aquelas pessoas que têm carteira assinada. Mas nunca tentei... Mesmo assim, 30 anos é muito tempo, é quase a minha vida[83].

Ainda sobre a questão do engodo lulista, houve uma discussão acalorada entre os participantes do grupo focal formado pelos estudantes acima de 35 anos, pois os eleitores de Bolsonaro argumentaram, entre outros pontos, sua rejeição ao PT em virtude da falácia contida na afirmação de que "o pobre teve vez no governo Lula", principal elemento de defesa desse candidato acionado por seu eleitorado. Em um trecho desse diálogo, é possível identificar o ressentimento nutrido pela exclusão desse público das propaladas políticas sociais implementadas pelo PT:

> ELISÂNGELA: Ao contrário da nossa amiga Irene, eu me inscrevi na "Minha Casa, Minha Vida" três vezes com a mesma história que ela, sem marido, com dois filhos. Eu vi professora da escola da minha filha ganhar a casa, estar ali, [...] na mesma fila que eu. Professora, funcionária pública, ganhar a casa e eu não. Aí veio essas políticas, né? Que o PT criou [...]. Eu perdi o horário integral das minhas filhas porque o benefício não era pra mim, o benefício era pra filho de drogado, filho de viciado, filho de desempregado, não sei o quê das quanta [...], e eu, enquanto mãe trabalhadora, que tinha as minhas filhas que eu precisava deixar na escola, [...] pagava 500 reais de babá. [...] Escola, faculdade... A minha filha ficou devendo uma fortuna, "ai, faculdade pra filho de pobre". Mentira. Dívida, dívida para filho de pobre. [...] A proposta pode até existir, mas na prática ela não funciona. Não pra mim, Elisângela, mãe solo de quatro, não funcionou. O que eu tenho hoje é fruto do meu trabalho, [...] o PT não me favoreceu em nada. [...]
> VANDA: um dia eu votei no PT. Um dia eu também apoiava os projetos, mas depois do Lula, Dilma que foi decaindo, foi decaindo. Foi só coisas piorando e aparentemente, para muitos, eles estão fazendo vários projetos maravilhosos, mas se a gente for a fundo, a gente vai ver que não, que a população pobre está sendo e vai ser prejudicada. É igual ele inventou esse projeto "Desenrola". Mentira. É um projeto mentiroso. Porque eu falo, porque eu busquei várias propostas e aquilo de 90%, mentira, não existe. [...]
> IRENE: Eu estava devendo ao banco, eu fui ao banco dentro do "Desenrola" e consegui me desenrolar.
> VANDA: Irene, eu te parabenizo.
> IRENE: Eu negociei com o banco e estou desenrolada. Várias pessoas que conseguiram...
> VANDA: Mas é o que eu falo. Os projetos que acontecem, os projetos é, fala assim, "ah, beneficia toda a população". Não beneficia, não são todos que são beneficiados. [...]
> RUTH: [...] Eu também não consegui. Mas quantas pessoas que realmente não tinham conseguido conseguiram, isso pra mim já é um avanço.
> IRENE: Eu consegui.
> PAULO: Eu consegui.
> VANDA: Eu, não.

[83] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).

> RUTH: Isso pra mim já é um avanço. É, eu não posso pensar em mim, eu tenho que pensar no maior número, e aí quando a gente fala da esquerda, a gente fala nisso. Quantas famílias saíram da pobreza?
> VANDA: Mas muitos vão naquela parte, eu sou esquerda porque os projetos da esquerda beneficiam toda a população e não, é mentira, é mentira[84].

A visão de que o projeto de universalização de direitos, bens e serviços públicos proposto pelo PT seria um engodo articula-se à ideia de que a esquerda é, de maneira geral, hipócrita e demagógica, pois "prega uma coisa e faz outra". Outros políticos de expressão nacional além de Lula, como Marcelo Freixo e Guilherme Boulos, do PSOL, e também artistas, como Emicida, foram classificados dessa mesma forma, conforme os depoimentos dos estudantes Lucas e Eduardo. Eles argumentaram que um dos motivos que os fazem rejeitar a esquerda é o fato de que muitos representantes desse campo político usufruem de privilégios materiais que criticam em seus discursos:

> A questão do Boulos e do Freixo é que, enfim, eu acho que eles são aquela esquerda caviar que, tipo assim, quer impor uma coisa, mas não segue a filosofia. O próprio Freixo é isso. Ele não defende arma, tudo mais. No Rio de Janeiro, ele quer, sei lá, quer tentar vencer a criminalidade no Rio sem usar arma, mas ele é um cara que anda com segurança armada[85].

> Temos agora um caso, do Emicida, que falou no *Rock in Rio* que a burguesia fede e o preço do ingresso para o *Rock in Rio* é mil reais. E ele está vestindo uma camisa lá da *Gucci* que vale 7 mil reais. Como você fala isso, que a burguesia fede, né? [...] E você fala uma besteira dessa num evento onde que [...] um pobre que ganha um salário-mínimo, né, [...] não tem condição de pagar um ingresso, né. Pra mim, soa uma narrativa muito hipócrita[86].

Conforme visto, além da vinculação do PT e da esquerda ao comunismo, que por sua vez é associado à ditadura, à pobreza e à expropriação irrestrita de bens privados, o campo progressista é caracterizado como hipócrita e demagógico, sendo importante o sentimento de engodo e ressentimento em relação aos governos petistas nutrido pelos eleitores de Bolsonaro. De acordo com a narrativa dos estudantes, também integram a lista de ameaças à ordem beatífica os movimentos sociais "oportunistas" e "violentos", como o MST, a CUT e o MTST, bem como os feministas e LGBT, que desrespeitam as famílias e desejam "se impor" socialmente de maneira radical, extremista e opressora, como demonstrado na seção anterior.

Ainda restam ser apresentadas as ameaças advindas do âmbito acadêmico e do plano espiritual mencionadas pelos participantes da pesquisa. Sobre o primeiro, afirmou-se que a esquerda "tomou parte da educação", numa alusão ao que Olavo de

---

[84] Trecho de diálogo no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES).
[85] Mensagem de áudio enviada por Lucas, em 24.10.2022, pelo aplicativo *WhatsApp*.
[86] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).

Carvalho denominou como “gramscismo”. Há uma visão generalizada de que as ideias de esquerda predominam dentro das universidades, principalmente na figura dos professores, mas também por meio de outros atores que têm vínculo institucional com esses espaços: “A gente tem os canais aqui que a gente acompanha no noticiário. A gente vê os reitores, né, os reitores das universidades com esse vínculo esquerdista”[87].

Por essa perspectiva, a academia é vista como local de origem do “politicamente correto”, dando a entender que as “pautas identitárias” não são demandas concretas dos atores sociais, mas meras elocubrações acadêmicas: “muita coisa que surge agora atualmente, principalmente em relação a essa mudança ideológica, essa ascensão do politicamente correto, vem de dentro da academia. Não vem da sociedade, vem da academia, vem de pesquisas, etc”[88].

Por fim, a existência de uma “guerra espiritual” que assola o país também é mencionada no contexto das ameaças que atormentam as famílias brasileiras. A percepção de uma conspiração, que também envolve o “comunismo petista” e o “gramscismo universitário”, alça ares divinos por meio de uma batalha do “bem” contra o “mal”, realidade descrita por alguns eleitores de Bolsonaro, sobretudo os evangélicos.

Tendo como referência as profecias bíblicas que versam sobre o fim dos tempos, muitos estudantes relacionaram as leis a favor do público LGBT e medidas tomadas pelo STF como sinais de que a guerra espiritual segue em ofensiva, sendo necessárias ações para enfraquecer o inimigo. Vejamos os depoimentos:

> A gente, cristão, que vive a bíblia, a gente sabe que tudo ali que está escrito vem acontecendo. As profecias estão se cumprindo. [...] As novas leis que estão vindo não são boas para quem tem filhos. É daqui pra pior. Hoje as leis é o quê, um banheiro pra homem e mulher. A criança na certidão de nascimento não vai colocar mais pai e mãe[89].

> A gente pede muita oração pelo país, né? Nós estamos em campanha em favor do país, sabe? Porque nós estamos em guerra espiritual. [...] satânica mesmo, o bem com o mal. [...] É guerra mesmo, guerra, sabe? A gente vê assim estampada, escancarada. A gente não tem leis mais. O STF tomou conta do Brasil, não tem presidente, não tem ninguém. É o STF falou, tá falado. Entendeu? E aí, só Deus[90].

[87] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 29.09.2022, *on-line*.
[88] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[89] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[90] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 30.09.2022, em Vitória (ES).

Para que o lado do “bem”, das “famílias”, do “Brasil”, vença o lado do “mal”, do “PT”, dos “LGBT”, é necessário, além dos mencionados jejum e oração, o apoio a candidatos que encampem essa batalha, até mesmo para que o direito à expressão da fé seja protegido e assegurado. A estudante Elisângela, por exemplo, externou seu medo de que uma possível vitória da esquerda desencadeasse uma perseguição aos cristãos, não sendo mais possível a realização de cultos de portas abertas:

> [...] Falava-se muito que os outros candidatos iriam fechar igrejas, que ia acontecer um monte de coisa. [...] Então, assim, meu pastor ele pregava muito sobre isso. Porque o Bolsonaro ele defendia, né? Defende a igreja evangélica, os cristãos, e não é uma questão só dos candidatos falarem, *fake news* ou não, mas é bíblico que nós seremos perseguidos. Quem professa a sua fé vai ser perseguido. [...] Porque tem lugares que a pessoa não pode ter uma bíblia. As bíblias são queimadas. As pessoas são apedrejadas, as pessoas são chicoteadas. Então, assim, isso muito me preocupa. Eu tenho medo disso, de que isso chegue até o Brasil[91].

Nesse contexto em que emergem afetos como o medo, a frustração, a repulsa e o ressentimento, Jair Bolsonaro, para além de capitanear o enfrentamento eleitoral a todas essas ameaças corporificadas na candidatura petista, conseguiu reunir, em meio a um cenário de permanente conspiração, elementos que produziram confiança em seu eleitorado, a despeito das críticas sobre seu comportamento público. Alguns apontamentos a esse respeito merecem ser feitos antes de introduzir as reflexões acerca do papel da internet na mobilização dos aspectos ideológicos e afetivos da lógica fantasmática.

O primeiro deles refere-se à característica de autenticidade identificada nesse candidato. Segundo os relatos, Bolsonaro era um político “boca aberta” e “sem travas na língua”, que embora “tosco”, não escondia o que pensava, diferente dos políticos de esquerda, que enganam, são hipócritas, “pregam uma coisa e fazem outra”. Suzana descreveu bem essa relação com o candidato: “Sabe a pessoa que fala, joga tudo que pensa? [...] Eu votei nele foi por conta disso mesmo. Não tem trava na língua. Porque os outros, você pisa em ovos. Ali você sabe com o que você está lidando”[92]. Outros políticos da extrema direita brasileira, como Nikolas Ferreira e Fernando Holiday, ambos do PL, também foram citados pelos estudantes como autênticos, sendo, por isso, dignos de admiração.

Além de autêntico, Bolsonaro também despertou o apreço de seu eleitorado por ser um grande “estrategista”, com destaque para a forma como enfrentou a

[91] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[92] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

esquerda no país em termos midiáticos. Mesmo “se expressando mal”, “xingando” e “confundindo educação com grosseria”, esse político conseguiu estar permanentemente nos holofotes da imprensa, sendo assunto a todo momento e dando “a cara pra bater”, independente do tema em questão, como descreveu o estudante Pedro:

> Bolsonaro ele é um cara muito estratégico. Não tem *reality show* no Brasil? Quem vence o *reality* do Brasil? É quem apanha mais, né? Então, eu acredito que, por ele ter muita estratégia, ele dá a cara pra bater, o pessoal vem *pá pá pá*. Pronto, ele fica como o pobre coitado. E aí quando vem o contragolpe dele, ele vem muito forte[93].

É importante registrar que os eleitores desse candidato reconhecem as polêmicas contidas em suas falas e acreditam que um governante da nação deveria se portar de maneira mais adequada. Contudo, esse comportamento é frequentemente relativizado, seja por considerarem que ele tem uma oratória ruim, seja por julgarem seu temperamento como intempestivo. O estudante Eduardo, por exemplo, no trecho a seguir, disse que Bolsonaro é munido de boas intenções, mas sua comunicação verbal não contribui para que elas sejam bem compreendidas:

> O Bolsonaro é uma pessoa que se comunica muito mal. Eu acredito que ele tem algumas boas intenções. Inclusive, assim, na pandemia, quando ele chamou o coronavírus de gripezinha, eu pelo menos, eu tive uma leitura assim, o Bolsonaro ele quer elevar a autoestima do brasileiro. Nós somos um país grande. Então a gente não pode dar o braço a doer por causa de uma pandemia. Nós vamos passar por isso. Só que o Bolsonaro, como ele é uma pessoa extremamente impulsiva, explosiva, ele foi lá e falou merda e ainda fica falando do porte atlético dele para querer confrontar isso[94].

A relativização das falas polêmicas desse candidato também foi feita sob a justificativa de que ele não é perfeito e tem defeitos como qualquer ser humano, argumento que o torna próximo do público comum: “Nunca considerei ele uma pessoa completamente racista. ‘Ah, eu vou colocar os pretos, ah vou excluir os pretos’. Não. Pode ser que ele seja racista. A maioria das pessoas são. Não tem jeito”[95]; “Ele falou alguma coisa lá sobre homossexuais [...], foi uma coisa ridícula que me fez pensar nisso, tipo, ‘eu vou votar nesse cara com esse pensamento?’, mas aí depois eu pensei também que, pô, não tem como achar um candidato perfeito”[96]; “Ele pode ser a favor das armas? Pode. Ninguém é perfeito. Ele não é um presidente perfeito [...]. Ele tem

[93] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[94] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[95] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[96] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.

os defeitos dele, tem as loucuras dele. Às vezes ele fala cada coisa que é muito abobrinha. Mas ele tem um ponto que eu busco: lutar pela família"[97].

A estudante Vanda também acredita que as "doideiras que ele fala" são amenizadas por sua esposa, Michelle Bolsonaro, a qual admira justamente por ser cristã e lutar pelas "questões femininas das mulheres". Segundo a participante, "'Atrás de um grande homem, sempre existe uma grande mulher'. A esposa dele, [...] eu sou, assim, uma fã, pode-se dizer assim, dela. [...] 'A mulher faz um homem', então atrás dele tem ela. [...] Ela não é feminista. Ela luta pelas causas das mulheres"[98].

Com vistas a finalizar as reflexões no âmbito da lógica fantasmática, apresentarei alguns elementos sobre a maneira como foi possível construir essas fantasias com tamanha eficácia e capilaridade entre a população brasileira. Para tanto, abordarei algumas dimensões acerca do papel peculiar e decisivo da internet para o êxito eleitoral do bolsonarismo no Brasil e que também ajudam a compreender os motivos pelos quais esse espaço foi um dos mais mencionados pelos eleitores de Bolsonaro como lócus de identificação política, como visto no capítulo anterior.

Uma primeira dimensão está relacionada ao engajamento de pessoas comuns na campanha do candidato, o que foi possível pela popularização do uso do aplicativo de mensagens *WhatsApp* nas eleições de 2018. Essa ferramenta, na visão de Avelar (2021), além de ser a própria definição de internet para milhões de brasileiros com planos de celular com limite de dados, permitiu que o bolsonarismo construísse "uma rede de sociabilidades, um vasto universo de engajamento popular forjado em laços familiares, religiosos e de bairro" (Avelar, 2021, p. 266).

O mecanismo do aplicativo que tornou essa constituição viável foi a função de encaminhamento de mensagens, cuja fonte e autoria originais do conteúdo são apagadas no momento de seu repasse. Dessa maneira, a veracidade da informação recebida passou a ser creditada às relações pessoais de confiança estabelecidas com o sujeito que a enviou, em geral, alguém próximo, como um vizinho, um membro da família ou o pastor da igreja. Nesta pesquisa, por exemplo, o estudante Ronaldo disse que o grupo de *WhatsApp* do time de futebol do qual participa é o espaço onde mais se trocam mensagens sobre política:

> RONALDO: *WhatsApp* mais é... Mais grupos de futebol, né?
> LUCIANA: Seu ciclo mais próximo...

[97] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[98] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).

> RONALDO: É, de futebol, de família, de amigos... A gente conversa muito sobre política também[99].

Uma característica semelhante no que tange à intensa adesão popular à campanha do candidato é apresentada por Cesarino (2019, p. 535) como a fractalização do mecanismo populista, ou seja, "sua proliferação por múltiplas escalas – no caso, a escala mais capilar dos próprios usuários – praticamente sem alteração estrutural". Segundo a autora, pesquisas realizadas durante o pleito de 2018 demonstraram que a maior parte dos conteúdos favoráveis a Bolsonaro foram impulsionados por perfis e celulares que não faziam parte de sua campanha oficial, de modo que a replicação espontânea por usuários comuns foi o que tornou sua campanha tão eficaz.

Ela também argumentou que, embora novos conteúdos fossem produzidos constantemente e disparados massivamente a partir de celulares que realizavam os primeiros *uploads* da campanha oficial, seu repasse alcançava, em algum ponto de sua trajetória, *WhatsApps* pessoais e grupos de famílias. Dessa forma, à medida que esses conteúdos se afastavam dos centros unificados e estruturados da rede, segmentavam-se "naturalmente" até chegar aos indivíduos com maior probabilidade de serem afetados por cada um deles, mecanismo que permitiu que cada seguidor completasse as mensagens recebidas com seus próprios significados (Cesarino, 2022).

Outro elemento apontado por Cesarino (2019) para explicar essa potência fractalizadora, além da universalização recente dos *smartphones* no Brasil, é o tipo de mediação proporcionada pelas mídias digitais, que consiste justamente no efeito de ausência de mediação entre o líder e o povo, de modo a parecer concreto o acesso direto ao candidato ou ao presidente. Esse mecanismo torna o político uma figura muito mais acessível, para quem é possível externalizar diretamente as demandas de seu eleitorado. Nesta pesquisa, o efeito da ausência de mediação ficou explícito na fala da estudante Dalva, que disse conversar diretamente com Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama do país, via *Instagram*. Vejamos sua narrativa:

> DALVA: Eu, de vez em quando, converso com a Michelle Bolsonaro. Eu converso com ela pelo *Instagram*. Aí eu falo com ela, eu cobro dela: "Olha só, seu marido falou assim, que ia fazer isso. Vem cá, ele não vai fazer não? Você tem que cobrar dele, ele está me representando".
> LUCIANA: E ela responde?
> DALVA: Ela responde.
> LUCIANA: Ela responde o quê? [...]

[99] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).

> DALVA: Ela fala assim, “não, eu vou ver, vou ver se você tem razão e vou passar pra ele e vou conversar com ele”. Eu falo assim, “eu quero resposta”, ela me responde. [...]
> LUCIANA: O que você acha dessa primeira-dama, a Michelle?
> DALVA: Eu acho ela muito, muito simples. [...] Eu acho ela muito educada, ela é uma pessoa fina, ela te responde as coisas que eu pergunto pra ela. Ela me responde. Às vezes ela não está ali, mas eu deixo uma mensagenzinha pra ela, quando eu vejo, ela me respondeu[100].

Algumas considerações também merecem ser feitas ao tipo de linguagem utilizada nos meios digitais da campanha bolsonarista, a da “*trollagem*”, que, conforme Avelar (2021), constituiu-se a partir de diversas operações retóricas, entre as quais: a atuação reiterada nos mesmos veículos de comunicação; a agressividade em relação ao interlocutor ou ao sujeito mencionado no discurso; a desconsideração acerca da distinção entre verdade factual, hipótese não fundamentada e pura invenção; a sugestão de que algo está oculto; e a ambiguidade sobre a seriedade ou não de um enunciado, sendo este último aspecto decisivo para o êxito bolsonarista, pois conforme o autor supracitado,

> A incerteza sobre o estatuto dos enunciados cumpre a função de garantir a denegação automática, caso o enunciado seja questionado ou desmentido, além de oferecer o humor necessário para manter a atenção do espectador/leitor no mundo volátil das redes sociais, de arco de atenção breve. A operação do *troll* ocorre nesse registro, no qual verdade e mentira, constativo e performativo, estão mesclados ou confundidos (Avelar, 2021, p. 256).

Ainda sobre a figura do “*troll*” na cultura da internet, Cesarino (2019) complementa que ela adquire influência e engajamento por meio de declarações tabus e absurdas, de modo a gerar uma fascinação sobre parte dos usuários, seja pela quebra de tabus, seja pelos engajamentos negativos por aqueles que se sentiram ofendidos: “nas mídias sociais, o velho adágio ‘falem mal, mas falem de mim’ adquire uma outra dimensão, inclusive algorítmica” (Cesarino, 2019, p. 542). No caso das “*trollagens*” de Bolsonaro, tanto a direita quanto a esquerda contribuíram para sua ascensão na esfera pública nacional, pois o mantiveram constantemente em evidência por ocasião de suas declarações polêmicas, ora pela exaltação de suas falas, por um lado; ora pelas intensas críticas direcionadas a elas, por outro.

Por fim, em termos de técnicas e estratégias de atuação digital, registra-se que a campanha de Jair Bolsonaro utilizou conteúdos sob os mesmos padrões gramaticais que se repetiam sistematicamente. Eles foram sintetizados por Cesarino (2022) nos

[100] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

seguintes termos: equivalência líder-povo; antagonismo amigo-inimigo; presença de uma ameaça existencial iminente; espelho invertido entre inimigo e identidade líder-povo; e deslegitimação de estruturas de produção de verdades preexistentes, como a imprensa e a academia, a fim de isolar os seguidores em públicos fechados. Embora todos esses mecanismos sejam importantes para a compreensão do funcionamento da linguagem digital bolsonarista, discorrerei apenas sobre o último aspecto.

De acordo com Cesarino (2022), desde as eleições de 2018, boa parte dos brasileiros dispensou a opinião de especialistas e da mídia tradicional, pois passou a enxergá-los como fontes de manipulação e hipocrisia. Entre os eleitores de Bolsonaro desta pesquisa, esse aspecto mostrou-se evidente: “Antes de nós termos, assim, amplo acesso à internet, nós vivíamos num mundo que nós tínhamos uma fonte só de informação. Poxa, o mundo acabando lá fora e a gente só tinha aquele mundinho ali pra gente”[101]; “O cara cortou boa parte da teta da *Globo*, né, 80% do orçamento da *Globo* [...]. Eu achei isso bacana, pô, eu estou trabalhando pra caramba pra sustentar os jornalistas da *Globo* [...], uma TV muito sensacionalista, [...] espalha muita *fake news*”[102].

Essa desconfiança e descrédito em relação à imprensa tradicional, que se estende às universidades e aos sistemas escolar, legal e de saúde, configuram-se como uma crise dos sistemas de peritos[103] (Cesarino, 2021), a qual se caracteriza, por sua vez, pela busca da verdade não por meio dos procedimentos “fixados pelas estruturas neguentrópicas modernas (notadamente, a ciência, a imprensa profissional e as instituições do estado democrático de direito), mas da experiência pessoal e imediata, elos causais ocultos, e pertencimento identitário do tipo antagonístico” (Cesarino, 2021, p. 79). Sendo assim, a confiança na produção de verdades objetivas por especialistas é profundamente abalada.

A digitalização crescente da vida é um dos fatores que tem contribuído para a crise de confiança nesse modelo, uma vez que as novas mídias têm atuado justamente nos processos de desintermediação (Cesarino, 2022), ou seja, na geração de desconfiança em relação aos instrumentos e instituições anteriormente

---

[101] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 29.09.2022, *on-line*.
[102] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 16.10.2022, em Vitória (ES).
[103] No âmbito da teoria social, Giddens (1991, p. 35) designou como sistemas peritos “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Segundo esse autor, são mecanismos da modernidade que permitem a manutenção da confiança nas interações que ocorrem sem a simultaneidade do tempo e do espaço.

consagrados como redutos de veracidade e confiabilidade. Ao mesmo tempo, elas também têm protagonizado a transferência dessa confiabilidade para os "novos peritos", por meio de processos de reintermediação, entre os quais podem ser mencionados os influenciadores digitais, *YouTubers*, *experts* em algum tema ou os próprios sistemas de algoritmos das plataformas.

A confiabilidade nos "novos peritos" pareceu se sobressair entre os eleitores de Bolsonaro quando indagados sobre os meios de informação que julgavam mais confiáveis em se tratando de política. Muitos estudantes disseram que formavam sua opinião por meio de canais do *YouTube*, do buscador do *Google* ou das redes sociais da internet: "Hoje em dia eu tenho o *YouTube*, né? Eu gosto muito de ver, assistir o *YouTube*, né? [...] Eu gosto de ouvir e assistir a *Jovem Pan*, que são canais independentes, assim como o *YouTube* também tem canais independentes"[104]; "A informação já não é mais de uma emissora de televisão, isso é ultrapassado, não tem como mais eles influenciarem. A pessoa vai pesquisar no *Google*, a pessoa vai entrar no *Instagram*"[105]; "O *Twitter*[106], ele é uma rede social mais funcional. Porque ali é um espaço onde há mais discussões sobre a política. É um espaço mais aberto, [...] onde que determinados temas que você discute eles podem ser alavancados, né?"[107]; e "Eu uso mais no meu dia a dia é *Instagram*, sobre política, o *Twitter*. E claro que do *Twitter* eu vou pro *Google* pra validar se essa informação é verdade ou não [...]. Em 2018, com certeza, eu só usava o *YouTube* pra me basear[108].

A fim de concluir esta seção, sintetizarei os elementos apresentados acerca da maneira como a lógica fantasmática operou entre o eleitorado de Jair Bolsonaro nesta pesquisa. Em sua face beatífica, foram mobilizados sentimentos de esperança em relação ao candidato, visto como aquele que retiraria o Brasil da situação de caos, desordem e corrupção, devolvendo harmonia e ordem às famílias brasileiras.

Por outro lado, em sua face terrível, a fantasia expressa por esses participantes acionou sentimentos como o medo, a raiva, a frustração e o ressentimento em relação a grupos sociais vistos como inimigos. Nesse cenário, enquadraram-se o PT e a

---

[104] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 29.09.2022, *on-line*.
[105] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[106] A rede social *Twitter* passou a se chamar *X*, desde julho de 2023, em virtude da compra da plataforma pelo empresário Elon Musk.
[107] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[108] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.

esquerda, frequentemente associados ao comunismo, à ditadura e à pobreza, e cujas práticas foram consideradas hipócritas e demagógicas em diversas ocasiões.

Além disso, os movimentos sociais, vistos como violentos e oportunistas, ao lado de feministas e homossexuais, os perturbadores da ordem familiar, também compuseram as fileiras dos inimigos. Predominou, entre os participantes, a ideia de uma conspiração permanente, tanto pela crença em uma ofensiva da esquerda no meio universitário quanto na escalada de uma guerra espiritual entre o bem e o mal no âmbito religioso.

Por fim, demonstrei que, embora os estudantes tenham criticado o perfil político de Jair Bolsonaro, também demonstraram relativa admiração por ele, considerando-o autêntico e genuíno. O êxito desse processo esteve relacionado, entre outras questões, à comunicação digital empregada pela campanha do candidato, que utilizou um conjunto de técnicas favoráveis ao fomento incessante de antagonismos e à desintermediação entre líder e povo, em um contexto de crise nos sistemas tradicionais de produção de verdade e confiança.

Após apresentar a maneira como a ordem hegemônica capitaneada por Jair Bolsonaro foi constituída nos âmbitos das lógicas social, política e fantasmática, abordarei o modo como ela foi contestada. Na próxima seção, apontarei os principais elementos de antagonismo relacionados ao candidato, bem como as demandas elencadas para um possível governo que se opusesse a essa ordem, a fim de estabelecer uma comparação entre o processo de identificação política dos eleitores de Bolsonaro e dos que o rejeitaram nas eleições de 2018 e 2022.

4.4. BOLSONARO COMO ANTAGONISTA: A CRÍTICA AO “MITO”

Como enfatizado, a lógica hegemônica descrita e analisada anteriormente foi profundamente contestada pelos estudantes que não escolheram Jair Bolsonaro como presidente do país. Desse modo, a fim de estabelecer uma comparação entre os subgrupos desta pesquisa, recorrerei, novamente, às Lógicas da Explicação Crítica para demonstrar como foi construída a rejeição a esse candidato, assim como ocorreu, alternativamente, a identificação política dos não eleitores do “mito” com os presidenciáveis petistas nos pleitos de 2018 e 2022.

No âmbito da lógica das diferenças, os não eleitores de Bolsonaro apresentaram como demanda prioritária para o país a implementação de políticas

sociais que promovessem melhorias nas condições de vida da população, tanto em termos econômicos quanto sociais. Eles enfatizaram a importância de medidas governamentais que priorizassem a educação e, consequentemente, melhorassem a segurança pública, bem como ações de fortalecimento da saúde: “Melhoria na infraestrutura da saúde, na educação, principalmente, porque eu acho que um país sem educação não é nada”[109]; “Criar emprego, melhorar a estrutura de saúde, melhorar a estrutura da educação, porque os pilares principais do país que eu entendo, né? A educação, a segurança e a saúde”[110]; e “É questão de educação, saúde. Se houver investimento na educação, consequentemente, a segurança também melhora”[111].

Além disso, os estudantes mencionaram a necessidade de ações do poder público que gerem emprego para a população e que combatam a carestia, a pobreza e a fome, cujo retorno foi considerado um retrocesso nacional: “Questão de alimentação que hoje a gente paga muito caro. [...] Mais emprego, porque é o que falta hoje para muitas pessoas”[112]; “O combate à fome é uma proposta prioritária”[113]; “Saúde, educação e a fome. Porque eu acho um absurdo as pessoas tá comprando osso no mercado”[114]; “Em relação à moradia, os programas que foram criados ainda não são suficientes para tirar as pessoas do aluguel, da pobreza. É desemprego, moradia. Questões relacionadas à alimentação, coisa cara, a gasolina cara”[115]; “Criar emprego, porque uma população que tem um emprego e um salário digno, ela anda de cabeça erguida”[116]; e “Emprego e renda é uma coisa que o povo brasileiro está pedindo muito porque todo mundo, quem está empregado, está ganhando mal”[117].

Ainda no âmbito das demandas diferenciais, o aumento do poder de compra do pobre, vinculado à valorização do salário-mínimo, também figurou entre as pautas levantadas pelos estudantes que não optaram por Jair Bolsonaro: “É a baixa estadia do salário-mínimo. Eu acho pouco para as dificuldades que a gente enfrenta com o preço”[118]; e “A gente precisa fazer alguma coisa em relação ao poder de compra do

[109] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[110] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[111] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[112] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[113] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[114] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[115] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[116] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).
[117] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[118] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).

pobre, mas não pro supérfluo, para o básico. A gente passou o estágio do ‘eu não posso mais ter o supérfluo’, [...] a gente já está no estágio de ‘eu não posso ter o básico’”[119].

Por fim, a recuperação dos direitos trabalhistas, considerados violados e suprimidos desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), e a necessidade de avanços na implementação de políticas de inclusão de minorias conformaram o quadro da lógica das diferenças entre os não eleitores de Jair Bolsonaro: “Pra nós, enquanto trabalhador, é voltar os direitos. Principalmente nós mulheres. [...] Mulher aposentava com 60 anos. A mulher elevou agora pra 63. A nossa pauta é que diminuísse dos homens e das mulheres, não que aumentasse”[120]; “Essa questão da reforma trabalhista, né? Eu acho que isso aí é uma coisa que precisa ser revista para que o país possa melhorar”[121]; e “Eu penso muito na inclusão. Eu acho que no dia de hoje, já no século XXI, muitas coisas ainda estão atrasadas. Por exemplo, a inclusão de pessoas LGBT em alguns ambientes”[122]. Tais demandas, visivelmente focadas em pautas relacionadas aos principais marcadores de diferenças sociais, como a classe, a raça, o gênero e a orientação sexual, articularam-se, no âmbito da lógica da equivalência, no enfrentamento a um inimigo comum: Jair Bolsonaro, representante da extrema direita e do conservadorismo brasileiro.

O antagonismo a esse candidato unificou os eleitores que optaram pelos presidenciáveis petistas no 2º turno das eleições de 2018 e de 2022, o que se confirma pelas narrativas: “Defender Lula a gente defende, porque entre as lideranças que a gente tem [...], é o cara que mostrou que poderia, de repente, tirar o Bolsonaro do poder”[123]; “Eu espero em Deus que Bolsonaro não se reeleja Presidente da República, porque, pelo amor de Deus, ninguém merece, ninguém aguenta mais, então a gente tem que eleger um candidato que tá na frente dele, o Lula”[124]; “Pra não ver o Bolsonaro lá. E também assim, obviamente, porque durante o governo dele *[de Lula]* foi um bom governo, né? independente, se houve escândalos depois, qualquer coisa, ele fez um bom governo, apostar nisso, entendeu?”[125].

---

[119] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[120] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[121] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[122] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[123] Mensagem de áudio enviada por Tadeu, em 08.12.2022, pelo aplicativo *WhatsApp*.
[124] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[125] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).

A fim de analisar a rejeição a Jair Bolsonaro de maneira minuciosa, apresentarei a seguir os principais argumentos mencionados pelos estudantes para justificar o antagonismo a esse candidato: histórico parlamentar marcado pelo apoio à ditadura militar brasileira e pela inexpressiva atuação como deputado federal; fomento ao uso de armas pela população como forma de solucionar os problemas de segurança pública; incitação à homofobia, ao machismo e ao racismo por meio de falas preconceituosas contra gays, mulheres e negros; e quebra da laicidade do Estado em virtude da mistura entre religião e política. Vejamos como foi desenvolvida a argumentação em torno de cada umas dessas questões.

Acerca do histórico do político, os participantes que não votaram em Bolsonaro consideraram condenável sua defesa da ditadura e o elogio a militares torturadores: “É um cara que eu não votei, é um cara que não votaria atualmente. Nem se fosse daqui 10 anos. Também ele apoiava a ditadura. E isso pra mim, já é fim do colapso”[126]. Além disso, também demonstraram inconformismo com a ausência de projetos de sua autoria durante os mandatos na Câmara dos Deputados. A estudante Carolina, por exemplo, afirmou que não se identificou com Bolsonaro tanto por seu “caráter reprovável” manifestado pelo apoio ao regime militar quanto por sua pífia atuação parlamentar em Brasília:

> [...] Quando eu escuto o cara dizer, da boca dele, que o ídolo dele é um torturador, eu não preciso conhecer ele pessoalmente para saber que o caráter não é aprovável, entende? Então, eu acho que, antes de político, eu não me identifiquei como pessoa, e aí depois, acompanhando a política, menos ainda, né? Porque 28 anos sem fazer nada, não ia fazer nada depois também não[127].

Rosa e Irene justificaram, respectivamente, a rejeição a Bolsonaro de maneira semelhante, enfatizando a falta de preocupação com a população brasileira durante sua carreira política: “Eu não me sinto bem votando nele. [...] Pesquisando sobre ele, [...] ele tem um monte de projeto, nenhum deles foi aceito. O que que esse cara vai fazer na presidência? Vai contribuir com o quê? Vai contribuir com nada”[128]; e “Desde o tempo que ele era deputado, ele nunca traçou nada pro país, pro povo brasileiro, né? Nunca criou nada que se pudesse dizer que foi para uma coletividade [...]. Desde lá, ele sempre pensava no umbigo dele, né?”[129].

---

[126] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[127] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[128] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[129] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).

A alegação da ausência de projetos aprovados por Jair Bolsonaro como parlamentar também se articula à percepção da inexistência de um plano de governo por parte do candidato durante a campanha eleitoral de 2018: “Ficou 30 anos mamando na teta, na nossa teta, né? Tipo assim, nunca elegeu um projeto de nada, o cara que não tem plano de governo nenhum”[130]; e “Eu já conhecia a índole dele, já sabia que não prestava, que ia dar errado tudo. Primeiro, que ele nunca teve um plano de governo, né?”[131].

Outro argumento levantado pelos estudantes para contestar Jair Bolsonaro está relacionado à sua proposta de armar a população como uma das formas de solucionar problemas de segurança pública. Na visão dos participantes, essa medida, além de não garantir proteção às pessoas, também não resolve problemas sociais, os quais devem ser sanados por políticas públicas, como as de educação: “Eles querem voltar ao que era no passado. É torturar mesmo as pessoas, é bater, é matar, aonde que um líder tem que dizer que tem que liberar arma pra matar todo mundo, que vai proteger, aonde que vai proteger?”[132]; e “Essa fala que ‘bandido bom é bandido morto’ e com fala que ‘vamos armar pessoas que vai mudar, as coisas vão mudar’. Não, eu não penso desse jeito, não. Eu penso que a educação que transforma as pessoas, [...] a vida das pessoas, o livro”[133].

Uma estudante argumentou algo semelhante ao exemplificar que o combate ao tráfico de drogas apenas pela ação armada da polícia é ineficaz se não for acompanhada por ações educativas que ocupem o tempo dos adolescentes nas favelas:

> A gente tem um problema de segurança pública? Tem. A gente tem problema de saúde pública? Tem. A gente tem problema social? Tem. Não consigo tirar da cabeça que a melhor forma de resolver cada um desses problemas é educação. [...] Não adianta a gente resolver o problema da segurança pública botando a polícia pra subir favela e matando adolescente que serve de aviãozinho lá em cima. E o engravatado, que traz essa droga de fora do país pra cá? É simples, você vai subir, vai matar o adolescente e vai entrar outro adolescente que não tem um tempo numa escola, que não tem um programa social pra ele tá estudando [...]. Então vai ocupar o lugar dele. É um efeito que não passa nunca[134].

A seletividade no acesso às armas por segmentos da população com maior poder aquisitivo também foi mencionada como crítica à proposição de Jair Bolsonaro

---

[130] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[131] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[132] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[133] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[134] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).

em um cenário de ampliação da liberação do porte desses objetos: “Na verdade, esse negócio de legalizar as armas não foi pra favela, não foi pra periferia, né? [...] Então você vê quanto que essas coisas imediatistas, né? Acaba atingindo as pessoas”[135].

O estudante Nilo reiterou esse argumento, acrescentando que o país tem questões mais urgentes para serem resolvidas e que passam ao largo da discussão sobre liberação de armas:

> Do Bolsonaro, eu acho que porte de arma é o que eu mais rejeito. [...] O porte de arma é uma coisa, assim, você está tendo o direito de ter um objeto pra tirar a vida de alguém, né? E isso não é uma coisa que vai ser de acesso, sei lá, quem tem mais condição, esse tipo de coisa. Você vai estar favorecendo [...] uma parcela ali, né, pequena de uma sociedade, tipo, mesmo se fosse liberado pra todo mundo, já seria uma coisa bem difícil, então eu acho que é [...] uma coisa impensável, tem mil outras prioridades além disso[136].

Outro aspecto relacionado ao candidato Jair Bolsonaro intensamente criticado pelos estudantes que não optaram por sua candidatura foi a exaltação e a naturalização do preconceito contra gays, mulheres e negros. Nesse subgrupo da pesquisa, a ridicularização das pautas relacionadas aos marcadores de diferenças de gênero, raça e orientação sexual é compreendida como um grave retrocesso na sociedade brasileira: “[...] A gente lutou por uma sociedade mais justa e igualitária. Sempre lutou contra racismo, homofobismo [sic] e vem esse cara aí e tira os fascistas do armário como se isso fosse opinião, como se racismo e machismo fosse uma opinião como outra qualquer”[137]. A estudante Carolina, por sua vez, além de enfatizar a postura racista do candidato, também demonstrou como ele “se utiliza” das minorias para encobrir essa posição:

> É um presidente que é racista, por mais que digam que não. E o que mais me destrói é o fato de tentar usar a minoria pra tentar manipular, como você pegar um homem negro e colocar como seu melhor amigo, do seu lado, o tempo todo, pra “olha, não sou racista, tenho amigo até preto”, entende?[138].

Percebi que essa temática gerou um acirramento na relação de antagonismo com Jair Bolsonaro por parte dos estudantes contrários ao candidato, o que fica evidenciado pelas expressões de negatividade no início dos depoimentos e pela ênfase no rechaço a esse político na abordagem do assunto: “[...] Ele é totalmente contrário às minhas ideias. [...] Ele é contra a população de LGBT, faz de tudo pra prejudicar a população indígena. Ofendeu muita das vezes [sic] a galera dos

---

[135] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[136] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[137] Mensagem de áudio enviada por Tadeu, em 08.12.2022, pelo aplicativo *WhatsApp*.
[138] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).

movimentos negros, não respeita as mulheres”[139]; “Ele não me representava. Ele é homofóbico, ele é racista, ele... Além de prejudicar também nosso país. Ele quer privatizar”[140]. Nesse contexto, a estudante Rosa exemplificou falas de Bolsonaro que considerou machistas e racistas:

> Quando ele atacou a jornalista, falou “aí eu não te estupro porque você não merece, você é feia”, essas coisas que não dá pra mim. Sem contar os discursos racistas que ele tem mandado. A parte que ele fala “ah, se tivesse como, se a ONU liberasse um míssil pra tacar na Rocinha e matar todo mundo que está lá na Rocinha”... Acho, Cidade de Deus que ele falou, numa favela, ia matar todo mundo que estava lá, assim, coisas que não dá, não desce[141].

Destaco também os sentimentos de indignação e angústia manifestados pelo estudante Valentim, que se considera não binário, ao relatar o declínio dos direitos dos LGBT promovido pela bancada evangélica com o apoio de Jair Bolsonaro: “Eu acho que isso acaba ferindo nossos direitos, o que a gente quer ser, porque a gente vai ser obrigado a seguir uma coisa é... Sob pressão. Isso para mim é tortura, é pressão psicológica”[142]. Em sua visão, durante o governo do político, intensificou-se o ódio às pessoas com orientações sexuais diferentes das heteronormativas:

> [...] O fato da ministra lá que ele colocou, a Damares, ela sempre tentava buscar fatores, algo que importunava a gente e querendo [...] tirar totalmente [...] o direito de ser não binário, transexual, gay, bi, enfim, e ela sempre buscava isso enfatizando “o menino veste azul e menina veste rosa”, até usar palavras bíblicas no meio para ofender, falar que na bíblia está escrito que existia só Adão e Eva e não Adão e Ivo. E isso causou [...] uma influência para várias pessoas que não pensavam assim, mas começaram a pensar assim, [...] então a igreja se envolveu [...]. O governo Bolsonaro foi totalmente prejudicial. Ele desencadeou mais ódio, mais tortura, mais agressão para a população LGBT[143].

A última justificativa apresentada pelos estudantes desse subgrupo para contestar Jair Bolsonaro articula-se com a fala anterior do estudante Valentim: a fusão entre religião e política promovido pelo candidato. Na visão da maioria dos participantes, a laicidade do Estado deve ser preservada, não sendo positiva a mistura entre a esfera religiosa e a política: “As pessoas evangélicas que falavam muito ‘ai, eu votei no Bolsonaro nem pela política dele, só porque é um homem de Deus’. Pra mim, religião e política era uma coisa que não podia misturar”[144]. Na mesma linha de raciocínio, a estudante Ruth relembrou a constitucionalidade do Estado laico e a dificuldade de as pessoas evangélicas compreenderem essa garantia legal:

---

[139] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[140] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[141] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[142] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 30.09.2022, em Vitória (ES).
[143] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[144] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).

> [...] As pessoas têm que entender que não tem como a gente misturar a religião, né? Com a política. Que [...] o estado é laico, né, a nossa Constituição, ela diz isso, mas a gente vê que as pessoas que são evangélicas, que estão entrando para a política, eles não conseguem compreender, né? Essa lei que a gente tem no Brasil. Elas misturam muito. Elas acham que a concepção é dela, ideologia evangélica que ela tem, ela vai misturar isso com a política[145].

A não vinculação entre religião e política também é reforçada no depoimento de Irene, que demonstrou preocupação com a emergência do fundamentalismo religioso no Brasil; e no de Nilo, que não compreende como uma crença espiritual, designada por ele como “sonho”, pode impactar a vida concreta das pessoas, a qual denominou de “realidade”. Vejamos as narrativas, respectivamente:

> Porque religião com política não dá certo. [...] Vira aquele fundamentalismo religioso igual a gente vê no Irã, no Iraque, né? O islamismo. E toma conta das coisas, as pessoas não têm liberdade pra fazer nada. E é isso que estão querendo implantar dentro do nosso país, infelizmente. Política com religião, não. Eu acho que a gente deve discutir tudo. Política, religião, futebol, discutir, falar sobre, ser contrário, né? Mas se juntar uma coisa com a outra, não dá certo[146].

> Eu acho, assim, que existe realidade. E aí, o que você quiser acreditar, a sua fé e tal, é você, você lá, sozinho. Agora essa mistura de você botar na nossa realidade uma coisa que você está sonhando, pra mim isso daí é até piada, né? Assim, não é possível, tipo, você brinca com a vida das pessoas, com alguma coisa que a pessoa precisa. Às vezes, a mulher foi estuprada, precisa fazer um aborto, sabe uma coisa assim, o cara lá está falando que Deus [...]. É o maior absurdo que poderia existir você misturar política com religião, é uma coisa que não deveria ser misturado de jeito nenhum[147].

Como demonstrado, os estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro contestaram arduamente as imbricações entre religião e política estimuladas por esse candidato. Sendo assim, da mesma maneira que seus eleitores, nesta pesquisa, apontaram uma centralidade na discussão a respeito da recuperação da família tradicional brasileira como forma de enfrentamento da crise moral que assola o país, seus opositores enfatizaram a necessidade de combater essa perspectiva.

Os contra-argumentos mencionados pelos não votantes de Bolsonaro para enfrentar, no debate público, a perspectiva alimentada pelo conservadorismo religioso, podem ser sistematizados em três eixos, a saber: a demonstração das contradições entre ser cristão e apoiar Bolsonaro ou entre Bolsonaro e os princípios cristãos; a culpabilização das lideranças religiosas pela imposição da visão de direita aos fiéis,

---

[145] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[146] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[147] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).

considerados manipuláveis; e o preenchimento do significante família como relação de amor entre pessoas, independente de consanguinidade ou orientação sexual.

Em relação ao primeiro argumento, apresentado principalmente pelos estudantes evangélicos, buscou-se enfatizar o quanto a postura discriminatória e ofensiva de Bolsonaro não é compatível com os princípios cristãos: “Se a pessoa é cristã, se a pessoa lê a bíblia, eu acho que a pessoa não vai maltratar pessoas, não vai pisar em pessoas, não vai fazer acepção de pessoas, não vai ter preconceito com pessoas independente da raça, da cor, da religião, do gênero”[148]; e “É uma política de ódio, de vingança, um evangélico fazer arminha. O evangélico dizer que ele tem direito de andar armado, de tirar a vida”[149].

Já Valentim enfatizou o quanto o envolvimento de evangélicos na campanha eleitoral de Bolsonaro os afastou dos valores ensinados pela bíblia, a ponto de praticarem o pecado da “idolatria”, ou seja, uma adoração a ídolos:

> [...] Aconteceu uma vez de minha mãe trazer, eles deram um envelope de primícias, de pagamento de oferta, e no verso tinha uma foto do Bolsonaro. Eu achei um absurdo porque é idolatria. Você está idolatrando e na bíblia que eles tanto citam é proibido, é pecado você idolatrar, acho que você tem que ser temente a Deus e ninguém mais, e ali as pessoas estão idolatrando político. [...] Esquecendo os princípios da bíblia, os princípios cristãos e idolatrando, a ponto de usar camisa de político, de ir em manifestação, de ofender o colega, de participar de briga por conta de politicagem[150].

A recuperação e a reinterpretação dos ensinamentos bíblicos a fim de contestar a perspectiva religiosa conservadora também apareceu na narrativa de outros estudantes. Em um diálogo com a mãe, uma estudante defendeu o respeito aos homossexuais sob o argumento de que Deus acolhe os “pecadores”, não os julgando por suas atitudes. Assim, a perspectiva do “Deus do amor” foi utilizada de maneira contraposta à do “Deus da punição”:

> [...] A minha mãe soltou essa frase pra mim: “mas o Lula vai legalizar o casamento gay” [...]. Eu falei, gente, eu não sei que bíblia esse pessoal está lendo, mas Deus andava com o cobrador de imposto. [...] Ele estava no meio quando eles tentaram apedrejar a adúltera. Quem foi que tomou partido dela? [...] Ele sempre estava no meio do que as pessoas julgavam as piores espécies. Eu falei “Deus é amor”. Ele sempre ensinou amor[151].

Essa estudante também afirmou que não via sentido nos evangélicos apoiarem Bolsonaro, pois ele não frequentava muito a igreja e ainda pregava condutas incompatíveis com os ensinamentos cristãos: “É um cara que fala que tem que matar,

---

[148] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[149] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[150] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[151] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).

tem que torturar, [...] eu não sei se isso é de Deus, porque Deus é amor. Então, se fosse pela fé mesmo, pela religião, Daciolo era um homem que mostrava muito mais ser [...] voltado pra Deus do que o Bolsonaro”[152].

Em relação ao segundo contra-argumento mobilizado para responder ao avanço do conservadorismo religioso na política brasileira, os estudantes não eleitores de Bolsonaro denunciaram o pacto das lideranças evangélicas com os partidos da extrema direita, sob o entendimento de que essa articulação foi motivada tanto por interesses financeiros quanto por uma dominação ideológica: “As igrejas evangélicas, os pastores, eles não se preocupam com a população vulnerável, [...] porque a religião chamada crente hoje, aquilo virou um comércio, né? [...] Porque eles acham que apoiar Jair Bolsonaro vai entrar mais dinheiro”[153]; e **“**É um trabalho de conscientização com os pastores, que eles têm que fazer com que seus membros votem naquele candidato e a gente vê que a visão deles é [...] de estar com a direita o tempo todo, porque são políticos que vão beneficiar diretamente a eles”[154].

Na visão de Ruth, no âmbito das igrejas neopentecostais, não há espaço para discussão política aberta entre os membros, mas uma dominação das lideranças evangélicas sobre os que frequentam o local: “É uma dominação, não é um debate político, eles não levam a política lá pra dentro a não ser aquela forma de dizer assim ‘ó, você vai ter que votar nesse e acabou’, né? [...] Sempre utilizando dessa ferramenta como uma ferramenta política”[155]. A perspectiva da dominação é também reforçada por Tadeu, que compreende as igrejas evangélicas neopentecostais como “partidos políticos travestidos de religião” devido a seu direcionamento unilateral no campo político-ideológico:

> [...] Eu vejo essas religiões neopentecostais como partidos políticos travestidos de religião. A Igreja Católica é uma igreja histórica e tal, e atua na política. Você tem católico de esquerda e de direita. Tranquilamente. Se você entra na Igreja Batista, tem lá o pessoal que entrou na direita, na esquerda, eles se organizam lá e participam da política. Mas sem perder a sua essência da religião. Mas as neopentecostais, essas igrejinhas que tão pipocando, [...] que todo lugar surge uma nova, que você entra numa comunidade lá e tem quatro, cinco, numa rua só, aquilo ali pra mim não é religião. São partidos políticos travestidos de religião, né?[156].

Por fim, há uma perspectiva de que os adeptos à religião evangélica são pessoas manipuláveis, sobretudo pelo fato de não terem outros espaços de referência

[152] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[153] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).
[154] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[155] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[156] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).

para o estabelecimento do diálogo sobre questões políticas. Dessa maneira, tendem a votar na indicação da liderança de sua denominação religiosa, como dito por Irene: “[...] São pessoas que vivem [...] alienados dentro de igreja o tempo todo. Eles não são ligados a nada, não lê, não estuda, não procura saber, não discute. Entendeu? Então, se alguém fala: ‘vai lá e vota em x’, eles vão lá e votam”[157].

O terceiro e último argumento utilizado para contestar Jair Bolsonaro no âmbito das questões político-religiosas consiste na disputa do conceito de família, significante vazio circulado amplamente pelo candidato e preenchido, entre seu eleitorado, como sinônimo de família tradicional heteronormativa. Entre os estudantes que se opuseram a ele, essa compreensão é vista como hipócrita e preconceituosa, seja pelas contradições entre a vida íntima do candidato e sua fala, seja por não abarcar a real configuração das famílias no país. No trecho a seguir, Valentim comenta o quanto a postura privada e pública de Bolsonaro não condiz com sua defesa de família:

> [...] Ele não defende família nenhuma, porque ele já foi casado três vezes, tem um filho com cada mulher diferente. Eu acho que família, a proposta da família que vem lá da bíblia, que é o que ele fala que ele segue, é você continuar com a tua família desde o início. E ultimamente ele tem demonstrado várias coisas que não é a favor da família, por exemplo, puxar um coro de imbrochável, que está falando da masculinidade dele e não do Sete de Setembro.[158].

Os casos de corrupção envolvendo a família do candidato também foram mencionados como contradições identificadas entre sua prática e sua fala a respeito da temática familiar: “[...] Ele representa a família trocando de esposa? Toda hora? Representa família falando que ele deu uma fraquejada e nasceu mulher? [...] Ele fala ‘mas eu vou favorecer filho meu, sim’. [...] Isso pra mim também é um meio de corrupção”[159]; “A única família que o Bolsonaro defende é a dele, porque ele fala em família, foi casado três vezes, né? Corrompeu todas as mulheres, todos os filhos, né? É, ele prega esse discurso de defesa da família, mas está matando a família de fome”[160].

A exclusão de arranjos familiares diferentes dos formados por casais heteronormativos também foi mencionada pelos estudantes como uma forma de preconceito sustentada por Bolsonaro: “A família que ele defende é o marido ou a esposa e o filho, né? Mas nós sabemos que temos para além disso, né. Tem a família

---

[157] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[158] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 30.09.2022, em Vitória (ES).
[159] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[160] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).

que tem dois homens e uma criança, duas mulheres e uma criança, e que essas famílias não se incluem nessa pauta”[161].

Além disso, a configuração das famílias de periferia, muitas vezes, formadas por mães sem a participação do progenitor, também foi lembrada como um arranjo que não se enquadra na dita família tradicional: “Ele fala da preservação das famílias de elite, principalmente, as brancas. Mas um cara negro de periferia não se iguala ao que ele quer colocar como uma preservação da família”[162].

Por último, o preenchimento do significante família por um conteúdo associado ao respeito às diferenças e à mobilização de sentimentos como o amor, para além da consanguinidade, deu o tom da concepção desses estudantes acerca do tema: “Um exemplo de família seria uma família que se ama. [...] Que tenha principalmente apoio. A criança, né, tenha apoio, se sinta amada. [...] Independente se for família hetero, família gay, família, tanto faz, [...]. Que tenha amor, principalmente”[163]; e “Família são as pessoas que você ama, independente se sou eu e um homem, se é uma mulher com outra mulher ou se é um homem com um homem. [...] Eu tenho meu modo de pensar, [...] mas [...] acima de certo e errado, [...] o certo é respeitar o outro”[164].

A manutenção de relações familiares “de fachada”, sustentadas em nome da preservação da “família tradicional brasileira”, foi bastante criticada pelos estudantes, pois encobre, muitas vezes, agressões, violências e falta de companheirismo. Por isso, alguns deles mencionaram a não obrigatoriedade da consanguinidade para o estabelecimento de um vínculo familiar. Tadeu, por exemplo, disse que a família consiste em uma escolha baseada em afeições reais a um grupo, diferente de “parente”, que seriam pessoas com quem se têm laços de sangue, não passíveis de serem escolhidas:

> Eu penso que família a gente escolhe. Parente, não. [...] Eu tenho um irmão que eu não considero família. Eu tenho questões pessoais com o meu irmão. [...] Quando você escolhe fazer parte de um partido político, você acaba escolhendo uma família, um partido político é como se fosse uma família, [...] quando você resolve entrar para uma igreja, você escolhe uma família. Às vezes, numa empresa, você tem uma família ali, você constitui relações. Porque a família é só uma palavra. [...] O fundamental é a relação que você estabelece no grupo em que você decide fazer parte, né?[165] [166]

[161] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[162] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[163] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[164] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[165] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).
[166] É interessante notar como a noção de família no depoimento desse estudante aparece como sinônimo de espaço de amparo, conforme discussão realizada no terceiro capítulo.

Apontei, até o momento, os principais elementos apresentados pelos não eleitores de Bolsonaro a fim de contestar a ordem política hegemônica por ele capitaneada. Entretanto, considerando que esta pesquisa também incluiu as eleições de 2022 no escopo do estudo, as quais ocorreram após o mandato presidencial desse candidato, julguei importante incluir as justificativas desses participantes sobre a permanência da rejeição ao político durante o último pleito presidencial.

As principais críticas ao governo de Bolsonaro oriundas do eleitorado que já o havia contestado em 2018 foram a ineficiente e desastrosa atuação durante a pandemia da Covid-19; o declínio social e econômico da população brasileira, acompanhado do retrocesso de políticas sociais implementadas durante os governos petistas; e o beneficiamento de empresários e grupos econômicos em detrimento dos trabalhadores, bem como o envolvimento de sua família em casos de corrupção.

Em relação à atuação de Bolsonaro durante a pandemia, foram destacadas a negligência em relação à compra de vacinas, a morosidade para o pagamento do auxílio emergencial e o incentivo ao uso de medicações sem eficácia comprovada, como a cloroquina: “A vacina chegou aqui primeiro do que em outros países e foi rejeitada milhares de vezes. É uma pessoa que só propaga *fake news*, a cloroquina, Zé Cloroquina, investindo em método que não funciona, foi comprovado que não funciona”[167]; “Maluco invadiu hospital pra fazer onda, enquanto muita gente estava lá morrendo, não tinha vacina. [...] Eu acho que esse tipo de liderança não leva o país para lugar nenhum”[168]; e “Veio a situação do povo que teve que ficar em casa, não tinha como sair pra trabalhar. E ele tinha que pagar um auxílio. Então ele também teve que pagar porque foi obrigado. Ele só pagou porque o Congresso obrigou”[169].

Além disso, a postura de Bolsonaro de menosprezar a gravidade da pandemia e de ridicularizar as vítimas da Covid-19 também foi bastante ressaltada entre o público que permaneceu rejeitando o candidato: “Completamente um absurdo o presidente tirar sarro das pessoas que estavam passando pela doença coronavírus, tirando sarro, imitando falta de ar, dizendo que não se importa”[170]; “A questão da pandemia foi crucial. Aquela falta de oxigênio lá em Manaus, o povo correndo no meio da rua atrás de oxigênio pra salvar a família. [...] O pior momento dessa administração

[167] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[168] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).
[169] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[170] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).

dele foi não acreditar que vidas poderiam ser salvas”[171]; e “Uma das piores coisas que ele fez foi aquela forma, né, de abusar das pessoas que morreram na pandemia, né? Diante de todo o sofrimento daquelas famílias, né? [...] Simulando morte, falta de ar, né? E em forma de brincadeira. Isso aí foi cruel”[172].

O declínio social e econômico da população do país, por sua vez, foi um dos aspectos mais críticos observados pelos estudantes durante o governo de Jair Bolsonaro. O agravamento das condições de vida foi exemplificado pela menção à volta do Brasil ao mapa da fome, ao aumento do preço dos alimentos e à perda do poder de compra do pobre, questões para as quais foram demandadas soluções, conforme visto na lógica das diferenças: “Eu acho que o país retrocedeu, né? Em muitas coisas, muitas políticas que nós custamos conquistar [...]. É questão de emprego, fome, né. O Brasil voltou pro mapa da fome. É a questão do SUS que não avançou, a educação, então, nem se fala, né?”[173]; “Entra no supermercado e as coisas estão lá caríssimas. Ele teve a cara de pau de ir lá e zerar o imposto sobre um *jet ski*. E, assim, alimentação ele está pouco se lixando. [...] Porque você vê que a fome voltou para o país, né?”[174]. Na narrativa a seguir, uma estudante destacou a maneira como percebeu, em seu cotidiano, a perda de seu poder de compra:

> A minha filha tem 15 anos e eu não deixei de comemorar um aniversário dela até o primeiro ano depois da eleição de Bolsonaro. De lá para cá, não consegui comemorar nenhuma festinha de aniversário da minha filha. Nem da pequena. [...] Não consegui o dinheiro, não rendeu o suficiente pra fazer. Infelizmente, tive que escolher entre uma coisa que a gente pode abrir mão, apesar de ser triste. Não falo nem por questão de luxo, são memórias que você gera na mente de uma criança[175].

O corte de verbas, sobretudo na área da educação, e a desarticulação de políticas sociais implantadas durante o ciclo petista também figuraram entre os itens mais mencionados pelos participantes que rejeitaram o candidato Bolsonaro em 2022: “Ele também cortou vários recursos da educação. E isso prejudicou muitos alunos. E ocorre muito a evasão porque o aluno não se sente confortável em algumas universidades por não ganhar uma bolsa”[176]; “E eu chegava em casa, por exemplo, via na internet, nas redes sociais, notícias, ‘Bolsonaro faz corte de investimento na educação’”[177]; e “Desarticulou toda a cultura, toda a área da saúde, toda a área da

[171] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).
[172] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[173] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[174] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[175] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[176] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[177] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).

educação. Quer dizer, destruiu tudo. O Brasil sempre foi exemplo mundial na área da vacinação, né? Nós perdemos agora o título de, se eu não me engano, da pólio”[178].

Por fim, a terceira e última crítica ao governo de Bolsonaro concentrou-se na afirmação de que ele beneficiou ricos e empresários, sendo identificado como representante dos interessantes contrários aos do povo trabalhador e pobre: “Todos os trabalhadores tá sofrendo, só retirou direito dos trabalhadores”[179]; “Todas as políticas que ele faz são só voltadas para os seus pares, né? [...] Só promove coisas dentro do país pra ajudar a quem já tem, que são os empresários [...]. Ele, pra mim, não é um político voltado para o povo”[180].; “Quem tá nesse governo tá preocupado se o farol tá cheio de gente pedindo dinheiro, pedindo comida, se as pontes estão cheia de gente morando debaixo [...]? Quem que apoia esse governo é só rico e milionário”.[181]; e “Foi um governo voltado totalmente para o empresário. [...] Quando teve a pandemia, eu era uma pequena empreendedora. [...] Eu sei o quanto o crédito para o pequeno empreendedor foi cortado, foi diminuído, [...] o quanto os juros subiram”[182].

Os estudantes também mencionaram que a crítica de Jair Bolsonaro à corrupção petista é hipócrita, tendo em vista o propalado envolvimento de sua família em casos de corrupção ao longo de seu mandato presidencial: “‘Ai, anticorrupção’, mentira! [...] A pessoa falava ‘porque ele é honesto’. Honesto, honesto, qualquer um pode ser. Honesto [...] na frente do pano pra população, porque atrás tá sendo corrupto”[183]; “Todo dia tem um escândalo diferente envolvendo o governo dele, inclusive alguns apoiadores que eram dele saíram porque viram que não era nada do que ele pregava antes dele virar presidente. Então, ele não acabou com corrupção nenhuma”[184]; e “Envolvido com um monte de treta aí, com milícia, família dele suspeita de matar a vereadora lá Marielle, né? E o cara fica ali controlando a polícia federal para não investigar as coisas dele, querendo enquadrar o judiciário e tal”[185].

Tendo em vista os elementos de antagonismo que justificaram a rejeição a Jair Bolsonaro, compreendido como um inimigo vinculado à extrema direita e ao

[178] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[179] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[180] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[181] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[182] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[183] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[184] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 30.09.2022, em Vitória (ES).
[185] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).

conservadorismo brasileiro, a opção pelos candidatos petistas, no segundo turno dos pleitos de 2018 e 2022, marcou o voto dos estudantes que não pactuaram com esse político. Contudo, neste subgrupo da pesquisa, também existiram estudantes, majoritariamente jovens, que votaram em outros candidatos no primeiro turno dessas eleições, entre os quais Ciro Gomes (PDT), sob a justificativa de descrédito em relação aos políticos tradicionais, inclusive os do PT.

Nas narrativas a seguir, alguns participantes apontaram semelhanças entre a atuação institucional da direita e da esquerda, em que pese a tendência a optar por esta última: “Como tem político da esquerda, da direita, ambas partes, roubam. Ambas as partes cometem crimes. Ambas as partes mexem com coisas erradas. Então, no caso, eu apoio aquilo que está certo, que eu vejo que está certo”[186]; “Na verdade, os políticos, eles são bem parecidos, né? [...] Algumas coisas na esquerda também me incomodam, mas tudo que vem da direita, assim, independente de qual seja o político, [...] pra mim não tem lógica. É bem idealista mesmo pros dois”[187]. A estudante Rosa, por sua vez, ressaltou o sentimento de falta de representatividade em relação aos candidatos que disputaram as eleições e afirmou ter votado no “menos pior”:

> [...] Nenhum deles têm empatia com o povo. Um tem um discurso racista, fala que não gosta de preto. O outro fala que não se importa com ninguém, que vai deixar matar todo mundo. [...]. Não tem uma pessoa que me representa lá. Eu estou votando porque é obrigação, porque se não precisasse não ia estar votando. Mas como eu sei que é o meu dever como cidadã escolher alguém, né, então, que vá o menos pior[188].

Ainda que a rejeição a Bolsonaro, no âmbito da lógica das equivalências, tenha unificado os estudantes que votaram nos candidatos petistas para a Presidência da República nas duas últimas eleições, também foram apresentadas identificações positivas com esses políticos, inclusive pelos participantes que não os escolheram no primeiro turno.

De maneira mais específica, no pleito de 2018, o voto em Fernando Haddad (PT) foi justificado em virtude de sua relação com a área da educação, seja por ele ser professor universitário, seja por sua reconhecida atuação como ministro da pasta nos mandatos presidenciais de Lula: “No segundo *[turno]*, era uma opção ou outra. Então eu fui no Haddad. Eu acho que o Haddad também era professor, né? Então, acho que isso foi uma grande influência”[189]; “Pra gente, faria total sentido ter o Haddad

[186] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[187] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[188] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[189] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.

como presidente, por ser professor de universidade, por ser um cara com várias formações, tipo assim, ele parece ser um cara muito inteligente”[190]; e “Primeiro, porque ele foi excelente [...] ministro da Educação, né? [...] Que ele [...] criou muita faculdade, [...] abriu muitos Institutos Federais. Ele lutou muito pela educação brasileira, né?”[191].

Alguns estudantes também relataram o voto no candidato petista a partir de sua própria trajetória de acesso a políticas educacionais: “O Haddad, pelo menos a gente podia ter certeza que a área da educação ia funcionar bem, né? E como eu já estava envolvido lá na escola, né? Tinha que correr pelo menos pra quem ia fazer alguma coisa pelo ensino, né?”[192]. A estudante Carolina, por sua vez, citou o ingresso no Proeja e o benefício de bolsa de estudos no Ifes como diferenciais que pesaram na decisão entre Haddad e Bolsonaro:

> A gente sabe quantos programas educacionais ele trabalhou. [...] Eu fui bolsista do Ifes, eu fiz Proeja no Ifes, então, o que seria da minha oportunidade se eu não tivesse [...] os programas que eles criaram [...]? Então, foi muito baseado no que ele fez na educação até então. É isso que foi, eu acho, o grande divisor em relação a eu decidir entre Haddad e Bolsonaro na época[193].

Já nas eleições de 2022, os participantes destacaram, nas justificativas de voto no candidato Lula, seu legado de investimentos em políticas sociais, bem como a perspectiva de retorno do período de bonança experimentado pela população pobre durante seus mandatos presidenciais. De maneira geral, Lula é visto como o presidente que olhou pelos pobres, proporcionando-lhes oportunidades como nenhum outro político: “Porque ele é o candidato dos humildes, né, o candidato do pobre, que no governo dele também as coisas melhoraram muito pros humildes, pros pobres. Os pobres pode crescer um pouco, entendeu?”[194]; “A questão de olhar muito pro povo. Ele sempre foi um cara do povo [...], que foi pobre, foi operário, então, entende. [...]. A minha preferência pelo PT é justamente [...] sentir que [...] tem uma política de base social, entendeu?”[195]; e “Ele não mudou a estrutura da sociedade. Mas o Lula representa uma ideia que o pobre ele pode chegar aonde ele quiser chegar. Se ele tiver oportunidade. De estudar, de trabalhar. O pobre precisa de oportunidade”[196].

---

[190] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[191] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[192] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[193] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[194] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[195] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[196] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).

A ideia de Lula como “presidente das oportunidades”[197] apareceu em diversas narrativas dos estudantes, que destacaram a ampliação do acesso à educação, principalmente nos institutos federais e nas universidades, como o feito mais significativo de seus governos: “A questão também da escola. Eu passei por cota. [...] O partido do Lula defendeu também a inclusão das pessoas nas escolas, faculdade, técnico. [...] No caso, ele foi uma grande diferença no Ifes, que ajudou bastante”[198]; “Eu acho que principalmente porque ele já foi presidente. E [...] o governo dele não foi péssimo, né? Muito pelo contrário. Teve várias melhorias, principalmente na educação, como os Institutos Federais”[199]; e “Ele fez muita coisa pelo pobre, principalmente, no que diz respeito ao acesso à educação. Hoje, graças a essas políticas sociais na área da educação, eu conheço um monte de gente que está fazendo faculdade”[200].

Nos trechos abaixo, o estudante Paulo exemplificou a transformação realizada por Lula na educação por meio do ingresso de estudantes pobres no Ifes, algo impensável, segundo ele, nos anos de 1990; e Valentim ressaltou a inclusão de segmentos outrora marginalizados dos processos educacionais no ambiente escolar, bem como a implementação de diversas políticas educacionais antes inexistentes no país. Vejamos as narrativas, respectivamente:

> [...] Eu acredito que no governo dele a vida da população mais vulnerável, não vou nem dizer pobre não, a população mais vulnerável melhorou muito. [...] Eu tiro, por exemplo, uma instituição aqui, como o Ifes, quando eu vim para cá em 1997, eu sempre ouvi dizer que só quem estudava aqui era filho de rico. [...] Depois que o Lula entrou, até os filhos de pessoal do morro, tá todo mundo estudando aqui. Então pra mim foi uma melhora radical na questão da educação e da vida da população mais vulnerável também, né?[201]

> Abrir as portas da universidade, ter criado o FIES, o Prouni, melhorado a situação do Enem. Hoje, um jovem de ensino fundamental de uma escola comum pode entrar numa universidade, no instituto federal. Antigamente não existia isso. Hoje em dia a gente vê mais pessoas negras, a gente vê idosos, indígenas estudando, [...] eu vou votar nele pelo fato da oportunidade. Para mim, ele é presidente das oportunidades[202].

---

[197] Reconheço que uma discussão mais aprofundada mereceria ser feita acerca do chamado lulismo, termo cunhado por Singer (2012) para designar o fenômeno político experimentado no Brasil em torno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, esse aprofundamento não será feito neste estudo, uma vez que esta pesquisa se concentra na compreensão da ordem que se tornou hegemônica no país, liderada pelo político Jair Bolsonaro. Para discutir a temática do lulismo, além da referida obra de Singer, podem ser consultadas publicações baseadas no referencial teórico pós-estruturalista da Teoria do Discurso, como Mendonça (2017) e Burity (2021).

[198] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).

[199] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.

[200] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).

[201] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).

[202] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).

Além das oportunidades educacionais, os estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro mencionaram a melhoria geral nas condições de vida durante os governos de Lula, seja por meio do acesso ao crédito e a bens de consumo, seja pelo aumento real do salário-mínimo e da obtenção de condições dignas de moradia: **"**Antes do governo do Lula, tinha muito barraco de madeira naquele Morro do Quadro lá, hoje a maioria das casas são todas de alvenaria porque as pessoas tiveram crédito pra comprar o material de construção e melhorar a sua condição de habitação"[203]; e **"**Nos deu qualidade, né? [...] Eu morei em casa de lona, papelão, de barro. E foi com essa política, com o PT, com o Lula, que a classe trabalhadora teve direito de construir sua casa de alvenaria, morar bem, se alimentar bem e ter o seu próprio carro".[204] Carolina, por sua vez, constatou e exemplificou o quanto seu poder de compra era maior durante os governos petistas:

> A minha vida, antes [...], eu conseguia trabalhar, cuidar bem de uma saúde, de uma educação e ter um lazer. Hoje em dia eu vivo em função de trabalhar e pagar as contas. Eu ganho mais do que eu ganhava. Eu não consigo proporcionar as mesmas coisas que proporcionava antes. A minha carteira foi assinada a primeira vez no governo do PT, o meu salário era 345 reais. [...] Ele entrou com esse salário e ele saiu entregando 800 e pouco. Acho que eu nunca vi um aumento tão grande no salário durante um governo[205].

Além de proporcionar mais oportunidades do ponto de vista econômico e social, o governo de Lula é mencionado por alguns estudantes por respeitar a diversidade da população brasileira, garantindo, por exemplo, direitos para as minorias étnicas e com orientação sexual diferente da heteronormativa: "A proposta dele me contempla, né, porque é uma coisa de inclusão das pessoas, das famílias, da população negra, LGBT, ele tem toda uma política voltada a essa população, então é uma pessoa que mais nos representa nesse momento"[206]; e "Ele está de acordo com os direitos LGBT's, ele apoia todo tipo de tribo independente se é negro, branco, LGBT, evangélico, e é o que me proporcionou o direito de estar estudando aqui no Instituto Federal hoje"[207].

Dando prosseguimento à análise dos não eleitores de Bolsonaro por meio das Lógicas da Explicação Crítica, apresentarei os elementos ligados à lógica da fantasia, ou seja, os aspectos ideológicos que justificam a permanência nesse regime de crenças, tanto pelo aspecto beatífico quanto por sua face terrível. Em relação ao

---

[203] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).
[204] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[205] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[206] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[207] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 30.09.2022, em Vitória (ES).

primeiro, que se relaciona à completude do sujeito por uma ordem harmônica, os candidatos petistas, com destaque para Lula, aparecem como capazes de “trazer o país de volta à normalidade” ou “colocar o Brasil no eixo”, independente de variáveis externas que possam vir a influenciar o mandato presidencial: “Eu acho que ele é a pessoa que tem mais preparo pra começar a consertar o país, né? [...] Para que a gente volte a ter um pouco de paz dentro do país”[208]; e “Acho que numa disputa entre Lula e Bolsonaro, eu vou no Lula, por causa do governo dele, do governo passado, então, é uma nova chance, né? Talvez do Brasil crescer”[209].

Ainda sobre Lula, também notei a presença expressiva de um saudosismo nas narrativas dos participantes que justificaram a opção por esse candidato em 2022, uma vez que manifestaram um desejo profundo de reviver o período de bonança experenciado nos mandatos presidenciais desse político: “Eu acredito que, com ele no poder de novo, as coisas vão melhorar para a população mais carente”[210]; e “O Lula sempre colocou pra nós [...] que o trabalhador tinha que ter três refeição por dia. Hoje, tem muitos aí que não têm nenhuma. E isso é esperança dele voltar. E voltar de novo ter esse crescimento, essa igualdade de alimentação, educação, a saúde”[211].

É importante mencionar que os estudantes não eximiram o candidato Lula de possíveis erros e envolvimentos com casos de corrupção, umas das principais críticas direcionadas a ele por seu opositor. Entretanto, ao equipararem seus “crimes” com seus “feitos”, ou seja, com o leque de oportunidades sociais e econômicas abertas por ele, acabaram abonando suas falhas em nome de “um bem maior”, conforme demonstram os depoimentos a seguir: “Eu não estou dizendo que o Lula seja santo, não, sabe? Mas eu passei a admirar o Lula pela ideia que ele representa, né? Não importa se o governo dele teve erros, né? Se for considerar a história do Brasil, o Lula errou o quê mesmo?”[212]; “A ciência, a educação, teve muito amparo. Não faltava emprego, né? [...] Apesar dos defeitos dele, o povo brasileiro não passava necessidade”[213]; “E o Lula, assim, tem uns erros dele, mas também teve muitos acertos onde beneficiou bastante, principalmente, a agricultura. A minha família por parte de pai é agricultor, de geração em geração”[214]; e “Eu achava que seria o melhor

[208] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[209] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[210] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).
[211] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[212] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).
[213] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[214] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).

pra gente, pro país. Porque o Lula, [...] ele veio de baixo. Aí nego diz 'ah, mas o Lula roubou'. Gente, quem é que não rouba nesse país?"[215].

A face horrível da fantasia, por sua vez, caracterizada pelos aspectos ideológicos que tratam como inimigos os que impedem o alcance dessa ordem harmônica, manifestou-se, no caso dos não eleitores de Jair Bolsonaro, pelo "medo do extermínio" em relação a esse candidato. Percebi um temor de que as oportunidades outrora alcançadas nos mandatos petistas, bem como as conquistas obtidas no campo dos direitos em relação às minorias étnicas, de gênero e de orientação sexual, fossem sumariamente extirpadas a partir do momento em que Bolsonaro assumisse o poder.

Além disso, notei um grande receio de que "o pobre, o negro, o gay e a mulher", com a vitória desse candidato, tivessem que "voltar ao seu devido lugar", ou seja, à posição de subalternidade e submissão. As narrativas a seguir ilustram essa percepção: "Ele falou também que 'o direito do pobre é título de eleitor no bolso e diploma de burro'. [...] E a maior parte das pessoas que votam estão na periferia, estão nos lugares que são vulneráveis. Eu não voto nele por causa desses sentidos"[216]; e "Estava tirando alguns direitos, em relação aos direitos LGBT – porque eu sou uma pessoa LGBT –, desmerecendo a minha classe, a minha raça negra e a minha cor preta, [...] então sabia que perante aquele período de governo ia ter coisas piores"[217].

O "medo do extermínio" também foi percebido por meio de depoimentos que versam sobre o sentimento experienciado na vitória eleitoral desse candidato em 2018. Muitos estudantes relataram a sensação de "terra arrasada", como se houvessem participado de uma verdadeira guerra na qual a vitória não fora alcançada: "Eu me senti derrotado, senti que acabou ali pra mim. Pelo fato de eu estar diretamente ligado à questão LGBT"[218]; "Pra mim, era como se a gente tivesse de fato num campo de batalha, e que, chegou no final, nós tínhamos perdido, né? Aquela batalha ali, né? De Bolsonaro ganhar uma eleição, né?"[219]; e "A gente se sente meio sem chão, né, porque você vê que ali, apesar de você ter tido um presidente que foi

[215] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[216] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[217] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[218] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[219] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).

eleito através do voto, mas você sente que uma derrota assim do país, parece que o país acordou derrotado"[220].

No âmbito da cadeia de equivalências, os não eleitores de Bolsonaro enquadraram como elementos que atrapalharam a prevalência da plenitude da ordem, além dos ricos e empresários e da bancada evangélica, pessoas economicamente vulneráveis que optaram por esse candidato, consideradas "ignorantes" ou "manipuláveis". Por essa perspectiva, esses sujeitos são vistos como "burros" ou "alienados", no sentido de não serem suficientemente esclarecidos a respeito de questões econômicas ou sociais em virtude da falta de conhecimento ou informação. O depoimento de Paulo sobre um episódio na fila do supermercado expressa bem essa visão:

> Eu fui comprar uns negócios lá naquele *Mineirão*[221], na Lindenberg. [...] Aí, cheguei no caixa, a menina virou pra mim e falou assim: "Quer que bote CPF na nota?" Aí eu olhei pra ela e falei: "Se me der o direito de torcer o pescoço desse presidente, eu quero". Aí, o cara lá atrás da fila: "Melhor presidente que o país já teve". Eu olhei pra cara dele: "Como é que é? Melhor presidente que o país já teve?" Aí, eu olhei lá pra fora. "A sua *Ferrari* está ali fora?" Aí ele olhou pra mim, arregalou os olhos. "Porque quem apoia Bolsonaro anda de *Ferrari*, *Lamborghini*, *Rolls Royce*. Você já foi esquiar em Aspen esse ano? Já foi pra Europa, já curtiu os cruzeiros? Porque quem apoia esse governo é só rico e milionário. Se você está aqui dentro do atacadão pra pagar mais barato e diz pra mim que é o melhor presidente que o país já teve, você vai me desculpar, bicho, você está muito mal informado". Paguei minhas contas e entrei na minha moto e fui embora. Dou nem muita conversa não porque não dá pra discutir com esse povo[222].

A narrativa da estudante que segue abaixo, por sua vez, enfatizou a facilidade com que certos segmentos sociais são "manipulados" por visões políticas de extrema direita, como as pessoas de mais idade e os evangélicos. Segundo ela, muitos deles não têm "formação escolar" ou "habilidades tecnológicas" para lidar com as novas formas de acesso à informação, acreditando facilmente em *fake news*. Por essa perspectiva, essas pessoas não têm capacidade de discernimento, "caindo facilmente" no discurso de lideranças religiosas oportunistas, visão já demonstrada no decorrer deste capítulo. Vejamos o raciocínio da estudante:

> [...] Uma coisa pra mim é quem apoia por uma cultura enraizada e quem não tem formação. Por exemplo, o Antônio, eu sempre tive muito respeito pela posição política dele por saber que é uma geração diferente, que não tinha o mesmo acesso à informação que a gente tem. Até hoje, com as redes sociais, [...], eles não têm a mesma habilidade de mexer. [...] Pelo que eu vejo da minha mãe, é muito fácil você encontrar uma *fake news* na mão deles. [...]

---

[220] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[221] *Mineirão* é um supermercado, localizado no município de Vila Velha (ES), que comercializa produtos nas modalidades atacado e varejo.
[222] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).

> São lentes muito fáceis de manipular. Por exemplo, a minha mãe é evangélica desde que eu me entendo por gente, ela tem cargo mais alto na igreja e tal. E na época da vacina, ela não queria tomar porque falaram pra ela que vão usar vacina pra implantar o chip da besta. [...] Até que eu tive que pegar e falar "que crente é você que não lê a bíblia? Você já leu na bíblia que a marca da besta é depois que Jesus voltar? [...] Bom, ou Jesus voltou e você ficou, ou não é a marca da besta". Aí que ela se convenceu e tomou a vacina[223].

Antes de apresentar as conclusões passíveis de serem extraídas deste capítulo, julgo importante mencionar ainda dois aspectos relacionados aos não eleitores de Jair Bolsonaro que podem contribuir para uma comparação entre os dois subgrupos desta pesquisa: as identificações estabelecidas por esses sujeitos com outros agentes do campo progressista e da esquerda; e a forma como se relacionam com os sistemas peritos, aspecto que ajuda a compreender as declarações apresentadas acima sobre o predomínio de uma "ignorância" ou "manipulação" entre os eleitores do "mito".

Em relação ao primeiro aspecto, a maioria dos estudantes registrou uma identificação positiva com os movimentos sociais, com destaque para o MST, justamente uma das organizações mais criticadas pelos eleitores de Bolsonaro: "Um dos primeiros movimentos, que é uma grande referência pra mim, o MST. O MST e o MTST, que foi aonde eu iniciei toda a minha militância, né? E depois eu acho que vem aí é o movimento de mulheres e o movimento negro"[224]; "O MST, por exemplo, acho bacana a iniciativa. Eles são movimentos mais voltados para o lado humano da coisa"[225]; "Assembleia popular 'O preço da luz é um roubo', MST, MPA e Movimento da União pela Moradia. São referências de organização, de luta, de transformação"[226]; e "O MST é uma grande referência. Internacional é o *Greenpeace* [...]. A UNE pra mim já foi uma força muito boa"[227].

Também foram mencionados os movimentos estudantil e negro, coletivos que atuam nas periferias urbanas e até mesmo o Ifes, compreendido como "organização social": "Referência pra mim até hoje de movimento social é o movimento estudantil, apesar de que faz muito tempo, né? É minha referência pro resto da vida"[228]; "O coletivo negro pra mim é referência maior, por enquanto, e também movimentos

[223] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[224]Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[225] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[226] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES)..
[227] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[228] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).

estudantis”[229]; “O ‘Nós do Morro’ [...]. Admiro o trabalho que eles fazem no Vidigal, eles oferecem às crianças, jovens e adultos justamente a oportunidade [...] Trabalham com eles através da educação e cultura”[230]; e “Ifes. Escola federal. [...] porque é [...] uma escola de alto nível, né? E uma escola também que é acolhedora. Que cria as oportunidades para as pessoas e abre as portas para o mercado de trabalho”[231].

Ainda no campo progressista, foram registradas, principalmente pelos mais jovens, além dos movimentos sociais, identificações positivas com artistas engajados em questões políticas, com destaque para os vinculados ao *hip hop*, como Mano Brown e Emicida, este último, inclusive, mencionado por um estudante eleitor de Bolsonaro como exemplo de hipocrisia na esquerda. Seguem as narrativas: “Mano Brown. Emicida. [...] São grandes referências, ouço a música, paro e falo ‘caraca, tem algo a acrescentar na minha vida’. Eu aprendi muito com eles”[232]; “Quando um cara, por exemplo, Mano Brown, pega pra falar, aí eu paro, escuto, porque eu sei que está vindo uma mensagem que eu tenho que parar e escutar”[233]; “César MC, aqui do Quadro. [...] Emicida. Eu escutava bastante Racionais também quando era mais nova. Deca Djonga, *rappers* nacionais, né?”[234]; “Emicida [...]. Gosto muito dele, porque ele faz um *rap* consciente”[235]; e “O *hip hop* [...], eu gosto até hoje, porque ele é a voz da periferia. O *hip hop* é feio, o *hip hop* fala coisa feia, fala coisa triste, mas ele fala da realidade da periferia”[236].

Acerca do aspecto relacionado à crença nos sistemas peritos, os não eleitores de Jair Bolsonaro parecem priorizar os especialistas quando o assunto é política, mesmo que o acesso seja feito por meio da internet e das redes sociais. Não houve menções significativas ao papel dos influenciadores digitais, ao passo que o jornalismo profissional ainda é visto como crivo da verdade: “Eu não sigo *influencer* [...]. Eles estão lá pra influenciar de uma certa forma, mas eu vejo primeiro o que está acontecendo. Pesquiso sobre tudo”[237]; “Eu ouço muito rádio, né? [...] Ouço muito a *Band News*, ouço também a *CBN*, né? Acho a *CBN* bem definida mesmo quanto

[229] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[230] Mensagem de texto enviada por Carolina, em 30.11.2022, pelo aplicativo *WhatsApp*.
[231] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[232] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[233] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[234] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[235] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 30.09.2022, em Vitória (ES).
[236] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).
[237] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).

direita um pouco, né? Mas eu gosto muito da *Band News*"[238]; e "Eu sigo muito as coisas da *Globo*, eu acho que é um jornalismo muito profissional, né? [...] Você vê que é uma emissora muito boa, né?"[239]; e "O *Twitter* é a maior propagadora de *fake news* da face da Terra. [...] Então eu pego aquilo, eu filtro o que estão falando nas redes sociais e eu procuro no *Google* ou em jornais, ver alguma coisa que está passando"[240].

Os intelectuais com reconhecida formação acadêmica, inclusive professores, também foram mencionados como referências importantes para formação da opinião política desses estudantes: **"**Eu ainda gosto de assistir o jornal, eu pego muito as redes sociais, mas, tipo, sempre tem uma figura que a gente admira, tem muitos professores que eu gosto, muito dos pensamentos políticos deles e aí sempre eles postam"[241]. O estudante Paulo detalhou os diversos especialistas de quem extrai informações a fim de compreender a situação política nacional:

> Aí tem filósofos igual Luiz Felipe Pondé, que eu acompanho toda quarta-feira no programa chamado *Linhas Cruzadas*, na *TV Cultura*, e o jornal [...] da *TV Cultura* [...], ali eu tenho referência do Ricardo Sennes, que é economista, eu tenho Mário Sérgio Cortella, que é filósofo, [...] eu tenho do José Vicente, que é reitor daquela faculdade do negro em São Paulo, a Zumbi dos Palmares, a Patrícia Campos Mello, que é jornalista. Então tem referência dessa turma que está antenada com tudo[242].

Pela observação desses dois últimos aspectos, pode-se notar sua íntima relação com os espaços de amparo mencionados por esses estudantes no capítulo anterior, bem como daqueles citados como responsáveis pela formação da identificação política dos não eleitores de Jair Bolsonaro.

De um lado, aparecem as organizações sociais, sobretudo os movimentos, cujas pautas são de ordem econômica e social, como o acesso à terra, à moradia, ao trabalho, à educação e à cultura; e de reconhecimento das especificidades étnicas, de gênero e sexuais, como o movimento negro, de mulheres e LGBT. Eles aparecem como elementos de identificação positiva no âmbito do campo político progressista e associados antagonicamente a Jair Bolsonaro, visto justamente como aquele que quer "exterminar" as bandeiras e pautas que tais grupos defendem.

Por outro lado, emergem os espaços relacionados à confiança nos sistemas peritos, corporificadas no jornalismo profissional, na ciência, no conhecimento acadêmico, nos intelectuais e na escola. Eles também impactam no processo de

---

[238] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[239] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[240] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[241] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[242] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).

identificação política desses estudantes, pois se colocam de modo antagônico à “ignorância”, à “manipulação” e à “alienação” dos que optaram por Jair Bolsonaro, vistos como “desprovidos de conhecimento”, que “não sabem” ou “não querem” utilizar os “verdadeiros” mecanismos de alcance e verificação da verdade nos dias atuais.

Tendo em vista a apresentação da maneira como se deu o processo de identificação política de ambos os subgrupos da pesquisa nas eleições de 2018 e 2022, farei, na próxima e última seção deste capítulo, alguns apontamentos acerca das narrativas estudantis a fim de estabelecer uma comparação entre elas, sublinhando suas diferenças e semelhanças a fim melhor compreender esse recorte temático junto ao público do estudo.

4.5. ENTRE A LUTA DE CLASSES E A BATALHA MORAL: DISSONÂNCIAS E ANTAGONISMOS NA IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA DOS ESTUDANTES

Este capítulo pretendeu apresentar, por meio das Lógicas da Explicação Crítica, a maneira como a ordem hegemônica marcada pelo bolsonarismo passou a imperar no Brasil, o que foi feito a partir de uma revisão bibliográfica de estudos da área associada à análise das narrativas dos participantes desta pesquisa.

Ao abordar a lógica social, contextualizei o processo que levou à emergência desse fenômeno político, marcado pela crise da democracia brasileira, pela consolidação de uma nova direita no país, sobretudo a partir da internet, e pelo estabelecimento de uma agenda neoconservadora nos domínios legal e social.

Para compreender a identificação política com Jair Bolsonaro, discorri, no âmbito da lógica política, sobre a construção da hegemonia do “mito”, a qual foi marcada pela articulação de pautas que se unificaram, por meio de uma cadeia de equivalências, em torno do combate a um inimigo comum: o PT e a esquerda. Em termos diferenciais, tais demandas relacionaram-se à defesa da economia liberal como forma de ampliar a eficiência do Estado; à crítica às “pautas identitárias”; ao apoio a medidas punitivas para solucionar problemas de segurança pública; e à defesa dos valores morais da família tradicional, um dos principais motivos que justificaram o voto em Bolsonaro.

Nesse subgrupo, pela lógica fantasmática que abordou os aspectos ideológicos de sustentação dessa ordem hegemônica, demonstrei que o voto em Jair Bolsonaro representou uma resposta à desordem e ao caos em que se encontrava o país, tendo

em vista os relatos de esperança e harmonia apresentados pelos estudantes – a face beatífica da fantasia – por ocasião de sua vitória eleitoral.

Por outro lado, a face terrível dessa lógica, descrita pela extensa cadeia de inimigos, como o comunismo, os homossexuais e uma elite cultural universitária, foi mobilizada a partir de afetos como a raiva, a frustração, o medo e o ressentimento. Nesse processo, a campanha bolsonarista nos meios digitais atuou de maneira decisiva, pois utilizou uma linguagem ancorada na "*trollagem*" e no antagonismo "amigo-inimigo", entre outros recursos, e capilarizou o acesso ao eleitorado através de aplicativos de mensagens.

Em síntese, os dados de campo relativos aos eleitores de Jair Bolsonaro apresentados neste capítulo endossaram a perspectiva de que o bolsonarismo é um populismo de extrema direita (Machado, 2021), uma vez que promoveu uma dicotomização da sociedade brasileira entre o "povo", formado pelos "cidadãos de bem", e seus "inimigos", caracterizados como uma elite cultural ou política corrupta. Nesse contexto, Jair Bolsonaro colocou-se "como porta-voz dos valores genuinamente populares contra a imposição de valores e ideias restritos à elite cultural a que pertencem artistas, professores, jornalistas, etc." (Machado, 2021) ou ainda contra os políticos tradicionais, dos quais conseguiu se diferenciar.

Neste capítulo, também demonstrei como essa lógica hegemônica foi contestada, tomando como base as narrativas dos estudantes que rejeitaram Bolsonaro nos pleitos de 2018 e 2022. No âmbito da lógica política, os principais argumentos contra o candidato foram o histórico de apoio à ditadura militar e sua inexpressiva atuação como parlamentar; o fomento ao uso de armas como solução para a segurança pública; a incitação à homofobia, ao machismo e ao racismo; e a quebra da laicidade do Estado pela mistura entre religião e política. Após seu mandato presidencial, a continuidade da rejeição ao candidato foi manifestada em virtude da ineficiente atuação na pandemia; do declínio social e econômico da população brasileira; do beneficiamento de empresários e grupos econômicos em detrimento dos trabalhadores e do envolvimento de sua família em casos de corrupção.

Em termos diferenciais, os não eleitores do candidato apresentaram como demanda fundamental para o país a implementação de políticas sociais que promovessem melhorias nas condições de vida da população, tanto econômica quanto socialmente. Mencionou-se a necessidade de investimentos em educação, saúde, segurança, além de medidas governamentais de combate à fome, à pobreza

e à carestia. Também foram citadas a geração de emprego e renda e a ampliação de direitos para as minorias como ações possíveis de serem efetivadas pelos candidatos petistas, opção eleitoral desse subgrupo no segundo turno dos pleitos.

No âmbito da lógica da fantasia, em sua face beatífica, esses estudantes enxergaram em Lula a possibilidade de “trazer o Brasil de volta à normalidade”, sob um forte sentimento saudosista de recuperação do período de bonança experimentado outrora sob os governos desse político. Em seu aspecto terrível, a fantasia que manteve Jair Bolsonaro como inimigo esteve relacionada ao “medo do extermínio” das oportunidades de ascensão social e econômica abertas pelo ciclo petista e dos direitos alcançados pelas minorias étnicas e sexuais. Além disso, a crença de que há segmentos da população, como os evangélicos, “alienados” e passíveis de “manipulação” por lideranças oportunistas marcou a visão do “outro” como o “ignorante”, a quem falta capacidade de discernimento, “formação” ou “informação” oriundas de fontes fidedignas, a saber, os sistemas peritos.

Tendo em vista esses elementos, realizarei alguns apontamentos sobre o processo de formação da identificação política dos participantes da pesquisa. O primeiro deles está relacionado às distinções entre os tipos de demandas que marcaram a lógica das diferenças nos dois subgrupos. Entre os estudantes que votaram em Jair Bolsonaro registrou-se o predomínio da mobilização em torno de pautas de cunho moral, sobretudo as relacionadas à defesa da preservação da família, ainda que estas possam estar relacionadas, em alguma medida, a pautas econômicas, conforme visto ao longo do capítulo. Por outro lado, os estudantes que rejeitaram o candidato e, consequentemente, optaram pelas candidaturas petistas no segundo turno dos pleitos de 2018 e 2022, foram amplamente mobilizados por pautas relacionadas à remissão das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, entre as quais predominaram demandas relativas à inclusão educacional e à melhoria das condições materiais por meio da geração de emprego e renda.

Há, portanto, uma dissonância no que tange aos aspectos mobilizadores das identificações políticas no âmbito da lógica das diferenças entre os dois subgrupos. Se compararmos a sociedade a um campo de disputas, os estudantes eleitores de Bolsonaro parecem participar de uma batalha moral, ao passo que seus opositores

adentram o combate por meio da luta de classes[243]. Essa dissonância parece explicar, em alguma medida, a dificuldade no estabelecimento de diálogo entre esses dois campos políticos, uma vez que a leitura e interpretação da sociedade se dá por canais e horizontes distintos.

Além disso, a dissonância no teor das demandas diferenciais entre os subgrupos de estudantes também contribui para explicar o motivo pelo qual os eleitores de Bolsonaro não veem uma contradição entre ser “pobre e ser de direita”, pois sua identificação política não passa centralmente por sua condição econômica, mas sobretudo por antagonismos de ordem moral. Não é à toa que toda a argumentação desse público é marcada por expressões de forte teor moralizante, como “bandido não é coitado”, “esquerda hipócrita e demagógica”, “MST oportunista”, “guerra espiritual”, “família desconstruída”, “imposição dos LGBT”, etc.

Os que rejeitaram o candidato Jair Bolsonaro, por sua vez, compreendem que há uma relação direta entre ser economicamente vulnerável e votar em candidatos da esquerda, pois estes tendem a beneficiá-los materialmente, situação que puderam experimentar durante os governos do PT. Nesse caso, predomina a visão de uma correlação direta entre “ser pobre e ser de esquerda”, uma vez que a identificação política passa, primordialmente, por antagonismos relacionados a questões econômicas, sociais, étnico-raciais, de gênero e orientação sexual. No trecho a seguir, um estudante não eleitor de Bolsonaro sintetiza essa perspectiva, também mapeada em diversas outras narrativas, ao relacionar seu ponto de vista à sua classe social:

> [...] O meu ponto de partida para entender o mundo [...] é a sociedade dividida em classes. Só existem duas classes, quem explora e quem é explorado. Ou você está de um lado ou você está do outro, e eu sei [...] a qual classe social pertenço. Então, se eu sei de onde eu venho e da onde eu pertenço, eu sei quais são os meus interesses. Eu não acho que o Bolsonaro é interessante para minha classe social. Eu acho que o Lula é mais interessante para minha classe social[244].

Por outro lado, embora as demandas diferenciais sejam distintas entre os subgrupos da pesquisa, o antagonismo como elemento de identificação política parece marcar tanto os eleitores quanto os não eleitores de Jair Bolsonaro. Entre os primeiros, essa identificação se deu centralmente pelo antipetismo, ou seja, pelo

---

[243] No marxismo tradicional, a luta de classes é compreendida como a oposição entre opressores e oprimidos, configurada, nas sociedades capitalistas, pelo antagonismo entre burguesia (proprietários dos meios de produção) e proletariado (assalariados que vendem sua força de trabalho) (Marx; Engels, 2005). Nesta tese, entretanto, ampliei o uso do termo para designar, além dos antagonismos gerados por desigualdades econômicas, os relativos a diferenças de gênero, raça e etnia e orientação sexual.
[244] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).

antagonismo aos candidatos do PT e ao campo progressista como um todo, considerados inimigos a serem combatidos. Já entre os segundos, a identificação com os presidenciáveis petistas, principalmente no segundo turno, ocorreu pelo antagonismo a Jair Bolsonaro, representante da extrema direita e do conservadorismo religioso, a quem esses estudantes se opuseram fortemente.

Também é interessante pontuar que as identificações políticas dos dois subgrupos se expressaram para além da disputa eleitoral, espraiando-se para os âmbitos religioso, cultural e das organizações sociais. Sobre esse aspecto, percebi que a identificação positiva com algum desses elementos, por parte de um subgrupo, coincide com sua rejeição por parte do outro. Por exemplo, entre os eleitores de Bolsonaro, nos quais predominaram ideias religiosas conservadoras, há diversas críticas a movimentos sociais, como o MST, bem como a artistas com engajamento político progressista, como Emicida, os quais, por sua vez, fazem parte do campo de identificação política dos não eleitores do candidato.

Já o rechaço à mistura entre religião e política, considerada algo que fere a laicidade do Estado, marcou a posição dos estudantes que não optaram por Bolsonaro, os quais imputaram aos evangélicos, “facilmente manipuláveis”, parte da culpa pela ascensão da extrema direita no país. Entretanto, a igreja evangélica é justamente um dos espaços com que boa parte dos eleitores do candidato estabelece uma identificação positiva, sendo vista por muitos deles como um movimento social.

Essas nuances contribuem para ampliar o olhar para outras esferas da vida social quando o assunto é a formação das identificações políticas e estabelecem conexão direta com os espaços de amparo abordados anteriormente. Tais espaços, localizados no campo de disputa da sociedade hegemonizada contingencialmente pelo bolsonarismo, aparecem ocupados mais ou menos por determinadas forças políticas. No caso da extrema direita, há uma incidência maior nas igrejas neopentecostais e no ambiente da internet, ao passo que o campo progressista parece predominar junto aos movimentos sociais e às áreas educacionais e culturais.

Para diferenciar ainda mais os processos de formação da identificação política dos estudantes, discorri sobre a maneira como a crença nos regimes de produção de confiança e verdade, ou seja, nos “sistemas peritos”, incorre distintamente entre os participantes da pesquisa. Como se pode perceber, os estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro parecem ser regidos, em sua maioria, pela confiança em especialistas, como cientistas, professores e jornalistas profissionais, quando se trata

de política. Já os eleitores do candidato parecem se ancorar em perfis de redes sociais ou em plataformas de busca para embasar-se a esse respeito.

Nesse assunto, aparece novamente a ideia da dissonância no campo de confronto: enquanto um grupo recorre à razão moderna, creditando a verdade às instituições consagradas da democracia e do conhecimento científico, o outro concede a confiabilidade aos "novos peritos" emergentes na era da digitalização, os quais parecem atuar sob a lógica da proximidade, pois falam de igual para igual com os interlocutores e são compartilhados pelos grupos de convivência desses sujeitos, ocultando a dimensão algorítmica que organiza o mundo virtual. Não se trata, portanto, de um confronto entre ideias racionais *versus* irracionais ou de verdade *versus* mentira ou qualquer outro binarismo que simplifique a questão, mas de formas distintas de se conceber a produção de verdades e da confiabilidade na era da plataformização digital, temática extremamente necessária para compreender a formação das identificações políticas no século XXI.

Por fim, uma última constatação merece ser feita em relação à formação da identificação política dos estudantes com ênfase no recorte geracional. No primeiro turno das eleições de 2018 e 2022, os estudantes que fizeram uma opção distinta de Jair Bolsonaro ou dos candidatos petistas foram majoritariamente os mais jovens. Eles se mostraram desejosos por uma saída da polarização em que se encontra a política brasileira e, por isso, cogitaram optar ou optaram efetivamente por outros candidatos fora da disputa PT x Bolsonaro no primeiro turno dos pleitos.

O estudante Nilo, que rejeitou o candidato, justificou a necessidade de uma "terceira via" para a política brasileira, a fim de que as próximas eleições não sejam novamente marcadas por uma disputa entre Lula e Bolsonaro. Desejo semelhante foi manifestado por Eduardo, eleitor do "mito", que demonstrou indignação com as semelhanças entre os dois presidenciáveis e apontou a necessidade de candidaturas alternativas. Vejamos os depoimentos, respectivamente:

> [...] Não dá para ficar nessa de Bolsonaro e Lula pra sempre. [...] Por exemplo, ficam ainda na questão de "ah, se roubou", "se não roubou", "se roubou", "se não roubou", aí ninguém sabe se roubou, se não roubou. [...] Algumas pessoas estão "espera aí, só tem essas pessoas pra votar?" Então eu acho que há um acordar aos poucos em relação a isso, sabe? É uma coisa que não vai ser concretizada exatamente nessa eleição porque está muito em cima da hora, mas é algo que [...] talvez para os próximos anos possa vir com mais força isso, tipo, vamos tentar uma terceira via[245].

[245] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).

> E os dois, praticamente, duas faces da mesma moeda, dois populistas, um populista da esquerda e um populista da direita e nenhuma das duas propostas pra mim são cabíveis, nem deveriam ser cabíveis. E o povo brasileiro deveria buscar outras alternativas[246].

Nesse contexto político que consideram polarizado, muitos estudantes jovens demonstraram cansaço ou mesmo desânimo em discutir publicamente suas posições, sejam elas progressistas ou conservadoras, de centro, de direita ou de esquerda, sentimento que denominei de mal-estar da polarização. Nos depoimentos abaixo, pode-se notar que esse incômodo com a política brasileira gerou desmotivação e afastamento dos debates públicos ou mesmo abandono das organizações políticas das quais faziam parte:

> [...] Você estar no meio de qualquer situação política se tornou uma coisa muito bruta. [...] Não é nem questão de não saber argumentar, [...] na primeira eleição, meu Deus, 2018, eu debatia até deixar a pessoa sem argumento, tudo desnorteados e sumia de vez. Mas agora, hoje em dia, me abstenho, fico assim, não vale minha paz[247].

> Estou num momento que eu não quero muito ficar falando que eu sou de esquerda, de direita... Nem... Entendeu? Não é nem questão de escolher lado, assim, porque se eu tivesse que escolher um lado, com certeza seria esquerda, isso aí é óbvio pra mim, mas [...] eu vejo muita coisa em ambos os lados. [...] É por isso que [...] nem estou querendo muito me envolver com política ultimamente. Tenho mais satirizado as coisas do que realmente tentado expor opinião, sabe?[248].

> Infelizmente, quando você está lidando num país onde só existem dois lados, você não tem um terceiro lado pra pensar. Infelizmente, você vive numa sociedade no Brasil que você não consegue pensar fora da casinha. Ou você vota no lado A ou você vota no lado B. E foi um dos motivos que me fez largar a política[249].

Esse desânimo com o acirramento político dos últimos anos não foi registrado entre os estudantes acima de 35 anos, cujas posições políticas pareceram estar mais solidificadas. Essa percepção ficou bastante nítida durante o grupo focal desse segmento, no qual predominou a dissonância no campo de confronto: o debate acalorado, marcado por ataques diretos a cada uma das posições políticas antagônicas, sem pontos de contato entre elas. No grupo focal dos estudantes mais jovens, entretanto, houve um diálogo mais reflexivo, com argumentações marcadas por ponderações em relação a ambos os candidatos, e uma efetiva troca de ideias diante das opiniões uns dos outros.

---

[246]Trecho da fala de Eduardo no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.
[247] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[248] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 16.09.2022, em Vitória (ES).
[249] Trecho da fala de Diana no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.

Embora esta tese não tenha a pretensão de se deter ou se aprofundar sobre a percepção da juventude brasileira acerca do processo de polarização política, os resultados aqui apresentados corroboram outras pesquisas e análises realizadas sobre a temática no sentido de demonstrar a existência de certo incômodo juvenil em relação à intensificação das disputas entre progressistas e bolsonaristas no país (Alvim; Mação; Girelli, 2022; Gallego, 2018b), bem como uma maior disposição e flexibilidade para o diálogo, por parte desse segmento, com posições políticas antagônicas (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018; Zeine; Ribeiro; Ortellado, 2021).

Por fim, encerro este capítulo introduzindo reflexões acerca do papel da escola diante desse cenário. Percebi, até este momento, que o ambiente escolar, para os eleitores de Bolsonaro, foi pouco citado como espaço de amparo e também pouco mencionado como local que contribuiu para a formação da identificação política desses sujeitos. Além disso, as instituições escolares, de forma geral, foram incluídas como parte da cadeia de equivalências de seus inimigos, sendo identificadas como reduto do “gramscismo” e do “esquerdismo” ou ainda local de risco potencial para a propagação da “ideologia de gênero”.

Por outro lado, para os não eleitores do candidato, a escola foi vista como espaço de amparo e local que contribuiu, ainda que de forma secundária, para a formação da identificação política desse grupo. Também figurou entre as demandas diferenciais direcionadas aos candidatos petistas no segundo turno dos pleitos eleitorais e foi apontada como referência de credibilidade e confiança por organizar o conhecimento científico.

Resta saber, entretanto, se a experiência concreta desses estudantes vivenciada no Proeja do Ifes, durante o período eleitoral, reforçou ou modificou essa percepção, à primeira vista, bastante dicotômica a respeito do assunto. Essa e outras questões serão abordadas no próximo e último capítulo desta tese.

5. ESCOLA, IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA

Nos capítulos anteriores, o processo de formação da identificação política dos estudantes nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 foi abordado, respectivamente, pela análise de suas trajetórias de vida e da articulação hegemônica que possibilitou a emergência do bolsonarismo como ordem política no Brasil. Busquei demonstrar a importância dos espaços de amparo, no âmbito individual, e do antagonismo, em termos coletivos, para a formação das identificações dos eleitores e dos não eleitores de Jair Bolsonaro. Contudo, ainda é preciso detalhar o papel da escola nesse cenário e ao longo desse processo, que, à primeira vista, parece bastante diferente para os dois segmentos desta pesquisa. Assim, este capítulo busca aprofundar a compreensão sobre o impacto real e potencial do ambiente escolar para a formação das identificações políticas dos estudantes do Proeja durante os pleitos em questão.

Apresentarei, inicialmente, a maneira como os estudantes vivenciaram o período eleitoral dentro da escola, o qual foi marcado por um intenso conflito político, seja entre alunos com posições antagônicas, seja entre discentes e docentes nessa mesma condição[1]. Posteriormente, discorrerei sobre as experiências e aprendizados dos estudantes no que tange a discussões e envolvimentos políticos no ambiente escolar e relatarei suas expectativas a respeito de como os debates políticos poderiam – pois devem, segundo eles – acontecer dentro desse espaço[2].

Ao final, apresento um balanço sobre o papel da escola para a formação da identificação política dos estudantes do Proeja no contexto das eleições presidenciais e argumento, considerando as especificidades desse espaço, que este pode ser potencialmente amplificador da democracia, em que pesem os desafios enfrentados no ambiente escolar em virtude do acirramento dos antagonismos políticos no país.

---

[1] Reitero que os participantes desta pesquisa são exclusivamente discentes, de modo que as narrativas sobre condutas de professores devem ser compreendidas como percepções individuais acerca de um momento político específico vivenciado pelos estudantes dentro da escola, não cabendo julgamentos sobre a veracidade ou o teor dos relatos apresentados. Indubitavelmente, uma pesquisa com a inserção de docentes traria novos elementos e camadas reflexivas sobre o tema, mas esse recorte não faz parte do escopo deste estudo.

[2] Uma discussão semelhante foi apresentada em formato de artigo a um periódico científico e está sob avaliação.

5.1. CONFLITOS POLÍTICOS NO AMBIENTE ESCOLAR NAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022

O primeiro aspecto a ser sublinhado quando se analisam os dados de campo da pesquisa relativos à vivência escolar dos estudantes durante as eleições presidenciais é a presença de um intenso conflito político nesse espaço, percepção compartilhada tanto pelos eleitores quanto pelos não eleitores de Jair Bolsonaro. Em geral, os participantes ressaltaram a existência de uma divisão política dentro da escola, que se configurou pela adesão ou rejeição a esse candidato: “Quando eu entrei aqui, pelo menos dentro da minha sala, os alunos eram muito divididos em relação à política, né? E a gente entrou logo depois que Bolsonaro foi eleito. Então [...] era aquela coisa de divisão dentro da sala de aula”[3]; “Aqui dentro da escola, o embate se deu da mesma forma como se deu numa sociedade de modo geral, com o pessoal contra, com o pessoal a favor”[4]; “Na época política que eu me lembro foi essa divisão, esse tumultinho, sabe? Teve muito murmuro na instituição federal”[5]; e “Foi um momento muito delicado, porque tinha uma divisão entre os dois posicionamentos, de esquerda e de direita. Alguns alunos se posicionavam de um lado e outros alunos de um outro e até mesmo professores”[6].

Além de mencionar essa divisão dentro da escola, os estudantes disseram que as discussões e os conflitos nesse ambiente foram intensos e inevitáveis, tendo em vista o contexto político do país e a necessidade de espaço para debater essas questões: “Foi muito intenso. No começo, tinha muito aquela coisa de ‘não vamos entrar no assunto, cada um com sua opinião’. Mas foi inevitável”[7]. O estudante Pedro, por sua vez, relatou o quanto os acontecimentos políticos repercutiram entre seus colegas de curso, a ponto de permanecerem fora da sala de aula para conversar:

> [...] Era muito vivo aqui dentro isso, né? Nessa época, a gente estava vindo de um *impeachment*, então a mídia estava muito em cima na questão de política. Em qualquer lugar você falava de política, estava muito quente o assunto [...]. Às vezes, a gente sentava aqui na hora do intervalo e nem ia pra sala, sentava uma galera, ficava comentando “ah, você viu tal coisa?” Era muito vivo[8].

Entretanto, essas discussões e conflitos, embora inevitáveis tendo em vista o contexto político nacional, foram experienciados de maneira negativa pela maioria dos

[3] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[4] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).
[5] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[6] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[7] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[8] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).

estudantes que participaram da pesquisa, sejam eles eleitores ou não de Jair Bolsonaro. Entre as principais justificativas para essa percepção estão: a agressividade e violência com que ocorreram os debates entre colegas ou entre alunos e professores; o receio de ferir relações afetivas no ambiente escolar; e o medo de ser menosprezado, hostilizado ou sofrer retaliações em virtude de sua posição política, aspecto mencionado majoritariamente pelos eleitores de Bolsonaro.

Em relação ao primeiro elemento que justifica a conotação negativa do conflito político na escola, diversos estudantes disseram ter presenciado discussões agressivas nesse espaço. Nos depoimentos a seguir, Luís, não eleitor do candidato, destacou a polarização como marca dos debates políticos na instituição, situação também relatada por Suzana, eleitora de Bolsonaro, que descreveu seu entendimento sobre violência verbal na sala de aula. Vejamos as narrativas, respectivamente:

> Muitos grupos, assim, polarizados. Eu acho que quem era Bolsonaro e quem era Haddad praticamente queria se bater, discutia bastante. Até fora também da escola, cada um tinha sua ideia [...]. Eu acho que na época da eleição, quando o Bolsonaro ganhou, pessoas quiseram agredir outras pessoas que eram Bolsonaro. Se fosse ao contrário, ia tentar agredir também porque muitas vezes a pessoa determinou que a agressão é a melhor saída[9].

> E aí vinham as discussões, uns de direita e outros de esquerda. E geralmente, pelo menos na minha turma, os de esquerda ficavam mais quietos, os de direita falavam mais e era uma briga, professor e aluno, porque um não aceitava a opinião do outro. [...] Já não era mais uma discussão, era briga mesmo, de grito, de impor aquilo ali. [...]. Nunca chegou a rolar agressão física, mas agressão verbal. O tom de voz mudar, você estar com um tom de voz normal, a pessoa mudar para um tom de voz agressivo[10].

Outras narrativas complementam a perspectiva da agressividade como uma das marcas do conflito político na escola no período das eleições. No relato da estudante Teresa, disposto a seguir, o desentendimento entre duas colegas de turma sobre temáticas relacionadas a gênero e sexualidade chegou ao limiar da agressão física, sendo necessária a intervenção do docente regente de classe. Segundo ela, uma das alunas era evangélica e apoiadora de Bolsonaro e a outra era contrária ao candidato:

> [...] Teve briga na sala de aula. Eu presenciei. [...] duas jovens, uma cristã e outra não. [...] Antes de chegar na sala, no pátio, eu estava ouvindo uns gritos. Uma defendia Bolsonaro e a outra não defendia, então elas já vinham debatendo, se agredindo. E o professor teve que convidar elas pra acalmar os ânimos. Até que chegou o pessoal da guarda pra poder dar segurança, pra ver o que estava acontecendo. Mas elas começaram a brigar porque a menina era sempre provocada pela evangélica, pela apoiadora do Bolsonaro, porque [...] se ia falar das mulheres ou era um debate relacionado à questão

[9] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[10] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 16.10.2022, em Vitória (ES).

> de gênero, como a pessoa é cristã, ela entende que quem é do PT defende homossexual, que ela não está ali por cota, ela tá ali por merecimento. Então ela veio com essa questão religiosa também. Porque uma tinha a opinião de defender a bandeira do respeito, da questão da opinião sexual, e a outra, por ser cristã, não[11].

Já Carolina relatou um episódio de conflito político entre colegas da sala que culminou na saída de um estudante eleitor de Bolsonaro da escola. De acordo com a narrativa da estudante, esse sujeito, um senhor de mais idade, não concordava com a ocorrência de discussões políticas em sala de aula, pois entendia que a instituição de ensino deveria se restringir ao ensino de conteúdos tecnológicos. Os estudantes mais jovens, contrários à sua posição, atribuíram-lhe a alcunha de “nazista”, fazendo com que ele rompesse relações com o grupo:

> [...] Ele ficou batendo na tecla da opinião política de só tecnologia e os meninos tentando mudar, só que eu não acho que você mude alguém empurrando goela abaixo. [...] Eu até já tinha conversado com ele, apesar dele não ter concordado comigo, ele parou pra me ouvir, com toda a educação. O problema era a forma como os meninos colocaram ali, muito novos, não tiveram de repente o carinho de entender o choque de geração e aí começaram a ficar muito calorosos e aí foram “ah, então se você apoia nazista você é um nazista também”. Doeu. Doeu muito. E ele inclusive deu um tapa de luva porque ele veio pra escola, participou da aula pra avisar que não ia mais estudar no Ifes[12].

Embora o conflito político entre colegas de turma esteja presente na narrativa dos participantes da pesquisa, o enfrentamento entre discentes e docentes preponderou nos depoimentos estudantis, situação bastante incômoda sob seus pontos de vista. A estudante Vanda, eleitora de Jair Bolsonaro, disse que em sua turma os estudantes evitavam as discussões políticas devido ao tensionamento extremo com alguns docentes: “Não é que eles não gostavam de discutir, mas eles não gostavam do grau que chegava o teor da conversa. Feio, né, que fervia, pegava fogo, né”[13]. Já Valentim, que não votou no candidato, classificou os tipos de discussões entre alunos e professores entre “necessárias” e “desnecessárias”, sendo estas últimas percebidas como ofensivas:

> A necessária é aquela discussão branda, que é só troca de opiniões. Por exemplo, um professor que é de esquerda, que apoia o governo Lula, ele sempre enfatizou os benefícios que esse governo trouxe em relação à educação, [...] pra gente ter ciência de como esses programas foram criados [...]. As discussões desnecessárias é quando esse ponto de vista, os nervos já se alteravam, algumas pessoas não aceitavam, falava que era mentira e aí começava uma discussão mais... Como é que eu posso dizer... Mais violenta, algo que ofendesse realmente a outra pessoa, tipo, algumas pessoas se

[11] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[12] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[13] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).

> retiravam, não aceitavam opinião. Isso causa um desconforto ao longo do dia, as pessoas já não se falavam mais[14].

As situações de conflito político, além de gerarem incômodo devido ao teor agressivo com que os debates parecem ter ocorrido, também adquiriram conotação negativa entre os estudantes em virtude do receio ou da efetiva ruptura de relações afetivas no ambiente escolar, seja entre colegas, seja com professores. A estudante Carolina, que relatou o episódio do aluno chamado de nazista no grupo de mensagens da turma, afirmou que se sentiu muito triste devido à mágoa causada no estudante: "Ele sempre teve essa mágoa comigo porque quem foi a primeira pessoa a puxar assunto político na sala fui eu [...]. Se eu não tivesse começado [...], não teria dado liberdade pra turma se posicionar e não teria gerado o que gerou"[15].

A estudante Suzana, por sua vez, reiterou que não acredita haver vencedores ou perdedores nas discussões relacionadas a posições políticas, pois o acirramento pode levar ao abalo de amizades, o que não vale a pena: "Numa discussão dessa ninguém ganha. Na verdade, mesmo você ganhando, você sai perdendo porque você acaba meio que perdendo um amigo, por exemplo, a pessoa acaba ficando com raiva e tudo mais. Eu não acho isso bacana"[16].

O receio de criar desafetos ou estremecer laços de amizade aparece em outras narrativas e se coloca como mais um fator que pode ter levado os estudantes a evitarem o conflito político na escola no período eleitoral. Nos depoimentos abaixo, Luís, que não optou por Bolsonaro, afirmou que deixou de entrar em discussões acirradas porque não queria brigar com ninguém, uma vez que não é afeiçoado a esse tipo de conduta. Já Eduardo, eleitor do candidato, disse que as pessoas costumam levar os debates políticos para o lado pessoal, criando animosidades, o que explica por que muitos estudantes com posições divergentes dos professores deixavam de se manifestar em sala de aula. Vejamos os depoimentos discentes, respectivamente:

> [...] Quando falava Lula, os bolsominions pegavam e começavam a esculhambar: "Lula ladrão, fez tudo de errado, roubou a gente muito tempo". Aí uns petistas falavam "o Bolsonaro é genocida, ele não aceita índio, é racista". [...] Era uma briga danada e muitas vezes eu ficava neutro porque eu não queria brigar com ninguém. Não queria criar conflito porque eu não gosto de criar conflito. E quando eles falavam uma coisa, eu "pô, é isso". Não via motivo pra discutir porque eu sei meu lado político. E a pessoa sabe do lado dela político. [...] Se ela quiser conversar, interagir de uma forma sadia, teria como, mas como eu via muito conflito, eu evitava[17].

---

[14] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[15] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[16] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 16.10.2022, em Vitória (ES).
[17] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).

> [...] A ideia da discussão, eu acho que cansa muito, né? Pra maioria das pessoas, essa coisa de ficar discutindo, debater e tal, porque às vezes as pessoas têm essas tendências pro pessoal, pro lado emocional, né? E quando leva pro lado emocional gera desafetos, né? Então por isso eu acho que se evitava discutir diretamente. Mas era uma coisa muito nítida. Havia sempre e ainda há muitos alunos que têm uma posição contrária à dos professores[18].

Alguns estudantes registraram que, entre colegas, tentaram não deixar que as divergências políticas fossem "para o lado pessoal", buscando amenizá-las por meio de brincadeiras e sátiras entre eles: "Eu lembro, assim, da minha bolha, que era eu, Lucas, Rodrigo. Você sabe como o Lucas é, ele já tem o lado dele, né? Eu tenho o meu lado, totalmente diferente. A gente falava sobre aquilo e era tipo piadinha, né, brincadeira, tal"[19]; "Entre a gente era mais sacanagem mesmo. A gente brincava: 'Não, eu vou votar em fulano', 'Não, eu vou votar em ciclano'"[20]; e "Eu conversava bastante disso com Rodrigo, como ele era meu amigo, a gente discutia lá, ficava tudo de boa, ele com ponto diferente do meu. [...]. Era bem de leve"[21].

Na relação com os professores, por sua vez, o respeito à autoridade docente também se mescla aos fatores atribuídos para se evitar o conflito político em sala de aula. Nesse caso, divergir aparece como sinônimo de desrespeitar. O estudante Eduardo, eleitor de Bolsonaro, contou que os alunos que não concordavam com posições políticas mais à esquerda manifestadas por alguns professores evitavam entrar em discussão no ambiente escolar. Vejamos a justificativa do discente:

> Eu acho que é mais uma questão de respeito à autoridade do professor. O professor, ele representa algum tipo de autoridade pro aluno. E, às vezes, o aluno sente necessidade de respeitar a visão daquele professor. E ele evita, muitas vezes, entrar em um embate, né? Por questão do respeito. Uma expressão meio nada a ver, assim, respeito hierárquico, respeito de posições. Eu estou na condição de aluno, então não vou debater tanto[22].

Por fim, a negatividade da experiência eleitoral na escola também foi atribuída a situações presenciadas ou vivenciadas pelos estudantes nas quais se sentiram menosprezados, hostilizados ou receosos de manifestar suas posições políticas. Como mencionado anteriormente, essa percepção foi mais destacada pelos eleitores de Jair Bolsonaro, embora haja menção de algo semelhante entre os não eleitores. Vamos à apresentação das narrativas.

---

[18] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[19] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 29.03.2022, em Vitória (ES).
[20] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[21] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[22] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).

No âmbito dos não eleitores do candidato, a estudante Teresa, sindicalista e filiada ao PT, disse que sua fala era frequentemente abafada ao se manifestar politicamente na escola durante as eleições de 2018[23]: “Podia nem falar. Podia nem falar. Na hora que eu abria a boca pra falar, alguém estava me cortando”[24]. Já o estudante Pablo, que não optou por Bolsonaro mas se lançou candidato a vereador por um partido integrado por lideranças conservadoras, relatou que foi muito hostilizado e visto com desconfiança por colegas e professores devido a essa condição:

> Fui bem recepcionado por uns e mal recepcionado por outros. Teve aceitação de alguns, teve o respeito das pessoas pela minha posição política e teve rejeição de outros. E até com alguns tipos de ofensa, de humilhação, menosprezo. [...] Eu acho que foi por causa que eu estava num partido que não competia muito com a escola federal, que é mais de esquerda, a maioria, acho que nem é todos. [...] Até porque eu pensei: “Nossa, estou no partido PSD, ainda bem que é de centro, porque não é nem esquerda, nem direita. [...] Eu não vou ter problema nenhum, porque eu quero o diálogo dos dois lados”. [...] E aí, quando houve isso aí que aconteceu, eles ficaram todo mundo assim: “Será que ele vai defender as coisas que a gente defende? Será que ele está aqui contra a escola, que ele defende outras coisas lá, [...] quer só ver o que acontece aqui e passar lá pro partido dele lá?[25].

Já no âmbito dos eleitores de Jair Bolsonaro, que sugeriram representar uma posição minoritária dentro da escola[26], esse menosprezo, aliado à hostilidade, foi muito ressaltado nas narrativas estudantis como elemento de desconforto no ambiente escolar durante o período eleitoral: “Estava tendo essa questão de política e tudo mais, e acho que só eu e Diogo naquela época a gente iria votar no Bolsonaro, pelo menos dentro da nossa sala. E então meio que todo mundo ficava politicamente contra a gente”[27]. O estudante Pedro, por sua vez, disse que sua posição política não era bem aceita na escola, o que exemplificou por meio de um relato sobre a reação das pessoas à expressão de seus posicionamentos em uma roda de conversa: “Começava a falar que eu era também de periferia, [...] sempre fui de escola pública e ia votar nele. [...] Cada um pegava o microfone, tinha uma caixinha de som, né? Aí eu falava, era um monte de vaia [...], mais gente vaiava que aplaudia”[28].

---

[23] A estudante ainda não havia ingressado no Ifes nas eleições de 2018, de modo que seu relato se refere ao período em que estudou em uma escola municipal de Vila Velha (ES).
[24] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[25] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[26] Este estudo não conta com uma pesquisa quantitativa sobre a intenção de voto ou a escolha de candidatos nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 por parte dos estudantes e dos professores do Proeja ou do Ifes. Sendo assim, a afirmação sobre a existência de posições minoritárias ou majoritárias em termos de candidatos presidenciáveis decorre exclusivamente da percepção ou dedução individual dos sujeitos participantes do estudo, não tendo respaldo estatístico.
[27] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[28] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).

Além disso, muitos estudantes que optaram por Jair Bolsonaro registraram uma insatisfação em relação a professores que queriam “impor sua opinião”, deslegitimando a posição discente de voto no referido candidato. Conforme as narrativas desses participantes, a “imposição” consistia numa defesa mais contundente de um determinado candidato e depreciação do oponente: “A nossa opinião não tinha vez. E se falasse que ia votar num candidato contra, inverso, que estava errado: ‘Não, o meu candidato que está certo, o seu está errado, porque o seu faz isso, isso e isso. Mas o meu é santo’”[29]. Nas narrativas abaixo, duas estudantes apresentam e exemplificam o que seria uma “imposição de posição”:

> Impor, por exemplo, o cara lá era a favor do Lula, [...] queria impor que ele estava certo, pronto e acabou e eu acho assim que pra falar sobre política, você pode falar sobre política de um modo geral, mas quando eles vinham falar de um candidato específico, queria impor aquilo, eu achava errado[30].

> É tipo assim: “Você só está aqui por conta de fulano de tal”, “Essa escola só existe por conta de fulano de tal”. Era basicamente isso. “Você não seria ninguém sem ele”, no caso, o Lula. Tinha muito disso. “Eu nunca vi pobre de direita, você é um capitão do mato”, meio que xingando mesmo e, tipo, quando você tem uma pessoa com uma autoridade maior, com uma influência do professor, ele tem uma certa influência sobre os alunos. Dependendo do tipo de colega que você tem, acaba sendo excluída, odiada por certos grupos[31].

Conforme os relatos, a “imposição” parece ser mais sentida nos momentos em que há pouco espaço para a expressão aberta das divergências e do contraditório na sala de aula. O estudante Ronaldo, por exemplo, relatou a experiência de “uma pequena perseguição” que sofreu durante uma atividade escolar sobre ditadura militar. Ele queria expressar para a turma o ponto de vista de que esse período foi de desenvolvimento para o país. Entretanto, como eram realizadas orientações prévias à apresentação do trabalho, o professor contra-argumentou dizendo que havia sido um período marcado por torturas e perseguições políticas, atitude vista pelo estudante como uma forma de impedir a manifestação de suas ideias:

> [...] Eles queriam me forçar a falar que não, que foi uma época das trevas. Eu tive até problema com professores. “Mas não foi nessa época que nosso estado se desenvolveu, prosperou?”. “Não, é que teve muita perseguição política, teve muito isso, muito aquilo”. Então, sabe, eu queria me expressar de uma forma, porém eles queriam que eu me expressasse de outra[32].

Essa percepção de cerceamento da expressão das posições políticas de direita aparece associada à sensação de isolamento e constrangimento perante a turma por

---

[29] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[30] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[31] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 16.10.2022, em Vitória (ES).
[32] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).

manifestarem posições minoritárias, conforme demonstram as narrativas: “Eu me sentia um peixe fora d’água. Então pra mim não dá, sabe? A pessoa querer fazer a sua cabeça [...], falar o tempo todo numa pessoa, num jeito de uma pessoa que você não concorda com ela, entendeu?”[33]; e “Além de pouco espaço, se manifestasse, você era escorraçado. [...] Se você tivesse a situação divergente da ideia que estava sendo aplicada, você seria bombardeado com outras ideias ali. [...] Eu era minoria [...] e isso causava constrangimento”[34].

Outros discentes afirmaram que não se sentiram cerceados ao manifestarem suas opiniões de direita, mas eram tratados de maneira mais “ríspida” pelos docentes, o que foi compreendido por eles como uma indiferença em relação ao seu ponto de vista. Na narrativa a seguir, após se posicionar em relação ao fato de ter ou não espaço para apresentar suas ideias em sala de aula, Lucas contou o quanto se sentiu desmotivado a participar dos debates na turma quando percebeu que suas posições não eram acolhidas como as demais nesse ambiente:

> [...] Eu acho que a gente tinha espaço sim [...]. Mas [...], pra dentro de uma escola, a resposta que a gente recebia não era o ideal. A gente poderia ter sido tratado da mesma maneira que os outros alunos. A gente continuava a ter o mesmo espaço, porém a resposta era um pouco mais grossa, [...] era um pouco mais rude. [...] Quando eu dava minha opinião, ele não concordava com nada e quando alguém dava uma outra opinião que era meio párea com a dele, ele “Nossa, é isso mesmo, tudo mais, você está certo” e, enfim, aí chegou num ponto que eu não queria mais ficar discutindo também, porque eu vi que a gente não estava chegando a lugar nenhum, né? Aí, depois disso, comecei a ficar mais na minha, entendeu?[35]

Essa reclusão e retração em relação à manifestação das posições políticas de direita vincula-se, nos depoimentos discentes, ao receio de serem hostilizados publicamente ou perseguidos dentro do ambiente escolar: “A minha parte era dizer eu sou de direita, apoio candidato de direita, ponto. Porque falar o nome de Bolsonaro nessa escola, pelo amor de Deus, era pedir pra ser rechaçada, então eu só falava isso”[36]. Já Pedro contou que pensou em vir para a escola com a camisa do candidato, mas desistiu pelo medo de ser agredido verbalmente:

> [...] Eu queria vim aqui pro Ifes com a camisa de Bolsonaro. Só que eu não vim, eu não tive coragem, porque eu vi um dia que o cara entrou com a camisa dele aqui, com o rosto, o pessoal quase bateu nele aí. Falando, botando dedo, falando um monte de coisa assim, né? Aí eu falei “Ah, sou da igreja, acho que a pessoa me agredir assim com palavras, talvez eu possa perder a cabeça, vou fazer isso não”. Não usei a camisa, não[37].

---

[33] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[34] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[35] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[36] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[37] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).

Por fim, alguns eleitores de Bolsonaro associaram episódios ocorridos em sua vida escolar no Ifes a represálias ou perseguições sofridas em virtude de sua posição política, como notas baixas em algumas disciplinas, exclusão de grupo de mensagens de *WhatsApp* do curso, desclassificação em processos seletivos de monitoria e impedimento de realização de eventos políticos durante o período eleitoral.

Quase todos mencionaram que o Ifes é um espaço majoritariamente de esquerda: “Eu observo que tanto os Institutos Federais como as Universidades são bem voltados para o lado de esquerda”[38]; “Aqui dentro do Ifes, vou falar rasgado, tem professor que quer te impor a votar no PT”[39]; “Professores aqui são maioria de esquerda, os que têm de direita não é muito de falar, quem fala mais são os de esquerda normalmente”[40]; e “Tinha muito ato da galera de esquerda aqui dentro, [...] chamava os estudantes a fazer parte do PT”[41].

Essa visão da supremacia da esquerda no Ifes e da restrição de liberdade para o debate de ideias em sala de aula foi contestada pelos estudantes contrários a Jair Bolsonaro, que apontaram a existência de professores e estudantes adeptos ao candidato na instituição, bem como de uma conduta docente favorável a manifestações ideológicas diversas, conforme demonstram as seguintes narrativas: “Na eleição passada, os professores do Ifes também estavam apoiando Bolsonaro, um monte. Vi isso, foi muito ruim. Dentro da instituição eu vi apoio ao Bolsonaro. Depois que viram os desgovernos, as opiniões deles foram mudando”[42]; “Tinha uma turminha aí que tinha votado na direita, né? [...] Tiraram uma foto aqui dizendo que era Bolsonaro, essa coisa toda”[43]; e “A gente tinha alguns professores que expunham a sua opinião um pouco mais, mas nunca teve nesse ano [...] um momento em que o professor tivesse imposto pra onde você tem que ser”[44].

A contestação ao argumento da supremacia da esquerda no Ifes e da hostilidade sofrida em virtude do posicionamento político de direita foi um ponto polêmico de discussão durante o grupo focal dos estudantes adultos. A afirmação, pelos eleitores de Bolsonaro, de que foram “oprimidos pela esquerda” na escola foi

[38] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 29.09.2022, *on-line*.
[39] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[40] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).
[41] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[42] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[43] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 19.04.2022, em Vitória (ES).
[44] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).

rebatida pelos não eleitores do candidato com o argumento de que “a direita sempre oprimiu” os estudantes do Proeja por serem pretos e pobres.

Além disso, os discentes contrários a Bolsonaro também mencionaram perseguições, represálias e enfrentamentos com professores que consideravam de direita dentro do Ifes devido a suas posturas políticas. A seguir, reproduzo trechos do diálogo que se estabeleceu entre esses participantes:

> ELISÂNGELA: Eu me senti muito oprimida com relação aos professores, não tanto quanto os alunos, porque os alunos, eles não eram tão contundentes nas suas ideias, nas suas opiniões, entendeu? Era mais dos docentes mesmo. [...] Eu me senti coagida. Eu me senti...
> DALVA: Assediada.
> ELISÂNGELA: Assediada. [...]
> VANDA: [...] Dentro de uma escola é pra gente aprender o respeito e aprender o que viemos fazer, e não ser obrigados a aceitar o que o outro pensa. [...] Independente se foi esquerda ou direita que criou o projeto Proeja, não é isso daqui que está sendo falado. O que está sendo falado é a gente ser obrigado a aceitar o que o outro diz. [...]
> DALVA: [...] E sobre o Proeja também, eu me sentia coagida. Eu cheguei até sair uma certa época por causa disso, né? Me afastei. E porque eu me senti assim... É oprimida mesmo, entendeu? Porque às vezes eu me sentia sufocada, né? [...]
> TADEU: [...] Vou falar um negócio pra vocês, vocês não sabem o que é opressão. [...] Essa escola aqui está cheia de gente fascista, preconceituosa, que não quer pobre, preto estudando aqui e isso foi dito com todas as palavras pelos professores e coordenadores do meu curso. [...] Você sabe o que é ser oprimido? [...] É você reprovar quatro semestres seguidos na matéria de um professor e esse professor insistir por dois anos e não querer que você seja aprovado na matéria dele. Aconteceu comigo. [...] E outra coisa, “Ah, o professor me oprimiu porque me chamou pra manifestação de esquerda”. Mas se o professor tivesse chamado você pra ir pra manifestação de direita, você ia linda, maravilhosa, vão parar de hipocrisia aqui. [...]
> RUTH: [...] Porque em nenhum momento a gente consegue ver expulsão de bolsonarista aqui dentro, né? Mas, assim, eu também já bati muita boca com professor aqui dentro, professor, inclusive, que na eleição do grêmio falava assim: “Eu vou fazer campanha contra porque esse povo que está lá é um povo de Lula”. [...] Eu vi tanto muito bolsonarista como muitas pessoas de esquerda. Vi muito aqui dentro. Eu não consigo ver assim que “Ah, tinha muito da esquerda que me pressionou”. Não, tinha muito da direita também que pressionava. Então por isso que eu costumo dizer, assim, eu não posso avaliar, né, todo um projeto que existe a partir do que aconteceu só comigo. Eu tenho que avaliar a partir do que está acontecendo no todo, né [...][45].

Outro aspecto relevante apresentado pelos dados de campo foi a tendência ao afastamento ou à retração do debate dentro da escola, tanto pelos estudantes quanto pelos docentes, devido à intensificação do conflito político. Conforme os relatos anteriores, foi perceptível o quanto o confronto esteve presente no cotidiano escolar nesse período e como seu acirramento foi sentido negativamente pelos estudantes,

[45] Trecho de diálogo realizado no grupo focal de adultos, em 03.10.2023, em Vitória (ES).

tanto pelos eleitores quanto pelos não eleitores de Jair Bolsonaro, a ponto de muitos evitarem as discussões políticas nesse ambiente.

A forma mais citada de afastamento dos debates políticos foi o silenciamento, ou seja, não se pronunciar a fim de não expor seu ponto de vista. A estudante Vanda afirmou que preferia ficar calada em um contexto de pouca receptividade para posições divergentes: “Eu não participava [...]. Quando se discute e só a voz da pessoa que está certa, eu prefiro não opinar. Eu prefiro ficar calada”[46]. Já o discente Lucas demonstrou estar desgastado com as discussões políticas na escola, optando por não se manifestar no momento em que elas aconteciam, conforme relato abaixo:

> [...] Sempre quando rolava alguma discussão desse professor, o pessoal já ficava tipo, olhando pra mim falando: “Você vai falar alguma coisa, né?” Eu, no começo, até tentava discutir, só que depois eu vi que, enfim, não estava levando a lugar nenhum, estava me estressando também, eu parei. Eu estava ficando mais quieto[47].

Outra forma mencionada de sair do conflito político foi a tentativa de dissuadir os colegas de turma do debate, sugerindo um apaziguamento caso os enfrentamentos estivessem muito intensos, como demonstram as narrativas das estudantes com posições políticas contrárias: “Quando começou a se tornar muito partidário, eu já ficava quieta. Tinha um aluno inclusive amigo nosso que chegou a bater boca com o professor. E eu falava com ele: ‘Deixa isso pra lá porque você não vai mudar a cabeça da pessoa’”[48]; e “Eu sempre me segurava, sempre. Até entrava, eu sempre entrava no debate, mas eu sempre entrava pedindo pra apaziguar”[49].

Outro modo que evidenciou a retração em episódios de conflito político foi a saída dos estudantes dos espaços em que os debates estavam acontecendo, seja a sala de aula, seja a própria escola, ainda que temporariamente: “Eu saí mais por causa disso. [...]. Todo mundo pensava diferente de mim e aí eu não participava. Pra mim falar e discutir sozinha eu preferia calar, entendeu? Preferia sair de dentro da sala de aula”[50]. A estudante Diana, por sua vez, disse que optou por se retirar da sala durante uma discussão entre um professor e um aluno sobre a prisão de Lula no momento em que o clima ficou mais acirrado:

> [...] Os dois discutiram feio na aula. Esse menino falou: “Não concordo, eu sou Bolsonaro, Lula tinha que ser preso como todo mundo que roubou tinha

[46] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[47] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[48] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[49] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[50] Entrevista de pesquisa concedida por Dalva, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

> que ser preso". [...] Eu saí da sala porque eu não queria nem concordar e nem discordar. Eu falei: "Não quero briga, eu quero sair da sala"[51].

Evitar a explosão do conflito político no ambiente escolar não foi uma prerrogativa apenas dos estudantes, os quais sugeriram a ocorrência de um recuo político na postura docente no período das eleições de 2022, posição partilhada tanto pelos eleitores quanto pelos não eleitores de Bolsonaro: "A turma tinha professor que não gostava de falar, [...] dar espaço a debater. Teve professores aqui [...], ai, ai... Não podia falar"[52]; "Não tem professor falando sobre e é bem neutro, né? O ambiente de sala de aula é bem neutro em relação a isso, embora um ou outro aluno conversa, eu às vezes converso também"[53].

Os estudantes Eduardo e Pablo atribuíram essa retração docente a um suposto medo de manifestação de suas posições políticas: "Eu percebo que os professores estão bem mais neutros porque eles têm muito medo. [...] Eu vejo que os professores têm uma narrativa mais neutra, neutralizada. Eles oferecem um panorama mais geral"[54]; "As pessoas comentam, mas ninguém fica impondo, porque até mesmo pra dentro de sala, o professor começar a falar de política pode soar como estar querendo impor, influenciar a gente votar em um candidato que ele quer"[55]. Já a estudante Ruth disse que achou os professores "tímidos" em relação a debates políticos na escola, como os que envolviam questões étnico-raciais:

> [...] Eu percebia, né, quando a gente pensava em levantar a discussão, tinha briga e não havia um desafio do professor. "Então, qual que era o melhor?" Encerra a discussão. "Não vamos discutir isso, né?". "Não, isso não vai passar mais por aqui. Nós não vamos discutir mais isso". E a gente fala: "Não? Como não? Como que nós não vamos discutir isso e tal?" [...]. Eu acho que ainda está muito tímida essa discussão social, das questões sociais das pessoas. Eu acho que os professores ainda têm um pouco de medo de discutir isso, né? Devido qual vai ser a reação das pessoas, né?[56]

Encerro a apresentação dos dados relativos a um possível esfriamento do conflito político no espaço escolar afirmando que também entre os discentes foi perceptível o não confronto no pleito de 2022: "Aqui eu não vejo povo discutir nem falar de política, de eleição, não"[57]; "Eu tenho sentido que não tá tão assim, você quase não vê uma discussão mais voltada à questão política, mas a gente conversa às vezes

---

[51] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[52] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[53] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[54] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[55] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[56] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[57] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).

com um, com outro [...]. Não vi ainda uma discussão mais aflorada mesmo com os alunos”[58]; e “Ninguém fala sobre Bolsonaro, às vezes tem um ou outro aluno conversando, né? Numa rodinha de conversa. [...] Não é uma discussão política dentro de sala de aula”[59]. Valentim, por sua vez, estabeleceu um comparativo entre os pleitos de 2018 e 2022, confirmando que durante o segundo as discussões quase inexistiram na escola[60]:

> O que eu tenho notado é que em 2018, como era tudo muito novo, essa rixa política bem grande que teve, tinha mais pessoas que se posicionavam em relação ao governo Bolsonaro. Atualmente, eu não sei o que houve, mas eu não vejo muito esse posicionamento. A galera não está se manifestando muito. [...] Então, acho que devido a esse conflito, devido a algumas coisas que o governo vem fazendo também que algumas pessoas vão mudando de opinião, a galera está mais presa, não está tendo muito confronto, pelo menos aqui dentro. Em 2018 era pior. [...] Não está acontecendo esse tipo de discussão. Pelo menos eu não tenho presenciado. Nem na sala, nem no pátio, não estou vendo[61].

Tendo em vista os elementos dispostos, posso afirmar, preliminarmente, que a escola não passou incólume ao contexto político que culminou na emergência do bolsonarismo no país. Pelas narrativas estudantis, ficou bastante evidente a presença, no ambiente escolar, da divisão que antagonizou a sociedade brasileira entre os adeptos e os contrários a Jair Bolsonaro. Nesse cenário, não são surpreendentes narrativas que versam sobre a hegemonia da esquerda dentro da escola, numa alusão à “elite cultural gramscista”, ou sobre “bolsonaristas fascistas” que querem acabar com o direito dos alunos pretos e pobres de estudar nesse espaço.

Do mesmo modo, as posições antagônicas sobre “haver imposição ou não do candidato do professor”, “oprimir ou não o estudante com posição divergente em sala de aula” ou “ter ou não liberdade para expressar o contraditório” devem ser interpretadas levando em consideração todo o cenário político nacional de acentuadas disputas entre o campo progressista e da extrema-direita conservadora. Tais ponderações não invalidam ou colocam em descrédito as posições apresentadas pelos sujeitos, apenas contribuem para ajustar o tom da análise, evitando cair em um falso debate sobre a quem creditar a razão.

---

[58] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.09.2022, em Vitória (ES).
[59] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.
[60] É fundamental considerar que as eleições de 2022 ocorreram após a pandemia da Covid-19, período marcado por grande evasão dos estudantes da EJA do ambiente escolar, o que pode ter influído na redução dos debates políticos na escola.
[61] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 30.09.2022, em Vitória (ES).

Sendo assim, um dos aspectos que merece ser comentado é a frequente menção, sobretudo pelos estudantes eleitores de Jair Bolsonaro, sobre como se sentiram no ambiente escolar ao expressarem sua posição política: menosprezados, hostilizados, rechaçados, tratados com indiferença, assediados, oprimidos, sufocados e perseguidos. Consideradas as devidas ponderações realizadas anteriormente sobre o teor dessas falas, posso afirmar que, no processo de identificação política desses sujeitos, a escola não foi considerado um espaço de amparo, conforme abordado no terceiro capítulo. Não é à toa que essa instituição foi citada por apenas uma estudante desse subgrupo como influente em seu processo de formação política.

Recorro ao estudante Pablo para exemplificar o quanto a ausência de amparo pela instituição escolar frustrou suas expectativas em relação a esse ambiente. Conforme relatado, ele se sentiu hostilizado pelos colegas e professores ao se candidatar ao cargo de vereador por um partido integrado por lideranças conservadoras, embora não tenha votado nesse presidenciável. Desapontado com essa reação, pois esperava que a escola fosse acolhê-lo e potencializá-lo como um candidato de periferia que valoriza a educação a despeito de sua filiação partidária, ele afirmou que o acolhimento é decisivo para "ficar ou não" em determinados espaços:

> [...] Eu esperava a escola me acolher melhor. Enxergar em mim uma pessoa que tinha realmente o potencial de fazer coisas boas, mesmo não tendo a escolaridade que muitos esperam. Eu pensava que ia ter uma valorização, não é só porque eu estou aqui, não, mas é por conhecer a luta que a escola tem pra pobre ter acesso à educação. [...] Eu sou uma dessas pessoas. [...] Eu acho que eu acreditei bastante, mas jogaram um balde de água fria na minha cabeça. [...] Porque a gente só fica num lugar aonde a gente se sente bem, onde é acolhido. Onde a gente não é acolhido, a gente não se sente bem, a gente não vai ficar[62].

A emergência de sentimentos negativos entre os estudantes do Proeja em virtude das discussões políticas na escola e o consequente recolhimento de sua participação nessas atividades, culminando até mesmo na saída de alguns discentes desse espaço, não pode ser considerada elemento secundário nesta análise, pois vai ao encontro do que outros estudos têm apontado sobre a relação entre "gostar" e "permanecer" na escola para os sujeitos da educação de jovens e adultos.

De acordo com Santos (2018), "não gostar" ou "não se sentir bem" na escola tem implicações diferentes para estudantes do ensino regular e da modalidade EJA.

[62] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27.04.2022, em Vitória (ES).

Para os primeiros, independente de “querer” ou “gostar”, há uma obrigatoriedade de frequentar assiduamente esse espaço, sob pena de sanções legais para os responsáveis dos menores, como perda de benefícios sociais, como o Bolsa Família, e notificações do Conselho Tutelar e do Ministério Público.

Para os estudantes de EJA, por sua vez, não existe obrigatoriedade legal de permanência na escola, de modo que o critério “não gostar” por “não se sentir acolhido” pode, eventualmente, ser um fator que conduza à evasão desse espaço. Essa constatação já alerta para um ponto importante de reflexão acerca das práticas docentes junto a esse público, inclusive quando se trata de discussões políticas: “Devemos pensar que as atitudes dos professores, negando o diálogo (desrespeito ao outro), a escuta (mostrando-se desinteressado pelo outro), pode ser um facilitador para os índices de abandono nas escolas de EJA” (Santos, 2018, p. 115).

Além disso, é preciso ter em conta que, para esse público, a escola é um espaço significativo de cultivo de relações interpessoais (Gafforelli; Sant’Anna; Silva, 2020), pois ela assume um significado mais amplo do que um local para estrito cumprimento de um nível de ensino. Dessa forma, o bom relacionamento com colegas e professores é muito importante, o que contribui para explicar o incômodo com situações que geram animosidades nesse ambiente.

Prosseguindo com as reflexões acerca do teor das narrativas estudantis, pontuo que, embora a maioria dos não eleitores de Jair Bolsonaro também tenha manifestado desconforto acerca da forma como os conflitos políticos atravessaram a escola, não foram registrados em seus relatos, de modo significativo, sentimentos de hostilidade ou menosprezo ao expressarem suas posições políticas nesse espaço, dando a entender que não se sentiram incomodados ao fazê-lo. Essa constatação corrobora o argumento de que a escola foi considerada espaço de amparo para diversos estudantes desse segmento, conforme demonstrado no terceiro capítulo.

Entretanto, a maneira como os conflitos políticos foram vivenciados, em geral, de maneira violenta e agressiva, foi um elemento que proporcionou um recuo na participação, tanto dos eleitores quanto dos não eleitores de Jair Bolsonaro, nas discussões políticas na escola, seja dentro ou fora da sala de aula. Assim, outro aspecto a ser comentado é o quanto a forma de expressão dos conflitos políticos implicou na retração dos debates em toda a comunidade escolar. Como demonstrado pelas narrativas, houve uma tendência de se evitar o confronto de ideias ou de se afastar dele pelos discentes das diversas posições políticas, bem como um sugestivo

recuo docente no sentido de estimular determinados debates em sala de aula por “medo”, na visão estudantil, do que poderia acontecer. Pareceu existir, portanto, um esfriamento das discussões políticas no ambiente escolar se comparados os pleitos de 2018 e 2022.

Para refletir sobre esse aspecto, recorro, novamente, ao referencial teórico que orienta esta tese, acrescentando questões, desta vez, em torno do horizonte da democracia radical e pluralista, visão inaugurada por Laclau e Mouffe (2015), mas aprofundada principalmente pela segunda. Após a apresentação de alguns elementos teóricos acerca desse tema, retomarei a discussão sobre o conflito político na escola, oferecendo uma compreensão desses dados de campo à luz dessa perspectiva teórica.

Conforme disposto no segundo capítulo, o antagonismo é um elemento constitutivo das sociedades humanas, não sendo possível, do ponto de vista ontológico, sua supressão das relações sociais. Por essa perspectiva, o dissenso não é um “distúrbio” que possa ser eliminado, nem um “impedimento” para a harmonia democrática, mas uma condição para a democracia radical e plural (Laclau e Mouffe, 2015). Esse modelo democrático configura-se pela radicalização dos princípios ético-políticos do regime democrático-liberal, com liberdade e igualdade para todos. Além de ser alcançada apenas pela construção de uma nova hegemonia, a democracia radical é caracterizada por “uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há uma possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos” (Mouffe, 2003, p. 11).

Desse modo, diante da impossibilidade de superação da oposição nós/eles, o desafio da política, segundo Mouffe (2003), é constituir formas de poder compatíveis com os valores democráticos: “O que a democracia exige é que formulemos a distinção nós/eles de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo” (Mouffe, 2015, p. 13). Para isso, a autora propõe que os antagonismos sejam “domesticados” ou “controlados” a fim de possibilitar uma forma diferente de relação entre nós/eles que não implique a aniquilação dos oponentes.

Nesse modelo de democracia, denominado de agonismo, as partes conflitantes não tratariam seus oponentes como inimigos a serem exterminados nem considerariam suas demandas como ilegítimas. Eles seriam reconhecidos como adversários legítimos, cujas ideias devem confrontar-se nos espaços democráticos (Mouffe, 2015). A fim de melhor estabelecer a diferença sobre como o conflito se

expressa nas relações antagonísticas e agonísticas, recorro a uma passagem da autora:

> O confronto agonístico é diferente do antagonístico, não porque ele permite um possível consenso, mas porque o oponente não é considerado um inimigo a ser destruído, mas um adversário cuja existência é percebida como legítima. Suas ideias serão postas vigorosamente em luta, mas seu direito de defendê-las nunca será questionado (Mouffe, 2019, p. 14).

Nessa relação adversarial, que não se baseia na aceitação forçada de visões com as quais se diverge, nem na total indiferença com pontos de vista discordantes, seriam comuns os princípios ético-políticos da democracia liberal e o compartilhamento de um mesmo espaço simbólico no qual o conflito tem lugar para sua expressão. A dimensão antagônica se mantém presente, mas se desenvolve sob condições reguladas por um conjunto de procedimentos democráticos aceitos pelos adversários, em torno dos quais se estabeleceria um consenso relativo (Mouffe, 2015).

Para Mouffe (2006), portanto, o propósito da política democrática é justamente transformar o antagonismo em agonismo. Ao estabelecer que o bom funcionamento da democracia requer canais políticos legítimos em que vozes discordantes possam se manifestar, a autora reafirma o papel das instituições democráticas para “desarmar as forças libidinais que conduzem à animosidade, sempre presente nas sociedades humanas” (Mouffe, 2015, p. 25).

Por outro lado, ela alerta que a ausência desses espaços de confronto adversarial pode provocar apatia política, falta de apreço pela participação social e o direcionamento das paixões coletivas para projetos autoritários ou movimentos fundamentalistas, conforme explicita no trecho a seguir:

> Na ausência dessa configuração adversarial, as paixões não dispõem de uma válvula de escape democrática e as dinâmicas agonísticas do pluralismo são obstruídas. Corre-se o risco, portanto, de que o confronto democrático seja substituído pelo confronto entre formas essencialistas de identificação ou entre valores morais não negociáveis. Quando as fronteiras políticas se tornam indefinidas, começa a insatisfação com os partidos políticos; assistimos, então, à proliferação de outros tipos de identidade coletiva, que giram em torno de formas de identificação nacionalistas, religiosas ou étnicas (Mouffe, 2015, p. 29).

Ressalto que críticas significativas são destinadas ao modelo agonístico proposto por Chantal Mouffe, como a de Freitas (2021a, p. 94), que afirma, em linhas gerais, que a teórica “acaba concordando com a necessidade de domesticar conflitos numa dimensão ôntica, quando parece que o seu objetivo principal, ontologicamente observando, seria o contrário”; e a de Mendonça (2012, p. 480), para quem o “modelo”

agonístico de democracia da autora, na verdade, “revela-se tão somente um princípio, estando muito aquém de um modelo político normativo estruturado”.

Embora concorde com a pertinência de tais ponderações ao modelo de política democrática proposto por Mouffe, e admitindo que há limites e riscos na transposição direta de macroteorias para pensar acerca de instituições específicas, como a escola, acredito que a perspectiva proposta pela autora contribui para elucidar alguns elementos oriundos dos dados apresentados nesta seção, possibilitando uma compreensão mais assertiva sobre eles.

Uma primeira consideração a ser feita sobre o conflito político na escola, sob a ótica da democracia radical e pluralista, é seu caráter de inevitabilidade. Reiterando a percepção dos participantes desta pesquisa, não foi possível evitar a emergência dos embates políticos no ambiente escolar, já que o antagonismo foi um elemento constitutivo das identificações políticas no período eleitoral. O dissenso, portanto, sendo inerente às relações sociais e inevitável nos mais diferentes espaços, também perpassou a escola, sendo impossível sublimá-lo sem danos à democracia.

No entanto, de acordo com os relatos da vivência estudantil no período eleitoral, a relação entre oponentes políticos parece ter se configurado nos moldes antagonísticos do amigo/inimigo, tanto entre os estudantes quanto entre discentes e docentes. Essa constatação deriva dos inúmeros relatos sobre agressividade e violência com que as discussões políticas aconteceram dentro da escola, também marcadas pela animosidade entre oponentes, rupturas de relações pessoais, deslegitimação de ideias contrárias e indiferença em relação às visões políticas do “outro”. Como resultado da preponderância dessa forma de oposição, está a visão negativa dos discentes a respeito de como os debates aconteceram na escola durante as eleições presidenciais, bem como a tendência à retração das discussões políticas nesse espaço durante esse período.

Retomando a argumentação feita por Mouffe, a obstrução dos canais democráticos para a expressão do pluralismo, além de levar à apatia e à indiferença política, pode conduzir as paixões dessa natureza para espaços ou movimentos extremistas, que desejam a eliminação do “outro”. Nesta pesquisa, a relação amigo/inimigo entre oponentes políticos parece ter empurrado os estudantes para uma relativa apatia dentro do ambiente escolar, que se expressou pelo silenciamento nas discussões que envolviam conflito entre visões distintas e pela saída da sala de aula (ou mesmo da escola) durante a intensificação dos debates, elemento que

também se relaciona, por sua vez, à ideia levantada anteriormente sobre “não gostar” *versus* “não permanecer”.

Como a queixa de deslegitimação da posição política preponderou entre os eleitores de Bolsonaro, estes parecem ter encontrado acolhimento para suas ideias em outros espaços de amparo para onde foram canalizadas suas paixões políticas, como a religião e a internet. Entretanto, conforme visto no capítulo anterior, tais ambientes podem não contar com o mesmo espaço para o debate de ideias que os discentes podem e almejam ter nas escolas, como demonstrarei mais adiante.

Desse modo, se no ambiente escolar não houver espaço adequado para a manifestação do dissenso, a formação política unilateral dentro de bolhas ideológicas pode reforçar identidades políticas intolerantes, que, em contato com o diferente, rejeitem a discussão de ideias e desejem sua eliminação, gerando um afastamento do modelo adversarial em prol de um antagonismo em que inimigos não compartilham qualquer base comum. Nesse contexto, considerando que as identidades políticas não são objetividades prévias ao confronto político, mas sim são forjadas nesse embate, a exclusão prévia dos valores não democráticos do espaço de debate pode prejudicar a formação da própria identidade democrática e o apoio efetivo e afetivo a esses valores, não como exigência moral, mas como prática política e mobilização de afetos. Excluir ou sublimar o dissenso do espaço escolar não contribui para a construção de consensos nem para a harmonia democrática, muito pelo contrário, fortalece ambientes que podem não ter apreço pelo debate adversarial de ideias.

Diante de tais reflexões, defendo que, na escola, a transformação das relações de antagonismo em agonismo, pelas quais o oponente seja encarado como adversário legítimo e não como inimigo a ser destruído, tal como defende Mouffe, é uma diretriz fundamental para a realização de debates políticos. Felizmente, esse também parece ser o desejo da maioria dos participantes desta pesquisa, inclusive dos eleitores de Jair Bolsonaro, que também defenderam que a escola é um lugar onde a política deve ser discutida, mas sob novas bases, agonísticas, eu acrescentaria. Essa visão, bem como indicações concretas dos discentes sobre como poderia se estabelecer uma relação adversarial em termos políticos na escola, é o que apresentarei na próxima seção.

5.2. O LUGAR DA POLÍTICA NA ESCOLA: POR UMA PERSPECTIVA AGONÍSTICA

Apesar de os conflitos políticos terem sido experenciados de maneira negativa na escola em virtude da predominância da relação entre oponentes do tipo amigo/inimigo, a quase totalidade dos estudantes desta pesquisa compreende que a política deve sim ser discutida nesse espaço, sendo necessárias, entretanto, mudanças em relação à forma como os debates aconteceram nas últimas eleições presidenciais. Segundo os discentes, as questões políticas precisam ser discutidas de maneira plural e respeitosa, com amplo espaço para expressão do contraditório. Tal reivindicação vai ao encontro do modelo adversarial, do tipo agonístico, enunciado por Mouffe.

Em relação à defesa da presença das discussões políticas dentro da escola, alguns estudantes argumentaram que a política é fundamental para a dinâmica das relações sociais, gerando impactos na vida das pessoas, bem como transformações no país: “Eu acho que a escola deve ser um lugar de discutir política. [...] A política é importante porque toda nossa vida é baseada na política, né? Então, tudo que eu vivencio no mundo, tudo que eu tenho foi baseada na política”[63]; “Não tem como ir pra frente sem a política, a gente precisa da política pra tudo, até na escola. [...] A nossa relação é uma relação política independente de não ser uma relação política de partido”[64]; e “A política, ela molda o caráter humano, [...] molda a opinião, sabe? A política consegue fazer com que você tenha uma opinião, você estudar sobre aquilo e ter opinião sobre isso é muito importante, e a política, ela muda o país”[65].

Os discentes também mencionaram que a escola tem um papel fundamental no sentido de proporcionar uma autoridade de conhecimento em relação à política, contribuindo para subsidiar possíveis escolhas ideológicas ao longo de suas vidas: “[...] Dentro da escola você conhece, começa a ter aquela autoridade de conhecimento que antes você não tinha. A escola abre um leque pra você aprender várias coisas. É um lugar pra gente aprender política”[66]; “Eu acho que a escola deveria ensinar política. Mas não sobre a ótica de um partido ou de outro. [...] Eu acho que a escola deveria ensinar política e religião de forma que as pessoas tivessem elementos, inclusive, pra escolher”[67]; e “O estudo político [...], tinha que ter no ensino médio. [...] O aluno não

[63] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[64] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 04.04.2022, em Vitória (ES).
[65] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[66] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[67] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).

pode sair sem saber ideologias políticas, sabe? Senão ele vai pela voz dos outros e nunca vai pela opinião própria”[68]. A estudante Elisângela, por sua vez, ressaltou que esse conhecimento deve ser iniciado já no ensino fundamental, pois muitas crianças podem não ter acesso a esse tipo de informação em suas famílias:

> Tem que ensinar as crianças lá no ensino fundamental sobre economia, sobre política, sobre preconceito. [...] Eu acho que a escola não é só pra você aprender matemática, português, educação física, mesmo porque tem criança que às vezes não tem acesso na sua casa, então eu acho muito importante ter esse acesso na escola[69].

Além disso, a maioria dos estudantes não restringiu sua visão de política à escolha de candidatos ou a partidos, considerados apenas uma dimensão da questão: “Política não é só necessariamente voto, partido, governo. Tudo é política. [...] A gente é ser político e a gente é um ser que depende. Todo mundo depende de todo mundo pra alguma coisa”[70]; e “As pessoas não têm muita ideia do que é uma luta de classe, né? Elas acham que tudo que você fala de esquerda e direita se baseia num partido e não é isso. Eu acho que a política é uma coisa bem mais do que só o partido, né?”[71];

Sob uma perspectiva mais ampliada, os participantes afirmaram que a política se relaciona a uma forma de organização da sociedade, com ênfase na coletividade e no bem comum: “Política pra mim, de um modo geral, é viver em sociedade. [...] Você tomar partido de uma coisa ou de outra, você está fazendo política”[72]; “Eu acho que política diz respeito da forma de organizar uma sociedade. [...] Organizar a *pólis*, né, como diziam os gregos antigos, uma forma de organização do espaço público”[73]; “É a gente se envolver, querer o melhor para o nosso país. Uma igualdade. Em tudo. [...] Eu estou sendo política quando eu quero um bem coletivo para todas as pessoas”[74]; e “Política pra mim é tudo o que diz respeito a qualquer coisa que seja pública”[75].

Outros discentes vincularam seu entendimento de política à noção de poder público, com destaque para ações realizadas no âmbito legislativo: “Política é poder, né? Poder público especificamente, o poder na mão de homens, e eles estão respaldados pelo poder que eles têm, e, em cima disso, eles também regem como a

---

[68] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[69] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[70] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[71] Entrevista de pesquisa concedida por Ruth, em 29.04.2022, em Vitória (ES).
[72] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[73] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[74] Entrevista de pesquisa concedida por Irene, em 27.09.2022, em Vitória (ES).
[75] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).

sociedade vai ser”[76]; e “Política são leis. [...] São os políticos que fazem as leis que nós temos que seguir”[77].

Por fim, alguns estudantes apresentaram sua compreensão de política articulada aos princípios democráticos e ao debate respeitoso de ideias: “Política eu acho que é a interação de dois lados, porque tem que ter uma discussão, mas uma discussão democrática, cada um defender o seu ponto de vista sem agredir o outro, sem ter a questão da polarização, né?”[78]; “A política é uma pessoa ter um ponto de vista e as demais concordar ou não com ela. [...] Eu tenho uma opinião, eu acho que as pessoas concordam com a opinião ou não”[79]; e “Política é algo que pode influenciar todos a ter um país melhor. Aonde você consegue conversar com todos. [...] Então é uma construção de ideias pra melhorar o país”[80].

Considerando que a política deve estar presente nas discussões no espaço escolar e que sua concepção não se restringe a questões eleitorais, os participantes da pesquisa disseram que ela deve ser discutida de uma forma específica: pautada no respeito às visões divergentes, conforme demonstram as narrativas: “Seria interessante uma discussão sobre política, sempre dentro do lado democrático, respeitando as divergências, né?”[81]; “Deve, sim, ser discutido, mas respeitoso, tem que respeitar mais a opinião da pessoa, não pode ser agressivo em palavras ou fisicamente”[82]; e “Eu não acho errado a questão de discutir política na escola, eu acho errado, tanto na escola ou fora dela, você empurrar o seu posicionamento na política goela abaixo”[83]. Pablo, por sua vez, pontuou a necessidade de se abordar com cuidado assuntos polêmicos no ambiente escolar, a fim de que as discussões não adquiram um caráter de fanatismo:

> [...] A educação aborda tudo, todos os aspectos na vida do ser humano, né? E vai ter assuntos que é meio complicado de lidar, meio complexo de lidar, e a gente só tem que ter um certo cuidado, né? Uma sabedoria, né? Uma empatia, um conversar e um certo jogo de cintura, entendeu? Porque se a gente levar pra um lado de fanatismo a gente vai entrar com preconceito, com julgamento, né? [...] Essas coisas assim, eu acho que prejudica[84].

[76] Entrevista de pesquisa concedida por Nilo, em 01.04.2022, em Vitória (ES).
[77] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[78] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).
[79] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[80] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[81] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).
[82] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[83] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[84] Entrevista de pesquisa concedida por Pablo, em 27.04.2022, em Vitória (ES).

As estudantes Vanda e Suzana, que votaram em Bolsonaro, ponderaram que a discussão política na escola deve passar pela escuta e pelo respeito às posições divergentes, sendo estas validadas e não depreciadas no ambiente escolar. Vejamos suas narrativas, respectivamente: “Quando a gente discute algo, que a gente respeita o colega, eu acho que isso é construtivo [...]. Agora, quando discute algo que só essa pessoa tem razão e que a nossa opinião não é válida, que nós estamos errados, eu não acho bacana”[85].

> Quando você tem pessoas que sabem discutir sem querer impor uma opinião, bacana. [...] Já tive professores de esquerda que [...] aceitavam sua opinião tranquilamente e tinha outros que não, que queria impor a autoridade dele como professor sobre a sua opinião. Então aí já não é mais bacana[86].

Já Valentim e Luís, que não votaram no candidato, afirmaram que é importante não “forçar a barra” nas discussões sobre política na escola, ou seja, querer insistentemente que o colega concorde com seus posicionamentos. Eles chamaram a atenção para o fato de que participar de um debate de ideias não implica aceitar as visões que são apresentadas, mas respeitá-las, exercitando a tolerância. Seguem as narrativas, de modo respectivo:

> Eu acho que [...] você tem direito de ter seu posicionamento, mas isso cabe somente a você. Você não tem que ficar instigando os seus amigos a querer fazer com que eles aceitem o que você pensa. Isso acaba se tornando algo bem desconfortável. Então eu acho que a escola deveria ter uma discussão política, mas dentro da matéria, dentro de que não ofendesse ambas as partes[87].

> Se eu tenho uma posição política e a outra pessoa tem a posição política dela, eu vou respeitar. Mas eu também não sou obrigado a aceitar. Se a pessoa quiser ouvir o que eu estou pensando, ela ouve, mas se ela não quiser ouvir, ela não ouve. E hoje, se o mundo fosse mais tolerante na época de política, a gente não ia ter tanta discussão onde há agressão verbalmente, onde você xinga a pessoa, onde você fala que a pessoa é burra, idiota, que está votando naquela pessoa. [...] As pessoas têm que ser mais tolerantes na época de eleições e respeitar a decisão de cada um[88].

Outro aspecto bastante ressaltado nas narrativas dos participantes em relação à forma de se debater política na escola foi a importância de se abordar assuntos e temáticas da forma mais plural possível. Nesse sentido, diversas falas, seja de eleitores ou não de Jair Bolsonaro, expressaram a necessidade de o ambiente escolar apresentar diversas visões, com o intuito de proporcionar um conhecimento amplo e abrangente acerca de questões que envolvam política: “Eu acredito que deveria ser

[85] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[86] Entrevista de pesquisa concedida por Suzana, em 16.10.2022, em Vitória (ES).
[87] Entrevista de pesquisa concedida por Valentim, em 13.05.2022, em Vitória (ES).
[88] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 13.05.2022, em Vitória (ES).

mais abrangente. Eu não rechaço nenhum tipo de posicionamento de professores. Mas [...] eu, como professor, iria oferecer uma visão mais geral pro aluno”[89]; e “A escola trabalhar bastante nisso de um professor ensinar de tudo, acho que seria bacana. Um professor ensina tudo, propõe debate entre os alunos”[90].

Os estudantes também enfatizaram a importância de equilibrar o ensino das diversas perspectivas políticas dentro da sala de aula, não partidarizando ou personificando as discussões. Na sequência, a estudante Diana, eleitora de Jair Bolsonaro, e Tadeu, contrário ao candidato, argumentaram de maneira muito semelhante sobre o papel da escola em apresentar visões plurais. Vejamos as narrativas:

> Um professor, quando fosse dar uma aula sobre política, teria que entender que todos os lados tinham que ser falados e de proporções iguais e de maneiras iguais, sabe? [...] Uma aula que consiga falar de tudo um pouco, mas que nunca consiga colocar tipo mais ênfase em uma, entendeu? “Porque eu defendo direita, porque Bolsonaro, não sei o quê”. Política não se trata de uma pessoa[91].

> Não tem como não discutir política numa escola pública. O que não pode, na minha visão, é ter uma predominância partidária, ideológica, única. Só de esquerda ou só de direita. É isso que não pode. “Ah, só pode ter as ideias do Lula” [...], “só pode ter ideia do Bolsonaro”, e isso não é política pra mim, isso é outra coisa. [...] Isso é um domínio, é uma ditadura[92].

No bojo dessas discussões a respeito de como a política deveria ser abordada na escola, emergiu, espontaneamente, a temática da “Escola Sem Partido”[93], abordada exclusivamente pelos eleitores de Jair Bolsonaro. Nesse subgrupo, foram apresentadas três posições distintas a respeito do tema: a de que a escola não deve discutir política sob hipótese alguma, mencionada por apenas um discente; a de que a escola deveria ser “neutra” e apresentar uma multiplicidade de visões sobre temas; e a dos contrários à ideia de uma “Escola Sem Partido”.

Para compreender melhor a distinção entre a primeira e a segunda posição, apresento a visão do estudante Ronaldo, único discente a defender a supressão das discussões políticas no ambiente escolar. Em seu ponto de vista, o professor, em virtude de sua posição hierárquica, pode influenciar os alunos, sobretudo os que ainda

---

[89] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).
[90] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[91] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[92] Entrevista de pesquisa concedida por Tadeu, em 29.08.2022, em Vitória (ES).
[93] Ainda que o tema da Escola Sem Partido tenha emergido nas narrativas estudantis, não me deterei a uma discussão específica sobre ele por não se configurar como um elemento central deste estudo. Para aprofundamento no assunto, indico Miguel (2016).

não têm uma posição política consolidada, conduta considerada inadequada para esse espaço, cuja prioridade deve ser o ensino de conteúdos:

> Eu acho que a escola, nós estamos aqui pra aprender as matérias que forem dadas. Acho que a política não convém com escola. Política sempre vai ter a divergência. Eu penso do meu jeito, fulano pensa de outro, então as cabeças não são iguais. É aquilo da hierarquia que eu te falei. Sabe o chefão lá, ele vai ter a cabeça dele, vai tentar influenciar todos aqui. O comandante, né. [...] Se eu não tiver minha opinião formada, eu vou no conceito dele[94].

Já os discentes que advogaram em defesa da segunda posição, ou seja, do ensino "neutro" nas escolas, não defenderam a supressão dos debates políticos desse ambiente, muito pelo contrário. Eles demandaram a incorporação de outras visões nas discussões em sala de aula por compreenderem que há um "hegemonismo da esquerda" nesse espaço. Nesse caso, a defesa da "neutralidade" me pareceu muito mais um apelo à pluralidade e à diversidade de posições políticas na escola, consideradas fundamentais para se pensar "fora da bolha" e para subsidiar a formação intelectual dos estudantes no ensino médio. Vejamos as narrativas:

> Eu acho que o Ifes é um ambiente bastante de esquerda, não tenho problema nenhum nisso, mas eu acho um pouco errado, porque numa escola a gente não tem que ter alguma ideologia certa. Claro que a gente tem que aprender a verdade lá dentro, mas tem que ter outros pontos de divergência também pra gente pensar fora da bolha. [...] Se a gente ensinar só de direita, as pessoas só vão aprender coisas sobre direita. [...] Eu não sei como é o ensinamento de uma escola militar. Não sei se lá tem essa vertente mais pra direita, mas se acontece isso lá, também é errado. Então, até numa escola militar deveria também ensinar um pouco mais sobre outros modelos de Estados e tudo mais, de governo socialista[95].

> A Escola Sem Partido não é para proibir que falem de política, é para permitir que fale de todos os princípios políticos, todos. [...] Os estudantes estão saindo do ensino médio, eles tinham que entender que existem vários e diversos lados para a política, não ser jogada de um lado pra outro: Bolsonaro, Lula, Bolsonaro, vai viver isso a vida toda? [...]. Uma escola sem partido é um professor de sociologia ou de filosofia estar na sala de aula e não estar explicando somente de um pensador, mas de vários sociólogos. Pode falar de vários que a gente vai querer entender. A gente vai debater porque é do ser humano querer debater. "Mas, professor, eu concordo mais com o Marx", "Professor, eu concordo com o Durkheim", poxa, isso é massa[96], você ter essa discussão dentro da sala de aula, porque desperta o interesse de quem não tem interesse[97].

Por fim, a terceira e última posição acerca da "Escola Sem Partido" foi manifestada por estudantes que não acreditam que deva haver um cerceamento docente em termos de proposição de debates políticos, embora também concordem com a existência de um "hegemonismo de esquerda" na escola e demandem por mais

---

[94] Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[95] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[96] Gíria que significa legal, bacana.
[97] Trecho da fala de Diana no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.

pluralidade de visões nas discussões dentro desse espaço. Os discentes Eduardo e Pedro, que são adeptos a essa posição, justificaram em suas defesas a importância do conhecimento proporcionado pela escola sobre questões políticas, o qual possibilita que os estudantes não se tornem “bobos” perante a conjuntura nacional:

> [...] Teve aquela discussão da Escola Sem Partido. Eu sempre fui contra aquilo. [...] Pra mim, o professor tem a liberdade de se expressar da forma como ele quiser, né? Independentemente se o posicionamento dele vai agradar ou não. Mas seria bem interessante se houvesse uma discussão mais ampla, mais geral, né? Que aí daria um pouquinho mais de vantagem. Não é vantagem. Daria um pouquinho mais de opção pro aluno. Principalmente o aluno que está formando no início, eu digo mais em relação aos alunos mais novos, né? O aluno que está formando a consciência política dele e às vezes a escola é o único instrumento, assim, de um aprendizado[98].

> Eu não concordo com a Escola Sem Partido. [...] Eu acredito que a escola tem que se impor com as políticas públicas, explicar certinho. Pega lá: “Não tem os partidos políticos? Tem mais de trinta no Brasil. Vamos estudar aqui os partidos políticos. Esse daqui é tal tal tal tal”. Explica ali pra criança entender como que funciona a política. E eu acredito que abre um leque legal pra... Porque a criança não consegue entender. A criança, que eu falo, é ensino fundamental, ensino médio, né? Já tá querendo formar uma opinião, elas ficam ali bobona. Aí vem um ali, fisga ela, pronto, ela toma aquilo ali como uma verdade[99].

Nas narrativas dos participantes desta pesquisa, foi muito recorrente a ideia de que a escola é um local que pode oferecer um tipo específico de conhecimento, de modo a subsidiar os estudantes para que compreendam as disputas políticas que presenciam nos mais diversos espaços: “Tem que mostrar todas as raízes, o que é um liberalismo, o que é uma esquerda, o que é uma direita, o que é um conservadorismo, o que é um feminismo, porque, hoje em dia, se você falar que é feminista dentro da direita, você é massacrada”[100]. O estudante Paulo, por sua vez, disse ser necessário que a escola ensine sobre as variações existentes no espectro político brasileiro a fim de que se compreendam as diferenças entre as candidaturas existentes nos pleitos:

> Essa questão da direita e da esquerda, o que é que seria direita e a esquerda que eles tanto falam nessa polarização, né? É o candidato da direita que quer a reeleição. Temos o candidato da esquerda que quer ser eleito. E os outros candidatos, afinal de contas, eles são de quê? Meia direita, meia esquerda? [...] Acho que é esse ponto aí que a gente precisa entender, né?[101].

Já o estudante Pedro afirmou que a escola deveria ensinar sobre formas de governo de outros países, a fim de que os discentes possam conhecê-las e compará-

[98] Entrevista de pesquisa concedida por Eduardo, em 28.04.2022, em Vitória (ES).
[99] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[100] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).
[101] Entrevista de pesquisa concedida por Paulo, em 12.09.2022, em Vitória (ES).

las com a do Brasil: “Eu acho que deveria haver ciências políticas, entender como funciona a política num todo. Brasil, Europa, Ásia, tentar expor como que é as políticas no mundo, né? Como que funciona a política desse país?”[102]. Já Elisângela disse o quanto é importante a escola ensinar sobre a atribuição dos candidatos, a fim de não serem “levados na conversa” de um político qualquer:

> Trabalhar política de uma forma geral. Falar, explicar o que é política, igual tá passando agora uma série de entrevistas perguntando pras pessoas se elas sabem qual é a atribuição da pessoa. É igual esses dias, uma Fulana chegou lá, prometeu uma coisa e meu sobrinho vibrou. Ele tem 17 anos. Falei: “Você sabe se ela pode fazer isso? Ela está prometendo, mas ela nem pode prometer um trem desse, porque não é atribuição dela”. Então, eu acho, assim, que essa parte generalizada tinha que ser explicada pras crianças, desde sempre[103].

No que tange a possibilidades metodológicas de ensino da política no ambiente escolar, de maneira respeitosa e plural, os estudantes sugeriram o desenvolvimento de atividades que priorizassem a interação, o debate e a autocrítica discente e docente. Lucas, por exemplo, disse que o professor poderia, em uma discussão sobre filosofias políticas, apresentar uma vertente, problematizá-la e propor um debate na turma: “Ele poderia muito bem botar o ponto dele e, ao mesmo tempo colocar alguma crítica no ponto dele. [...] Propor uma discussão entre os alunos igual um debate com réplica, tréplica, tudo mais, pra gente alimentar isso”[104].

A estudante Rosa, por sua vez, contou sobre uma atividade de que participou durante o ensino fundamental, no período das eleições municipais, a qual considerou muito interessante para refletir sobre escolhas políticas. Segundo ela, uma professora dividiu a turma em grupos e pediu que pesquisassem as propostas dos candidatos que concorriam à prefeitura da cidade. Posteriormente, os alunos apresentaram os resultados de suas buscas e discutiram criticamente na turma. A dinâmica de pesquisar, compartilhar, criticar e refletir foi o que a estudante mais gostou na atividade: “Eu vejo que essa professora não falou: ‘Vota nessa pessoa, essa pessoa isso, essa pessoa aquilo’, não. Ela influenciou a gente a pesquisar sobre, a ter um lado. Pesquisar sobre os dois lados e escolher o melhor que acha que representa”[105].

Carolina, por sua vez, sugeriu uma proposta semelhante à descrita por Rosa como antídoto contra o desconforto causado pelo conflito político durante o período eleitoral. Ela mencionou a importância do estímulo à pesquisa discente e à interação

---

[102] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[103] Entrevista de pesquisa concedida por Elisângela, em 20.09.2022, em Vitória (ES).
[104] Entrevista de pesquisa concedida por Lucas, em 07.09.2022, *on-line*.
[105] Entrevista de pesquisa concedida por Rosa, em 07.09.2022, *on-line*.

em sala de aula, com amplo espaço para exposição de divergências. De acordo com sua visão, o contato com as ideias do outro, sem depreciá-las por si só, pode despertar o olhar para novos pontos de vista e até mesmo modificar pensamentos pré-estabelecidos. Vejamos a descrição da estudante para a dinâmica dessa atividade:

> Sabe o que eu acho que teria sido muito bacana? Interação, muita interação. Por exemplo, uma coisa que eu gostaria que tivesse acontecido na nossa sala, acho que teria feito muita diferença. "Você gosta de tal candidato, você gosta de tal candidato e você gosta de tal candidato. Então vamos fazer como trabalho escolarzinho, mesmo não valendo nota, mas estimula a mente. Você traz tudo que seu candidato já fez de bom, por que você apoia esse candidato e quais são as propostas que ele vai ter. [...] Vamos montar *slidezinho*, vamos apresentar pra todo mundo. Todo mundo vai respeitar a apresentação de todos os coleguinhas". Pode parecer idiota? Pode, mas às vezes eu estou assistindo o candidato do meu colega e eu não falo na hora, mas eu penso naquilo. Eu falo: "Espera aí, mas isso que ele falou parece bacana, será que fez mesmo?". Automaticamente, você pesquisa sobre aquilo, fora, depois, gera uma consciência na pessoa. Acho que quando você tenta dizer que o outro está errado, só gera teimosia nele. Quando você dá a chance dele apresentar o que ele pensa e faz ele mesmo entender que talvez ele esteja errado, ou talvez não seja como ele pensa, você gera curiosidade. [...] Aí chega num ponto que eu acho que é sua identificação, sua história, seu caráter, você vai pesquisar sobre e quem você se identificar melhor, mas sabendo tudo que tem o candidato[106].

Outros exemplos de metodologias de ensino foram citados pelos discentes como singulares no sentido de contemplar o pluralismo e o respeito em sala de aula. A estudante Diana, por exemplo, disse que cursou a disciplina de sociologia com um docente do Ifes que, diferente de outros, soube conduzir as discussões sobre ideologias políticas de forma bastante democrática, priorizando o debate e o aprofundamento teórico pelos próprios alunos:

> Ele fazia uma coisa na aula que eu amava, que era o debate. Então, pra eu debater uma ideia eu tinha que estudar sobre aquela ideia pra defender e eu sempre quis saber sobre liberalismo porque eu achava essa história muito massa. [...] Aí eu comecei a prestar atenção nesses debates, entendeu? Ele levava os livros, né? [...] Então isso me despertou. Eu falei: "Cara, eu posso debater sobre isso, eu tenho conteúdo pra falar sobre isso". Porque a aula [...] sempre foi uma aula ampla. Você pode ter a opinião que você quiser. E eu vou te ensinar sobre a sua opinião. Não vou excluir sua opinião de uma aula porque você tem que aceitar a minha opinião. [...] É uma aula que te dá possibilidades[107].

A interação de maneira respeitosa, no âmbito dos debates políticos, foi traduzida nas palavras da estudante Vanda como um "debate construtivo", ou seja, algo que ela agrega ao seu modo de pensar e que proporciona uma reflexão sobre um novo ponto de vista. Na visão da aluna, esse princípio deveria conduzir as metodologias de ensino sobre política na escola: "Isso pra mim é construtivo: me

[106] Entrevista de pesquisa concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).
[107] Entrevista de pesquisa concedida por Diana, em 02.04.2022, em Vitória (ES).

mostrar algo que eu não estou conseguindo visualizar. E aquela pessoa, com uma perspectiva, vai me mostrando algo que eu posso ver de uma forma diferente”[108].

Pelas narrativas discentes, foi possível perceber que a escola é considerada um lugar para se discutir política, sendo indicada, inclusive, sua inserção na grade curricular ou articulada aos conteúdos já ministrados em sala de aula por quase todos os alunos, sejam eleitores ou não de Jair Bolsonaro. Além disso, enfatizou-se que o ambiente escolar deve proporcionar um tipo específico de conhecimento sobre o assunto: amplo, diverso, plural e que subsidie os estudantes em suas próprias escolhas político-ideológicas, de modo a proporcionar autonomia e discernimento perante as disputas que marcam o cenário político nacional. Nesse contexto, o debate de ideias e a interação, bem como o fomento à pesquisa e ao aprofundamento teórico, são sugeridos na composição das metodologias de ensino.

A despeito da ênfase majoritariamente negativa sobre suas vivências na escola durante as eleições presidenciais, os estudantes afirmaram que obtiveram outros tipos de aprendizado sobre política nesse espaço. Segundo eles, o ambiente escolar também foi responsável por “abrir a mente”, fortalecer convicções políticas, proporcionar reflexões sobre elas ou ainda problematizá-las. Nesse sentido, verificou-se que a experiência concreta no ambiente escolar, por parte dos eleitores de Jair Bolsonaro, trouxe ponderações à visão hermética desse espaço apenas como “reduto esquerdista”, ampliando seu sentido para outras possibilidades.

No que se refere à ampliação da visão de mundo, os participantes relataram um crescimento intelectual proporcionado por esse espaço, bem como uma abertura de horizontes, conforme demonstram as narrativas a seguir: “Eu acho que eu amadureci, cresci muito mais. Querendo ou não, a escola abre um pouco a mente de tudo, né? E a gente amadurece, a gente cresce”[109]; “A diferença é que o Ifes me ajudou a evoluir. Tipo assim, de Super Saiyajin[110] para Super Saiyajin 2 ou 3”[111]; e “Entre as diferenças do espaço da escola dos outros ambientes, eu acho que a escola abriu mais a minha visão, mesmo eu já tendo sido criada na esquerda, mesmo eu

[108] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 10.05.2022, em Vitória (ES).
[109] Entrevista de pesquisa concedida por Vanda, em 19.09.2022, em Vitória (ES).
[110] Saiyajins são tipos de guerreiros do anime *Dragon Ball*, que passam por transformações evolutivas até se tornarem extremamente poderosos, sendo chamados de Super Saiyajins.
[111] Trecho da fala de Tadeu no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES).

tendo virado direita”[112]. A estudante Teresa enfatizou o quanto a escola, diferente de outros espaços, contribuiu para que ela se tornasse uma pessoa mais culta:

> A maioria do pessoal que é do Proeja são pessoas que vêm do trabalho, que não estudou, não teve a oportunidade igual outros que a gente vê dentro do Ifes. Então é ignorante mesmo, é povão. É favelado, bateu-levou. A religião não te ensina a ser uma pessoa culta, de religião nenhuma que eu já fui. A cultura, pra mim, ela vem na educação. Ela vem de casa e o ensino muda[113].

Além disso, os estudantes ressaltaram o papel da escola no sentido de estimular a pesquisa sobre temas políticos, valorizando o protagonismo estudantil: “Essa questão de eu buscar aprender por conta própria, eu conseguia tirar minha margem de pesquisa. Aonde que eu ia aprender que um colunista ele pode ser de fato parcial no seu comentário? [...] Então, é isso, foi abrindo minha cabeça”[114]; “Pesquisar sobre os partidos, os interesses, quais são as propostas e pesquisar o passado também, o que ele fez ou deixou de fazer. E quais são as ideias aprovadas também ao longo do seu mandato”[115].

Já o discente Valentim explicou a importância da escola para a interpretação do que acontece na política, bem como para o aprofundamento de questões que são, muitas vezes, vistas de maneira superficial em ambientes como a internet. Ele destacou o quanto esse espaço incentiva o adensamento do conhecimento, bem como seu compartilhamento com os pares:

> Quando a gente lê matéria de *site*, e até mesmo no *Facebook*, [...] a gente faz a nossa interpretação [...] e imagina: “Ah, dessa forma que eu li, eu entendi assim”. Quando a gente vai pra dentro da sala de aula, vem toda aquela questão de escutar a opinião, vamos dar um exemplo, de um professor, e a gente tem a opção de concordar ou não. [...] Então, existe muita diferença pra mim na interpretação. Eu leio um texto, eu penso daquela forma, mas quando eu estou dentro de um projeto que eu crio algo para poder explicar, eu já estou me aprofundando mais[116].

O aspecto mais mencionado, contudo, sobre a importância do espaço escolar para o aprendizado sobre política esteve relacionado à possibilidade de convivência e debate com o contraditório, seja no sentido de fortalecer as convicções políticas discentes, seja no sentido de relativizá-las, a despeito, novamente, da negatividade atribuída aos episódios de conflito político durante os períodos eleitorais: “A escola é onde eu vivo mais tempo, você acaba conhecendo pessoas novas. No Ifes [...], é um número grande de ideias, ideologia diferente, onde você vai aprender alguma coisa e

---

[112] Trecho da fala de Elisângela no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES).
[113] Entrevista de pesquisa concedida por Teresa, em 13.09.2022, em Vitória (ES).
[114] Entrevista de pesquisa concedida por Pedro, em 07.10.2022, em Vitória (ES).
[115] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[116] Trecho da fala de Valentim no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.

vai absorver alguma coisa”[117]; “A diferença pra mim foi justamente entender que cada um tem uma posição e tem a sua opinião. Porque aqui somos um todo, mas cada um tem a sua, tem a esquerda, tem a direita, e eu acabei aprendendo isso”[118]; e “Me fez refletir, não só a escola, os professores, mas conversar com os colegas também. Igual Lucas, era da minha sala, a gente estava falando de política toda hora. [...] A convivência com as pessoas daquele meio”[119].

O contato com posições divergentes reforçou a convicção de muitos estudantes sobre suas crenças políticas, pois saíram momentaneamente de suas “bolhas ideológicas” e confrontaram-se, face a face, com colegas e professores que defendiam posições contrárias às suas. Valentim relatou que esse processo, apesar da agressividade, trouxe elementos importantes para a compreensão das suas próprias escolhas políticas. Diana, por sua vez, expressou um desconforto maior acerca dessa experiência por não “se enquadrar” nas vertentes da polarização. Vejamos o trecho desse diálogo ocorrido no grupo focal de jovens:

> VALENTIM: Quando eu entrei no Ifes, acho que foi o que me fez abrir mais, de ficar um pouco mais convicto. [...] Eu comecei a conviver com alunos que tinham posicionamento diferente. Vou usar o exemplo aqui do Eduardo, que foi meu colega de sala. [...] Ele sempre se identificou como uma pessoa de direita e ele sempre se posicionou em relação às pautas dele e as coisas que ele acreditava, e isso pra mim causava aquela coisa de impacto, de ver o outro lado da moeda. [...] A gente entrava em debate algumas vezes. [...], Ficava um se posicionando com o outro em relação à política, às vezes era de uma forma um pouco agressiva, às vezes não, mas todo mundo conseguia se posicionar.
> DIANA: [...] Me fez refletir muito, porque eu vi que eu não poderia ter nunca uma opinião contrária. Se eu tenho duas opiniões dentro do país, eu vou ter que seguir as duas opiniões. [...] Eu sofri muita retaliação dentro do *campus*, da galera me puxar no canto e falar: “Você está errada, sai dessa vida”. E tinha uma galera que me apoiava, lógico, eu não vou falar que não tinha gente que me apoiava, porque tinha[120].

A autocrítica ou a relativização da posição política discente também foi mencionada como um legado obtido durante o período em que os alunos passaram pela escola. Eduardo, por exemplo, contou que se tornou menos extremista depois que estudou no Ifes, pois antes de ingressar nesse ambiente tinha um pensamento mais conservador. Ao longo do tempo e por meio da participação nos debates em sala de aula, passou a refletir mais sobre suas convicções, reconsiderando determinados aspectos e tornando-se mais moderado sobre algumas questões:

---

[117] Entrevista de pesquisa concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).
[118] Trecho da fala de Elisângela no grupo focal de adultos, realizado em 03.10.2023, em Vitória (ES).
[119] Trecho da fala de Rosa no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.
[120] Trecho de diálogo realizado no grupo focal de jovens, em 30.09.2023, *on-line*.

> Quando entrei no Ifes, eu era mais extremo no espectro da direita. Mas eu passei ao longo desse tempo mais me centralizando, [...] passei a reconsiderar também certos posicionamentos à esquerda. Ver que a postura da direita às vezes é muito autoritária e muito individualista. [...] E isso me fez refletir. Isso me fez, de certa forma, centralizar, pra eu ter uma [...] visão mais branda a respeito da política, fugindo um pouco desses extremos. Então vejo que a questão dos debates [...] me fez refletir bastante sobre muitos conceitos predeterminados que eu tinha[121].

Por fim, não posso deixar de mencionar o quanto o espaço escolar foi citado como porta de entrada para o conhecimento de diversos coletivos e organizações políticas, principalmente entre os estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro. O envolvimento com o grêmio estudantil ou em manifestações propostas por ele, bem como com coletivos relacionados à questão étnico-racial foram mencionados na narrativa dos estudantes, aspecto de grande importância ao se considerar que as organizações sociais foram muito citadas por esse subgrupo como responsáveis pela formação de suas identificações políticas.

Afirmo, portanto, que a discussão política na escola não é apenas importante, mas necessária para a maioria dos estudantes, os quais compreendem que esse espaço pode contribuir com um tipo diferente de conhecimento sobre a política, seja fornecendo-lhes mais autoridade sobre o assunto, a fim de que não fiquem perdidos em meio às disputas políticas atuais; seja promovendo a ruptura de suas bolhas ideológicas pelo contato com o dissenso, cujo formato é reivindicado de forma agonística, conforme o modelo adversarial estabelecido teoricamente por Mouffe.

Essa visão estudantil, tanto dos eleitores quanto dos não eleitores de Jair Bolsonaro, sobre a importância da escola discutir política pode estar relacionada ao sentido desse espaço para os educandos da EJA. Conforme Santos (2018), entre os múltiplos significados que a instituição escolar tem para esses sujeitos, estão o do acesso ao conhecimento legitimado e à possibilidade de reconhecimento pelos pares.

Sobre o primeiro significado, a autora afirma que os estudantes da EJA visualizam o retorno à escola como algo que colabora efetivamente para uma transformação em suas vidas, pois o que aprendem nesse espaço, por mínimo que seja, é um conhecimento socialmente legitimado, que contribui para ascensão e reconhecimento social. Nesse sentido, o ambiente escolar, “mesmo que frágil e precário, ainda é tido e sentido como um espaço de possibilidades para novas leituras de vida e de mundo” (Santos, 2018, p. 104).

---

[121] Trecho da fala de Eduardo no grupo focal de jovens, realizado em 30.09.2023, *on-line*.

Por esse viés, ao demandarem a realização de discussões sobre política na escola, a despeito de suas identificações e posições previamente firmadas, sinalizam que há lacunas de conhecimentos legitimados dos quais sentem falta para um melhor trânsito no mundo social, a fim de não serem ludibriados ou “passados para trás”. Soma-se a isso o fato de que, para esses sujeitos, a escola pública é um dos principais locais que viabiliza sua inserção social e cultural, propiciando-lhes acúmulo de capital cultural e simbólico (Bourdieu, 2007).

O outro sentido atribuído à escola pelos educandos da EJA, por sua vez, está relacionado à necessidade de reconhecimento por seus pares (Santos, 2018). A conclusão do ensino médio, que pode parecer tão corriqueira para jovens de camadas médias e altas, é uma tarefa árdua para jovens e adultos da periferia, como indicaram as estatísticas educacionais dispostas no terceiro capítulo. Desse modo, estar no ambiente escolar e demonstrar conhecimento socialmente legitimado pode ser considerada uma grande conquista na vida e, por isso, um fator de reconhecimento:

> Ter consciência de que é preciso mais saberes, ter domínio para desenvolver mais habilidades e pensar na transformação a partir das atitudes e conhecimento, demonstra que muitos dos sujeitos que estão na EJA buscam reconhecimento entre seus pares e pelo mercado de trabalho (Santos, 2018, p.133).

Além de almejarem o reconhecimento pelos pares ao retornarem à escola, esses jovens e adultos também esperam ser acolhidos pelos laços de sociabilidade e reconhecidos pela instituição escolar (Costa, 2014), no sentido de validar os saberes e experiências que adquiriram ao longo da vida. Dessa forma, essa demanda por reconhecimento pode contribuir para entender a ênfase dos estudantes do Proeja na proposição de metodologias escolares que primem pela interação, diálogo, protagonismo e busca de autonomia na construção de suas visões sobre política.

Como visto, os participantes desta pesquisa têm experiências profundas e singulares de vida, inclusive em termos políticos, mas parecem sentir necessidade de obter algo a mais, que pode ter ficado pelo caminho ao longo do processo descontínuo de escolarização. Assim, ao retornarem à escola, traçam um “caminho em busca de si, com vistas à autonomia do próprio pensamento” (Santos, 2018, p. 144), por meio de um diálogo entre o que trazem na bagagem e o que ficou perdido, a fim de constituírem um novo acervo de conhecimentos.

Após esses breves comentários acerca dos sentidos da escola para o público da EJA que podem estar relacionados às suas percepções sobre a importância dos

debates políticos na escola, prossigo com este capítulo por meio da apresentação de reflexões acerca do espaço escolar como lócus democrático em virtude de suas especificidades, que o singularizam perante outros espaços de identificação política, como a família, a religião e as organizações sociais. Além disso, pontuarei alguns de seus desafios diante do contexto de acirramento dos antagonismos políticos e de guerras culturais no país.

5.3. A ESCOLA COMO LÓCUS DEMOCRÁTICO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Diante da análise dos dados de campo desta pesquisa, defendo a perspectiva de que a escola é um espaço com grandes potencialidades para amplificar valores democráticos. Tal afirmação deriva da perspectiva de Mouffe (1999), para quem a hegemonia de tais valores requer a multiplicação de práticas democráticas institucionalizadas em relações sociais; e da ideia de democracia radical, que implica o espraiamento dos princípios democráticos pelos diversos âmbitos da vida.

Relembro que, para Laclau e Mouffe (2015), a política não se restringe a instituições e procedimentos específicos e a uma esfera de ação especializada, como as eleições, os partidos e as ações governamentais. Logo, a democracia radical não reconhece as fronteiras rígidas entre o público e o privado, ou qualquer outra forma de isolamento de espaços de vivência, os quais não podem ser apartados da política. Sob essa perspectiva, Freitas (2021b, p. 5) afirma que a democracia pode ser entendida como uma organização de vida:

> Democracia, nesse sentido, está ligada a sentimentos compartilhados entre cidadãos que se reconhecem como interlocutores legítimos diante de conflitos políticos, ou seja, mediante ideias contrárias/opostas. Conflitos que podem emergir em diversos locais do social, como, por exemplo, no ambiente do trabalho ou mesmo na família, e que sejam lidos e amparados pelos valores democráticos: o reconhecimento e a legitimidade da contrariedade.

O ambiente escolar é, como o espaço do trabalho ou a família, um entre esses vários cenários em que os conflitos políticos podem emergir, como verificou-se ao longo deste capítulo. Se a escola, por sua vez, lidar com tal dimensão conflituosa de maneira agonística, ou seja, nos moldes adversariais, preservando o apreço pela democracia, ela pode se tornar um espaço singular que amplifica valores democráticos. Nesse sentido, assim como os princípios agonísticos podem orientar as práticas escolares, estas também podem enraizá-los e aprofundá-los em virtude da possibilidade de convivência com o outro sem o desejo de sua eliminação.

Como demonstrado, os participantes desta pesquisa parecem encampar essa demanda, a qual não viram plenamente atendida no período em que passaram pelos cursos do Proeja no Ifes – *campus* Vitória. As narrativas estudantis foram ao encontro da análise realizada por Alvim, Mação e Girelli (2022) acerca da mortificação da escola no contexto das guerras culturais. Nesse trabalho, afirmou-se que mortificar o mundo escolar significa abordá-lo sob duas perspectivas: a da direita conservadora, que gravita em torno do movimento Escola Sem Partido; e a da esquerda progressista, que preconiza a figura do bom professor apenas como aquele que é engajado e militante, dotado de uma espécie de missão civilizatória.

Pela primeira abordagem, busca-se a imposição de um silêncio e até mesmo censura às intensas temáticas que marcam o tempo presente. Estariam proibidas discussões relativas à diversidade sexual, relações de gênero, educação étnico-racial e às ideias de pensadores clássicos de esquerda, como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire. “Na prática, seria melhor evitar todos os estudos que pretendem tematizar questões envolvidas nos conflitos entre a esquerda lulista e a direita bolsonarista nos espaços escolares” (Alvim; Mação; Girelli, 2022, p. 67).

Por outro lado, ainda conforme os autores, a perspectiva da esquerda progressista especificada acima aparece na escola pela figura do docente que combate a alienação e luta pela emancipação dos estudantes, sendo visto como modelo adequado de conduta em contraposição ao denominado “isentão”, condenado como um herege que não se manifesta em defesa dos oprimidos e, portanto, comporia as fileiras dos opressores. Esse seria o “professor palanque” ou “professor militante”, que hasteia a bandeira de luta contra as injustiças, com vistas a emancipar as massas estudantis.

Em síntese: pela primeira abordagem, a escola desfalece de inanição, pois silencia sobre polêmicas e finge a inexistência de problemas que marcam a sociedade brasileira; pela segunda, morre de overdose de militância, o que dificulta o desenvolvimento do pensamento. Sob esse ponto de vista, excluir os debates políticos da escola ou reduzir os espaços escolares à política partidária ou à militância é fortalecer o cenário de “campo minado” em que as escolas parecem imergir em meio aos conflitos que marcam o cenário político no Brasil (Alvim; Mação; Girelli, 2022).

Diante desse cenário e em consonância com os apelos discentes sobre a importância de se discutir política no espaço escolar, os autores supracitados reafirmam a necessidade de a escola construir saberes e práticas educativas que

evitem o maniqueísmo e mergulhem verdadeiramente na diversidade política que compõe esse ambiente. Esse é um grande desafio, pois, no contexto de acirramento de antagonismos, abrir possibilidades de escuta, debate e aprendizagem pode parecer doutrinação ou desrespeito com as famílias, sob a ótica dos conservadores; ou “passar pano para fascistas”, para os progressistas, numa atitude que soa excessivamente compreensiva diante da periculosidade dos inimigos.

A dinâmica educativa tem como desafio, portanto, a substituição do questionamento “como fazer o outro desaparecer da escola?” por reflexões que visem à construção de espaços vibrantemente democráticos, entre as quais, destaco: “como lidar com as guerras culturais escolares ao invés de ignorar sua existência?”; “como transformar práticas educativas antagonísticas em agonísticas no ambiente escolar?”; e “como a escola pode contribuir para amplificar valores democráticos?”.

Evidentemente, tais desafios teórico-práticos não serão respondidos nesta tese, cujo tema principal é a formação da identificação política dos estudantes do Proeja Ifes-*campus* Vitória nas eleições de 2018 e 2022 e o papel da escola ao longo desse processo. Contudo, considerações merecem ser feitas acerca das singularidades desse ambiente se comparado a outros espaços responsáveis pela identificação política discente. Essa abordagem também busca fortalecer o argumento de que a escola é um potencial lócus amplificador da democracia.

Na visão de Dayrell (2001), o espaço escolar deve ser entendido como sociocultural, ordenado sob uma dupla dimensão: uma institucional, formada por um conjunto de regras e normas que unificam e delimitam a ação dos sujeitos; e outra cotidiana, composta por uma complexa teia de relações sociais entre os agentes, que incluem alianças, conflitos e acordos. O que torna vívida a dinâmica escolar é justamente essa reciprocidade de ações heterogêneas entre sujeitos e instituição.

Além disso, os estudantes que chegam à escola são concebidos como sujeitos socioculturais que devem ser compreendidos nas suas diferenças, pois têm uma historicidade, visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, projetos e lógicas de comportamentos próprios: “O que cada um deles é, ao chegar à escola, é fruto de um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais. Assim, para compreendê-los, temos de levar em conta a dimensão da ‘experiência vivida’” (Dayrell, 2001, p.140).

Por essa perspectiva, os discentes são resultado de um processo educativo mais amplo, que ocorre no bojo das relações sociais cotidianas. Se observadas as

especificidades dos participantes desta pesquisa, jovens e adultos trabalhadores que interromperam e retomaram o processo de escolarização, essa dimensão das experiências adquiridas é ainda mais evidente. A heterogeneidade, portanto, configura-se como uma das marcas estudantis no ambiente escolar, como enfatizado pelo autor supracitado:

> Os alunos podem personificar diferentes grupos sociais, ou seja, pertencem a grupos de indivíduos que compartilham de uma mesma definição de realidade, e interpretam de forma peculiar os diferentes equipamentos simbólicos da sociedade. Assim, apesar da aparência de homogeneidade, expressam a diversidade cultural: uma mesma linguagem pode expressar múltiplas falas (Dayrell, 2001, p. 142).

A dimensão essencialmente coletiva da escola também é destacada pelo autor, que a concebe como um lugar propício para o estabelecimento de relações grupais. Na sala de aula, especificamente, a experiência de convivência com a diferença, independente de conteúdos ministrados ou da metodologia adotada pelos docentes, é bastante ressaltada. Trata-se de um espaço potencial de debate de ideias e confronto de valores e visões de mundo, que proporciona um momento de aprendizagem sobre convivência em grupo, pois os sujeitos precisam lidar constantemente com normas, limites e transgressões. A dimensão do encontro entre heterogeneidades é, portanto, um dos aspectos que singulariza o ambiente escolar em relação aos demais espaços de socialização:

> Vista por esse ângulo, a escola se torna um espaço de encontro entre iguais, possibilitando a convivência com a diferença, de uma forma qualitativamente distinta da família e, principalmente, do trabalho. Possibilita lidar com a subjetividade, havendo oportunidade para os alunos falarem de si, trocarem ideias, sentimentos. Potencialmente, permite a aprendizagem de viver em grupo, lidar com a diferença, com o conflito (Dayrell, 2001, p. 151).

Tendo em vista as reflexões anteriores, depreende-se, portanto, que a diversidade é um elemento próprio do ambiente escolar, uma vez que ele é atravessado por sujeitos heterogêneos, com visões e experiências singulares. Por outro lado, a dimensão coletiva do encontro, que oportuniza uma igualdade na troca de ideias, saberes e conhecimentos entre os diferentes, também o caracteriza, tornando-o distinto de outros espaços de socialização, como a igreja, coletivos culturais ou grupos de ativismo, onde a agregação de perfis semelhantes em virtude

de afinidades e interesses comuns tende a ser maior se comparada à escola, onde a diversidade é uma prerrogativa do público frequentador[122].

Somado a esse aspecto, também merece ser mencionado como distintivo da escola em relação a outros espaços o pressuposto da igualdade, conforme apontaram Masschelein e Simons (2014a). Segundo tais autores, a escola não é, meramente, um local de preparação para a vida em sociedade, mas, diferentemente, um espaço e um tempo de separação que visam tornar inoperantes as desigualdades que marcam a vida social. Ela faz isso oferecendo um "tempo livre" para aqueles que, por determinação de seus lugares sociais, não o teriam. Nesse sentido, a escola possibilita o surgimento de momentos igualitários e democráticos, marcados pelo pressuposto de que todos são capazes de entendimento e compreensão, inclusive do mundo político.

Esses teóricos também apontam que o significado democrático da escola não reside no fato de que ela pode transmitir competências cívicas pré-definidas ou um conhecimento especializado sobre política, mas que o espaço escolar pode e deve transformar o debate político em "coisa-em-comum", fazendo com que todos sejam e se percebam como "capazes-de". Trata-se da promoção de momentos democráticos na forma específica do escolar, algo que dificilmente é possibilitado com tamanha ênfase em outros espaços, como a família, a religião e o mercado.

A perspectiva de que a escola oferece "tempo livre" e transforma o conhecimento em "bens comuns", inaugurando um tempo e espaço diferentes dos ambientes comumente conhecidos dos sujeitos a fim de superar e renovar visões de mundo (Masschelein; Simons, 2014b), parece convergir com a expectativa discente mencionada nesta pesquisa acerca do tipo de conhecimento que almejam obter sobre política na escola. Como já abordado, os estudantes parecem querer "um algo a mais", distinto do conhecimento já alcançado em seus espaços de convivência.

Dayrell (1992) reitera esse entendimento ao afirmar que, em termos de conhecimentos escolares, os estudantes jovens e adultos trabalhadores "esperam adquirir e aprimorar habilidades básicas, como a capacidade de reflexão, de abstração, de elaboração verbal, do saber duvidar, questionar, indagar. Habilidades fundamentais em todas as dimensões da vida" (Dayrell, 1992, p. 29).

---

[122] Tal afirmativa não desconsidera a existência de diversidades nos espaços citados, apenas ressalta, em termos comparativos, a tendência da escola, dada sua singularidade, de reunir mais perfis heterogêneos que os outros lugares.

No caso dos estudantes eleitores de Jair Bolsonaro, a desconfiança do ambiente escolar por considerá-lo “reduto esquerdista”, como mencionado anteriormente, não os impediu de considerar que, nesse espaço, é possível acessar um conjunto de conhecimentos necessários à sua leitura de mundo, que não são satisfatoriamente obtidos nos lugares por onde comumente transitam. Essa postura vai ao encontro da afirmação de Santos (2018) acerca das expectativas dos estudantes da EJA sobre o ambiente escolar como espaço de oportunidades e de impulso para projetos de futuro, “independentemente de terem críticas sobre como a escola deveria ser, que tipos de conteúdos deveriam ser trabalhados, como os professores deveriam portar-se” (Santos, 2018, p. 173).

Tal perspectiva reforça o argumento de que a escola é um ambiente potencialmente amplificador da democracia, pois é considerada um lugar “onde se pode aprender algo a mais” na convivência com o diferente. Essa expectativa em relação à instituição escolar favorece a realização de discussões políticas e reflexões entre docentes e discentes e entre os próprios estudantes, incluindo aqueles que, à primeira vista, tenderiam a suspeitar da escola devido ao contexto brasileiro de acirramento de antagonismos políticos.

Retomando a questão central que orienta esta tese, ou seja, a formação da identificação política dos estudantes nos pleitos eleitorais de 2018 e 2022, considerei, após análise e interpretação dos dados, que a escola teve uma influência maior no processo de identificação política dos estudantes não eleitores de Jair Bolsonaro, embora não se possa afirmar que teve absoluta centralidade para esse público, visto que outros espaços também foram mencionados como importantes, entre os quais, as organizações sociais. Apesar disso, esse grupo não eximiu o ambiente escolar de críticas no que se refere à forma como ocorreram os conflitos políticos nos períodos eleitorais em estudo, reivindicando mudanças na maneira como a política deve ser abordada nesse espaço, a saber, de forma plural e respeitosa.

Por outro lado, para os eleitores do candidato, a escola praticamente não foi mencionada como responsável pela sua identificação política, além de ter sido pouco citada como espaço de amparo. Contudo, essa constatação não implicou a desimportância do ambiente escolar para a compreensão política desses sujeitos e nem no rechaço ao debate de temas dessa natureza nesse espaço, apesar da “desconfiança” a ele atribuída.

Durante a realização dos grupos focais, por exemplo, os participantes foram questionados sobre a contribuição da escola para suas posições políticas nas últimas eleições presidenciais[123]. Entre os adultos, tanto eleitores quanto não eleitores do candidato, a resposta predominante foi de que esse espaço fortaleceu suas convicções políticas, ou seja, ficaram mais confiantes em relação a suas escolhas eleitorais previamente definidas. Já os mais jovens indicaram que a escola proporcionou uma reflexão sobre suas posições, embora não tenha modificado, efetivamente, o voto no candidato escolhido. Não houve respostas que sinalizaram a irrelevância do espaço escolar para a formação política desses sujeitos, tampouco sua absoluta centralidade a ponto de modificar a intenção do voto discente.

Essa constatação acerca da importância relativa, mas não central, da escola para o processo de identificação política desse público, pode estar relacionada, de alguma maneira, ao movimento pendular de entrada e saída desse ambiente (Costa, 2014), que torna a relação com esse espaço muito descontínua e recortada se comparada a estudantes do ensino regular. Suas vivências em locais fora do contexto escolar, como igrejas, movimentos sociais, partidos políticos e locais de trabalho, parecem ser mais contínuas e efetivas do que sua presença na escola, onde batalham para estar, muitas vezes, sem sucesso.

Por outro lado, segundo Costa (2014), é justamente esse movimento pendular de entrada e saída da escola que redefine os sentidos atribuídos ao processo de escolarização para os estudantes da EJA, ressignificando suas aspirações, desejos e escolhas quando retornam a esse ambiente. Assim, observa-se que as vivências dos participantes deste estudo, que reúnem desde experiências com sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e organizações estudantis a envolvimentos com denominações religiosas, tráfico de drogas e grupos de discussões virtuais, faz com que a escola adquira um sentido muito particular em termos de conhecimento.

No caso dos adultos, que afirmaram que suas posições políticas foram fortalecidas nesse espaço, emergiu a demanda pelo conhecimento socialmente legitimado, que ficou “perdido pelo caminho”; e pelo diálogo com o diverso, que pode

[123] Na metodologia de condução do grupo focal, os estudantes deveriam escolher uma ou mais alternativas entre as seguintes como resposta à pergunta sobre a contribuição da escola para suas posições políticas nas eleições de 2018 e 2022: 1. a escola fortaleceu minha posição política; 2. a escola mudou minha posição política; 3. a escola me fez refletir sobre minha posição política; e 4. a escola não fez diferença para minha posição política. No APÊNDICE B, consta integralmente o roteiro usado para conduzir os grupos focais.

ser pouco expressivo nos outros espaços de convivência e socialização dos quais participam. Logo, houve uma abertura para o conhecimento que advém do escolar, o que contribui para entender a influência, ainda que relativa, desse ambiente sobre os posicionamentos desses sujeitos.

Em relação aos jovens, também influenciados pelas questões acima, o apontamento de que a escola proporcionou reflexão sobre suas visões políticas pode indicar que quanto menor o tempo de afastamento desse ambiente, mais propensos eles estão a flexibilizar suas posições políticas se comparados aos estudantes adultos. Estes, por terem ficado, temporalmente, mais distantes da escola, tendem a engajar-se mais profundamente em outros espaços de socialização, permeados por dinâmicas políticas distintas do espaço escolar. Já os mais jovens, por terem deixado de frequentá-lo há menos tempo, conseguem reestabelecer mais facilmente a dinâmica de participação nesse espaço, marcada pela convivência necessária com a alteridade.

Evidentemente, um estudo mais profundo deveria ser feito a fim de ratificar essa hipótese, pois há nuances complexas relativas a questões geracionais, entre outras, que carecem de maior investigação teórico-empírica. Uma pesquisa com estudantes do ensino regular, por exemplo, dessa mesma instituição de ensino, poderia fornecer elementos comparativos acerca dessa questão, verificando a influência da escola para a formação da identificação política desse agrupamento no período elencado neste estudo. Por ora, com os dados de que disponho, posso apenas sugerir que a permanência mais contínua no espaço escolar pode ser um dos fatores que contribui para explicar a maior propensão ao diálogo e a tendência à flexibilização de visões políticas entre os jovens do que entre os adultos em processos de escolarização.

Concluo este capítulo afirmando, em suma, que a escola foi campo de confronto do tipo antagonístico, o que explica a narrativa do fortalecimento das identificações políticas discentes e, ao mesmo tempo, espaço de reflexão, devido a suas singularidades, principalmente pela oportunidade de contato com “o outro”. Se esse encontro foi considerado agressivo, dando uma conotação negativa ao período eleitoral vivenciado na escola, também foi reivindicado como necessário, desde que sob outro formato: respeitoso, plural, agonístico.

Reabriu-se, portanto, a possibilidade do encontro adversarial com o oponente, em um ambiente que, diferente de outros, tem a capacidade de conduzir para além

de visões limitantes, por vezes limitadas pela baixa expressividade do dissenso, uma possível característica dos espaços por onde esses estudantes comumente circulam.

Uma discussão mais profunda sobre as interfaces entre escola e democracia poderia ser feita, recuperando, inclusive, debates teóricos já mobilizados por diversos filósofos e sociólogos da educação[124]. Além disso, seria interessante uma elaboração teórica que articulasse de modo mais refinado a perspectiva da democracia radical enunciada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe sob a ótica das práticas educativas no ambiente escolar, o que considero, de antemão, um desafio acadêmico a ser enfrentado em trabalhos futuros, uma vez que não fizeram parte do escopo desta tese.

Por ora, encerro essas reflexões admitindo que são muitos os desafios político-pedagógicos para o ambiente escolar no contexto de intensificação dos antagonismos no país. Ao mesmo tempo, entendo que a escola é um celeiro de possibilidades de aprofundamento democrático, desde que as discussões não sejam suprimidas nem o dissenso desprezado. Por meio de práticas pedagógicas orientadas de maneira agonística, acredito na mobilização de mais sujeitos na defesa dos princípios democráticos, algo de grande valor nos tempos atuais.

[124] Para obter um breve panorama sobre a compreensão de filósofos acerca do campo educacional e escolar, sugiro a leitura de Alvim, Mação e Roseiro (2020). Já uma problematização sobre teorias da democracia e educação no âmbito sociológico pode ser verificada em Honneth (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou investigar a maneira como ocorreu o processo de identificação política ou não dos estudantes do Proeja/Ifes – *campus* Vitória em relação ao candidato Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, bem como o papel da escola nesse processo. Impulsionada pelo contexto de intensificação dos antagonismos políticos no país, a pesquisa foi direcionada para a compreensão desse fenômeno a partir de sujeitos marcados por vulnerabilidades econômicas e sociais, que frequentaram a escola durante esse período em cursos vinculados a um programa de inclusão educacional de jovens e adultos da Rede Federal.

A imersão no chamado “Brasil popular”, com o intuito de entender o processo de identificação política desses sujeitos, foi orientada por uma metodologia qualitativa, que proporcionou profundidade e riqueza de detalhes ao estudo. Os dados de campo, coletados durante entrevistas, grupos focais e observação, foram analisados pelo instrumental teórico-metodológico da Teoria do Discurso da Escola de Essex e conformaram a matéria-prima desta tese, que revelou os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao momento político experenciado por eles dentro e fora da escola.

Sustentada pelo referencial teórico pós-marxista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que compreendem as relações sociais como contingentes e indeterminadas, trabalhei com a concepção de que as identidades políticas não são fixas ou pré-concebidas, mas forjadas de maneira relacional no momento de sua constituição. Elas devem ser interpretadas como preenchimentos momentâneos da falta constitutiva do sujeito, que busca a plenitude de sua identidade pela recuperação do gozo perdido, por meio de processos de identificação que nunca cessam de acontecer dada à impossibilidade de uma identidade plena. Nesse contexto, a fantasia preenche temporariamente o sujeito, possibilitando o encontro com seu “eu”.

Em termos estruturais, os processos de identificação podem incluir ideologias políticas, que em sua dimensão fantasiosa, prometem devolver a harmonia perdida da vida em comunidade por meio de uma ordem, além de combater os que possam desestabilizar esse processo. Contudo, para que tal ordem consiga preencher esse lugar vazio, é necessária a unificação de demandas diferenciais (lógica da diferença) em torno de cadeias equivalenciais (lógica da equivalência), expressas por significantes vazios, que atuam na homogeneização do espaço social.

No momento em que esses significantes passam a representar o que contingencialmente abarcam, estabelece-se a hegemonia, a qual preenche, no campo político, a falta constitutiva do sujeito, devolvendo-lhe a identidade perdida, ainda que temporariamente. Além disso, a identificação política é produzida pela criação de uma fronteira interna em relação a um inimigo comum, processo que caracteriza o antagonismo, uma forma de constituição de identidades políticas a partir da ameaça de um “outro” visto como potencialmente perturbador da ordem.

Orientada por esses elementos teóricos, iniciei o estudo da formação da identificação política dos estudantes pela análise de suas trajetórias de vida, com o intuito de reconhecer suas faltas constitutivas e seus objetos de preenchimento. Notei, de modo geral, muitas semelhanças em suas narrativas sobre os percursos biográficos, como a interrupção precoce do processo de escolarização, o ingresso prematuro no mundo do trabalho, dificuldades econômicas, perda de familiares, violências de todo tipo e gravidez na adolescência entre as mulheres.

Entretanto, notei que os espaços de amparo identificados nos relatos dos participantes como responsáveis pelo preenchimento de suas lacunas diferiram bastante entre os eleitores e os não eleitores de Jair Bolsonaro. Considerei como espaços de amparo ambientes, grupos ou instituições que acolheram, validaram e reconheceram socialmente esses sujeitos perante situações adversas, de insegurança e vulnerabilidade, completando-os de sentido e estabilidade.

Entre os estudantes que votaram no candidato, destacaram-se como espaços de amparo a religião e a internet, e em menor grau, as organizações sociais e a escola. Já em relação aos que não optaram por Jair Bolsonaro, a escola e as organizações sociais, como movimentos sociais e partidos políticos, foram mais evidenciados nas narrativas discentes, e em menor grau, a família, os meios de informação e as referências culturais, como artistas e músicos.

Diante desses elementos, procedi à argumentação de que os espaços de amparo acionados pelos estudantes em momentos específicos de suas vidas poderiam estar relacionados, direta ou indiretamente, aos espaços de formação da identificação política desses sujeitos no contexto das eleições de 2018 e 2022. Do mesmo modo, demonstrei a possível relação entre os espaços de não acolhimento com os de menor influência na formação de suas identificações políticas.

Conforme os dados a respeito dos espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política discente, os eleitores de Jair Bolsonaro afirmaram

que os meios de informação, sobretudo a internet, atuaram de maneira mais incisiva nesse processo. A religião, mesclada à família, apareceu de forma secundária, ao passo que a escola foi o espaço menos citado, sendo considerado o de menor influência na formação da identificação política desses participantes.

Já entre os que não votaram no candidato, as organizações sociais figuraram como os espaços de maior influência para os sujeitos, seguidas da escola, da família e dos meios de informação, cuja importância foi relatada como secundária nesse processo. A religião, por sua vez, demonstrou ser o espaço menos influente para a identificação política desse público.

Dessa forma, constatei que os participantes deste estudo estiveram mais propensos a assumir as posições políticas, seja do campo conservador, seja do campo progressista, que hegemonizaram os espaços em que se sentiram mais acolhidos ou amparados socialmente, no contexto eleitoral de 2018 e 2022.

O aprofundamento sobre como se deu a identificação política ou não dos estudantes com o candidato Jair Bolsonaro, por meio do processo de articulação hegemônica do bolsonarismo, foi demonstrado pelas Lógicas da Explicação Crítica, organizadas nos níveis social, político e fantasmático. Por meio desse instrumental teórico-metodológico, contextualizei o processo que levou à emergência desse fenômeno no país, compreendido como um populismo de extrema direita, e discorri sobre os fatores que contribuíram para sua ascensão.

Em termos comparativos, identifiquei significativas diferenças entre os eleitores e não eleitores de Jair Bolsonaro em relação aos tipos de demandas diferenciais pelas quais foram mobilizados. Enquanto os primeiros foram articulados prioritariamente por pautas de cunho moral (batalha moral), sobretudo as relacionadas à defesa da preservação da família, os segundos foram acionados por demandas relativas à mitigação das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual (luta de classes), com destaque para a inclusão educacional, melhorias das condições de vida e geração de emprego e renda.

Desse modo, concluí que houve uma dissonância no que tange aos aspectos mobilizadores das identificações políticas no âmbito da lógica das diferenças entre os dois segmentos da pesquisa, o que ajuda a explicar a ausência de contradição, na visão dos eleitores de Bolsonaro, entre ser “pobre e ser de direita”. Para eles, a identificação política não passa centralmente por sua condição econômica, mas por antagonismos de ordem moral. Já os estudantes que rejeitaram esse candidato veem

uma relação direta entre ser economicamente vulnerável e votar em candidatos da esquerda, uma vez que sua identificação política passa por antagonismos relacionados à remissão das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

Embora as demandas diferenciais sejam distintas entre os que optaram ou não por Jair Bolsonaro, o antagonismo como elemento de identificação política pareceu marcar os dois subgrupos. Entre os primeiros, ela se deu centralmente pelo antipetismo, ou seja, pelo antagonismo em relação aos candidatos do PT e ao campo progressista como um todo, incluindo comunistas, homossexuais e uma elite cultural universitária, considerados inimigos a serem combatidos. Nesse sentido, foram mobilizados intensamente afetos como a raiva, a frustração, o medo e o ressentimento.

Já entre os que não optaram pelo candidato, a identificação com os presidenciáveis petistas, principalmente no segundo turno dos pleitos, ocorreu pelo antagonismo a Jair Bolsonaro, representante da extrema direita e do conservadorismo religioso, a quem esses estudantes se opuseram fortemente, sobretudo na figura dos evangélicos, considerados “alienados” e “manipuláveis”. O combate a esse inimigo justificou-se pelo medo do fim das oportunidades de ascensão social e econômica e dos direitos alcançados pelas minorias étnicas e sexuais.

Ainda em termos de distinção entre os subgrupos da pesquisa, abordei a maneira como a crença nos regimes de produção de confiança e verdade, ou seja, nos “sistemas peritos” incorreu entre os participantes. Os estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro parecem ser regidos, em sua maioria, pela confiança em especialistas, como cientistas, professores e jornalistas profissionais, quando se trata de política. Já os eleitores do candidato parecem se ancorar em perfis de redes sociais ou em plataformas de busca para embasar-se a esse respeito.

Em termos geracionais, constatei diferenças entre as identificações políticas dos estudantes mais jovens e dos adultos. No primeiro turno das eleições de 2018 e 2022, os discentes que fizeram uma opção distinta de Jair Bolsonaro ou dos candidatos petistas foram majoritariamente os mais jovens, demonstrando almejar uma saída da polarização em que se encontra a política brasileira.

Além disso, muitos jovens, de direita, de centro ou de esquerda, revelaram certo cansaço ou desânimo em termos de discussões políticas, sentimento que denominei de mal-estar da polarização, não registrado entre os estudantes acima de 35 anos, cujas posições políticas pareceram estar mais solidificadas.

Ao lançar um olhar específico sobre a escola no processo de formação da identificação política dos estudantes, concluí que os antagonismos também atravessaram esse espaço, o que ficou evidente por meio da atribuição negativa à vivência escolar no período das eleições presidenciais.

Conforme a narrativa estudantil, esse momento foi marcado por um intenso conflito político, caracterizado pela agressividade, violência e desqualificação do oponente nos embates entre discentes e entre estes e os professores. A retração política, seja pelo silenciamento, seja por outras formas de se evitar o conflito, emergiu como consequência dessa dinâmica.

Amparada pelo referencial teórico acerca da democracia radical e da proposta agonística de Chantal Mouffe, argumentei que perante a inevitabilidade do conflito político, este não deveria ser suprimido dos diversos espaços sociais, entre os quais a escola, às custas de empurrar os sujeitos para a adoção de posturas apáticas ou intolerantes. Desse modo, o ambiente escolar deveria avançar para a transformação das relações de antagonismo em agonismo, pelas quais o oponente é encarado como adversário legítimo e não como inimigo a ser destruído.

Em que pese a negatividade atribuída à experiência escolar durante as eleições presidenciais, os estudantes defenderam a escola como lugar de discussão política, desde que orientada sob o respeito ao oponente e pela pluralidade de ideias, ou seja, sob bases agonísticas. Além disso, afirmaram a importância dessa instituição contar com a presença do “outro”, possibilitando o estabelecimento de um diálogo entre adversários que, em outros ambientes, poderiam não ter esse espaço para a troca de ideias, experiências e conhecimentos.

Apoiada na singularidade da escola como espaço coletivo que reúne a diversidade de sujeitos, em que todos são capazes de dialogar, a despeito de suas diferenças de origem, defendi a ideia de que o ambiente escolar é um espaço potencialmente amplificador da democracia, onde se pode aprender algo a mais. Tal argumento engloba também os estudantes eleitores de Bolsonaro que, à primeira vista, demonstraram desconfiança em relação à escola por ser um “reduto esquerdista”, mas reivindicaram o lastro do conhecimento produzido nesse espaço para um aprendizado mais aprofundado sobre política. Demonstrei que essa expectativa em relação à escola pode estar relacionada aos sentidos atribuídos a esse espaço pelos estudantes da EJA, que a compreendem, entre outras possibilidades,

como local de acesso ao conhecimento socialmente legitimado do qual foram preteridos devido às trajetórias escolares descontínuas.

Além disso, o reingresso na instituição escolar também é visto como oportunidade de obter reconhecimento pelos pares, tendo em vista que a conclusão do ensino médio é uma tarefa árdua para esse grupo social. Sendo assim, seja por uma ou por outra perspectiva, a retomada dos processos de escolarização na EJA implica creditar algum nível de confiança para os saberes adquiridos nesse espaço, inclusive em termos políticos.

Por fim, concluí que a escola teve uma influência maior no processo de identificação política dos estudantes não eleitores de Jair Bolsonaro, embora não se possa afirmar que ela teve absoluta centralidade para esse público, pois outros espaços também foram mencionados como importantes. Já os eleitores do candidato pouco citaram a escola como responsável por sua identificação política, o que não significa que esse lugar não tenha apresentado nenhuma relevância para esses sujeitos, que defenderam a pertinência do debate político nesse espaço.

Essa importância relativa da escola para a identificação política dos participantes da pesquisa pode estar vinculada, entre outras questões, ao movimento pendular de entrada e saída dos sujeitos da EJA desse ambiente, o que torna a relação com esse espaço muito descontínua; e das experiências vivenciadas por eles em outros espaços, onde, possivelmente, suas presenças são mais efetivas do que na instituição escolar, na qual lutam cotidianamente para permanecer. Também evidenciei que os jovens da EJA apresentaram maior propensão ao diálogo político e à flexibilização de suas posições, se comparados aos estudantes adultos, o que pode estar relacionado a seu menor tempo de afastamento do ambiente escolar, facilitando, dessa forma, sua reconexão com esse espaço de convivência marcado pela alteridade.

Os resultados acima sintetizados, oriundos de escolhas teórico-metodológicas específicas, colaboraram para uma compreensão menos dicotômica e essencialista a respeito da formação da identificação política de sujeitos do chamado “Brasil popular”. Constatei que, entre a direita e a esquerda, existem muitas nuances a serem consideradas a fim de se proceder a uma análise em profundidade acerca desse tema, as quais envolvem afetos, ambiguidades e contradições.

Além disso, demonstrei que o ambiente escolar embora igualmente atravessado pelos antagonismos que marcaram a sociedade brasileira nas últimas

eleições presidenciais, não deve ser tratado como um espaço qualquer, tendo em vista as singularidades e potencialidades inerentes a esse ambiente e ao sentido atribuído pelos discentes do Proeja a esse local.

Alguns limites, entretanto, são dignos de nota acerca da configuração e das conclusões desta pesquisa. Um deles diz respeito ao restrito universo de participantes, que impossibilita a generalização de seus resultados para outros sujeitos fora desse perfil e contexto. Desse modo, ao optar por um estudo qualitativo, priorizei a densidade de informações por meio da imersão profunda no universo dos estudantes e abri mão da dimensão quantitativa, a qual, sem dúvidas, contribuiria significativamente para confirmar, relativizar ou refutar tais resultados.

Também é importante considerar que os sujeitos participantes desta pesquisa, em virtude dos critérios de seleção, como a apresentação de posições políticas ostensivas dentro e fora da escola, podem ser mais afeiçoados a discussões dessa natureza do que a média estudantil, o que pode refletir em posições tendencialmente mais favoráveis sobre algumas temáticas, como por exemplo, a defesa da pertinência de debates políticos dentro da escola. Tal ponderação não invalida os resultados apresentados, apenas evidencia eventuais fatores que podem influenciá-los.

Por fim, acredito que esta pesquisa fortalece e abre caminho para um campo amplo de investigação sobre diversos temas que perpassam a política e o chamado “Brasil popular”, entre os quais destaco: dinâmica religiosa e comportamento político; espaços de socialização de jovens e adoção de posições políticas; política e produção de verdade e confiança nos ambientes *on-line* e *off-line*; mulheres, feminino e feminismo na política; trabalho, vulnerabilidade e voto; afetos e processos de identificação política, entre outros.

No campo educacional, especificamente, visualizo possibilidades de pesquisas sobre conflitos políticos, democracia e escola, seja sob a perspectiva de melhor compreensão das dinâmicas de confronto nesse ambiente, seja com o intuito de estimular o desenvolvimento de práticas educativas mais assertivas diante desse cenário. Nesse sentido, são instigantes temas como docência, conflitos políticos e o papel do professor; escola, fé e ciência na visão de estudantes evangélicos; juventude, “memificação” da política e saberes escolares; dinâmicas discentes na política *on-line* e *off-line*; organizações estudantis e identificação política; práticas agonísticas na educação; metodologias de ensino, pluralismo e dissenso, entre outros.

Concluo esta tese com a sensação de que os horizontes abertos por este estudo constituem sua dupla face. Se, por um lado, os objetivos a que me propus com esta pesquisa foram alcançados, por outro, novas inquietações surgiram a partir de seus resultados e teimam em pairar no ar, indicando a necessidade de mais investigações. Desse modo, este final parece mais um indício de futuras jornadas do que o encerramento definitivo de um ciclo, já que sempre há algo em nós mesmos que não cessa de querer se completar.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalisão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n.1, p. 05-34, 1988. Disponível em: https://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=348. Acesso em: 03 jun. 2024.

ABREU, Nelsio Rodrigues de; BALDANZA, Renata Francisco; GONDIM, Sônia M. Guedes. Os grupos focais *on-line*: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **JISTEM – Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 5-24, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jistm/a/7B4hf9XhN96G7RNdJ6kCSPx/#. Acesso em: 20 fev. 2024.

AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Editoria Estatísticas sociais. Brasília,16 jul. 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio. Acesso em: 11 dez. 2013.

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh: Edinburgh University, 2004. 232 p.

ALEXANDER, Jeffrey C. O Novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2277557. Acesso em: 20 fev. 2024.

ALMEIDA, Amylton de. Lugar de toda pobreza. Vitória, 1983. 1 vídeo (57min10). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=neRPjL0JPjg. Acesso em: 08 abr. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 50, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718. Acesso em: 07 jun. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo de. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. In: **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 409-426.

ALMEIDA, Ronaldo de. Roteiro para o emprego de grupos focais. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo; CEBRAP, 2016. p. 42-59. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf. Acesso em 20. fev. 2024.

ALVES, Thiago; AVELAR, Glaucia Maria Morais França; MACHADO, Maria Margarida; MORAIS, Ariadiny Cândido. Jovens e adultos não escolarizados – uma multidão de invisíveis. In: OLIVEIRA, Edna Castro de *et al.* (Org.). **Educação de jovens e adultos**: trabalho e formação humana. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2014. p.167-190.

ALVIM, Davis Moreira; MAÇÃO, Izabel Rizzi; GIRELLI, Luciana Silvestre. Guerras culturais escolares: 7 pontos para desarmar o campo minado. In: ROSEIRO, Steferson Zanoni; RODRIGUES, José Raimundo; RODRIGUES, Alexsandro. (Org.). **Faburlações de escola**. 1. ed. Itapiranga: Schreiben, 2022. E-book. p. 64-77. DOI: 10.29327/589376. Disponível em: https://www.editoraschreiben.com/_files/ugd/e7cd6e_2bace4f9be8846329b5900c9fc39b7df.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

ALVIM, Davis Moreira; MAÇÃO, Izabel Rizzi; ROSEIRO, Steferson Zanoni. Ano 2091 – silêncio nas filosofias da educação: por uma cartografia das resistências escolares. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/187082. Acesso em: 10 set. 2024.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **Revej@ – Revista de Educação de Jovens e Adultos**, UFMG, v. 1, p. 5-19, ago. 2007.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós**: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2021. 322 p.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993. 178 p.

BORDINI, Gabriela Sagebin; SPERB, Tania Mara. O uso dos grupos focais *on-line* síncronos em pesquisa qualitativa. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 43-445, jul.-set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/MjNSyC5m4mbfPVbrLJCsPxt/. Acesso em: 21 fev. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560 p.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BRASIL. **Documento Base**. Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Setec/MEC, 2007. 71 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: Resumo Técnico – versão preliminar. Brasília, 2024. 96 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha** (PNP). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projovem Urbano** – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/eja/ps-projovem-urbano. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852** - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: 05 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. **Lei 11.892** - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. 255 p.

BURITY, Joanildo Albuquerque. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura postimpeachment en Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 22, p. 1-24, 2020b. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670122. Acesso em: 07 jun. 2024.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Org.). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2 ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2014. p. 59-74.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: PÉREZ, José Luis Guadalupe; CARRANZA, Brenda (Org.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020a. p.195-216.

BURITY, Joanildo Albuquerque. O lulismo é um populismo? Debates em torno ao povo, ao carisma e ao legado. In: MENDONÇA, Daniel de; Linhares, Bianca de Freitas (Org.). **Teoria do discurso de Laclau e Mouffe**: Implicações teóricas e analítcas. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 141-160.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, Marco Aurélio. **Política e contemporaneidade no Brasil.** Recife: Bagaço, 1997, p. 29-74.

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. **Revej@ – Revista de Educação de Jovens e Adultos**, UFMG, v. 1, p. 55-67, 2007.

CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**. São Paulo, 29 out. 2018. Política. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/. Acesso em: 14 fev. 2023.

CASTRO, Celso (Org.). **Além do cânone**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022. 320 p.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-120, fev. 2020. Disponível em: https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-

eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/. Acesso em: 27 nov. 2023.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232. Acesso em: 27 nov. 2023.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022. 304p.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630. Acesso em: 2 jul. 2024.

CHADDERTON, Charlotte; TORRANCE, Harry. Estudos de caso. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Org.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 90-98.

CHAUÍI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 294 p.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf. Acesso em: 06 dez. 2021.

CNN BRASIL. **Disputa entre Lula e Bolsonaro é a eleição para presidente mais acirrada da história**. 30.10.2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/disputa-entre-lula-e-bolsonaro-e-a-eleicao-para-presidente-mais-acirrada-da-historia/. Acesso em: 09 fev. 2023.

COSTA, Mariane Brito da. Os sentidos da EJA nos percursos biográficos dos jovens. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 35, p. 149–162, 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24408. Acesso em: 27 set. 2024.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila (Org.). **Clássicas do pensamento social**: mulheres e feminismos no século XIX. Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos, 2021. 251 p.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A educação do aluno trabalhador: uma abordagem alternativa. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 15, p. 21-29, jun. 1992.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**: Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 136-161.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira De Educação**, n. 24, p. 40-52, set.-dez. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004. Acesso em: 18.out. 2024.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p.

1105-1128, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 out. 2024.

DESLAURIES, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al*. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.127-153.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Em comício no Rio, Mano Brown critica PT e é defendido por Chico e Caetano**. 2018. 1 vídeo (5min27). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ojQ0QuYDT9Q. Acesso em: 14 fev. 2023.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Grupo focal *online* e *offline* como técnica de coleta de dados. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/487/1467. Acesso em: 21 fev. 2024.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 253p.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia Hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001. p. 245-282.

FREITAS, Felipe Corral de. As perspectivas do conflito na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. In: MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas (Org.). **Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe**. São Paulo: Intermeios, 2021a. p. 79-98.

FREITAS, Felipe Corral de. A política como antagonismo: a irredutibilidade do conflito político. **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-24, 2021b. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/34868. Acesso em: 07 jul. 2022.

FUKS, Mário; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, set.-dez. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 out. 2024.

GAFFORELLI, Catiana Dias; SANT'ANNA, Sita Mara Lopes; SILVA, Veronice Camargo. Vozes dos estudantes da EJA: uma investigação sobre os sentidos do retorno de jovens e adultos à escola. **Revista Cocar**, Belém, PA, v. 14, n. 30, p.1-19, 2020. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2657. Acesso em: 27 set. 2024.

GALLEGO, Esther Solano. A evolução do Bolsonarismo: Análise qualitativa da percepção deste eleitorado em 2019 e 2020. **Journal of Democracy em Português**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 50-81, mai. 2021. Disponível em: https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/a-evolu%C3%A7%C3%A3o-do-bolsonarismo-an%C3%A1lise-qualitativa-da-percep%C3%A7%C3%A3o-deste-eleitorado-em-2019-e-2020-78d8b6d02575. Acesso em: 06 mar. 2023.

GALLEGO, Esther Solano. Apresentação. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018a. p. 13-16.

GALLEGO, Esther Solano. Entendendo o Brasil atual: polarização, guerras culturais e antipetismo. **Nueva Sociedad – especial em português**, p. 48-60, jul. 2018b. Disponível em: https://nuso.org/articulo/entendendo-o-brasil-atual/. Acesso em: 25 mar. 2023.

GALLEGO, Esther Solano. Crise da Democracia e extremismos de direita. **Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil**. São Paulo, n. 42, p. 3-28, mai. 2018c. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

GALLEGO, Esther Solano. **La Bolsonarización de Brasil**. Documentos de Trabajo IELAT, Alcalá de Henares, Madrid, n. 121, p. 4-27, abr. 2019. Disponível em: https://ielat.com/wp-content/uploads/2019/03/DT_121_Esther-Solano-Gallego_Web_abril-2019.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, ano 9, n. 2, p. 35-45, ago. 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4862. Acesso: 13 fev. 2023.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.137-155.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 156 p.

GLYNOS, Jason. Critical Fantasy Studies. **Journal of Language and Politics**, v. 20, n. 1, p. 95-111, jan. 2021. Disponível em: https://repository.essex.ac.uk/29347/1/Glynos,%20J.%20(2021)%20Crtical%20Fantasy%20Studies%20-%20Pre-proof%20Version%20-%202020-11-16%20-%20FINAL%20-%20circulation.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

GLYNOS, Jason *et al*. Discourse Theory, Psychoanalysis, and Logics of Critical Explanation. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Sul/article/view/124/105. Acesso em: 19 out. 2024.

GLYNOS, Jason. Fantasy and Identity in Critical Political Theory. **Filozofski Vestnik**, v. 32, n. 2, p. 65-88, 2011. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/9589899.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. London: Routledge, 2007. 264 p.

GUÉRIOS. Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**, Curitiba, PR, v. 12, n. 1, p. 9-34, 2011. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/28562/18785. Acesso em: 19 fev. 2024.

GUTIERRES, Kellen Alves. Estudo de trajetórias e interações socioestatais: mútua constituição entre movimento social e a política pública de assistência social. **Lua**

Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 105, p. 81-114, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/bL6pk3dnwsvjjwxjGQ4qHqx/?lang=pt. Acesso em: 19 fev. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.103-133.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828. Acesso em: 08 fev. 2024.

HONNETH, Axel. Educação e esfera pública democrática: um capítulo negligenciado da filosofia política. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, v. 13, n. 3, p. 544–562, set./dez. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.3.16529. Acesso em: 10 set. 2024.

HUNTER, J. **Culture Wars**: The Strugle To Define America. Nova Iorque: Basic Books, 1991.

JINKINGS, Ivana. Apresentação: O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p.12-14.

KALIL, Isabela Oliveira. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro?** Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, out. 2018. (Relatório de pesquisa). Disponível em: https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

KANDEL, Liliane. Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e as pesquisas de opinião. In: THIOLLENT, Michel (Org.). **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981. p. 169-189.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 207 p.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. 191 p.

LACERDA, Marina Basso. **O Novo Conservadorismo Brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019. 228 p.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 383 p.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011a. 222 p.

LACLAU, Ernesto. Identidad y hegemonia: el rol de la universalidade em la constituición de lógicas políticas. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj (Org.). **Contingencia, hegemonia, universalidade**: diálogos contemporâneos em la izquierda. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011b. p. 51-94.

LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014. 169 p.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000. 269 p.

LACLAU, Ernesto. Populismo: qué nos disse el nombre?. In: PANIZZA, Francisco (Org.) **El Populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p.51-70.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. 288 p.

LACLAU, Ernesto; ZAC, Lilian. Minding the Gap: The Subject of Politics. In: LACLAU, Ernesto (Org.). **The Making of political identities**. London, New York: Verso, 1994. p.11-39.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ABDAL, Alexandre *et al.* (Org.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo; Cebrap: 2016. p. 24-41. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 137-155.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. O populismo na visão inovadora de Laclau. In: **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. p. 9-17.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de; BURITY, Joanildo Albuquerque. A contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. p. 7-32.

MACHADO, Igor Suzano. O bolsonarismo como um populismo de extrema-direita. **Uol**. Entendendo Bolsonaro. 22 ago. 2021. Disponível em: https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/08/22/o-bolsonarismo-como-um-populismo-de-extrema-direita/. Acesso em: 11 out. 2021.

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. Diversidade geracional na educação de jovens e adultos – implicações para a prática pedagógica. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, ES. a. 10, v. 19, n. 37, p. 59-78, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/educacao/article/download/7455/5235/17008. Acesso em: 13 mar. 2024.

MARTINEAU, Harriet. **Como observar morais e costumes**. Governador Valadares, MG: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, 2021. 242 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 254 p.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **A pedagogia, a democracia, a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014a. 240p.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014b. 95 p.

MEC. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/. Acesso em: 15 fev. 2023.

MEDEIRO, Marília Salles Falci. A construção teórica dos conceitos de socialização e identidade. **Revista de Ciências Sociais**, v. 33, n. 1, p. 78-86, 2002. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/33954/73564. Acesso em: 15 nov. 2023.

MEDEIROS, Jonas. O "Capitólio brasileiro" se consumou: da profanação à lei e ordem. **Portal 360**. Opinião. 09 jan. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/opiniao/o-capitolio-brasileiro-se-consumou-da-profanacao-a-lei-e-ordem/. Acesso em: 09 fev. 2023.

MEDEIROS, Jonas; TAVOLARI; Bianca. A reintegração de posse dos patriotas. O que a narrativa dos depredadores do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto revela sobre os atos antidemocráticos. **Quatro Cinco Um** – A Revista dos livros. Coluna. Edição 66. 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.quatrocincoum.com.br/br/colunas/as-cidades-e-as-coisas/a-reintegracao-de-posse-dos-patriotas?fbclid=IwAR3jkeKT9wRoZ3xOChj9X-LgqM8wYFdwjPtSQZljpK2dso5b3L1Ubf1KWuE. Acesso em: 09 fev. 2023.

MELO, Aline. 5 plantas que só florescem à noite. **Casa e Jardim**. Paisagismo. 18 out. 2022. Disponível em: https://revistacasaejardim.globo.com/paisagismo/noticia/2022/10/5-plantas-que-so-florescem-a-noite.ghtml. Acesso em: 14 mar. 2024.

MELO, Cristina Teixeira de.; VAZ, Paulo. Guerras Culturais: conceito e trajetória. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 6-40, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i2.27791. Acesso em: 05 jul. 2022.

MENDES, Alexandre. **Vertigens de junho**: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. 316 p.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 205-228, set.-dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/08.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

MENDONÇA, Daniel de. Por que não seria o lulismo populista?. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto; LINHARES, Bianca de Freitas. (Org.). **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 39-62.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, p. 479-497, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/04.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Org.). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2014a. p. 25-45.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Org.). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2014b. p. 47-57.

MENEZES, Vitor Matheus. Identidade e processos de identificação: um apanhado teórico. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p.68-81, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7106. Acesso em: 15 nov. 2023.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLLENT, Michel (Org.). **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981. p. 191-211.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n.3, p. 590–621, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163. Acesso em 06 set. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. **O Colapso da Democracia**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019. 216 p.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político**: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Barcelona: Paidós, 1999. 208 p.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política e Sociedade**, n. 3, p. 11-26, out. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015. Acesso em: 06 jul. 2022.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, n. 25, p. 165-175, jun. 2006. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071/5043. Acesso em: 05 jul. 2022.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 153 p.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. 135 p.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 428 p.

MOURA, Dante Henrique. EJA: Formação técnica integrada ao ensino médio. In: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação a Distância, TV Escola, Salto para o Futuro (Org.). **EJA**: Formação técnica integrada ao ensino médio, 2006. p. 03-23.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 176 p.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022. 320 p.

OLIVEIRA, Edna Castro de; CEZARINO, Karla Ribeiro de Assis; SANTOS, Júlio de Souza. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos no PROEJA. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2009, Vitória. **Anais [...]**. Vitória, 2009. Disponível em: https://www.anpae.org.br/simposio2009/88.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, p. 59-73, set./out./nov./dez.1999. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n12/n12a05.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em www.jstor.org/stable/41616179. Acesso em: 8 dez. 2020.

OLIVEIRA, Verônica Borges de; LOPES, Alice Casimiro. Por que o afeto é importante para a política? Implicações teórico-estratégicas. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 114-135, out./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8939. Acesso em: 17 nov. 2023.

PAIVA, Jane. A inclusão na educação de jovens e adultos. **Debates em Educação Científica e Tecnológica**, Vila Velha, ES, v. 1, n. 1, p. 14-23, 2011. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/8. Acesso em: 11 mar. 2024.

PAULA, Carolina de *et al*. **Bolsonarismo no Brasil**: pesquisa qualitativa nacional. Rio de Janeiro: IREE; LEMEP/UERJ, jun. de 2021. Disponível em: https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Pesquisa-Bolsonarismo-no-Brasil.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.

PAVESI, Patrícia. **Caderno de campo – entrevista**. ([s.d.]).

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, v. 3, p. 117-127, 2000. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/26/20. Acesso em: 07 dez. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. 192 p.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. **R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR**, v. 8, n. 2, p. 21-28, jul./dez. 2016. Disponível em: http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Vol8no2_03_rosana.pdf. Acesso em: 02 dez. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Mury Lucia. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Caderno IHUIdeias**, ano 16, v. 16, n. 278, p. 3-13, 2018. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/278cadernosihuideias.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Humanizing Fascists? Nuance as an anthropological responsibility. **Social Anthropology** (Print), v. 29, p. 1-

10, 2020. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1469-8676.13048. Acesso em: 13 set 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Laclau e a Crise da Democracia: quando as equivalências não se sustentam. In: MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas (Org.). **Teoria do discurso de Laclau e Mouffe**: implicações teóricas e analíticas. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 119-139.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 154-211.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Dados acadêmicos**. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlLWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9. Acesso em: 17 fev. 2023.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et al*. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 215-253.

ROCHA, Camila. O Boom das Novas Direitas Brasileiras: financiamento ou militância? In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O Ódio como Política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p.47-52.

ROCHA, Camila; GALLEGO, Esther Solano. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica: 2021. p. 21-34.

ROCHA, Camila; GALLEGO, Esther Solano. Bolsonarismo em crise? Análise: democracia e direitos humanos. São Paulo: **Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil**, jun. 2020. p. 2-18. Disponível em: https://brasil.fes.de/fileadmin/user_upload/Bolsonarismo_em_Crise_-_Camila_rocha_e_Esther_Solano.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 512 p.

SANTOS, Juliana Silva dos. **Entre idas e vindas**: uma diversidade de sentidos para a escola de EJA. 2018. 219 p. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8351. Acesso em: 26 set. 2024.

SANTOS, Simone Valdete. O Proeja e o desafio das heterogeneidades. In: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação a Distância, TV Escola, Salto para o Futuro (Org.). **EJA**: Formação técnica integrada ao ensino médio, 2006. p. 54-60. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 152 p.

SCHWARCZ, Lilia. “Identitarismo” não tem a ver com políticas de identidade. Coluna. **Nexo.** Coluna. 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/identitarismo-nao-tem-a-ver-com-politicas-de-identidade. Acesso em: 13 set. 2024.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 280 p.

SOMEKH, Bridget; JONES, Liz. Observação. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Org.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p.183-191.

SOUSA, Gilvan dos Santos; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva; CUNHA JÚNIOR, Adenilson Souza Cunha. A educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da pandemia. **Revista Humanidades & Inovação**. Palmas, TO, v. 8, n. 61, p. 350-359, out. 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4361. Acesso em: 23 fev. 2023.

SOUZA, Lázaro Fabrício de França; PAIVA, Shemilla Rossana de Oliveira. As ciências sociais e questão da identidade: apontamentos primários. **Academic Journal of Studies in Society**, **Sciences and Technologies – Geplat Papers**, v. 1, n. 1, p.1-17, 2020. Disponível em: https://geplat.com/papers/index.php/home/article/view/9/10. Acesso em: 15 nov. 2023

SPYER, Juliano. O pobre da esquerda é abstrato e infantil. **Folha de São Paulo**. Opinião. 30 mar. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/juliano-spyer/2022/03/o-pobre-da-esquerda-e-abstrato-e-infantil.shtml. Acesso em: 14 fev. 2023.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e porque eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020. 280 p.

STAVRAKAKIS, Yannis. **Lacan y lo político**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. 214 p.

STAVRAKAKIS, Yannis. Symbolic Authority, Fantasmatic Enjoyment and the Spirits of Capitalism: Genealogies of Mutual Engagement. In: CEDERSTRÖM, Carl and HOEDEMAEKERS, Casper (Org.). **Lacan and Organization**. London: MayFlyBooks, 2010. p. 59-100.

THERBORN, Göran. Do marxismo ao pós-marxismo. São Paulo: Boitempo, 2012. 152 p.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2022 se encerram com a vitória da democracia, da sociedade e dos eleitores, afirma Moraes. **Notícias**. Brasília, 31 out. 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/eleicoes-2022-se-encerram-com-a-vitoria-da-democracia-da-sociedade-e-dos-eleitores-afirma-moraes. Acesso em: 09 fev. 2023.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. (Org.). **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. p.123-132.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. 286 p.

ZEINE, Leonardo; RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **SSRN**, mai. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3841102. Acesso em: 08 fev. 2024.

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

TEMAS DE ABORDAGEM	QUESTÕES
Identificação geral	- Origem: onde nasceu e cresceu. - Moradia: onde e com quem mora. - Composição familiar. - Autodefinição de raça e etnia. - Formas de renda e situação de trabalho. - Se é beneficiário de políticas públicas: quais e desde quando. - Atividades de lazer.
Escola	**Trajetória escolar** - Onde já estudou (rede pública ou privada) e experiências mais marcantes na escola, que leva consigo para a vida. - Causas da descontinuidade escolar e ingresso na EJA. - Importância da escola na sua vida. **Proeja/Ifes** - Como ficou sabendo dos cursos do Proeja. - Por que fez essa opção. - Expectativas ao ingressar no curso. - Aspectos considerados positivos e negativos nesse espaço escolar. - Principais elementos de aprendizado obtidos no Ifes. **Escola e Política** - O que você aprendeu sobre política na escola? - Esse aprendizado foi relevante para você? - Você acha que a escola é um lugar para se discutir política? Por quê? - De que maneira as discussões políticas acontecem nos cursos do Proeja? - Durante as eleições de 2018, de que maneira as discussões aconteceram na escola?

	- Como você se sentiu em relação a sua posição política no ambiente escolar durante as eleições de 2018 e nos debates que envolviam divergência de posições em relação às eleições presidenciais? - A escola contribuiu para a formação das suas escolhas políticas? De que maneira? - E o Proeja/Ifes contribuiu para a formação de sua posição política de alguma maneira, principalmente nas eleições de 2018?
Redes Sociais	**Mapeamento de meios de acesso à informação** - Quais meios de comunicação você utiliza para se informar? - De quais redes sociais você participa? **Redes sociais e política** - Qual desses meios de comunicação ou perfis/canais nas redes sociais é mais confiável quando se trata de política? - Participa de grupos de *Whatsapp/Facebook* específicos sobre política? **Redes Sociais e eleições** - As redes sociais ajudaram nas suas definições políticas nas eleições de 2018? - Você recebia ou enviava/postava mensagens sobre os candidatos? - Você acha que as *fake news* influenciaram nas eleições? - As redes sociais contribuíram para a formação das suas escolhas políticas nas eleições de 2018? De que maneira?
Religião	**Identificação religiosa** - Você participa ou já participou de alguma religião? Se sim, qual? - Como é o dia a dia da sua religião: frequência em atividades religiosas; se ocupa alguma função na religião. - Tem alguma liderança religiosa que você admira e por quê? **Religião e política** - Na sua religião, se fala sobre política? - Você acredita que a religião deve discutir questões políticas?

	Religião e eleições - Nas eleições de 2018, sua religião tomou partido de algum candidato? Como foi esse processo? - Para as eleições de 2022, estão discutindo algo nesses espaços? - A sua religião contribuiu para a formação das suas escolhas políticas nas eleições de 2018? De que maneira?
Organização social e engajamento político	**Mapeamento de atuação** - Participa ou já participou de organizações ou movimentos sociais ou espaços de ativismo? Se sim, conte como se aproximou e como foi a experiência. Se não, existe algum motivo específico? **Preferências e rejeições** - Existe alguma organização ou movimento social que é referência para você? - Existe algum movimento pelo qual você sente rejeição? - Existe algum ativista pelo qual você tenha admiração? **Organização social e eleições** - A sua participação ou não em espaços de organização social contribuiu para a formação das suas escolhas políticas nas eleições de 2018? De que maneira?
Identificação política	**Identificação política** - Como você se define em relação a sua posição política? - Existe algum líder político que você admira? E que não admira? - Você tem preferência por algum partido político? Qual e por quê? - Como você escolhe um determinado candidato na política? Especificamente, no caso de presidente da República? - Quais as características principais que um candidato deve ter? **Eleições 2018** - Por que você votou em determinado candidato nas eleições de 2018? (A declaração de voto foi anterior ao consentimento para participação na pesquisa). - O que mais admirava nele? - Quais suas expectativas em relação ao candidato? - Você participou da campanha eleitoral? De que maneira?

	- Qual proposta de campanha do candidato você mais apoiou? Por quê? - O que você sentiu quando seu candidato perdeu/ganhou? **Governo Bolsonaro** - Após 4 anos de governo, como você avalia esse governo? - Você acredita que o Brasil melhorou ou piorou após as eleições de 2018? Em quais aspectos? - Você continua votando/não votando em no atual presidente da República? **Eleições 2022 e conjuntura** - Em quem você pretende votar para presidente em 2022? Por quê? - Quais as principais questões que precisam ser resolvidas para o Brasil melhorar?

Fonte: A autora (2022).

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA CONDUÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS

Orientações iniciais:

- Apresentação da proposta da pesquisa e da metodologia do grupo focal para a coleta de dados.

- Apresentação das orientações para o funcionamento do grupo:

Todos devem:

a) Colocar seu ponto de vista quando considerar apropriado;

b) Evitar falar ao mesmo tempo que outra pessoa;

c) Procurar se contrapor sem julgar o outro;

d) Falar e deixar que outras pessoas falem;

e) Manter o respeito com o outro.

- Apresentação dos participantes: nome, curso realizado no Ifes, situação atual de estudo e trabalho, posição política.

1º momento de discussão grupal

Tema: Identificação política nas eleições de 2022.

Metodologia: Exibição de dois vídeos de propagandas eleitorais dos candidatos Bolsonaro e Lula na televisão, na campanha de 2022, sobre o tema “O Brasil que queremos”.

Propaganda de Jair Bolsonaro: https://www.youtube.com/watch?v=Ap90wNqt_x8. Data de veiculação: 10 de setembro de 2022. Duração: 2min38.

Propaganda de Lula: https://www.youtube.com/watch?v=HEyJA_8KH2k&list=PLkmI80V29uFwXPIjc4oDX1rh9yeDxz_m9&index=67. Data de veiculação: 14 de outubro de 2022. Duração: 1min36.

Após a exibição das propagandas eleitorais dos candidatos Jair Bolsonaro e Lula, vamos discutir as seguintes questões:

a) Nos vídeos, os dois candidatos falam sobre “o Brasil que queremos” ou “o Brasil que a gente quer para o futuro”. Esse Brasil para o candidato Lula tem foco na “democracia”. Já o Brasil de Bolsonaro tem foco em “Deus, pátria e família”. Qual o principal ponto de conflito entre essas duas propostas?

b) Com o que eu mais me identifiquei no candidato por mim escolhido?

c) O que eu mais rejeitei no candidato adversário?

Tempo estabelecido para discussão: 45 minutos.

2º momento de discussão grupal

Tema: A formação da identificação política e o papel da escola.

Metodologia: Exibição, em *slides*, das seguintes questões:

a) Veja as frases a seguir e indique a(s) que mais representa(m) sua opinião:

Nas eleições de 2018/2022, a escola contribuiu para:

1. Fortalecer a minha posição política (fiquei mais convicto da minha posição).

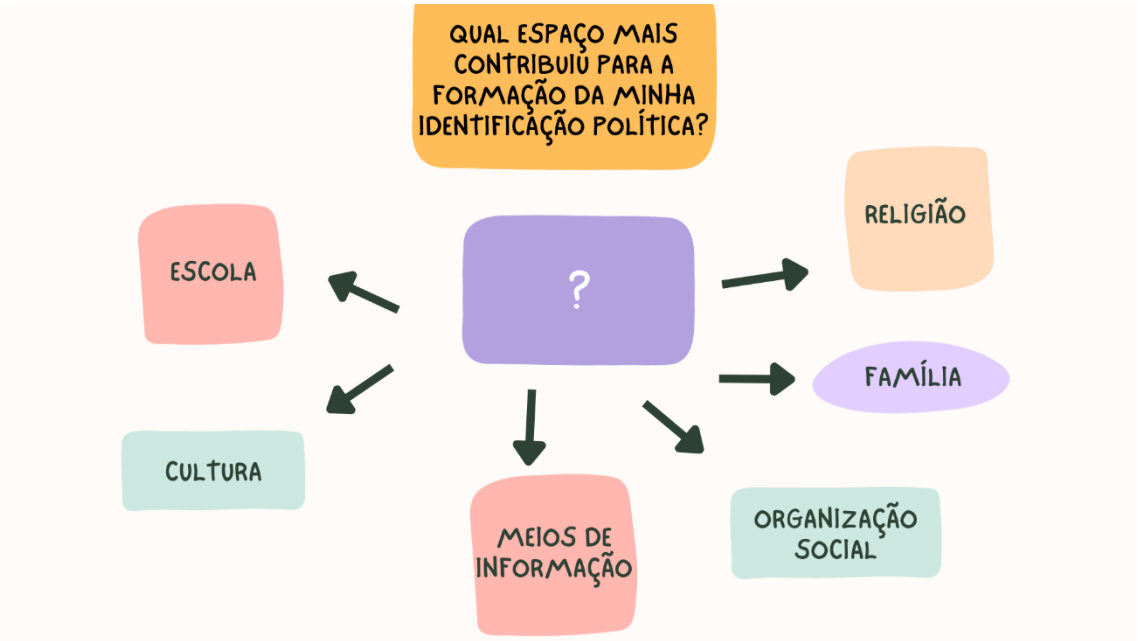
2. Transformar a minha posição política (mudei de posicionamento político).

3. Refletir sobre minha posição política (passei a problematizar questões sobre as quais eu não pensava antes).

4. A escola não fez diferença para minha posição política (saí da mesma forma como entrei).

b) Qual a diferença da escola para os outros espaços de formação da posição política pelos quais vocês passaram?

c) Veja a figura abaixo e responda: qual desses espaços mais contribuiu para a formação da minha identificação política? Justifique sua resposta.



Tempo estabelecido para discussão: 45 minutos.

Fonte: A autora (2023).

APÊNDICE C – FORMULÁRIO PARA INDICAÇÃO DE ESTUDANTES PARA A PESQUISA

Levantamento de estudantes do Proeja/Ifes – Campus Vitória para pesquisa intitulada "A formação de identidades políticas dos estudantes do Proeja/Ifes em tempos de polarização política no Brasil"

Segue abaixo um instrumento para levantamento de nomes de estudantes do Proeja/Ifes para a pesquisa de doutorado (PGCS/UFES) de Luciana Silvestre Girelli intitulada "A formação de identidades políticas dos estudantes do Proeja/Ifes em tempos de polarização política no Brasil".

Conforme informado em reunião, os critérios para indicação de estudantes para a referida pesquisa são os seguintes:

- Estudantes que tenham declarado publicamente, de maneira ostensiva, sua opção de voto nas eleições presidenciais de 2018.
- Estudantes de qualquer um dos cursos do Proeja – *campus* Vitória.
- Que possuam registro de matrícula entre os anos de 2018 e 2022, independente de trancamento ou da conclusão do curso no referido período.

Observações:

- A participação nesse levantamento é totalmente voluntária, sendo muito importante para a qualidade do estudo.
- As informações e os nomes dos estudantes indicados serão mantidos em sigilo e serão acessados apenas pela pesquisadora.
- Pode ser feita mais de uma indicação de estudante conforme os critérios de eleitor x não eleitor de Jair Bolsonaro.

Para esclarecer dúvidas ou obter outras informações acerca da pesquisa ou do formulário, pode ser feito contato com a pesquisadora por meio do e-mail lucianasgirelli@gmail.com e pelo telefone: (xx) xxxxx-xxxx.

Identificação

Nome do docente ou Técnico em Assuntos Educacionais (TAE)

E-mail

Telefone

Indicação dos estudantes

Estudantes que NÃO votaram em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018

Neste espaço, serão indicados os estudantes do Proeja/Ifes que NÃO votaram no candidato à presidência da República Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e que manifestaram publicamente essa posição.

1. Indique o(s) nome(s) do(s) estudante(s) e o(s) curso(s).
2. Como você soube da declaração de voto e posição política desse estudante? (citar os meios e as circunstâncias)
3. Caracterize o estudante indicado com informações relativas à sua faixa etária, raça/etnia, sexualidade, religião, engajamento social que sejam de seu conhecimento.
4. Há outros elementos, além dos solicitados acima, que possam contribuir para caracterizar e qualificar o estudante indicado para participação nesta pesquisa?

Estudantes que VOTARAM em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018

Neste espaço, serão indicados os estudantes do Proeja/Ifes que VOTARAM no candidato à presidência da República Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e que manifestaram publicamente sua posição.

1. Indique o(s) nome(s) do(s) estudante(s) e o(s) curso(s).
2. Como você soube da declaração de voto e posição política desse estudante? (citar os meios e as circunstâncias)
3. Caracterize o estudante indicado com informações relativas à sua faixa etária, raça/etnia, sexualidade, religião, engajamento social que sejam de seu conhecimento.
4. Há outros elementos, além dos solicitados acima, que possam contribuir para caracterizar e qualificar o estudante indicado para participação nesta pesquisa?

APÊNDICE D – FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS ESTUDANTES

Pesquisa: A formação de identidades políticas dos estudantes do Proeja Ifes em tempos de polarização política

As questões abaixo visam a levantar informações específicas sobre os participantes da pesquisa de doutorado executada pela pesquisadora Luciana Silvestre Girelli. Todas as informações fornecidas serão guardadas sob sigilo.

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Nome:
2. Quantas pessoas moram na sua residência?
3. Qual bairro e município onde você mora?
4. Qual a renda da sua família (todos os rendimentos somados)?

( ) Até 1 salário mínimo (R$ 1.212,00)
( ) De 1 a 3 salários mínimos (R$ 1.212,00 a R$ 3.636,00)
( ) De 3 a 5 salários mínimos (R$ 3.636,00 a R$ 6.060,00)
( ) De 5 a 15 salários mínimos (R$ 6.060,00 a R$ 18.180,00)
( ) Mais de 15 salários mínimos (Mais de R$ 18.180,00)
( ) Prefiro não declarar

5. Qual seu trabalho ou ocupação atual?
6. Qual a sua autoclassificação em relação à cor ou raça?

( ) Branco
( ) Preto
( ) Pardo
( ) Amarelo
( ) Indígena
( ) Prefiro não declarar
( ) É beneficiário ou já foi beneficiário de alguma política pública ou programa governamental? Se sim, qual?

7. Qual sua orientação sexual?

( ) Heterossexual
( ) Homossexual
( ) Bissexual

( ) Outra orientação sexual

( ) Não sei responder

( ) Prefiro não responder

APÊNDICE E – PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES EM ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

ESTUDANTES ELEITORES DE JAIR BOLSONARO	ESTUDANTES NÃO ELEITORES DE JAIR BOLSONARO
Nunca participei	Protestos com o Grêmio estudantil do Ifes
Nunca participei	Nunca participei
Nunca participei	Fejunes, Grêmio estudantil do Ifes, Conselho Municipal de Juventude de Vila Velha, Vila Velha Força *Break*, Aula de dança em projeto social, Batalha de *Rap*, *Hip Hop*
Nunca participei - Igreja	Conselheiro Municipal de Juventude, Movimento de apoio à população de rua, ocupações secundaristas de escolas
Nunca participei - Igreja	Protestos do Grêmio estudantil do Ifes
Movimento Brasil Livre (MBL)	PCdoB, Movimento estudantil secundarista, UJS, UBES, UMES, Grêmio estudantil, Conselho Superior do Ifes, Movimentos negro, comunitário e sindical
Igreja	PSD, COMEV
Conselho de Escola, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Liberal (PL)	Sindilimpe-ES, PT, CUT, Associação de Moradores de Barramares, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo (Cedimes), Fórum de Mulheres, Assembleia Popular
Guardiões do Rio Mar (organização em defesa do Rio Marinho)	PC do B, MST, MTST, Unegro, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Unidade Negra Capixaba, Movimento Comunitário, Coletivo Quilombola do Sapê do Norte, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Conselhos de saúde, da mulher e direitos humanos, Coletivo de Negros e Negras do Ifes, PSOL
	Associação de Moradores do Aribiri
	Coletivo de Negros e Negras do Ifes, Grêmio estudantil do Ifes

Fonte: A autora (2024).

ANEXO A – ROTEIRO PARA SISTEMATIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

Diário de campo – entrevista

- Data/Nome do Informante e dados gerais (idade, escolaridade, ocupação, papel que desempenha no grupo, etc./Duração.
- Local e Contexto da Entrevista.
- Pontos/Questões propostos pelo Entrevistador. Elaborou questões previamente? Quais? Partiu de temas? Quais?
- Forma da entrevista. Estruturada? Semi- Estruturada? Fluxo Contínuo? História de Vida?
- Relatos Significativos. Fragmentos de falas transcritas e frases de impacto usadas pelo informante que possam ser usadas no texto do relatório.
- Elementos de Destaque para o Interlocutor. Elementos recorrentes e enfatizados na narrativa do entrevistado.
- Disposição e Empatia. Avaliação do nível de abertura ao tema da parte do informante (Falou tudo? Restritivo? Ele estava confortável durante a entrevista?).
- Percepção do Campo Cultural pelo Interlocutor. Como ele qualifica o universo pesquisado (os gays em relação à comunidade gay, por ex.) Critica? Elogia e se orgulha? Possíveis “falhas” e/ou “defeitos” identifica na comunidade.
- Elementos de Destaque para a análise do Pesquisador. Elencar pelo menos 3 elementos que podem ser discutidos no relatório.
- Elementos Teóricos. Quais conceitos, categorias, classificação e seus respectivos autores a que o desenvolvimento da entrevista remete trocas de bens – dádiva em Mauss, por ex.
- Temas Emergentes. Quais elementos surgiram na conversa sobre os quais o entrevistador ainda não tem conhecimento, leituras, etc.? Temas que precisará pesquisar na literatura.
- Controvérsias. Identifica a partir da entrevista algum ponto alvo de discordância e gerador de conflitos no campo?
- Posicionamento do Interlocutor. O entrevistado apresenta, reforça e/ou refuta que tipo de questão polêmica para o grupo? Qual a sua posição? A quais grupos se associa e quais contrapõe?
- Redes e fluxos. Existem redes/fluxos de associações no grupo? Em quais o entrevistado transita?

- Categorias Nativas. Identificação de termos, expressões e classificações típicas do grupo e com sentido particular (por ex.: Ralar a raba – dançar até o chão e se divertir muito).
- Pendentes. Pontos que precisa explorar mais e não teve tempo ou o Interlocutor não desenvolveu para entrevistas futuras.

Fonte: Pavesi [s.d.]**.**